



Código:

REV.
00

Emissão:

Folha:



Resp. Técnico/Projetista:

Resp. Técnico/Concessionária:

Lote:

Rodovia:
BR-101 ES/BA

ANTT:

Trecho: KM 939+400 ao 956+900/BA e KM 000+000
ao KM 244+900/ES

Verificado:

Objeto: ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA-
RIMA

Aprovado:

Documentos de Referência:
Patrimônio, Histórico, Cultural e Arqueológico - Avaliação de
Impacto Ambiental

Documentos Resultantes:



Rev.	Data	Resp. Téc/Proj.	Resp.	ANTT	Verificado	Aprovado

1 Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

O presente Diagnóstico do Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico foi desenvolvido para o Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA, entre os quilômetros 939,4 e 956,9, no Estado da Bahia, e 0,0 e 244,9, no Estado do Espírito Santo.

O estudo visou subsidiar o IPHAN para a emissão de anuência à Licença Prévia – LP do empreendimento. A mesma foi autorizada pelo IPHAN através da Portaria IPHAN nº 66, de 18 de dezembro de 2014 – Anexo I (05) – Processo nº 01450. 009512/2014-18.

Os trechos citados da BR-101 ES/BA interceptam os seguintes municípios: Mucuri, na Bahia e Pedro Canário, Pinheiros, Conceição da Barra, São Mateus, Jaguaré, Sooretama, Linhares, Aracruz, João Neiva, Ibirapu, Fundão e Serra, no Espírito Santo.

Os estudos apresentados deverão compor o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA do empreendimento, desenvolvido pela Concremat para a Ecorodovias, de acordo com as orientações constantes do Termo de Referência Nº 10/2014 (definitivo), integrante do Ofício 02001.007874/2014-17 CGTMO/IBAMA, de 18/07/2014, sob Código PNV 101BBA2012 – 101BES2270, dentro do Processo IBAMA Nº 02001.003438/2014-79.

Esta etapa da pesquisa arqueológica, portanto, está voltada à obtenção da Licença Prévia (LP) do empreendimento. Os estudos desenvolvidos neste trecho do traçado, conforme exposto no projeto apresentado ao IPHAN (A Lasca 11/2014) contemplaram pesquisa de dados secundários e de campo sobre bens culturais conhecidos nos municípios Mucuri, Pedro Canário, Pinheiros, Conceição da Barra, São Mateus, Jaguaré, Sooretama, Linhares, Aracruz, João Neiva, Ibirapu, Fundão e Serra, atividades de prospecção arqueológica interventiva na área do empreendimento e ações voltadas à educação patrimonial.

No âmbito deste estudo foram consideradas:

- AE - Potencial Área de Influência Indireta - AII: municípios interceptados pela rodovia;
- AE - Potencial Área de Influência Direta - AID: faixas de 1 km para cada lado da rodovia;
- Área Diretamente Afetada – ADA: faixa de intervenção das obras de ampliação da rodovia.

Legislação Aplicável

O Patrimônio Cultural Brasileiro é definido pela Constituição Federal Brasileira de 1988 (artigo 225, parágrafo V), da seguinte forma:

Art. 216 – Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à maioria dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

(...);

Parágrafo V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Deste modo, a Constituição Brasileira assegura ao patrimônio arqueológico e ao patrimônio histórico a categoria de patrimônio cultural a ser institucionalmente protegido. Tal condição é também reiterada pelo fato de o Brasil ser signatário de uma série de resoluções elaboradas em convenções internacionais direcionadas à atualização de conceitos, normas e práticas aplicáveis ao gerenciamento dos patrimônios culturais nacionais, tais como: a Carta de Atenas, de 1931; a Conferência UNESCO - Nova Déli, de 1956; a Carta de Veneza, de 1964; as Normas de Quito, de 1968; a 15ª Sessão da UNESCO em Paris, de 1968; a Carta de Nairóbi, de 1976; e a Carta de Burra, de 1980, entre outras.

Entre elas, a Carta para Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico, elaborada em Lausanne (1990) pelo ICOMOS/ICAHM, esclarece em seu artigo primeiro que o patrimônio arqueológico deve compreender a totalidade material do produto da ação do homem passível de resgate por metodologias arqueológicas. Deve, dessa forma, abranger todos os vestígios da existência humana, ou seja, os lugares onde há indícios de suas atividades pretéritas, independentemente de sua magnitude, podendo ser monumentos, ruínas, estruturas, ou vestígios abandonados de todo tipo; na superfície, no subsolo, ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

A Carta de Lausanne também reafirma a importância do patrimônio arqueológico como elemento identificador das raízes socioculturais das populações humanas, destacando as políticas de proteção ao patrimônio como mecanismo de preservação e planejamento de intervenções junto ao mesmo. Enfatiza também a importância de medidas legislativas de gerenciamento das ações referentes à manutenção da integridade dos sítios arqueológicos.

Ademais, a preservação dos recursos arqueológicos do país é oficialmente assegurada por um vasto corpo legislativo que vem sendo aprimorado ao longo dos anos, sobretudo com a adoção de medidas mais eficazes, incluindo algumas de caráter punitivo, visando garantir o gerenciamento e a conservação do acervo arqueológico nacional. O patrimônio arqueológico brasileiro é um bem público sob a tutela da União, reconhecido e protegido pela legislação, tendo por gestor o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A legislação específica que rege esse tema está representada por:

-
- Lei Federal nº. 3.924, de 26 de julho de 1961, “Lei da Arqueologia”, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;
 - Lei Federal nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
 - Decreto nº. 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências;
 - Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
 - Lei Federal 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a política nacional de educação ambiental;
 - Decreto no. 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial;
 - Portaria SPHAN nº.07, de 01 de dezembro de 1988, que normaliza e legaliza as ações de intervenção junto ao patrimônio arqueológico nacional, regulamentando as permissões e autorizações de pesquisa;
 - Resolução CONAMA nº. 001, de 23 de janeiro de 1986, que estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente;
 - Resolução CONAMA nº. 237, de 19 de dezembro de 1997, que revisa os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a incorporar ao sistema de licenciamento os instrumentos de gestão ambiental e a integrar a atuação dos órgãos do SISNAMA na execução da Política Nacional do Meio Ambiente;
 - Cabe destacar que os estudos foram desenvolvidos no âmbito da vigência da Portaria IPHAN nº 230/2002, revogada pela Instrução Normativa IPHAN nº 1, de 25 de março de 2015.

1.1 Objetivos

Os objetivos dos levantamentos de patrimônio arqueológico, material e imaterial desenvolvidos para o licenciamento ambiental da BR-101 BA/ES foram:

- Prevenir danos ao Patrimônio Arqueológico nacional, protegido pela Constituição Federal e pela Lei nº 3.924/61, através da aplicação de atividades de diagnóstico arqueológico interventivo;
- Averiguar de forma sistemática e intensiva, através de unidades interventivas, se nas áreas do empreendimento existem sítios ou ocorrências arqueológicas em risco decorrente da implantação do empreendimento;
- Analisar e caracterizar os remanescentes identificados para a definição da relevância e do grau de suscetibilidade desses componentes;
- Recomendar ao empreendedor as medidas mais adequadas para mitigação de impactos ao patrimônio cultural identificado, através de programas de prospecção, monitoramento, preservação, resgate, inventário e educação patrimonial;

Para o Programa de Educação Patrimonial, cujo objetivo geral é desenvolver ações educativas de estímulo às percepções, ao enraizamento de pertencimento e de envolvimento da comunidade do entorno das obras com seu patrimônio local, por meio da difusão de informações e de atividades de construção coletiva de conhecimento sobre o patrimônio arqueológico evidenciado pelos estudos e pesquisas arqueológicas na região, esta etapa do trabalho visou:

- O conhecimento e a preservação do patrimônio arqueológico e histórico local e regional e a corresponsabilidade na sua gestão junto às comunidades escolar e em geral nos municípios contemplados pelo empreendimento;
- A formação de agentes multiplicadores para a preservação, proteção e promoção dos bens patrimoniais locais e da região;
- O conhecimento e a colaboração para com os programas e projetos já em desenvolvimento na região pelos órgãos e instituições ligadas à preservação e extroversão do patrimônio cultural, como também com aqueles das escolas públicas da rede municipal local e demais instituições culturais e organizações sociais da sociedade organizada local.

Foram, portanto, seus objetivos específicos:

- Compartilhar os resultados preliminares do Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo no contexto das futuras obras do empreendimento e das demais pesquisas arqueológicas ocorridas na região;
- Trabalhar com os temas da cultura, patrimônio, identidade e diversidade cultural; percepção, preservação e valorização do patrimônio cultural; memória e cidadania em encontros, oficinas e workshops, para o reconhecimento e significação do patrimônio cultural, histórico e arqueológico da região, junto à comunidade escolar e em geral;

- Apresentar e problematizar nas atividades educativas as transformações nas paisagens na longa duração a partir do conhecimento arqueológico, como também por intermédio de informações históricas e das diferentes memórias sobre a região;
- Colaborar para a inserção da questão da Arqueologia, do patrimônio arqueológico e cultural em geral e da Educação Patrimonial no âmbito das preocupações do professor, bem como de alunos e comunidade em geral para sua participação cidadã.

1.2 Caracterização e Localização do Empreendimento

A ECO101 administra o trecho de 475,9 quilômetros da BR-101, sendo 17,5 quilômetros no estado da Bahia e 458,4 quilômetros no estado do Espírito Santo, onde a rodovia passa por 25 municípios, desde o trevo de acesso a Mucuri no Sul da Bahia até a divisa com o Rio de Janeiro.

A rodovia leva a cinco importantes portos: o de Vitória e o de Tubarão, na capital, o do Açú (ainda em construção), no Rio de Janeiro, o de Ilhéus, na Bahia, e o da Barra do Riacho. A rodovia dá acesso ainda às principais praias capixabas, como as de Guarapari e Vila Velha, destino de turistas durante todo o ano.

Assim, a própria demanda atual da rodovia, o excesso de veículos e o aumento de acidentes rodoviários nos trechos em estudo impõe a necessidade de duplicação da via.

O Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA, ao qual está atrelado o presente projeto de pesquisa, perfaz um intervalo contínuo de 262,4 km, subdivididos em função das quilometragens que percorrem em cada Estado, ou seja entre os quilômetros 939,4 a 956,9, no Estado da Bahia, e entre os quilômetros 0,0 a km 244,9, no Estado do Espírito Santo (vide a Figura 1.2-1, onde se encontra destacado o trecho em questão).

Para efeitos de logística, em função da própria dinâmica da obra, o projeto funcional prevê a divisão em lotes, chamados Trechos, nos quais diversos serviços e intervenções estão previstos (pontes, viadutos e trincheiras), ao longo traçado da rodovia, para a implantação a duplicação pretendida, como segue:

Trecho A (ES) km 49-130;

Trecho B (ES) 131-198;

Trecho C (ES) 199-230;

Trecho D (ES) 231-267;

Trecho H (ES) km938-956;

Trecho H (BA) 938-956;



Fonte: Adaptado de Mapa Político do Espírito Santo – IBGE: <http://mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo/estaduais>

Figura 1.2-1 - Localização do empreendimento

Quadro 1.3.1-1 Intervenções previstas para implantação da duplicação no Trecho A

Item	Km	Localidade	Tipo	Dimensões
1	49,2	Conceição da Barra	Viaduto	58 x 16
2	60,5	Barreirinha	Viaduto	39 x 25
3	66	São Mateus I	Viaduto	65,5 x 25
4	68	São Mateus II	Trincheira	40 x 14,5
5	90	Cedro	Viaduto	40 x 25
6	93,1	Jaguaré	Viaduto	40 x 25
7	124,4	Sooretama	Viaduto	40 x 25
8	64,1	Ponte Rio São Mateus	Ponte	206,4 X 11,5
9	67,2	Ponte Rio Abíssima (2 pontes)	Ponte	40 x 10,5
10	78,3	Ponte Rio Preto do Sul	Ponte	49 x 10,5
11	101	Ponte Rio Barra Seca	Ponte	161,4 x 10,5

Quadro 1.3.1-2 - Intervenções previstas para implantação da duplicação no Trecho B

Item	Km	Localidade	Tipo	Dimensões
1	137	Variante de Linhares I		76 x 13
2	Variante	Ponte Lagoa 1	Ponte	11,5 x 370,5
3	Variante	Ponte Lagoa 2	Ponte	11,5 x 367,5
4	Variante	Rodovia Alvaro Garcia		43,5 x 11,5 (2x)
5	Variante	Ponte Rio Doce	Ponte	888,5 x 11,5
6	161,8	Variante de Linhares II		53 x 16
1	139	Canivete		25,5 x 23,5
2	140,5	Santa Cruz		23,5 x 25
3	145,2	Rua Ligia Durão		23,5 x 25
4	146,3	Pres. Castelo Branco		23,5 x 25,1
5	149,2	Av. João Calmom		21 x 55
6	149,5	Ponte Rio Doce	Ponte	637,5 x 14
7	160,2	ES-440		23 x 16
1	139	Canivete		25,5 x 23,5
2	140,5	Santa Cruz		23,5 x 25
3	143,34	Variante de Linhares I		25 x 41,5
4	Variante	Ponte	Ponte	23,5 x 71
5	Variante	Ponte	Ponte	23,5 x 94
6	Variante	Ponte	Ponte	23,5 x 696
7	155	Variante de Linhares II		17 x 51

Item	Km	Localidade	Tipo	Dimensões
1	166,7	Rio Quartel		23,5 x 23
2	174,4	Jacupemba		28 x 14
3	180,4	ES-445		33 x 18
4	187,8	Ponte Rio Guaraná	Ponte	32 x 11,5
5	188,3	Guaraná		22,5 x 14

Quadro 1.3.1-3 Intervenções previstas para implantação da duplicação no Trecho C

Item	Km	Localidade	Tipo	Dimensões (m)
1	202,3	Colatina		16,5 x 28,5
2	202,6	João Neiva		12 x 24,5
3	203,7	Ponte Rio Piraqueaçu	Ponte	50,4 x 25
4	204,7	João Neiva		14 x 25
1	208,4	Passagem Superior Linha Férrea	Viaduto	125 x 12
2	210,8	Ponte	Ponte	4,8 x 11,3
3	211,3	Ibiraçu I		22 x 40
4	212,3	Ibiraçu II		12 x 39,5
5	213,7	Ponte	Ponte	11,3 x 6
6	214	Ponte	Ponte	11,3 x 6
7	220,5	Ponte Rio Itapira alarg.	Ponte	52 x 4
8	220,5	Ponte Rio Itapira	Ponte	52 x 15
9	227,5	Ponte Rio Fundão	Ponte	63 x 14,7
10	227,7	Fundão		24,5 x 14
11	228	OAE linha férrea	Viaduto	32 x 12
1	209,5	Contorno Ibiraçu I		16 x 26
2	213,5	Contorno Ibiraçu II		17 x 26
3	213,7	Ponte	Ponte	11,3 x 6
4	214	Ponte	Ponte	11,3 x 6
5	220,5	Ponte Rio Itapira alarg.	Ponte	52 x 4
6	220,5	Ponte Rio Itapira	Ponte	52 x 15
7	226	Contorno de Fundão I		24,5 x 23,5
8	Variante	Ponte	Ponte	31 x 46,5
9	Variante	Ponte	Ponte	44 x 86,5
10	Variante	Ponte	Ponte	23,5 x 39
11	228,9	Fundão II		17 x 27

Quadro 1.3.1-4 Intervenções previstas para implantação da duplicação no Trecho D

Item	km	Localidade	Tipo	Dimensões (m)
1	235,35	Timbuí	Trincheira	29,0 x 14,0
2	237,8	Timbuí	Ponte	11,2 x 42,0

Quadro 1.3.1-5 Intervenções previstas para implantação da duplicação no Trechos H(ES) e H(BA)

Item	Km	Localidade	Tipo	Dimensões (m)
1	16	Pedro Canário	Trincheira	40 x 25
2	49	Conceição da Barra	Viaduto	16 x 60
3	17,7	Ponte Rio Itaúnas	Ponte	22 x 95
4	29,9	Ponte Rio Preto do Norte	Ponte	63 x 14,7
1	944,4	Mucuri	Trincheira	9,5 x 22 (2 x)
2	946,6	Ponte Rio Mucuri	Ponte	12 x 183

1.3 Contexto Arqueológico, Etno-Histórico e Histórico Regional

1.3.1 Arqueologia

As primeiras publicações científicas voltadas à arqueologia do Estado do Espírito Santo tratam da patologia dentária de alguns esqueletos encontrados em sambaquis na baía de Vitória (Meyer 1936; Cunha 1952, 1967, 1968 e 1970, apud Teixeira 2002).

Também são conhecidos os relatos de Neves (1943 apud Teixeira op cit.) e de Orssich (1964) sobre os sambaquis da planície litorânea capixaba e sobre os sítios cerâmicos, especialmente a respeito de um sítio associado à tradição arqueológica Tupiguarani, localizado junto a um afluente do baixo rio São Mateus.

A partir da década de 1970, o conhecimento aumenta sensivelmente, em decorrência do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Os levantamentos efetuados principalmente por Perota (1971a, 1971b, 1974, 1975, 1979) resultaram na definição, de acordo com a metodologia desenvolvida pelo PRONAPA, de fases e tradições arqueológicas abrangendo os períodos pré-cerâmico (sambaquis e tradição-fase Itaipu) e cerâmico (tradições Tupiguarani, Una e Aratu).

Posteriormente, Perota e Assis (1987) e Perota et al. (1992) acrescentaram novos dados à arqueologia da região, ainda com pesquisas concentradas quase que exclusivamente na

região central do Espírito Santo. Nesses estudos também foram considerados aspectos relativos às transformações da paisagem litorânea durante o Holoceno e abordada a importância dos fatores ecológicos nas mudanças culturais.

Em estudos sobre paleogeografia e evolução da Planície Costeira do rio Doce, Suguio et al. (1982) e Martin et al. (1997) apresentam datações radiométricas, reconhecendo os sambaquis capixabas como indicadores de variações marinhas.

Embora os contextos regionais ainda não estivessem bem delimitados até o final da década de 1990 (Teixeira 2002), é possível se esboçar um quadro geral de ocupação e tipologia de sítios arqueológicos correspondentes:

Sambaquis – sítios de conteúdo cultural com características acentuadas de adaptação costeira e exploração de recursos marinhos, ocorrendo na baixada litorânea por volta de 4.500 anos AP¹ (exemplos: sítios Areal, Jacuí I e Jacuí II) e com presença destacada na baía de Vitória e junto aos baixos vales dos rios Jucu, Reis Magos, Piraquê-Açú, Piraquê-Mirim e Jacaréipe.

Nos estudos costeiros, Suguio et al. (op cit.) e Martin et al. (op cit.) relatam datações de quatro sambaquis que indicam longa faixa temporal de ocupação: SPC-027, com 4.400 ± 200 anos AP; SPC-034, com 4.240 ± 150 anos AP na base e 2.970 ± 180 anos no topo; Bah-951, com 3.550 ± 150 anos AP; e SPC-035, com 2.970 ± 180 anos AP.

Sítios associados a caçadores do interior - Perota (2008, p. 56-57) faz breve menção a esta tipologia de sítio arqueológico em relatório elaborado para o licenciamento ambiental da Estrada do Nativo, indicando ocupação de baixa densidade populacional no médio vale do rio Cricaré, com datações entre 3.500 e 2.000 anos AP, que resultou em sítio com vestígios discretos, isolados e de difícil identificação.

Sítios associados à tradição Itaipu – ocorrentes em áreas costeiras, representam grupos com base de subsistência diferenciada dos sambaquianos e são mais recentes, com datação em torno de 515 anos AD².

Conforme Perota (1974), nesse contexto foram identificados sítios vinculados à fase Potiri que, em conjunto com as fases Itaipu A e Itaipu B (do Rio de Janeiro), integram a tradição Itaipu (Dias Jr 1992). No Espírito Santo, os sítios conhecidos estão situados na baía de Vitória e às margens dos rios Timbuí e Reis Magos.

No Rio de Janeiro, onde a tradição está mais bem definida, a fase Itaipu A é representada por sítios dispostos junto a mangues e lagoas de águas paradas, mais interiorizadas; a dieta

1 AP = Antes do Presente, considerando como presente o ano de 1950.

2 Ano Domini ou DC, depois de Cristo.

alimentar de seus habitantes esteve relacionada ao consumo de vegetais e moluscos, incrementada pela caça de pequenos animais e crustáceos e pelas atividades de pesca. Na fase Itaipu B, os sítios localizam-se sobre dunas estáveis em praias de mar aberto³ e a base alimentar está associada à coleta de moluscos, também incrementada pela pesca.

Sítios associados à tradição Tupiguarani – apresentam vestígios predominantemente cerâmicos, associados a grupos originados de áreas interioranas, cuja base de subsistência incorpora o cultivo de alimentos (horticultura / agricultura). A data de referência mais antiga para essa tradição é 895 anos AD (fase Cricaré), estando presentes também datações mais recentes, como de 1.390 anos AD para a fase Tucum.

Alguns desses sítios apresentam material ibérico, demonstrando o contato do indígena com o colonizador europeu. Ambas as fases foram consideradas por Perota (op cit.) como pertencentes à subtradição Pintada, apresentando extensão ampla pelo interior e litoral do Espírito Santo.

Sítios associados à tradição Una – relacionados a grupos com agricultura incipiente e produção de vasilhames cerâmicos. Na região é representada pela fase Tanguá, disposta em áreas de relevo mais acidentado no sul do estado capixaba e datada em 810 anos AD.

Similarmente à maior parte dos sítios da fase Mucuri, definida no norte fluminense, os registros arqueológicos da fase Tanguá estão localizados em abrigos rochosos ou cavernas, sendo recorrente a presença de sepultamentos humanos. Além do Espírito Santo, a tradição Una é referenciada no Rio de Janeiro, no sudoeste de Goiás, no oeste de Minas Gerais e no interior de São Paulo (Gaspar 1991).

Conforme Dias Jr. (1976; 1977) e Dias Jr. e Carvalho (1980), a tradição Una pode ter se originado no interior de Minas Gerais (fase Piumhi, datada em 1.840 anos AP) e se expandido pelo litoral, apresentando período de ocupação de pelo menos 1.120 anos. Os autores citados correlacionam esta tradição a um complexo cultural antigo de grupos históricos Goitacá, Coropó e Puri.

Sítios associados à tradição Aratu – também relacionados a grupos agricultores e produtores de vasilhames cerâmicos, está representada no Estado por duas fases: Jacareípe e Itaúnas. De forma geral, a tradição apresenta como traços característicos a ocorrência de grandes urnas periformes e o uso da grafita no tratamento de superfície e como antiplástico misturado à pasta cerâmica (Perota 1968/69, 1971a, 1971b, 1974, 1975, 1979).

Os sítios da fase Jacareípe ocorrem nas proximidades de zonas alagadas ou mangues, com datações de 838 anos AD a 1.183 anos AD (Sítio Monsarás, baixo rio Doce) e 1.350 anos

³ Os locais preferenciais seriam as terminações de maior curvatura associadas a longas praias, ou próximo à desembocadura de lagoas, em áreas de menor arrebentação e com a presença de mangues (Gaspar 1991).

AD (proximidades de Vitória). Os sítios da fase Itaúnas⁴ estão dispostos em locais secos e elevados, junto à faixa costeira, sendo que uma de suas características é a presença de camadas arqueológicas de até 40cm de espessura, formadas por solo misturado a conchas e ossos de peixes e de outros animais. As datas existentes para esta fase são mais recentes, correspondendo a 1.730 e 1.780 anos AD. Há uma terceira fase, denominada Guarabu, para a qual se dispõe da datação de 800 anos AD.

As pesquisas mais recentes realizadas no Estado do Espírito Santo estão vinculadas ao licenciamento ambiental de empreendimentos, apresentando alcances variados em termos de perspectivas explanatórias. Tais variações são condicionadas à fase do licenciamento ambiental, às especificidades do empreendimento e às características da área de pesquisa. Neste escopo também se inserem algumas pesquisas vinculadas a levantamento prospectivo realizado na área da Reserva Florestal de Linhares (Machado 1994) e estudos diagnósticos voltados ao Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas.

Entre os estudos mais representativos para este diagnóstico ambiental, a dissertação de mestrado de Teixeira (2002) se destaca pelo alcance explanatório significativo alcançado para os registros arqueológicos conhecidos na região norte capixaba. Embora o estudo aborde a planície ao norte da margem esquerda do rio Doce, entre os rios Barra Seca e Cricaré, abrange compartimentos paisagísticos similares aos existentes na região de Aracruz, fornecendo modelo prévio das características de implantação de sítios pré-históricos e da potencialidade arqueológica destes ambientes.

Em decorrência da natureza daquele empreendimento, caracterizado por linhas de levantamento geofísico da PETROBRAS - Programa de Implantação de Malhas Sísmicas Paralelas 3D, foi realizado o levantamento arqueológico sistemático de grandes áreas, tendo como proposta metodológica um modelo de amostragem em malhas paralelas.

Segundo Teixeira (op cit.), foram realizadas, aproximadamente, 190.000 inspeções de solo em cerca de 665 transects e mais de 5.000 km de caminhamento. Além das prospecções junto aos programas sísmicos 3D, também foram realizados levantamentos intensivos em áreas adjacentes. No primeiro caso, foram detectadas 327 ocorrências arqueológicas (315 na malha e 12 doações de moradores locais) distribuídas em áreas de pastagem, reflorestamento de eucalipto, lavoura, zonas urbanizadas, estradas, obras, etc. No segundo caso, constatou-se 74 ocorrências distribuídas em áreas de pastagem, reflorestamento de eucalipto e lavoura.

4 Os sítios arqueológicos desta fase estendem-se desde a baía de Vitória até o rio Itanhém, no Estado da Bahia, associados, principalmente, aos vales dos rios Reis Magos, Piraquê-Açu, São Mateus, Itaúnas, Mucuri, Pardo e Itanhém (Rhea 2006).

Quanto ao patrimônio arqueológico de contato, o registro arqueológico permitiu identificar a presença de grupos Macro Gê – Malali, Mashacali, Pañame e Cumanasho e de grupos Gê – Botocudos e Aimorés na região, primeiros indígenas a estabelecerem contato com os colonizadores europeus.

O patrimônio arqueológico histórico está representado, na região, pela fase Moenda, com três sítios, um no vale do rio São Mateus e dois no rio Reis Magos. Essa fase apresenta expressiva influência europeia na produção dos artefatos, principalmente de vasilhames cerâmicos.

Informações obtidas em relatórios técnicos e outros meios de divulgação indicam que foi realizada pesquisa arqueológica no sítio cerâmico Vila do Mutirão, descoberto no Distrito de Santa Cruz, município de Aracruz/ES, em 1995 (RHEA 2006), com restauração de duas urnas funerárias ali resgatadas. O sítio foi identificado durante as obras de terraplanagem para a implantação de um loteamento (Vila do Mutirão).

O sítio arqueológico Vila do Mutirão está localizado na lateral da Rodovia ES-010, no divisor de águas entre os rios Laranjeiras e Piraquê Açu, a cerca de 600 m da margem direita deste último, em uma elevação de 25 e 30 m acima do nível do mar. Implantado próximo a nascentes, em tabuleiro da Formação Barreiras, apresenta solo argiloso, compacto, com coloração variando entre marrom escuro e preto e é delimitado pelas coordenadas UTM (Datum SAD 69) 7.792.000S / 378.000E, 7.792.000S / 380.000E, 7.793.000S / 380.000E e 7.793.000S / 378.000E.

Para os municípios abrangidos pelo projeto de duplicação da rodovia BR-101 BA/ES, o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN (CNSA-IPHAN) mantém o registro de diversos sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos, apresentados no **Quadro 1.3.1-1**.

Quadro 1.3.1-1 Relação de sítios arqueológicos oficialmente registrados no CNSA/SGPA-IPHAN5

Município	Sigla CNSA	Nome do Sítio	Descrição sumária / Tipologia	Projeto Associado / Referência	Ano do Registro
Mucuri	BA00546	Fazenda Jacaré	Vestígios de pequena residência histórica ocupada entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, localizada à margem do rio Mucuri	Comerlato e Costa (2007) ⁶	2007
	BA00550	Senzala da Fazenda de Benjamin Piro	Restos de construção de madeira que a comunidade local diz tratar-se de uma antiga senzala, localizados à margem do rio Mucuri	Idem	2007
	BA00551	Loca da Fazenda São Pedro	Abrigo sob rocha situado na Fazenda São Pedro, apresentando estrutura histórica de contenção construída com pedras, à margem do rio Mucuri	Idem	2007
	BA00556	Bom Conforto	Sítio cerâmico, situado à margem do córrego do Almoço (bacia do rio Itaúnas)	Machado (2008) ⁷	2008
Pinheiros	ES00022	ES-SM nº 1	Sítio cerâmico, localizado à margem do córrego do Engano	Registrado por Celso Perota	1968
Conceição da Barra	ES00012	ES-SM nº 2	Sítio lítico localizado à margem do rio Itaúnas	Registrado por Celso Perota	1970
	ES00013	ES-LI nº 11	Sítio lito-cerâmico localizado à margem do córrego Canta Galo, bacia do rio Itaúnas	Idem	1969
	ES00014	ES-LI nº 12	Sítio lito-cerâmico localizado à margem do córrego Canta Galo, bacia do rio Itaúnas	Idem	1970
Conceição da Barra (cont.)	ES00015	ES-LI nº 3	Sítio cerâmico localizado à margem do córrego Canta Galo, bacia do rio Itaúnas	Registrado por Celso Perota	1970
	ES00016	ES-LI nº 14	Sítio cerâmico localizado à margem do córrego Canta Galo, bacia do rio Itaúnas	Idem	1970
	ES00017	ES-LI nº 15	Sítio cerâmico localizado à margem do córrego Canta Galo, bacia do rio Itaúnas	Idem	1970
	ES00076	Fazenda Belém 1	Sítio histórico localizado a 200 m do córrego Canta Galo, bacia do rio Itaúnas	Machado (2005a) ⁸	2005
	ES00077	Fazenda Belém 2	Sítio cerâmico localizado a 50 m do córrego Canta Galo, bacia do rio Itaúnas	Idem	2005
	ES00151	Zé Ramalho	Sítio litocerâmico	Teixeira (2003) ⁹	2002
	ES00152	Geraldo Azevedo	Sítio litocerâmico	Idem	2002

5 Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/236/> >. Acessado em 22/08/2014.

6 COMERLATO, F.; COSTA, C. Relatório Final: Diagnóstico e Levantamento Arqueológicos das Rodovias BA-698 e BA-693 (Nova Viçosa, Mucuri e Ibirapuã). Salvador: MAE/UFBA, 2007 (digitado).

7 MACHADO, C. L. Caracterização Arqueológica em Áreas da Aracruz Celulose nos Estados do Espírito Santo e Bahia. Relatório Técnico. Vitória, 2008.

8 MACHADO, C. L. "Caracterização Arqueológica, Histórica e Cultural em Áreas da Aracruz Celulose S/A no Estado do Espírito Santo". Relatório Final RT Nº 031/2005, Rhea Estudos e Projetos Ltda. Junho 2005a.

9 TEIXEIRA, J. L. C. A malha paralela no levantamento arqueológico regional: um estudo de caso na planície litorânea do norte capixaba. (dissertação de mestrado) São Paulo, USP, 2003.

Município	Sigla CNSA	Nome do Sítio	Descrição sumária / Tipologia	Projeto Associado / Referência	Ano do Registro
	ES00153	Quadrado	Sítio cerâmico	Idem	2002
	ES00162	Linharinho	Sítio cerâmico de tradição Tupiguarani, localizado a 50 m do córrego do Aterro, bacia do rio São Mateus	Machado (2007a)10	2006
Conceição da Barra (cont.)	ES00163	Lagoa Sapucaia	Sítio cerâmico de tradição Tupiguarani, localizado a 50 m do córrego São Domingos, bacia do rio São Mateus	Machado (2007a) e Neves (1943)11	2006
	ES00164	Lagoa do COCB	Sítio cerâmico de tradição Tupiguarani, localizado junto à lagoa do COCB, a 50 m do rio Santana, bacia do rio São Mateus	Machado (2007a)	2006
	ES00173	Areal 1	Sítio lítico com material conchífero (em areal)	Teixeira (2003)	2002
	ES00174	Areal 2	Sítio multicomponencial lítico e histórico, com material conchífero	Idem	2002
	ES00175	Mamoeiro	Sítio litocerâmico com material faunístico	Idem	2002
	ES00176	Seu Tutu	Sítio litocerâmico localizado à margem do rio Cricaré	Idem	2002
	ES00177	Fazenda Furado	Sítio lítico com material conchífero	Idem	2002
	ES00178	Fazenda Morcego	Sítio conchífero (acampamento conchífero)	Idem	2002
	ES00179	Raul Seixas	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00180	Gonzaguinha	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00181	Moendas	Sítio cerâmico	Idem	2002
	ES00182	Edinando	Sítio cerâmico	Idem	2002
	ES00183	Tom Zé	Sítio litocerâmico, com montículos de conchas	Idem	2002
	ES00184	Zé Geraldo	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00185	Gonzagão	Sítio litocerâmico	Teixeira (2003)	2002
ES00186	Marcelo Nova	Sítio litocerâmico	Idem	2002	
Conceição da Barra (cont.)	ES00190	Praia do Tamandaré 1	Sítio lítico sobre dunas (acampamento), associado à tradição Itaipu	Simbios (2000)12 / Registrado por Irmhild Wust	2000
	ES00191	Itaúnas 1	Sítio litocerâmico sobre dunas (habitação), associado à fase Itaúnas	Idem	2000
	ES00200	ES-LI 13	Sítio cerâmico à margem do córrego Canta Galo, bacia do rio Itaúnas	Registrado por Celso Perota	1970

10 MACHADO, C. L. "Caracterização Arqueológica em área da Aracruz Celulose no Espírito Santo - Relatório Técnico". RT Rhea 016/07. Vitória, ES. Março 2007a.

11 Neves, A. "Cerâmico da Sapucaia". Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, n. 15, Vitória, 1943.

12 SIMBIOS Consultoria Ambiental. Parque Estadual de Itaúnas: Diagnóstico Ambiental. Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado para Assessoria do Meio Ambiente. Julho 2000.

Município	Sigla CNSA	Nome do Sítio	Descrição sumária / Tipologia	Projeto Associado / Referência	Ano do Registro
	ES00203	do Josevaldo	Sítio cerâmico a 80 m do córrego do Quadrado, na bacia do rio São Mateus	Machado (2008)	2008
	ES00207	Sapucaia	Sítio histórico	Fundação Seridó (2006) / Registrado por Viviane M. C. de Castro ¹³	2006
	ES00209	Roda d'Água	Sítio cerâmico localizado a 80 m de córrego formador do rio São Mateus	Machado (2008)	2008
	ES00240	Itaúnas 3	Sítio litocerâmico sobre dunas (habitação) associado à fase Itaúnas	Simbios (2000) / Registrado por Irmhild Wust	2000
	ES00241	Buraco do Bicho 2	Sítio litocerâmico sobre dunas (habitação) associado à fase Itaúnas	Idem	2000
	ES00242	Burraco do Bicho 3	Sítio litocerâmico sobre dunas (acampamento) localizado na bacia do rio Itaúnas	Idem	2000
	ES00243	Rigone 2	Sítio cerâmico (habitação) associado à tradição Tupiguarani, localizado a 30 m do rio Itaúnas	Idem	2000
	ES00244	Rigone 3	Sítio litocerâmico (habitação) associado à tradição Tupiguarani, localizado a 300 m do córrego Santa Izabel, bacia do rio Itaúnas	Simbios (2000) / Registrado por Irmhild Wust	2000
Conceição da Barra (cont.)	ES00245	Arturlino 1	Sítio cerâmico (habitação) associado à tradição Tupiguarani, localizado a 300 m do córrego Santa Izabel, bacia do rio Itaúnas	Idem	2000
	ES00246	Buraco do Bicho 1	Sítio litocerâmico (acampamento) associado à tradição Tupiguarani, localizado à margem do rio Itaúnas	Idem	2000
	ES00247	Burraco do Bicho 4	Sítio multicomponencial litocerâmico (acampamento) associado às tradições Tupiguarani e Itaipu (?) com vestígios de linha telegráfica da 2ª metade do século XX	Idem	2000
	ES00248	Riacho Doce 1	Sítio cerâmico (acampamento ?) associado à tradição Tupiguarani, localizado a 96 m do riacho Doce, bacia do rio Itaúnas	Idem	2000
	ES00249	Nilson 1	Sítio multicomponencial cerâmico Tupiguarani (acampamento?) de contato e histórico, localizado a 60 m do rio Itaúnas	Idem	2000
	ES00250	Itaúnas 2	Sítio histórico dos séculos XIX e XX	Idem	2000
	ES00251	Maria Xuxu 1	Sítio histórico dos séculos XIX e XX, localizado a 88 m do rio Itaúnas	Idem	2000
	ES00252	Adeluais 1	Sítio histórico do século XX, localizado a 50 m do rio Itaúnas	Idem	2000

13 Fundação Seridó. Relatório Final da Prospecção Arqueológica Área de Implantação do Gasoduto Cacimbas - Catu. Abril 2006.

Município	Sigla CNSA	Nome do Sítio	Descrição sumária / Tipologia	Projeto Associado / Referência	Ano do Registro
	ES00253	Peroba 1	Sítio histórico de final do século XIX e primeira metade do século XX, localizado a 41 m do rio Itaúnas	Idem	2000
	ES00254	Rigone 1	Sítio multicomponencial com cerâmica associada à tradição Tupiguarani, material histórico e ruínas de sede de propriedade rural do período colonial, localizado a 250 m do rio Itaúnas	Idem	2000
Conceição da Barra (cont.)	ES00311	Fazenda Estrela do Norte 1	Sítio cerâmico localizado a 200 m córrego do Tancredo, na bacia do rio Itaúnas	Registrado por Dionne M. Azevedo14	2013
São Mateus	ES00032	ES-LI nº 4	Sítio cerâmico situado à margem do rio São Mateus	Registrado por Celso Perota	1969
	ES00033	ES-LI nº 9	Sítio cerâmico	Idem	1969
	ES00034	ES-LI nº 6	Sítio litocerâmico	Idem	1969
	ES00035	ES-LI nº 7	Sítio cerâmico	Idem	1969
	ES00036	ES-LI nº 9	Sítio cerâmico	Idem	1969
	ES00037	ES-LI nº 10	Sítio cerâmico	Idem	1969
	ES00038	ES-LI nº 31	Sítio cerâmico	Idem	1969
	ES00070	Córrego Jacarandá II	Sítio litocerâmico localizado a 200 m do córrego Jacarandá, afluente do rio Piaúna, bacia do rio São Mateus	Machado (2007a)	2006
	ES00071	Córrego Jacarandá III	Sítio cerâmico localizado a 50 m do córrego Jacarandá, afluente do rio Piaúna, bacia do rio São Mateus	Idem	2006
	ES00072	Córrego Jacarandá IV	Sítio cerâmico localizado a 200 m do córrego Jacarandá, afluente do rio Piaúna, bacia do rio São Mateus	Idem	2006
ES00073	Córrego Jacarandá V	Sítio cerâmico localizado a 250 m do córrego Jacarandá, afluente do rio Piaúna, bacia do rio São Mateus	Idem	2006	
São Mateus (cont.)	ES00074	São Jorge II	Sítio cerâmico, localizado a 200 m do córrego Beninho, bacia do rio São Mateus	Machado (2007a)	2006
	ES00087	Porto Alegre 1	Sítio litocerâmico	Teixeira (2003)	2002
	ES00088	Fazenda Barro Novo 2	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00089	Fazenda Barro Novo 3	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00090	Canela	Sítio litocerâmico	Idem	2002

14 Projeto “Levantamento Geofísico Terrestre - Sísmica 3D Campo Rio Itaúnas”.

Município	Sigla CNSA	Nome do Sítio	Descrição sumária / Tipologia	Projeto Associado / Referência	Ano do Registro
	ES00091	Fazenda São Paulo 2	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00092	São Miguel	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00093	Fazenda Cerejeira 3	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00094	Fazenda Cerejeira 4	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00095	Ilha Preta 1	Sítio conchífero	Idem	2002
	ES00096	Dona Rosa	Sítio multicomponencial litocerâmico e histórico	Idem	2002
	ES00097	VWV	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00098	Brejo Velho	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00099	Califórnia	Sítio litocerâmico	Idem	2002
São Mateus (cont.)	ES00100	Oitizeiro	Sítio litocerâmico	Teixeira (2003)	2002
	ES00101	Aeroporto 1	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00102	Aeroporto 2	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00103	Córrego Jacarandá I	Sítio cerâmico localizado a 300 m do córrego Jacarandá, afluente do rio Piaúna, bacia do rio São Mateus	Machado (2007a)	2006
	ES00106	São Francisco	Sítio cerâmico	Teixeira (2003)	1999
	ES00107	Santa Bárbara 1	Sítio cerâmico	Idem	1999
	ES00108	Santa Bárbara 2	Sítio litocerâmico	Idem	1999
	ES00109	Do Meio	Sítio cerâmico	Idem	1999
	ES00110	do Macaco 1	Sítio cerâmico	Idem	1999
	ES00111	do Macaco 2	Sítio cerâmico	Idem	1999
	ES00112	do Macaco 3	Sítio cerâmico	Idem	1999
	ES00113	do Macaco 4	Sítio lítico	Idem	1999
	ES00114	Porto Alegre 2	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00115	Porto Alegre 3	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00116	Bonominho	Sítio cerâmico	Idem	2002
	São Mateus (cont.)	ES00117	Córrego Chiado 1	Sítio litocerâmico	Teixeira (2003)
ES00118		Córrego Chiado 2	Sítio litocerâmico	Idem	2002
ES00119		Coimex 1	Sítio cerâmico	Idem	2002
ES00120		Coimex 2	Sítio cerâmico	Idem	2002
ES00121		do Macaco 5	Sítio litocerâmico	Idem	1999
ES00122		Sapucaia 1	Sítio cerâmico	Idem	1999
ES00123		Sapucaia 2	Sítio cerâmico	Idem	1999
ES00124		Sapucaia 3	Sítio cerâmico	Idem	1999
ES00125		Água Preta	Sítio cerâmico de contato	Idem	1999
ES00126		do Brás	Sítio litocerâmico	Idem	1999
ES00127		Três Porteiras	Sítio litocerâmico	Idem	1999

Município	Sigla CNSA	Nome do Sítio	Descrição sumária / Tipologia	Projeto Associado / Referência	Ano do Registro
	ES00128	Colônia 1	Sítio litocerâmico	Idem	1999
	ES00129	Fazenda Córrego Grande	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00130	Rancho de Telha	Sítio litocerâmico	Idem	2002
São Mateus (cont.)	ES00131	Fazenda Pardo Suíço	Sítio litocerâmico	Teixeira (2003)	2002
	ES00132	Colônia 2	Sítio litocerâmico	Idem	1999
	ES00133	RPO 1	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00134	RPO 2	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00135	RPO 3	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00136	Fazenda Rio Preto 1	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00137	Fazenda Rio Preto 2	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00138	Fazenda Rio Preto 3	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00139	Fazenda Barro Novo 1	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00140	Fazenda Estância São Mateus 2	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00141	Bom Jesus	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00142	Ostolino	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00143	Dona Ana Duarte	Sítio litocerâmico	Idem	2002
São Mateus (cont.)	ES00144	Ranchinho	Sítio conchífero	Teixeira (2003)	2002
	ES00145	Fazenda Estância São Mateus 3	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00146	Oiterinho	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00154	Coimex 3	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00155	Fazenda São Paulo 1	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00156	Cedro	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00157	Lagoinha	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00158	BR	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00159	Dois Irmãos	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00160	Fazenda Cerejeira 1	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00161	São Jorge I	Sítio histórico localizado a 200 m do córrego Simirim, bacia do rio São Mateus	Machado (2007a)	2006
	ES00166	Fazenda Tabatinga	Sítio cerâmico associado à tradição Tupiguarani, localizado a 50 m do córrego Tabatinga, bacia do rio São Mateus	Idem	2006
	ES00170	Açaí	Sítio litocerâmico	Teixeira (2003)	2002
ES00171	Beira Rio	Sítio litocerâmico	Idem	2002	
São Mateus (cont.)	ES00172	Alceu Valença	Sítio litocerâmico	Teixeira (2003)	2002
	ES00187	Fazenda Estância São Mateus 1	Sítio litocerâmico	Idem	2002
	ES00199	Rio Preto I	Sítio cerâmico	Idem	1999

Município	Sigla CNSA	Nome do Sítio	Descrição sumária / Tipologia	Projeto Associado / Referência	Ano do Registro
	ES00201	ES-LI 5	Sítio cerâmico, bacia do rio São Mateus	Registrado por Celso Perota	1969
	ES00202	Boa Esperança	Sítio cerâmico associado à tradição Tupiguarani, com vasilhas inteiras, localizado a 10 m do rio Santana, bacia do rio São Mateus	Machado (2008)	2008
	ES00208	Sítio dos Neves	Sítio litocerâmico com estrutura funerária e concentrações de cerâmica, localizado a 10 m do córrego Pedra D'Água, bacia do rio São Mateus	Morais (2007)15	2007
	ES00212	Dilô Barbosa	Sítio cerâmico, localizaod a 45 m do rio Santana, bacia do rio São Mateus	Machado (2008)	2008
	ES00236	Ocorrência São José	Ocorrência histórica	Fundação Seridó (2006) / Registrado por Viviane M. C. de Castro	2006
	ES00237	Areal do Chiado	Sítio cerâmico associado à tradição Tupiguarani, com presença de sepultamento humano em urna funerária, localizado a 10 m do córrego do Chiado, bacia do rio São Mateus	Registrado por Neide B. Faccio e André Penin16 Pesquisa anterior do historiador Eliezer Ortolani Nardoto	2007
	ES00238	Ocorrência Fazenda da Ponta	Sítio cerâmico próximo a manguezal	Fundação Seridó (2006) / Registrado por Maria Cristina Tenório	2005
São Mateus (cont.)	ES00239	Ocorrência Barro Novo	Sítio cerâmico implantado em platô a 50m de um córrego	Fundação Seridó (2006) / Registrado por Maria Cristina Tenório	2005
	ES00322	Córrego do Sapato 1	Sítio histórico localizado a 10 m do córrego do Sapato, bacia do rio São Mateus	Perota (2011)17	2012
	ES00323	Fazenda Alegre 1	Sítio cerâmico, localizado a 50 m do córrego Águas Limpas, na bacia do rio Palmito	Perota (2009)18	
Jaguaré	ES00147	do Souza	Sítio cerâmico	Perota e Teixeira (1999)19	1999
	ES00148	Santa Rita	Sítio cerâmico	Idem	1999
	ES00165	Manoel Peçanha	Sítio cerâmico associado à tradição Tupiguarani, localizado a 200 m do córrego do Palmito, bacia do rio Doce	Machado (2007a)	2006
	ES00188	Riozinho	Sítio cerâmico	Perota e Teixeira (1999)	1999
	ES00189	Mosquito	Sítio litocerâmico	Idem	1999
	ES00211	Santa Rita II	Sítio cerâmico, localizado a 55 m do córrego do Palmito, bacia do rio Doce	Machado (2008)	2008

15 MORAIS, J. L. et al. Relatório do Programa Arqueológico do Sítio dos Neves. Presidente Prudente, Maio de 2007.

16 Salvamento Emergencial do Sítio Neves.

17 PEROTA, C. Central de Tratamento de Resíduos de São Mateus. Diagnóstico Arqueológico. Vitória, 2011.

18 PEROTA, C. Diagnóstico prospectivo no Empreendimento Gasoduto Estação de Tratamento de Petróleo SM-8 - Fazenda Alegre (FAL).

19 PEROTA, C. & TEIXEIRA, J. L. Levantamento arqueológico na área do programa levantamento sísmico 3D – Norte do Campo de Fazenda Alegre – (3D – Norte FAL), apresentado –à Petrobrás –E e P - ES. Relatório Final. Ambiental Norte, São Mateus, 1999.

Município	Sigla CNSA	Nome do Sítio	Descrição sumária / Tipologia	Projeto Associado / Referência	Ano do Registro
Linhares	ES00078	Perobas	Sítio cerâmico a céu aberto, localizado a 300 m da Lagoa do Mosquito, bacia do rio Doce, próximo ao Fórum Municipal e o Centro de Zoonoses de Perobas	Machado (2005b)20	2005
Linhares (cont.)	ES00149	Fazenda Rio Doce	Sambaqui	Teixeira (2003)	2002
	ES00150	Durão	Sítio cerâmico localizado a 100 m do córrego João Pedro, bacia do rio Doce	Idem	2002
	ES00206	Sítio Ponte da Suruaca	Sambaqui localizado na bacia do rio Barra Seca	Fundação Seridó (2006) / Registrado por Viviane M. C. de Castro	2006
	ES00314	Suruaca 20	Sambaqui localizado a 7 km de uma lagoa da bacia do rio Doce e a 500m do acesso à Estação Coletora de Lagoa Bonita	Registrado por Dionne M. Azevedo21	2013
	ES00315	Lagoa Bonita 24 e 25	Sambaqui localizado a 9 km de lagoas da bacia do rio Doce	Idem	2013
	ES00316	Lagoa Bonita 19, 20 e 23	Sítio cerâmico localizado a 9,2 de lagoas da bacia do rio Doce	Idem	2013
	ES00317	Lagoa Bonita 06 – Morro do Mutum	Sambaqui localizado a 500 m da Lagoa Bonita, bacia do rio Doce	Idem	2013
	ES00324	Platô Verde	Sítio lítico localizado a 480 m do rio Doce	Registrado por Leandro Xavier22	2012
Aracruz	ES00004	da Ilha do Mutirão	Sítio litocerâmico localizado à margem do rio Piraquê-Açu	Registrado por Celso Perota	1995
	ES00066	Peixe Verde	Sítio composto por polidores e vestígios malacológicos localizado a 10 m do rio Piraquê-Mirim, bacia do rio Riacho	Machado (2005a)	2004
Aracruz (cont.)	ES00068	Sambaqui da Lajinha	Sambaqui com material lítico lascado localizado a 200 m da margem esquerda do rio Piraquê-Mirim, bacia do rio Riacho	Machado (2005a)	2005
	ES00069	Portocel	Sítio cerâmico localizado a 200 m do córrego do Engenho, bacia do rio Riacho	Machado (2006)23	2006
	ES00075	Porto do Bastião	Conjunto de polidores sobre blocos de rocha em área de mangue, a 30 m da margem esquerda do rio Piraquê-Mirim, bacia do rio Riacho	Machado (2005a)	2005
	ES00085	Vila do Mutirão	Sítio cerâmico de tradição Aratu, com urnas funerárias, localizado na Vila do Mutirão, a 50 m de nascente foramadora do rio Piraquê-Mirim, bacia do rio Riacho	Registrado por Celso Perota	1995
	ES00086	Ocorrência da Laje I	Sítio litocerâmico, com cerâmica corrugada e material malacológico	Machado (2008)	2008

20 MACHADO, C. L. "Prospecção Arqueológica na Área dos Loteamentos Perobas e Esplanada, Linhares - ES". Relatório de Pesquisa Rt-Rhea Nº 035/2005. Rhea Estudos e Projetos, Vitória, setembro de 2005b.

21 Projeto: Levantamento Geofísico Terrestre - Sísmica 3D Lagoa Bonita. CTA – Serviços de Meio Ambiente.

22 Projeto de Diagnóstico Arqueológico da Linha de Transmissão 230 kV Mascarenhas – Linhares/ES.

23 Machado, C. L. "Diagnóstico Arqueológico na Área do Projeto de Expansão da Portocel, Aracruz, ES". Relatório de Pesquisas, Rhea Estudos e Projetos / Cepemar Serviços de Consultoria, março 2006.

Município	Sigla CNSA	Nome do Sítio	Descrição sumária / Tipologia	Projeto Associado / Referência	Ano do Registro
	ES00213	Aroldo 02	Sambaqui localizado em acesso ao Porto do Aroldo, a 200 m do córrego do Bicho, bacia do rio Piraquê-Açu/Riacho	Costa (2009) ²⁴	2010
	ES00214	Irajá 03	Sítio cerâmico com material malacológico localizado em acesso à Aldeia de Irajá	NI	NI
	ES00215	Boa Vista 01	Sítio litocerâmico e malacológico localizado na estrada de acesso para Lameirão, a 800 m do rio Piraquê-Açu	Costa (2009)	2010
	ES00216	Aroldo 03	Sítio lítico e malacológico localizado próximo ao mangue do Porto do Aroldo, a 250 m do córrego do Bicho, bacia do rio Piraquê-Açu	Idem	2010
Aracruz (cont.)	ES00217	Aroldo 04	Sítio lítico e malacológico localizado em topo de morro, junto a acesso ao Porto do Aroldo, a 280 m do córrego do Bicho, bacia do rio Piraquê-Açu	Costa (2009)	2010
	ES00218	Lajinha 02	Sítio lítico e malacológico localizado em topo de morro, a 100 m do rio Piraquê-Açu	Idem	2010
	ES00219	Sambaqui da Ilha da Pedra Branca	Sambaqui localizado a 5 m do rio Piraquê-Açu	Idem	2010
	ES00220	Sambaqui da Ilha do Aroldo 01	Sambaqui localizado a 5 m do rio Piraquê-Açu	Idem	2010
	ES00221	Sambaqui do Irajá 01	Sítio lítico e malacológico localizado em estrada de acesso ao Porto de Irajá	Idem	2009
	ES00222	Sambaqui do Irajá 02	Sambaqui localizado à margem do rio Piraquê-Açu	Idem	2010
	ES00224	Irajá 03	Sítio cerâmico com material malacológico localizado a 95 m do rio Piraquê-Açu, em acesso à Aldeia de Irajá	Idem	2010
	ES00225	Irajá 04	Sítio malacológico com algum material cerâmico localizado a 95 m do rio Piraquê-Açu, junto à Rodovia Primo Bitti, parcialmente em Reserva Indígena (Aldeia de Irajá)	Idem	2010
	ES00226	Dedeco 01	Sítio malacológico localizado em acesso ao Porto Dedeco, a 45 m do rio Piraquê-Açu	Idem	2010
	ES00227	Santa Rosa 01	Sambaqui localizado a 130 m do rio Piraquê-Açu, em acesso ao mangue	Idem	2010
Aracruz (cont.)	ES00228	Santa Rosa 03	Sítio cerâmico localizado em acesso ao Porto de Santa Rosa, junto ao mangue, a 120 m do rio Piraquê-Açu	Costa (2009)	2010
	ES00229	Santa Rosa 05	Sítio multicomponencial lítico malacológico e histórico, a 250 m do rio Piraquê-Açu	Idem	2010
	ES00321	Barra do Sahy 2	Sítio cerâmico de tradição Tupiguarani / fase Cricaré, localizado na planície costeira, a 100 m da lagoa do talvegue sul do rio Riacho	Registrado por Celso Perota ²⁵	2012
Fundão	ES00020	ES-VI n°15	Sítio lítico à margem do rio Timbuí	Registrado por Celso Perota	1970
Costa	ES00039	ES-VI n°1	Sítio litocerâmico à margem do rio Una	Registrado por Celso Perota	1969

²⁴ COSTA, H.A.V. Relatório do Diagnóstico Arqueológico do Plano de Manejo da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, Aracruz, ES. Vitória: Envirolink/IEEMA, 2009.

²⁵ Programa de Monitoramento Arqueológico da área de Implantação do estaleiro Jurong Aracruz.

Município	Sigla CNSA	Nome do Sítio	Descrição sumária / Tipologia	Projeto Associado / Referência	Ano do Registro
	ES00040	ES-VI n°2	Sítio litocerâmico à margem do rio Reis Magos	Idem	1969
	ES00041	ES-VI n°3	Sítio cerâmico à margem do rio Reis Magos	Idem	1970
	ES00042	ES-VI n°4	Sítio cerâmico à margem do rio Reis Magos	Idem	1970
	ES00043	ES-VI n°5	Sítio litocerâmico à margem do rio Reis Magos	Idem	1970
	ES00044	ES-VI n° 6	Sítio litocerâmico à margem do rio Reis Magos	Idem	1970
	ES00045	ES-VI n°7	Sítio cerâmico à margem do córrego da Serra	Idem	1970
	ES00046	ES-VI n°8	Sítio cerâmico à margem do córrego da Serra	Idem	1970
	ES00062	ES-VI-7	Sítio histórico colonial localizado junto à Estrada Serra - Nova Almeida	Idem	1970
Serra (cont.)	ES00067	Sambaqui do Queimado	Sambaqui localizado a 10 m do ribeirão Brejo Grande, bacia do rio Santa Maria do Vítór	Machado (2005c)26	2005
	ES00081	Sítio do Cachimbo	Sítio histórico localizado a 80 m do Canal dos Escravos, bacia do rio Santa Maria de Vítór	Machado (2007b)27	2007
	ES00082	Polidores do Alphaville	Polidores sobre afloramento rochoso junto a sambaqui, a 750 m do Canal dos Escravos, bacia do rio Santa Maria de Vítór	Idem	2007
	ES00083	Sambaqui do Morro	Sambaqui localizaod a 600 m de lagoa da bacia do rio Santa Maria de Vítór, junto aos "polidores do Alphaville"	Idem	2007
	ES00084	Lascas do Areal	Ocorrência lítica a 300 m do Canal dos Escravos, bacia do rio Santa Maria de Vítór	Idem	2007
	ES00105	Sambaqui de Carapina	Sambaqui com terra preta e grande quantidade de vestígios malacológicos e lascas de quartzo, situado próximo ao sítio histórico de São João de Carapina	Machado (2005d)28	2005
	ES00167	Sambaqui do Pércles I	Sambaqui localizado a 200 m do Canal dos Escravos, bacia do rio Santa Maria de Vítór	Machado (2007b)	2007
	ES00168	Sambaqui do Pércles II	Sambaqui com presença de lascas líticas e cerâmica histórica a 200 m do Canal dos Escravos, bacia do rio Santa Maria de Vítór	Idem	2007
Serra (cont.)	ES00169	Sambaqui Jacuhy	Sambaqui com presença de material lítico lascado e polido, localizado a 250 m de drenagem formadora da bacia do rio Santa Maria de Vítór	Machado (2007b)	2007
	ES00192	Sambaqui do Apicum	Sambaqui localizado em elevação na extremidade do mangue do Lameirão, bacia do rio Santa Maria de Vítór	Machado (2007c)29	1999 / 2007
	ES00210	Lagoa do Juara	Sambaqui loclizado a 10 m da lagoa do Juara, bacia do rio Reis Magos	Machado (2008)	2008
	ES00280	Areal II	Sítio lítico localizado a 200 m do rio Jacuhy, bacia do rio Santa Maria	Perota (2010)30	2009

26 MACHADO, C. L. "Levantamento do Potencial Arqueológico na Área do Polo Industrial Piracema". Relatório Técnico. Cepemar Meio Ambiente / Rhea Estudos e Projetos, abril 2005c.

27 MACHADO, C. L. Prospecção Arqueológica na Área do Condomínio Alpha Ville Jacuhy, Serra / ES. Relatório de Pesquisa, Rhea Estudos & Projetos / Cepemar Serviços de Consultoria em Meio Ambiente, Vitória, 2007b.

28 MACHADO, C. L. Projeto Parque Histórico-Ambiental de São João de Carapina - Diagnóstico Histórico Arqueológico. Rhea Estudos e Projetos Ltda / IDEAR Arquitetura e Consultoria / Prefeitura Municipal de Serra. Outubro 2005d.

29 MACHADO, C. L. Diagnóstico Arqueológico na Área da Estação Ecológica do Lameirão, Serra / ES. Relatório Técnico, Rhea Estudos & Projetos Ltda / Fundação Promar, Vitória, 2007c.

30 PEROTA, C. Relatório do Programa de Arqueologia Preventiva na área de construção da Rodovia ES-124 - Via Norte. Vitória, 2010.

Município	Sigla CNSA	Nome do Sítio	Descrição sumária / Tipologia	Projeto Associado / Referência	Ano do Registro
	ES00286	Via Norte I	Sambaqui localizado a 300 m do rio Jacuhy, bacia do rio Santa Maria	Idem	2009
	ES00287	Via Norte II	Sítio histórico colonial situado a 200 m do rio Uma	Idem	2009
	ES00288	Via Norte III	Sítio histórico colonial situado a 200 m do rio Uma	Idem	2009
	ES00296	Sambaqui das Aroeiras	Sambaqui localizado na baía de Vitória	Machado (2011) ³¹	2011
	ES00297	Sambaqui da Quixabeira	Sambaqui localizado na baía de Vitória	Idem	2011
	ES00299	Sambaqui do Capão	Sambaqui localizado na baía de Vitória	Idem	2011
Serra (cont.)	ES00300	Sambaqui do Gravatá	Sambaqui localizado na baía de Vitória	Machado (2011)	2011
	ES00301	Sambaqui do Joá	Sambaqui localizado na baía de Vitória	Idem	2011
	ES00303	Sambaqui Mirim II	Sambaqui localizado na baía de Vitória	Idem	2011
	ES00304	Sambaqui Ilha do Limão	Sambaqui localizado na baía de Vitória	Idem	2011
	ES00305	Sambaqui do Ananás	Sambaqui localizado na baía de Vitória	Idem	2011
	ES00310	Marco Zero	Sítio cerâmico de tradição Aratu situado na base do morro do Mestre Álvaro, a 500 m de formadores do rio Santa Maria	Registrado por Yuri B. de Magalhães ³²	2012

31 MACHADO, C. L. Prospecção Arqueológica na Área do Entorno do Alphaville Jacuhy, Serra / ES. Relatório Técnico, Rhea Estudos & Projetos Ltda, Vitória, 2011.

32 Relatório nº003/2012 Arqueologia/IPHAN/ES.

1.3.2 Etnohistória e ocupação histórica

As informações históricas sobre o Estado do Espírito Santo remetem à primeira metade do século XVI, com a chegada de portugueses à Vila Velha (1535), São Mateus (1544), Vitória (1551) e Santa Cruz (1556). A ocupação portuguesa da Capitania do Espírito Santo objetivava, nesse período, defender o território contra a invasão de estrangeiros, principalmente franceses.

Segundo Coutinho (2006), a história da ocupação portuguesa foi também a da resistência indígena contra os invasores e da defesa da posse da terra. O primeiro contato relatado por Marques (1878), na Prainha da posterior Vila do Espírito Santo (hoje Vila Velha) pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho, em 1535, não foi nada amistosa. Os índios Goitacazes armados de arco e flecha tentaram impedir o desembarque dos portugueses a bordo da nau Glória. No entanto, alguns disparos de canhão afugentaram os indígenas para a floresta.

A Capitania do Espírito Santo, no século XVI, era habitada por uma variedade de grupos indígenas identificados linguisticamente como pertencentes aos troncos Tupi e Macro Jê. A região norte capixaba, localizada entre as bacias dos rios Doce e Piraquê Açu era ocupada, na faixa costeira entre o rio Piraquê Açu e o rio Riacho, pelos índios Tupiniquim e, ao sul do rio Piraquê Açu, pelos Goitacaz. Os Botocudo habitavam áreas do interior no vale do rio Doce, bem como dos rios Araraquara, Riacho, Comboios e das lagoas do Meio e Aguiar, estendendo-se para norte/noroeste do estado. Segundo Oliveira (1975 apud Coutinho 2006), sua maior área territorial ficava nos atuais municípios de Aracruz e Colatina (Coutinho 2006; Marques 1878; Nimuendaju 1944; Novaes 1969; Oliveira 1975; Bahiense 1971; Rocha 1971; Rabelo 2003).

A primeira vila formada em 1556 na foz do rio Piraquê Açu foi denominada Aldeia Nova (atual distrito de Santa Cruz, no município de Aracruz). Tratava-se de um aldeamento jesuítico formado pelo Padre Braz Lourenço e os noviços Diogo Jácome e Fábio Lucena, com índios Goitacaz pacificados e índios Temiminó, estes chefiados pelo morubixaba Maraciaguaçu (Grande Gato). Mais tarde, juntaram-se ao núcleo os índios Tupiniquim vindos do sertão e comandados pelo cacique Pirá-Obig (Peixe Verde), atraídos pelo bom tratamento oferecido pelos padres (Coutinho 2006).

Em 1557, foram formados mais dois núcleos portugueses, o aldeamento de Reis Magos (hoje distrito de Nova Almeida no município de Serra) e a Aldeia do Campo, posteriormente denominada Campos do Riacho (atual Vila do Riacho, bairro do município de Aracruz). Esse segundo núcleo estava localizado ao sul do rio Doce, três léguas ao norte da Aldeia Nova.

Neste período, as invasões estrangeiras eram constantes no litoral brasileiro e geravam a formação de expedições em defesa do território, formadas por portugueses e índios aliados, principalmente “aldeados”. Neste contexto foi formado, em Aldeia Nova, um grupo de cerca de 300 índios Temiminó, comandado por Arariboia (Cobra Feroz), para combater e expulsar os franceses, a pedido do Governador Geral do Brasil, Mem de Sá. No conflito, os índios Temiminó saíram vencedores e Arariboia foi reconhecido como herói brasileiro.

Na segunda metade do século XVI, os conflitos entre portugueses e índios não pacificados se intensificaram, resultando em grandes massacres e investidas ao interior para captura de índios.

O aldeamento de Reis Magos progredia de forma mais acelerada que Aldeia Nova, por se localizar mais próximo à capital da província. Entre 1560 e 1580, um surto de varíola e a invasão de formigas “cabeçudas” abateram Aldeia Nova, ocasionando a transferência da maior parte da população para o aldeamento de Reis Magos. Entretanto, lá ficaram algumas dezenas de índios Tupiniquim, entre eles Miguel de Azeredo (Arco Grande) e Inácio de Azevedo, que saíram para o sertão, em 1595, a mando do Padre Garcia, em busca de seus parentes que haviam fugido do contato com os portugueses. O grupo seguiu pelas matas do rio Doce em direção ao atual Estado de Minas Gerais, sendo atacado pelos índios Aimoré. Estes, no entanto, foram vencidos, e os Tupiniquim retornaram a Aldeia Nova, seguindo no dia seguinte para o aldeamento de Reis Magos. Devido ao decréscimo populacional em Aldeia Nova, esta passou a chamar-se Aldeia Velha, sendo a denominação de Aldeia Nova empregada para o aldeamento de Reis Magos. Ainda no final do século XVI, a Aldeia Velha foi atacada pelos índios Apiapitanga, que foram vencidos, ocasionando a morte de muitos índios, principalmente cristãos (Coutinho 2006).

Em 1610, D. Francisco de Aguiar Coitinho requer aos índios Tupiniquim uma sesmaria na área de Aldeia Velha, medindo 72 km por 30 km. A mesma foi concedida pelo Juízo da Ouvidoria Geral da Relação da Bahia, sendo a carta oficial recebida em janeiro de 1759.

Durante o século XVII, os demais grupos indígenas foram incorporados à Aldeia Nova (aldeamento Reis Magos), aumentando consideravelmente sua população; em 1689 era de 764 índios. Em 1693 esse número quase dobrou com a chegada de 500 índios Pataxó (Leite 1938).

No início do século seguinte, Aldeia Nova possuía aproximadamente 2.030 índios. Apesar da prosperidade, o empreendimento jesuítico convivia com constantes restrições por parte da Coroa até que, pelo Alvará de 7 junho de 1755, foi proibida qualquer ingerência dos religiosos no governo temporal dos índios (Marques 1878).

As restrições foram originadas por críticas de fazendeiros e colonos portugueses ao poder dado aos jesuítas, seja no favorecimento à ocupação de terras dos núcleos coloniais ou aos seus objetivos para com os indígenas. Tal movimento desencadeou a expulsão dos jesuítas do Brasil através do Decreto Real de 1759, expedido pelo ministro do Rei D. José I, o Marquês de Pombal, dois anos após o aldeamento de Reis Magos tornar-se sede de paróquia (1757) e, no ano seguinte, ser elevado à categoria de vila (Novaes 1969).

Durante aproximadamente 150 anos, poucas menções foram feitas na historiografia sobre o aldeamento de Aldeia Velha. Somente no final do século XVIII aparecem informações sobre o núcleo, referindo-se à chegada de 30 casais levados pelo capitão-mor Ignário João Mongeardino, que aconselhou a criação de outra povoação na região, na confluência dos rios Riacho e Comboios, a qual seria de grande utilidade dada a pouca profundidade da foz do Riacho, possibilitando assim a exploração dos rios em “canoas de voga”.

O capitão-mor referia-se, também, à proteção dos núcleos contra os ataques dos Botocudo, que se intensificaram no final do século XVIII, se estendendo para o XIX, impondo dificuldades à exploração das terras da capitania. Com o intuito de desenvolver a região e possibilitar o escoamento de produtos, o governador Antonio Pires da Silva Pontes firmou o propósito de abrir um caminho fluvial pelo rio Doce até Minas Gerais, iniciando a povoação de suas margens e criando destacamentos militares para proteger o empreendimento.

O mapa etnohistórico, do antropólogo Kurt Nimuendaju (1944) fornece uma ideia da intensa ocupação indígena registrada entre os atuais estados do Espírito Santo e Minas Gerais. O documento mostra a presença de índios Botocudo (Etwét; Nakrehê, Takrukak, Conkung, Minyã-yirúng, Nyepnye) desde o século XVIII até o XX na região do rio Doce, até os rios São Mateus e Manhuaçu (Serra do Espigão). Também registra, de forma mais pontual, a presença dos Puri na porção sul do território.

A partir de 1800 foram criados quartéis militares nas margens do rio Doce: o Quartel Regência Augusta, na barra do rio Doce; o Quartel Coutins, a montante, na margem esquerda do rio, numa barranca em forma de meia-lua onde, segundo referências históricas, outrora os índios Botocudo abriram uma clareira para dançar e celebrar festas; os Quartéis Pancas e Porto de Souza, rio acima e os Quartéis Lorena e Anádia (Zunti 1982).

Em 1800 também foi criado o Quartel do Riacho, na margem direita da foz do rio homônimo (atualmente o bairro de Barra do Riacho), Segundo Novaes (1963), nesta mesma época, Francisco Bueno e João Campista lançaram os fundamentos da povoação do Riacho, em Campos do Riacho, hoje Vila do Riacho, “lugar que tanto realce teve, na história da escravidão, por que se tornou um centro de quilombos”.

O propósito de tornar o rio Doce uma área de comércio entre Minas Gerais e o Espírito Santo foi dificultado pela falta de navegabilidade de muitos trechos. Além disso, a foz, local de entrada e saída das embarcações, era considerada perigosa devido ao constante movimento de areias, mudando sempre de lugar (Zunti 1982).

Quartel Coutins foi o primeiro nome dado ao atual município de Linhares, que foi atacado em 1808, juntamente com o Quartel Porto de Souza, por grupos de índios Botocudo. Esses ataques, somados aos anteriores, determinaram o despacho de uma Carta Régia estabelecendo severas medidas contra os índios e a militarização de toda a Capitania para uma ativa perseguição aos selvagens. No ano seguinte, 1809, foi declarada guerra aos Botocudo e iniciada a reconstrução do Quartel de Coutins, que recebeu o nome de Linhares, em homenagem a D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares. Em 1815 foi fundado mais um quartel militar, Comboios, localizado nas matas, pouco distante do mar, três léguas ao sul do rio Doce e quatro do Quartel do Riacho.

O viajante Saint-Hilaire visitou, em 1818, as áreas hoje compreendidas pelos municípios de Linhares e Aracruz. No relato de sua passagem pelo Quartel do Riacho, o viajante comenta que o território era dominado pelos índios Botocudo, ao norte da foz, e pelos Tupiniquim, ao sul. A aldeia Tupiniquim mais próxima ficava no córrego de Piranema e no rio Sahy. Mais ao sul, havia outras pequenas aldeias em Guaxindiba, Saué e Putiri (Coutinho 2006).

Nas décadas seguintes do século XIX os povoamentos cresciam prosperamente. Em 1828 foi criada a Intendência Municipal de Vila do Riacho em Campos do Riacho. Em 1833, o povoado de Linhares foi elevado à categoria de vila, com 713 habitantes. Em 1841, o município de Linhares apresentava área imensa, delimitada a leste pelo oceano, a oeste pela Província de Minas Gerais, ao norte pelo termo de São Mateus e ao sul por Aldeia Velha. O limite com a Província de Minas Gerais era a Serra do Espigão, entre os rios Manhuaçu e Guandu, área habitada pelos índios Puri e Botocudo (Nakrehê), registrados por Nimuendajú a partir de 1831. O Município de Linhares, na metade do século XIX, englobava os atuais municípios de Colatina, Baixo Guandu, Pancas, São Gabriel da Palha, Santa Teresa, Itaguaçu e parte de Ibiraçu (Zunti 1982).

Em 1848, Aldeia Velha foi elevada a Município de Santa Cruz; o vale do rio Riacho, no norte do município, continuava a ser povoado por fazendeiros atraídos pelas notícias de terras férteis. Por volta de 1850, a foz do rio Riacho e imediações ao sul, até o rio Engenho, córrego das Minhocas (Praia da Conchinha) e o rio Pavor ao norte e o Córrego do Ouro ao oeste, além da aldeia de Pau-Brasil, constituíam uma sesmaria, a Fazenda Santa Juanna, propriedade do Coronel Joaquim Ribeiro Pinto de Matos, nascido em 1807, senhor de escravos (Coutinho 2006).

Outra sesmaria pertencia ao Prof. Antônio da Rocha Lobo, a Fazenda Flor da Barra, comprada no final da década de 1870. A sede da fazenda ficava no mesmo local onde antes, em 1800, fora sediado o Quartel de Riacho, na foz do rio de mesmo nome.

Em 1874, chegaram a Santa Cruz 386 imigrantes italianos trazidos por Pietro Tabacchi, imigrante italiano que ali vivia desde 1851. Inicialmente instalados na Fazenda das Palmas, perto de Sauaçu (sede do município de Aracruz), Tabacchi intencionava levá-los a outra fazenda maior, onde instalaria a Colônia Nova Trento, localizada atualmente no município de Fundão, à distância de seis horas de viagem a pé. Essa colônia não prosperou, pois os imigrantes entendiam que a Fazenda das Palmas era o fim da viagem e dez dias depois da chegada mostraram seu descontentamento (Coutinho 2006). Pietro Tabacchi faleceu quatro meses após a chegada destes imigrantes, que se dispersaram por Santa Teresa, Santa Leopoldina e Rio Novo do Sul. A Fazenda das Palmas foi vendida para o General Aristides Guaraná e sediou o núcleo colonial Santa Cruz e o engenho central de Guaraná, formado pelo terceiro grupo de imigrantes italianos que chegou em 1877 (Coutinho op cit.).

1.4 Caracterização ambiental

1.4.1 Geologia

Geologicamente, o empreendimento está inserido na Província Mantiqueira, com rochas associadas ao Domínio Interno do Orógeno Araçuaí – Doce, do Neoproterozoico e Coberturas Cenozoicas.

O Domínio Tectono-Estrutural Interno do Orógeno Araçuaí - Doce é constituído principalmente por rochas metassedimentares. Na porção norte da área, as rochas do embasamento encontram-se em parte recobertas por sedimentos cenozoicos do Grupo Barreiras e correlatos. Além dessas unidades, também ocorrem coberturas recentes representadas por depósitos aluvionares e flúviolagunares.

De norte para sul, a partir da divisa entre os estados da Bahia e do Espírito Santo, até aproximadamente o povoado de Guaraná no entroncamento com a rodovia SE-124, a rodovia BR-101/ES/BA intercepta os sedimentos terciários da Formação Barreiras, constituídos por arenitos argilosos a conglomeráticos, argilitos e conglomerados (ENb).

Neste trecho, os sedimentos do Grupo Barreiras (ENb) são dominantes e entrecortados pelos vales de drenagens das bacias dos rios Palmeiras ou Jundiá, Itauninhas, São Mateus, Preto do Sul, Pau Atravessado, Doce, do Norte, Francês e Gimunhuna e dos córregos do Angelim, São Domingos, da Areia, Cupido, Caxambu e do Quartel. Nas calhas dessas drenagens ocorrem depósitos aluvionares (Q2a) e/ou flúvio-lagunares (Q2fl) recentes.

Ao sul deste trecho, aproximadamente entre o entroncamento com a SE-124 e o Município de Fundão, a rodovia cruza rochas pertencentes ao Complexo Paraíba do Sul (NPps), representadas por paragnaisses aluminosos, mica xistos, rochas calcissilicáticas, quartzitos, mármores e anfibolitos.

Entre o município de Fundão e o povoado de Timbuí, até as intercepções dos ribeirões Sauanha e Juara, na região dos entroncamentos para a ES-264, ocorrem granitóides calcialcalinos tardios a pós-orogênicos da Suíte Aimorés, de idade cambriana (ca41am).

Ao sul de Fundão, até aproximadamente o município de Serra, ocorrem rochas do Complexo Paraíba do Sul (NPps), sendo que nas calhas dos ribeirões da região, observam-se depósitos flúvio-lagunares recentes (Q2fl). Em direção a Vitória, entre os municípios de Serra e Carapina, afloram novamente os sedimentos terciários da Formação Barreiras (ENb) e, entre Carapina e Cariacica, predominam os sedimentos associados aos depósitos flúvio-lagunares recentes (Q2fl), sendo que esses últimos já não fazem parte do escopo desta pesquisa.

Geomorfologia

A compartimentação geomorfológica da Rodovia BR-101/ES/BA no Estado do Espírito Santo, abrange dois principais domínios morfoestruturais, os Depósitos Sedimentares e a

Faixa de Dobramentos Remobilizados, conforme a divisão geomorfológica das Folhas Rio Doce SE-24 apresentada nos Mapa Geomorfológico.

No **Quadro 1.4.1-1** são apresentados os domínios, regiões e unidades geomorfológicas interceptadas pelo subtrecho da Rodovia BR-101 no Estado do Espírito Santo, assim como a morfodinâmica do relevo local.

Quadro 1.4.1-1 Morfoestruturais, Regiões e Unidades Geomorfológicas interceptados pela Rodovia BR – 101/ES - Folha Rio Doce SE.24.

Domínios Morfoestruturais	Regiões Geomorfológicas	Unidades Geomorfológicas	Morfodinâmica
Depósitos Sedimentares	Planícies Costeiras	Complexos Deltáicos, Estuarinos e Praiais Altitudes 2 a 8 m	Erosão vertical e lateral do canal Deposição lateral e vertical de sedimentos aluviais Inundações periódicas
	Piemontes Inumados	Tabuleiros Costeiros Altitudes < 100 m	Erosão laminar e em sulcos com ocorrência de voçorocas e escorregamentos Entalhamento de talvegue por fluxo superficial Problemas de encharcamento devido à constituição argilosa e à má drenagem
Faixa de Dobramentos Remobilizados	Planaltos da Mantiqueira Setentrional	Patamares Escalonados do Sul Capixaba Altitudes 800 a 1000 m	Escorregamentos de massa, rastejo, ravinas e erosão em sulcos Intensos ravinamentos Entalhamento de talvegue devido ao escoamento superficial Assoreamento de vales bem encaixados
Faixa de Dobramentos Remobilizados (cont.)	Planaltos da Mantiqueira Setentrional	Maçiços do Caparaó Altitudes 900 a 1000 m	Escorregamentos de massa, rastejo, ravinas e erosão em sulcos Intensos ravinamentos Entalhamento de talvegue devido ao escoamento superficial Assoreamento de vales bem encaixados
	Piemontes Orientais	Baixada Litorânea Altitudes 80 a 250 m	Queda de blocos e matações Escorregamentos de massa, rastejo, ravinas e erosão em sulcos Entalhamento de talvegue devido ao escoamento superficial
Depósitos Aluviais	Planície Fluvial	Planície Fluvial Altitudes 5 a 15 m	Enchentes sazonais Solapamento, erosão laminar e em sulcos Erosão lateral e vertical do canal, deposição de finos durante as enchentes por decantação e de areias e seixos por acréscimo lateral Freático elevado

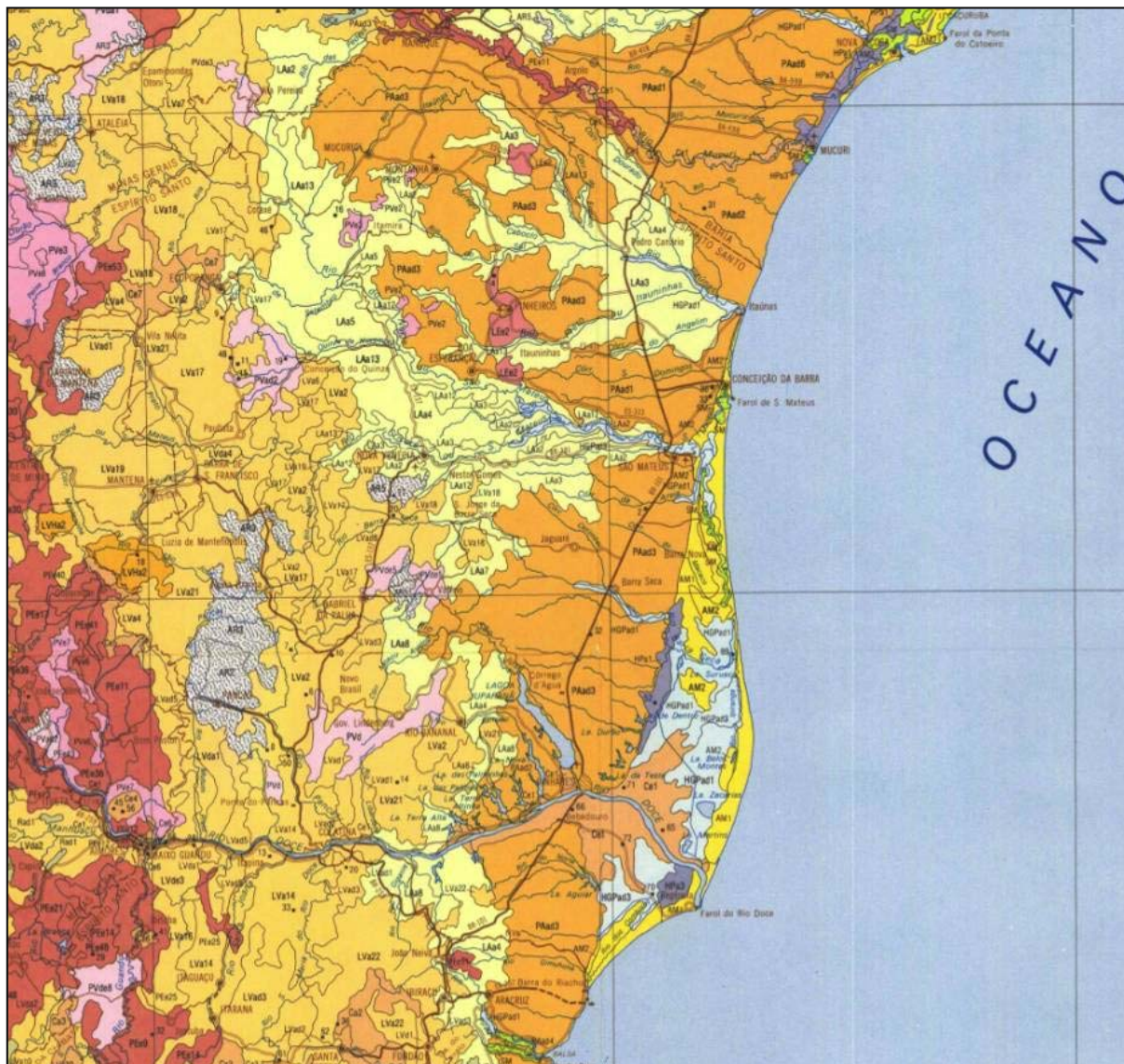
1.4.2 Pedologia

De acordo com o Mapa Exploratório de Solos das Folhas Rio Doce SE-24, escala 1:1.000.000 do Projeto RADAMBRASIL, no subtrecho da Rodovia BR-101/ES/BA, ocorrem as seguintes ordens de solo: Podzólico, Latossolo, Cambissolo, Glei, solos aluviais, solos litólicos e solos orgânicos, como pode ser observado no Mapa Pedológico, na **Figura 1.4.2-1**. No **Quadro 1.4.2-1** são apresentadas as ocorrências de solo ao longo do trecho de estudo da BR-101.

Quadro 1.4.2-1 Tipos de Solos interceptados pela BR-101/ES/BA.

Tipos de Solo		Ocorrência ao longo da BR-101/ES
LAA 3 e 4	Latossolo Amarelo álico	Entre a divisa com a BA e o entroncamento com a rodovia ES-416
PAad1	Podzólico Vermelho-Amarelo álico e distrófico	Do entroncamento com a rodovia ES-416 até o rio São Mateus
HGPad3	Glei Pouco Húmico álico e distrófico	Rio São Mateus
HGPad1	Glei Pouco Húmico álico e distrófico	Rios Itaúnas e Barra Seca
PAad3	Podzólico Vermelho-Amarelo álico e distrófico	Entre São Mateus e o povoado de Guaraná
Ce1	Cambissolo eutrófico	Rio Doce
LAA4	Latossolo Amarelo álico	Entre Guaraná e João Neiva
PEe51	Podzólico Vermelho-Escuro eutrófico	Nas proximidades de João Neiva
PEe12	Podzólico Vermelho-Escuro eutrófico	Nas proximidades de Serra
LVA22, LVd1	Latossolo Vermelho-Amarelo álico, distrófico	Entre João Neiva e Timbuí
Rde 1/Rd	Solos litólicos distróficos e eutróficos	Nas proximidades de Timbuí
PAa4/PAa3	Podzólico Amarelo álico	Entre Timbuí e Carapina

De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (2006), os solos Podzólicos devem ser renomeados como Argissolos, os Solos Aluviais como Neossolos Flúvicos, os Solos Orgânicos como Organossolos, os Solos Litólicos como Neossolos Litólicos e os Glei como Gleissolos.



Fonte: Folha SE.24 Rio Doce, Mapa Exploratório de Solos, Projeto RadamBrasil, 1987

Figura 1.4.2-1 Recorte do mapa pedológico da área de estudo

1.4.3 Hidrografia

O Estado do Espírito Santo encontra-se dividido oficialmente em 12 Unidades Administrativas de Recursos Hídricos, das quais pelo menos 5 (Santa Maria do Rio Doce, Santa Maria da Vitória, Doce, São José e Litoral Centro Norte) são atravessadas pelo subtrecho da rodovia. **Na Figura 1.4.3-1** são apresentadas essas unidades.

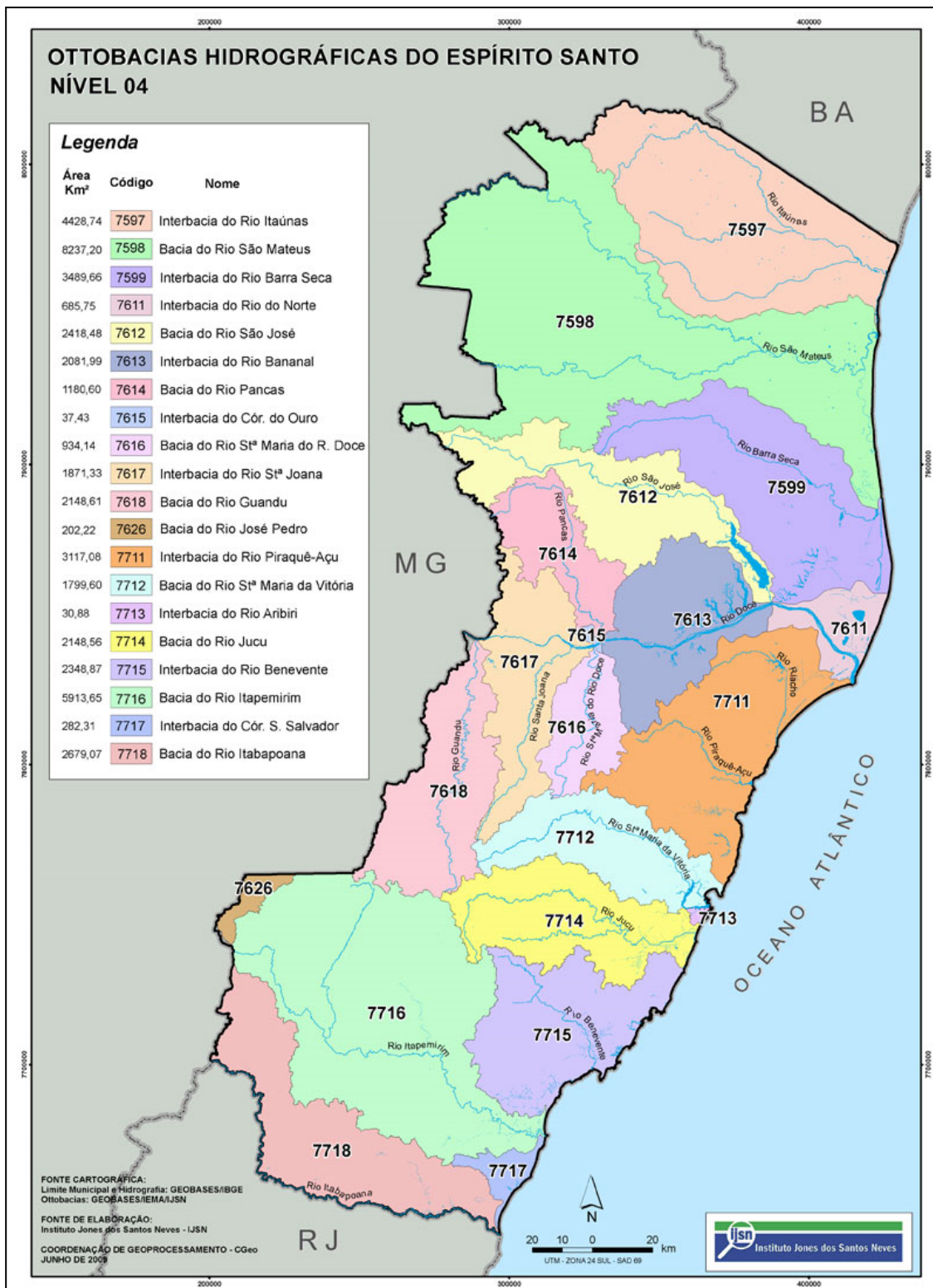


Figura 1.4.3-1 Bacias Hidrográficas do Estado do Espírito Santo

1.5 Aporte Metodológico

Os trabalhos de campo para a construção do diagnóstico do patrimônio cultural presente nas áreas de influência do trecho da BR-101 a ser duplicada foram desenvolvidos por duplas de pesquisadores que se responsabilizaram, respectivamente, a primeira pelo patrimônio arqueológico e a segunda pelo patrimônio material e imaterial e pela educação patrimonial.

Ambas as equipes visitaram as sedes municipais e caminharam ao longo do eixo da rodovia, coletando dados primários e secundários na ADA, na AID e, por vezes, na AII do empreendimento.

1.5.1 Patrimônio Arqueológico

Os procedimentos de pesquisa empregados no diagnóstico arqueológico seguiram as orientações e diretrizes do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, definidas pela Portaria nº 230/2002, que deliberava³³ sobre os procedimentos necessários à compatibilização de licenças ambientais com estudos preventivos de arqueologia (Bastos & Teixeira 2005).

O levantamento arqueológico de campo se traduz na identificação de sítios arqueológicos a partir de caminhamentos e intervenções no solo (Bicho 2006; Renfrew & Bahn, 2004; Ferdière 2006; García 2005). O ponto de vista adotado considerou como vestígio arqueológico todo e qualquer elemento que caracterizasse e/ou pudesse indicar a presença de atividades humanas pretéritas na área de estudo, independente do período cronológico a que se relacionassem e dos possíveis critérios subjetivos de valoração científica.

Neste contexto, deveriam ser considerados tanto os sítios arqueológicos mais antigos, relacionados à ocupação indígena pré-colonial, como os vestígios materiais históricos relacionados às diferentes fases da formação da sociedade nacional. Igualmente, não deveriam ser considerados importantes apenas os vestígios de maior visibilidade, como grandes aldeias, estruturas de sepultamentos, construções, etc., mas também aqueles que, mesmo contendo remanescentes materiais fugazes, fizessem parte e contribuíssem para a ratificação dos modos de assentamento humano conhecidos para as áreas de influência do empreendimento. Procedendo dessa forma, todo vestígio cultural foi considerado significativo para a “reconstituição” dos processos culturais, objetivo último da Arqueologia enquanto ciência antropológica e histórica.

Os procedimentos desenvolvidos neste projeto foram substanciados em estudos amplamente discutidos e aplicados em prospecções regionais (Schiffer & Gummerman 1997; Kintigh 1988; Krakker, Shott & Welch 1993, entre outros); na definição de métodos de investigação foram consideradas as especificidades técnicas do empreendimento e as características ambientais da área de estudo.

O estudo das interações entre o meio ambiente e o potencial arqueológico apresenta vínculos com pressupostos da Arqueologia Contextual (*Contextual Archaeology*) que Waters (1992) relaciona com a abordagem sistêmica, na qual a recuperação de componentes contextuais do ecossistema (flora, fauna, clima, paisagem e cultura) é usada para a interpretação de aspectos de estabilidade e mudança cultural.

A suposição da grande influência do meio natural para o assentamento e atividades de populações humanas pretéritas é suportada por dados empíricos etnográficos, arqueológicos e estudos teóricos (Kipnis 1997); o clima, a geologia, a geomorfologia, o

³³ Revogada pela Instrução Normativa IPHAN nº 1, de 25 de março de 2015.

suporte biótico em termos faunísticos e florísticos, as características atuais e pretéritas de cobertura e uso do solo, fornecem os elementos essenciais a essa avaliação.

Sob a perspectiva geoarqueológica (Waters 1992; Waters & Kuehn 1996), torna-se possível a determinação de variáveis ambientais com maior potencial para a ocorrência de sítios arqueológicos. Estas variáveis, em geral, estão baseadas na concepção da existência de determinados padrões recorrentes de ocupação/atividade humana a partir de certas estratégias econômico-sociais ligadas à captação, produção, distribuição, consumo e manejo de recursos naturais.

Conforme Plog *et al.* (1982; *apud* Bicho 2006), o objetivo principal de uma prospecção visual não deveria ser só encontrar sítios arqueológicos, mas compreender como o espaço e a paisagem foram utilizados e explorados por grupos humanos no passado.

Nessa perspectiva, é importante perceber como as sociedades ocuparam e modificaram a paisagem em função de suas práticas econômico-produtivas, sociais e culturais e como as pessoas foram influenciadas, motivadas e restringidas por ela (Fagundes 2008).

O manejo da paisagem abrange questões que extrapolam as condições adaptativas e de subsistência, relacionadas aos aspectos de ordem cognitiva, ao apego sentimental ao lugar, às escolhas/estratégias políticas ou ritualísticas, enfim, faz parte de uma rede de significação (Fagundes 2008).

O mesmo autor aponta que são as particularidades do processo histórico que envolvem escolhas de ordem puramente cultural, consciência inerente à condição humana, que permite a ordenação, classificação e os modos de pensar e de agir (Fagundes 2008).

A abordagem ambiental ou geoarqueológica, através da avaliação do entorno físico dos sítios arqueológicos, procura estabelecer parâmetros para a interpretação dos processos de formação, preservação ou destruição dos vestígios arqueológicos, considerando as transformações climáticas e geográficas ocorridas no passado. Por outro lado, a caracterização da estrutura, da dinâmica e da evolução da paisagem permite prever “controles geoarqueológicos”, indicando áreas capazes de preservar ou condicionar aspectos de formação e preservação de sítios (Brochier 2004).

Assim, se considerou neste estudo a relação da paisagem com o passado e a sua percepção no presente. Perceber a paisagem atual possibilita elaborar conhecimentos a respeito do passado, tornando o método mais analítico e menos descritivo (Bicho 2006).

A utilização desta perspectiva visa produzir a maior quantidade possível de informação sobre as populações pretéritas que tenham deixado vestígios materiais na área de influência do empreendimento.

Assim, seguindo as tendências atuais, o programa arqueológico buscou localizar e registrar todo e qualquer bem arqueológico – antigo ou recente – desde que portador de referências à identidade e à memória local ou regional, através do emprego de diversas técnicas aplicadas.

Considerou-se também que os remanescentes arqueológicos identificados, mesmo que restritos à área a ser diretamente afetada pelo empreendimento, podem representar um contexto cultural mais amplo, pois a interação entre vestígios materiais e ambiente circundante pode resultar na percepção de fatores simbólicos e cognitivos de abrangência regional.

Os dados e materiais obtidos em campo, juntamente com as análises posteriores de laboratório, forneceram as condições necessárias para explicar o processo de formação do registro arqueológico, crucial para a compreensão daquelas transformações socioculturais que abrangeram a área analisada. A natureza dos vestígios arqueológicos identificados e os referenciais teórico-metodológicos acima expostos, formaram a base para a avaliação de impactos do empreendimento no que diz respeito ao patrimônio arqueológico e para os programas arqueológicos indicados.

Os programas arqueológicos indicados deverão ser integrados aos demais planos e normas ambientais, de modo que se possa compatibilizar as atividades arqueológicas com o sistema de gestão ambiental do empreendimento.

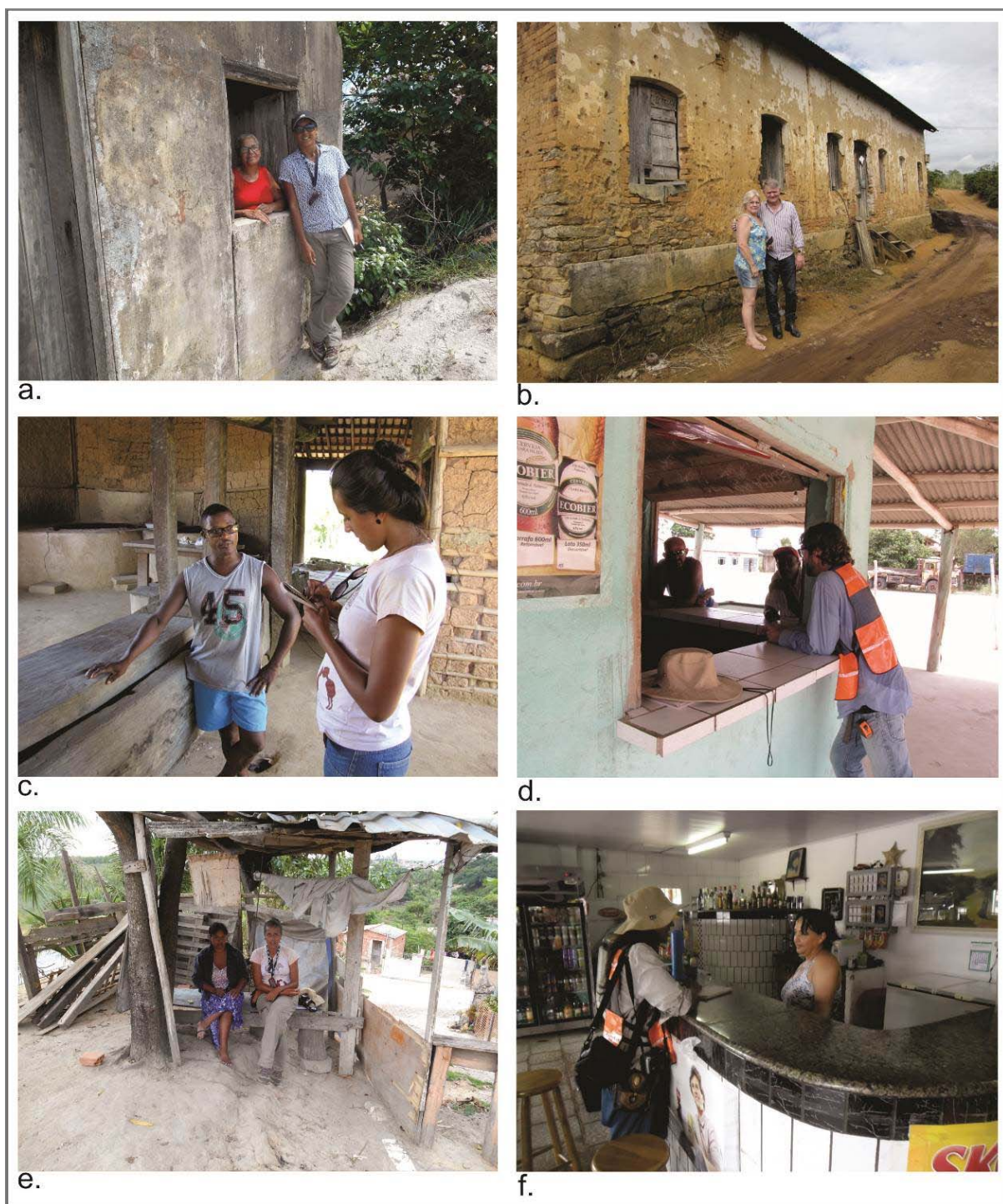
1.5.1.1 Atividades desenvolvidas

O planejamento de campo foi baseado no conhecimento adquirido a partir do levantamento de dados secundários sobre os contextos arqueológico e histórico, o que possibilitou o reconhecimento do potencial arqueológico da área de estudo e facilitou a localização de bens no entorno imediato do traçado de duplicação da rodovia.

Em campo, visitas a órgãos públicos dos municípios abrangidos pelo empreendimento e entrevistas com moradores locais, possibilitaram a verificação de bens arqueológicos conhecidos na área de pesquisa.

A pesquisa pautou-se, portanto, na execução de ações de diagnóstico arqueológico, cujos procedimentos de campo (entrevistas, reconhecimento das feições fisiográficas do terreno favoráveis ao estabelecimento de ocupações humanas, etc.), subsidiados pelo estudo dos contextos arqueológico, etno-histórico e histórico regional, forneceram um esboço sobre a potencialidade para ocorrência de sítios arqueológicos na área do empreendimento.

Em diálogo com os pressupostos teóricos e metodológicos, a fim de se atingir os objetivos do projeto, dois métodos foram utilizados na prospecção arqueológica de campo: as varreduras intensivas e a cobertura total – full-coverage survey (Fish & Kowalewski 1990), visando a localização de bens arqueológicos tanto em superfície quanto enterrados. Considerou-se, portanto, a varredura sistemática como importante ferramenta para se obter elementos informativos em escalas de relevâncias diversificadas.



Fotos 1.5.1-1 Entrevistas realizadas pela equipe de arqueologia: a. Sra. Delmira Alves (Sooretama – km 127); b. Joana e Sebastião MatiuZZi (Pendanga, km 217 e km 221); c. Sr. Elias Santos (São Mateus – km 65); d. Sr. Jorge das Neves (Conceição da Barra – km 46); e. Sra. Rosangela da Silva Ribeiro (Jacupemba – km 174) e f. Sra. Maria Aparecida Cordeiro (Conceição da Barra – km 49)

Na área diretamente afetada (ADA), a estratégia foi buscar locais que ofereciam condições para observação de superfície e execução de intervenções no solo, de modo a se localizar vestígios materiais culturais portadores de valor histórico, independente da densidade e / ou da visibilidade desses remanescentes.

Assim, ao longo de cerca de 260 km de extensão de rodovia a ser duplicada, foram realizadas observação da paisagem, entrevista com moradores e abertura de poços-teste (PT), no intuito de se identificar materiais arqueológicos.

O planejamento preliminar da distribuição dos pontos na ADA foi realizado em gabinete a partir de parâmetros estabelecidos na análise de imagens de satélite e de cartas geológica, geomorfológica e pedológica da área de pesquisa.

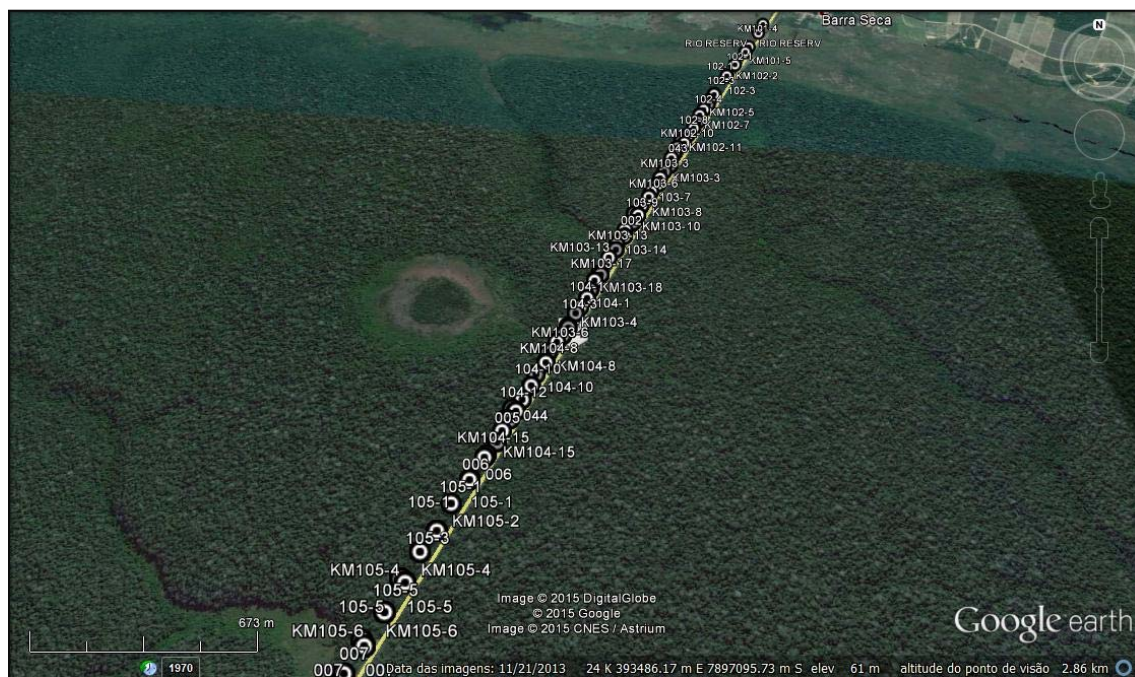
Em campo, para julgar a relevância e estabelecer parâmetros de distância entre os PT, foram avaliadas as condições do terreno e a viabilidade de se intervir no solo, justificando-se cada local pré-definido para intervenção quando esta não foi possível ou necessária.

Por se tratar de um empreendimento linear, foi estabelecido que os poços-teste deveriam ser distribuídos em alinhamentos paralelos à rodovia, com pelo menos 3 variações de equidistância: a cada 50 m, a cada 100 m e a cada 200 m, dependendo do potencial arqueológico previsto.

As intervenções distanciadas 50 m ocorreram em porções da ADA que apresentaram vegetação bem preservada (áreas de mata atlântica e restinga), superfície preservada e com boa visibilidade, áreas potenciais indicadas pelo contexto arqueológico conhecido para a região e locais com constituição geológica propícia à obtenção de matéria prima para confecção de artefatos líticos e cerâmicos. Estas representaram, na área de estudo, os locais onde as condições geotopomorfológicas se mostraram mais convenientes a assentamento e atividades humanas.

Na maioria do trecho da ADA foram executados poços teste a cada 100 m, que ocorreram em áreas representadas principalmente pela faixa de domínio existente da rodovia ou naquelas submetidas a intervenções antrópicas mais severas.

Os poços teste equidistantes 200 m foram implantados em situações diversas, mas principalmente quando não eram verificadas condições apropriadas de preservação do solo original do terreno. Assim foram tratadas áreas aterradas (quando o pacote de aterro era muito profundo, interrompia-se a escavação; caso contrário, esta era finalizada), taludes (vários perfis foram evidenciados e registrados), áreas urbanizadas (com presença de faixa de domínio existente, mas onde a intervenção era de risco por conta da provável presença de cabos e dutos enterrados), áreas alagadas (tabatinga) e trechos de relevo acidentado (região serrana). Neste contexto, a maioria dos poços de prospecção não pode ser realizado, como aqueles localizados nos trechos sem terreno excedente na faixa de domínio da rodovia, localizados na região serrana e aqueles com presença de cabos elétricos e de fibras óticas e gasodutos enterrados. Nestes casos os PT foram substituídos pela coleta oportunística de dados.



Base: Google Earth, 2015

Figura 1.5.1-1 Exemplo de distribuição de poços teste com equidistância de 50 m no trecho entre km 102 e km 105 da BR-101 (Reserva Biológica de Sooretama)



Fotos 1.5.1-2 Aplicação poços teste a cada 50 m: a. mata; b. rio/lagoa; c. restinga/areal; d. afloramento rochoso

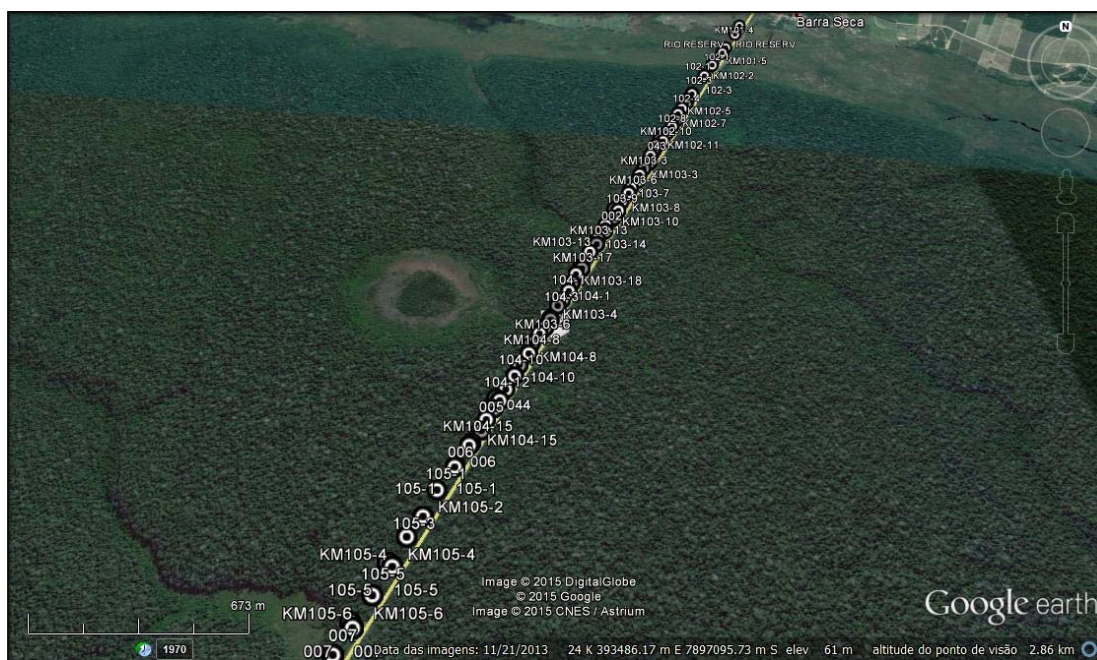
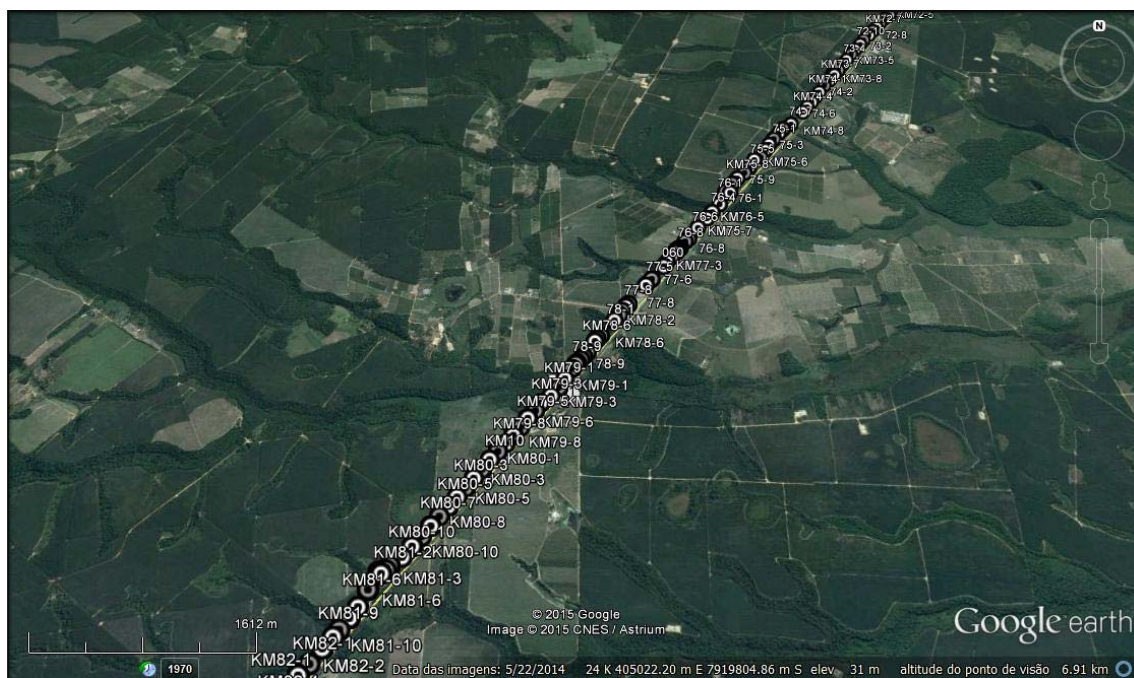


Figura 1.5.1-2 Exemplo de distribuição de poços teste com equidistância de 100 m no trecho entre km 72 e km 82 da BR-101



Base: Google Earth, 2015

Figura 1.5.1-3– Exemplo de distribuição de poços teste com equidistância de 100 m no trecho entre km 72 e km 82 da BR-101

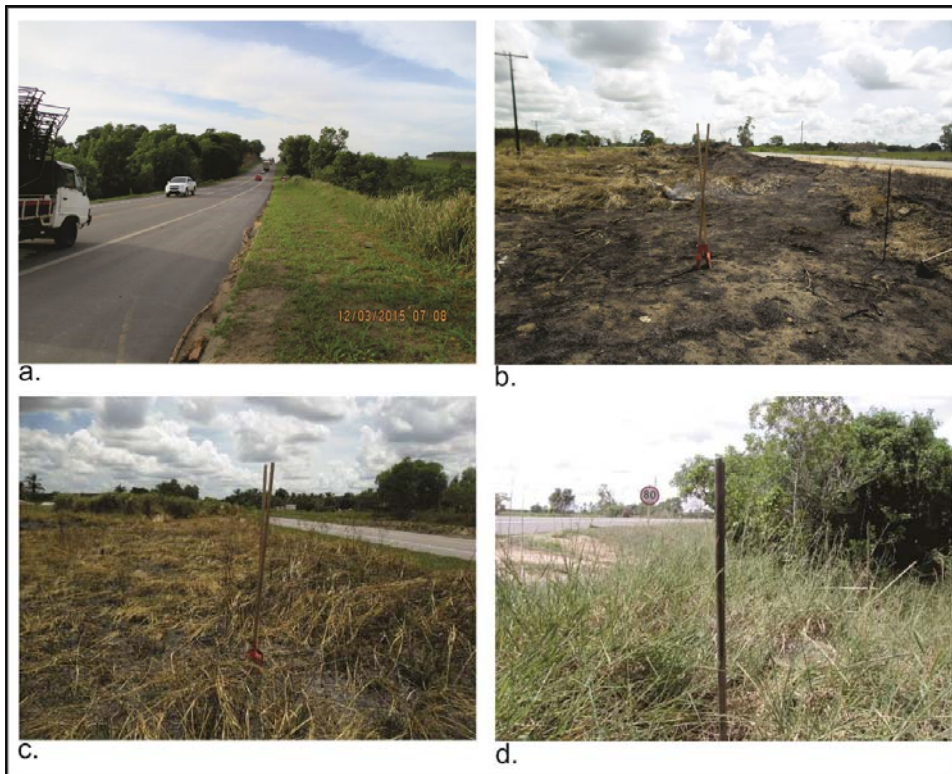
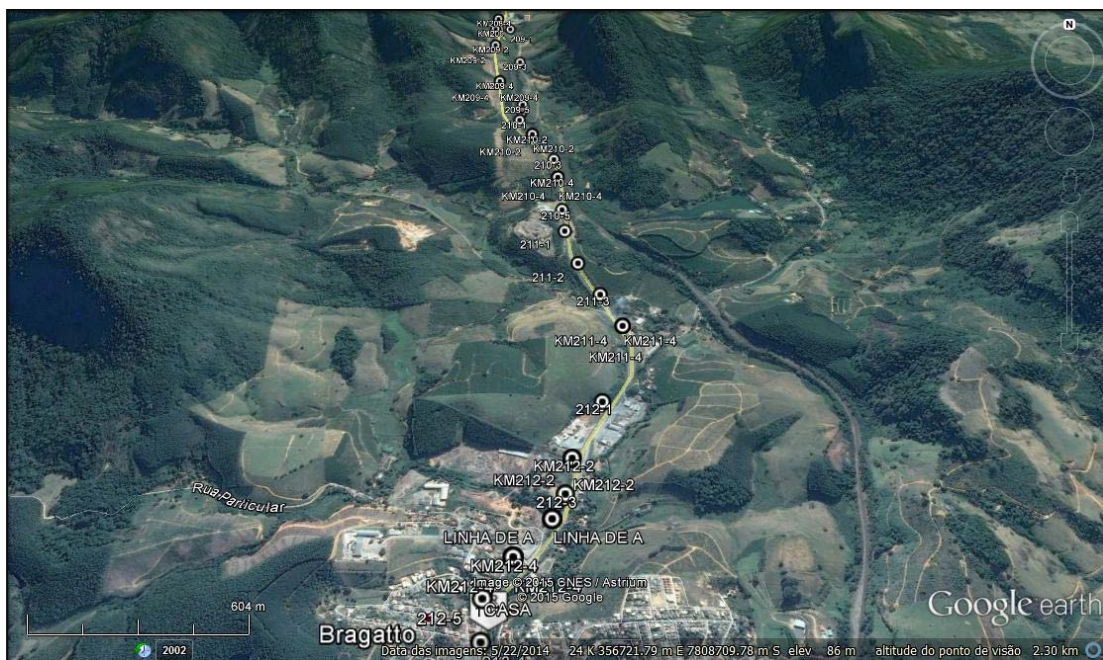


Foto 1.5.1-3 Aplicação poços teste a cada 100 m: a. faixa de domínio, b. pasto queimado, c. plantação queimada e d. faixa de domínio



Base: Google Earth, 2015

Figura 1.5.1-4 Exemplo de distribuição de poços teste com equidistância de 200 m no trecho entre km 209 e km 212 da BR-101



Fotos 1.5.1-4 Aplicação poços teste a cada 200 m: a. terreno acidentado (perfurado), b. perímetro urbano (não perfurado), c. talude (não perfurado e de. aterro (perfurado). Aplicação da malha 200X200m

Para o levantamento arqueológico, foram vistoriadas todas as áreas destinadas às obras no trecho de estudo da BR-101, tendo sido registrados tanto os pontos perfurados quanto aqueles nos quais não foi possível realizar-se intervenções. Por exemplo, nos trechos urbanizados, com solo inacessível, a cada 200 m foram registradas em fotografias as vistas norte, sul, leste e oeste, observadas características locais e justificados os pontos de poços teste não realizados, resultando no registro sistemático do trabalho.

Predominante, os poços teste planejados como medida para o controle de ocorrências arqueológicas enterradas foram perfurados de acordo com os seguintes procedimentos práticos:

- Implantação de PT: o ponto é localizado com auxílio de GPS, sendo avaliado o melhor local para a perfuração, que é registrado com foto e georreferenciado em coordenadas UTM (Foto 1.5.1-5);
- Retirada da cobertura vegetal: com auxílio de um enxadão, uma área de aproximadamente 1 m de diâmetro é limpa, visando a exposição do solo superficial para a deposição e análise do sedimento a ser retirado com a escavação do PT (Fotos 1.5.1-6);



Fotos 1.5.1-5 Implantação de Poços Teste (PT)



Fotos 1.5.1-6 Retirada da cobertura vegetal

- Perfuração de poço de 0,5 m de diâmetro por 1m de profundidade, com cavadeira articulada (estas dimensões foram variáveis de acordo com a estratigrafia do solo);



Fotos 1.5.1-7 Perfuração de Poços Teste (PT)

- Desagregação, peneiramento, triagem e exame do solo retirado, com auxílio de peneira e colher de pedreiro;



Foto 1.5.1-8 Peneiramento, triagem e análise do solo

- Registro do PT com escala e indicação do norte magnético;

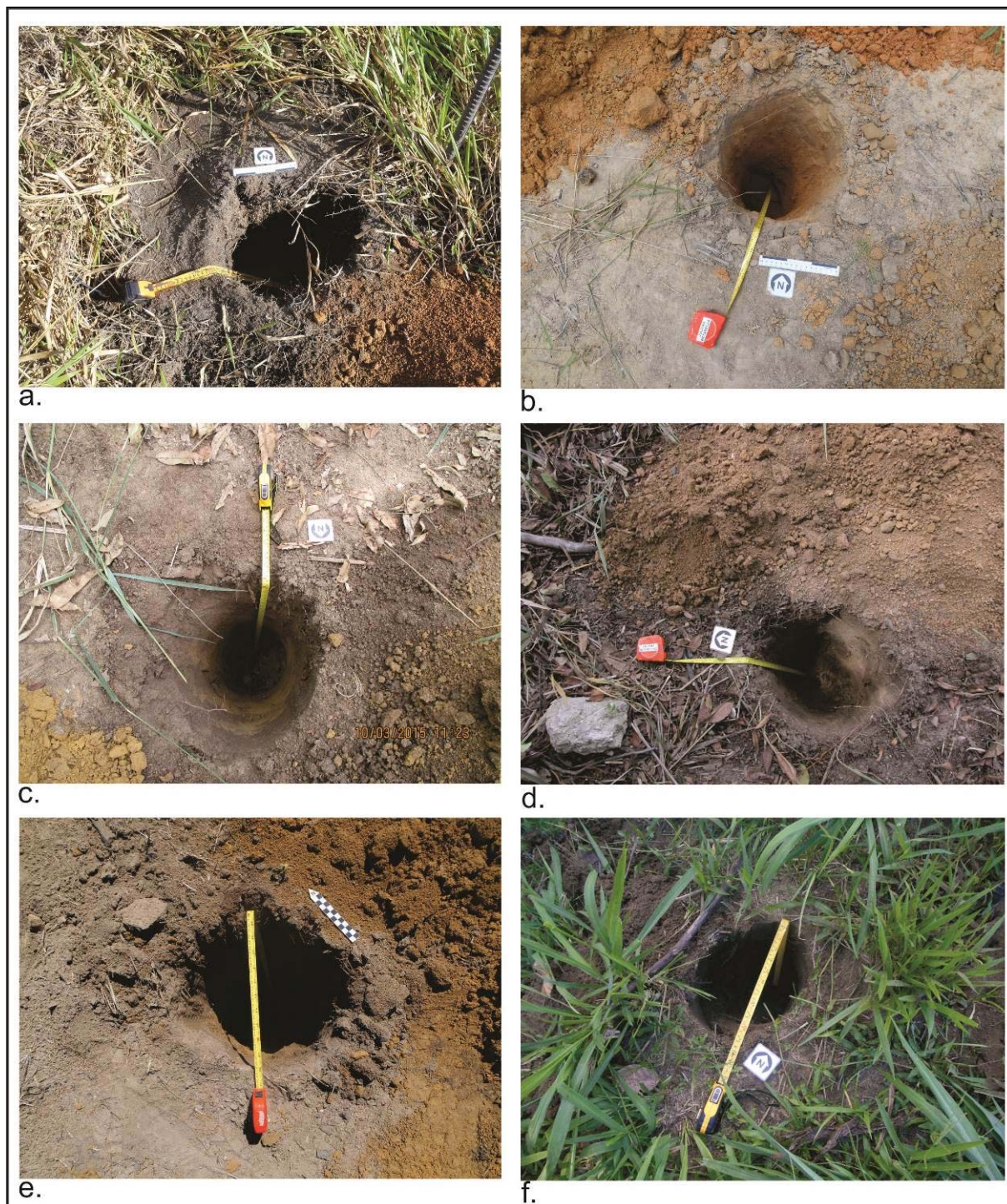


Foto 1.5.1-9 – Registro do PT

Devolução do solo ao poço teste.



Foto 1.5.1-10 Deposição do solo retirado

Alguns fatores impediram a abertura do PT até 1 m de profundidade:

- Presença de horizontes de laterita associado a depósitos aluviais que se intercalam à formação Barreiras, com idades que demonstram ter-se atingido um nível estéril do ponto de vista arqueológico (mais antigo do que a presença humana no local);
- Limitações humanas: vários locais apresentaram solos extremamente compactados, não sendo possível escavá-los com ferramentas manuais;
- Cobertura do solo por aterro rico em dejetos recentes (plástico, papel e brita);
- Raízes muito grossas.



Foto 1.5.1-11 Limitadores da abertura de PT: a. b. e. laterita em decomposição, c. solo compactado, d. f. dejetos recentes (plástico, papel e brita)

No caso de identificação de materiais arqueológicos, foi delimitada a área de dispersão espacial dos vestígios e, verificando se tratar de sítio arqueológico, preenchida ficha para o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológico (CNSA) do Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico (SGPA) do IPHAN.

O principal interesse, neste caso, foi se obter o máximo de informação da ocorrência, definir seus limites e identificar áreas de concentração e estruturas, assim como estimar uma zona de entorno com potencial de incidência em subsolo. Para isso, nestes locais, procedeu-se a aplicação de malha de poços teste equidistantes em 30 m, 20 m ou 10 m, dependendo das condições encontradas.

A coleta de material foi mínima nesta etapa da pesquisa, de modo a não se perturbar a distribuição espacial horizontal e vertical dos vestígios. O material coletado recebeu curadoria e análise laboratorial e a sua guarda se dará na instituição que forneceu apoio à pesquisa arqueológica, a saber, O NEPAB/BA ou o Museu Histórico de Serra/ES, dependendo do Estado de origem do material.

Todos os registros realizados em campo foram sistematizados em fichas específicas, posteriormente foram digitalizadas. Afim de manter sistemáticos os dados contidos na Ficha de Registro, foi criado um protocolo de características básicas para a classificação visual do sedimento/solo e os materiais arqueológicos coletados em campo receberam uma etiqueta. Por fim, para os sítios arqueológicos localizados foram preenchidas fichas de registros no CNSA.

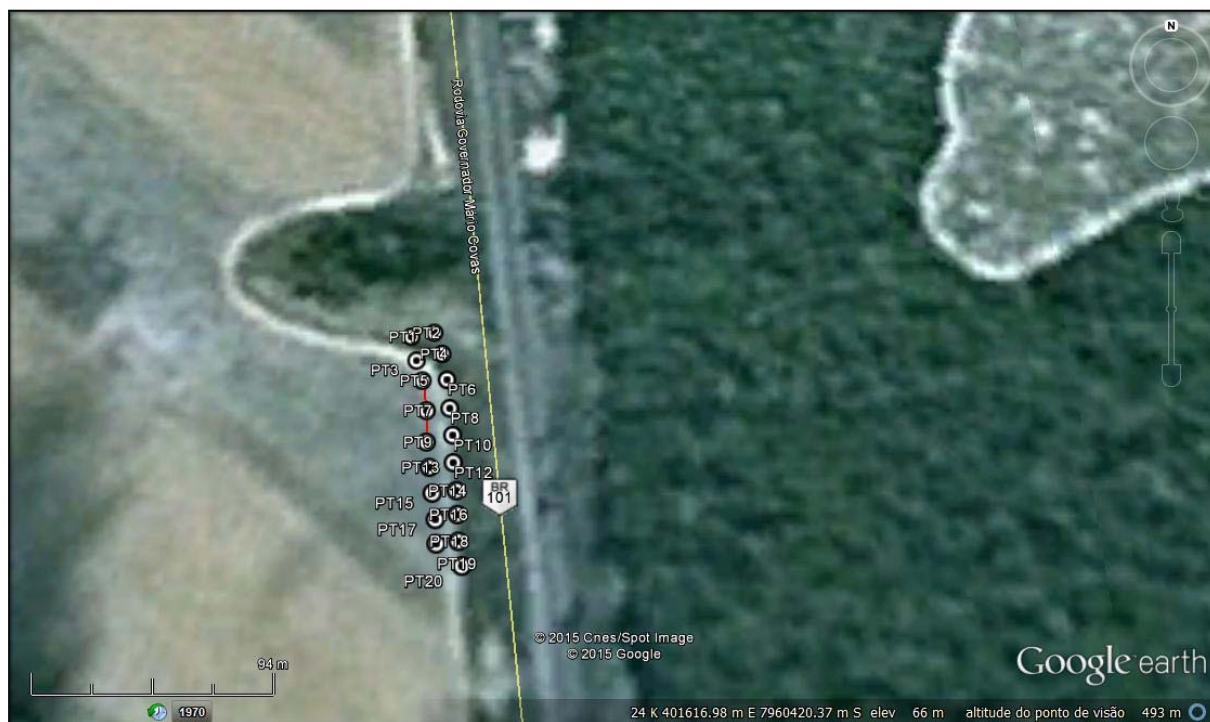


Figura 1.5.1-5 Delimitação da ocorrência isolada lítica OC km36, com malha de poços teste 10 x 10m



Fotos 1.5.1-12 delimitação 10X10m, b. limpeza da vegetação, c. perfil expostos e d. delimitação 30X30m

Formação e classificação					
Latossolo amarelo da Formação Barreiras		Angissolo		Formação aluvionar	
Conservação					
Conservado com mata primária	Conservado com mata secundária	Conservado com supressão vegetal superficial	Mediamente conservado com plantação de ... com pastagem...	Suprimido/modificado aterro, talude...	
Cor					
Cinza escuro	Cinza claro	Marrom escuro	Marrom claro	Amarelo	Laranja
Textura					
Siltosa		Arenosa		Argilosa	
Silto-arenosa		Areno-argilosa		Argilo-arenosa	
Silto-argilosa		Areno-siltosa		Argilo-siltosa	
Estrutura granular					
Granular			Em grumos		
Granulometria					
Grossa		Média		Fina	
Compactação					
Muito Compactado		Compacto		Friável/solta	
Umidade					
Úmido			Seco		
Decomposição do sedimento					
Não alterado			Alterado/em decomposição		
Inclusões minerais					
Rocha: basalto, granito, laterita	Mineral: Quartzo...	Bolsa de areia	Bolsa de argila	Bolsa de silte	Blocos, seixos, cascalho, brita...
Inclusões vegetais/animais					
Conchas	Carvão	Raízes	Radiculas	Ossos	

Figura 1.5.1-7 Ficha de classificação visual de sedimento/solo

ALASCA ARQUEOLOGIA	
Projeto _____	

Local: _____	
Furo de Cavadeira <input type="checkbox"/>	Poço Teste <input type="checkbox"/> Sondagens <input type="checkbox"/>
Quadra de Raspagem <input type="checkbox"/>	Outros _____
Ponto _____ UTM _____	
Profundidade _____	
Nº _____	Amostra: _____
Obs. _____	
Responsável: _____	Data: / /

Figura 1.5.1-8- Etiqueta para coleta de material arqueológico

FICHA DE REGISTRO: () SÍTIO ARQUEOLÓGICO () OCORRÊNCIA DISCRETA () OCORRÊNCIA ISOLADA							
Responsável pelo preenchimento:					Data: / /		
1. IDENTIFICAÇÃO							
Nome sítio:			KM e/ou PT:				
Município:	UF:	Área abrangência:					
Localidade:		UTM: Zona ()	Precisão:				
2. DESCRIÇÃO							
Descrição sítio/ocorrência:							
Contexto de deposição: () Superfície () Profundidade		Compartimento:	Largura:	Área (m ²):			
Estruturas:	Filiação cultural:	Tipo de material arqueológico:					
Concentrações:	Arte Rupestre:	Fonte de mat. prima próx.:					
3. PAISAGEM							
Compartimento topográfico:		Feição de relevo:	Altitude:				
Tipo de solo:		Exposição do solo:					
4. HIDROGRAFIA							
Fonte de água próxima:		Distância:	Margem:				
Rio principal próximo:	Distância:	Bacia hidrográfica:					
5. VEGETAÇÃO							
Vegetação original:		Vegetação atual:	Uso atual:				
7. DELIMITAÇÃO							
Legenda: <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> Coordenadas UTM Limite Norte: Limite Sul: Limite Leste: Limite Oeste: Ponto Central: Concentração 1: Concentração 2: Concentração 3: </td> <td style="width: 50%;"></td> </tr> </table>						Coordenadas UTM Limite Norte: Limite Sul: Limite Leste: Limite Oeste: Ponto Central: Concentração 1: Concentração 2: Concentração 3:	
Coordenadas UTM Limite Norte: Limite Sul: Limite Leste: Limite Oeste: Ponto Central: Concentração 1: Concentração 2: Concentração 3:							

Figura 1.5.1-9 Ficha de registro de ocorrências e sítios arqueológicos

1.5.2 Patrimônio Material e Imaterial

O Levantamento do Patrimônio Cultural Material e Imaterial, ou seja, a identificação dos bens culturais referenciais de identidade dos grupos sociais localizados na área de influência do empreendimento, foi realizado em atendimento à legislação de proteção ao patrimônio cultural brasileiro.

O levantamento, a identificação, o registro dos bens culturais de natureza material e imaterial se justificam no âmbito do licenciamento ambiental pela necessidade de se avaliar e monitorar os riscos e os impactos a que estes podem ser submetidos em decorrência da implantação de empreendimentos, possibilitando a indicação das ações necessárias à mitigação (se negativos) ou potencialização (se positivos) desses impactos.

Resultantes da relação entre o homem e o seu meio, os bens patrimoniais se apresentam como elementos naturais ou culturais, materiais ou imateriais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade (Castillo Ruiz 1996; González-Varas 2003; Choay 2001)

De acordo com Grunberg (2007), são bens culturais “[...] aqueles através dos quais podemos compreender e identificar a cultura de um povo, em determinado lugar e momento histórico”

Segundo a Constituição Federal de 1988 (artigo 216), constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; e as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Os elementos do viver, do pensar, do fazer e do sentir devem expressar a coletividade para ser patrimônio. Funari & Pelegrini (2006) nos apresentam o conceito relacionando-o à ideia de herança de nossos antepassados, aos bens que transmitimos aos nossos herdeiros. Pode-se afirmar, ainda, que patrimônio é toda a produção cultural dos diversos grupos sociais que integram uma nação.

O patrimônio cultural imaterial de uma nação engloba todas as formas tradicionais e populares de cultura transmitidas oralmente ou por gestos que, com o passar do tempo, são modificadas pelo processo de recriação coletiva, como, por exemplo, as relações humanas, as festas, os cultos religiosos, os saberes envolvidos nessa produção simbólica, os conhecimentos dos fazeres tradicionais, suas formas de expressão. (UNESCO, 2003).

O patrimônio cultural imaterial é representado por todas as formas de expressão e todos aqueles saberes vinculados ao modo de criar, fazer e viver que façam referência à identidade e à memória dos diversos grupos sociais, que reúne a língua, danças, canções, música, celebrações, artesanato, literatura, artes plásticas, cinema, televisão, humor,

cozinha e o próprio modo de ser e interpretar a vida (Cunha 2004), e que, por conseguinte, enquadram-se naquelas categorias definidas para os Livros de Registros, de acordo com o Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

As informações relativas aos bens culturais podem ser apreendidas a partir de manifestações materiais, ou suportes, tais como sítios, monumentos, conjuntos urbanos, artefatos, relatos, ritos, práticas, entre outros, porém, o que os caracteriza enquanto referencial cultural é o valor a eles atribuído pelos membros do grupo e por isso lhes confere identidade (IPHAN 2000).

Assim, é na direção da construção coletiva de conhecimentos e de significados atribuídos pelas comunidades das áreas de influência do empreendimento aos elementos culturais que o Levantamento de Bens Culturais de Natureza Material e Imaterial foi desenvolvido, buscando uma interação de diversos atores e interlocutores no processo de pesquisa desses bens culturais.

O levantamento foi desenvolvido em todos os municípios integrantes da AII da BR-101 BA/ES, com os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Verificar as condições objetivas da prática das manifestações culturais inventariadas pela população local (as dificuldades de realização, existência de espaço físico para a prática, sua sustentabilidade);
- ✓ Avaliar a questão da transmissão geracional das práticas e manifestações nas comunidades e grupos produtores;
- ✓ Atentar para as transformações sofridas e atualizações ocorridas no decorrer no tempo;
- ✓ Avaliar o estado de degradação e as políticas de manejo das fontes, recursos naturais e matérias primas utilizadas nas manifestações e práticas culturais;
- ✓ Verificar de que forma as manifestações e práticas culturais estão integradas no cotidiano e contribuem para a vida dos grupos sociais que as produzem;
- ✓ Conhecer os mecanismos, instrumentos e políticas implementadas pelo poder público na proteção e salvaguarda dos bens culturais locais.

1.5.2.1 Metodologia

No processo de identificação dos referenciais culturais das áreas de influência do empreendimento procurou-se considerar, além do poder público local, os sujeitos envolvidos não somente como informantes, mas também como intérpretes dos bens e práticas culturais significativas, partindo da concepção de comunidade tradicional como aquela que se refere a um grupo social local que desenvolve: dinâmicas de vinculação a um espaço físico tornando-o território coletivo; saber peculiar resultante de relações com a natureza; relativa autonomia; reconhecimento de sua herança de nomes, tradições, lugares; atualização da memória de lutas e resistências; experiência de vida em um território cercado e ameaçado; e estratégias de acesso a direitos. (Diegues apud Brandão 2010).

Em função dessa metodologia, no levantamento de bens existentes nos municípios estudados foram elencados dados que poderiam demonstrar a predisposição, seja do poder público municipal ou da comunidade, em zelar e proteger os bens culturais locais. Esses indicadores visaram oferecer um quadro de referência para orientar e qualificar posteriores ações nos municípios e fundamentaram-se nos seguintes aspectos:

- ✓ Verificação da consolidação de gestores e corpo técnico especificamente voltado para a área cultural e patrimonial nos municípios;
- ✓ Atuação do poder público municipal na implementação de mecanismos, instrumentos e políticas em sinergia com outras políticas públicas culturais de âmbito estadual e federal;
- ✓ Aparelhamento cultural dos municípios;
- ✓ Ampliação da participação da comunidade nas decisões e ações do poder público através de Conselhos de Cultura e Patrimônio, seu funcionamento e grau de participação/atuação;
- ✓ Bens patrimoniais locais reconhecidos pela comunidade;
- ✓ Bens patrimoniais locais tombados, inventariados ou registrados em âmbito federal, estadual ou municipal;
- ✓ Áreas com evidência de achados arqueológicos;
- ✓ Museus, Centros de Memória e Monumentos e outros aparelhos culturais (bibliotecas);
- ✓ Órgãos públicos municipais de Cultura e de Proteção do Patrimônio Cultural;
- ✓ Ações de Revitalização ou Resgate do Patrimônio Cultural local;
- ✓ Projetos de Memória e Patrimônio Cultural contínuos e sistemáticos nas escolas locais (integrados ou não com a Secretaria de Cultura e/ou Turismo, Meio Ambiente e com e/ou para a comunidade);
- ✓ Entidades Associativas e/ou Comunitárias locais de proteção ou com objetivo de proteger e preservar a memória local; e
- ✓ Bens Patrimoniais materiais e imateriais valorizados pela comunidade local, mas sem proteção de entidades públicas.

Esses aspectos foram observados a partir das seguintes ações:

Levantamento preliminar de gabinete de informações e dados sobre os diferentes municípios contemplando os mais diversos sistemas de informação: federais, estaduais, municipais ou privados;

Visita técnica aos municípios para observação in loco e entrevistas, seja de órgãos públicos ou comunidades, e registro fotográfico.

- ✓ As etapas de trabalho compreenderam:
- ✓ Definição/elaboração do quadro teórico e metodológico;
- ✓ Pesquisa de dados primários e secundários;
- ✓ Definição dos instrumentos de pesquisa e preparação do trabalho de campo;
- ✓ Trabalho de campo: reconhecimento geral da área de abrangência do empreendimento; contatos, conversas, reuniões e entrevistas mediadas por roteiro/questionário, com representantes de órgãos públicos, comunidade organizada e em geral e entidades religiosas; registro fotográfico;
- ✓ Elaboração de relatório com os resultados do levantamento, a partir da sistematização e análise dos dados coletados.

As entrevistas e/ou conversas informais foram realizadas tendo por base uma abordagem participativa. A metodologia aplicada e já mencionada foi de envolvimento tanto dos pesquisadores de campo quanto dos sujeitos no processo de reflexão e análise da realidade e esteve fundamentada na participação ativa dos grupos sociais, na investigação e na interação entre pesquisadores e atores sociais envolvidos.

A **Figura 1.5.2-1** apresenta o Roteiro de Perguntas sobre os bens culturais materiais e imateriais utilizado no Levantamento e que também serviu como base para o Programa de Educação Patrimonial.

Durante a coleta de dados em campo se adotou o registro de informações resultantes dos diálogos e encontros informais com os entrevistados em caderneta de campo, utilizados para a construção dos quadros sintéticos apresentados neste relatório. As evidências das entrevistas foram resultado do registro fotográfico e da anotação de informações de identificação dos informantes, tais como: nome completo, endereço e telefone para contato.

A equipe de campo procurou realizar visitas técnicas à área do empreendimento, aos órgãos públicos e religiosos locais e às comunidades das áreas definidas para o levantamento dos bens materiais e imateriais. Os dados coletados estão a seguir apresentados.


	ROTEIRO DE DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
PROJETO:	
CIDADE:	DATA:
INSTITUIÇÃO:	
ENTREVISTADO(A):	
PESQUISADO(A):	
PERGUNTAS	
1. O QUE VOCÊ SABE SOBRE A HISTÓRIA DA CIDADE? HA QUANTO TEMPO MORA AQUI?	
2. QUE LUGARES VOCÊ INDICARIA PARA CONHECERMOS (POSTOS HISTORICOS, LUGARES QUE CONSIDERA IMPORTANTES PARA A HISTÓRIA E CULTURA DA CIDADE ETC.. ?	
3. VOCÊ TEM CONHECIMENTO E/OU PARTICIPA/PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE CULTURAL (RELIGIOSA, TRADICIONAL OU TÍPICA) AQUI NA CIDADE? FALE UM POUCO SOBRE ELA?	
4. E SOBRE ARQUEOLOGIA? VOCÊ JÁ OUVIU FALAR? TEM CONHECIMENTO DE ALGUM PROJETO JÁ OCORRIDO QUE TENHA ENVOLVIDO ARQUEOLOGIA NA CIDADE OU REGIÃO? E DE HISTÓRIA?	
5. VOCÊ JÁ OUVIU FALAR DE OUTROS POVOS QUE TENHAM VINDO AQUI E/OU DE ALGUM ACHADO HISTÓRICO OU ARQUEOLÓGICO ENCONTRADO?	
6. TEM CONHECIMENTO SOBRE O PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA _____ ?	

Figura 1.5.2-1 Roteiro com perguntas adaptado para o Levantamento de Bens Culturais

1.5.3 Educação Patrimonial

A Educação Patrimonial, além de utilizar o patrimônio como expressão material da identidade, promove a sua salvaguarda, que diz respeito à corresponsabilidade e co-participação da sociedade civil na gestão de bens culturais. Assim, nas ações desenvolvidas se busca envolver a todos na gestão do patrimônio para a preservação do legado cultural herdado.

Segundo Horta et al. (1999), o trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. Relacionando-se com os princípios freireanos de ética, do método dialógico, da problematização (Freire 1966), ou seja, de uma educação problematizadora, contextualizada e interdisciplinar, também pode visar contribuir para uma cultura de participação e de corresponsabilização de setores da sociedade civil na gestão dos seus bens culturais.

Além de Freire (1966), e em convergência com os princípios educacionais anteriormente mencionados, incorporaram-se perspectivas de caráter construtivista na concepção das atividades com alunos dos diferentes ciclos, fundamentadas em contribuições de Piaget (1976) e Vygotsky (1984), procurando oportunizar atividades significativas, pautadas em estratégias diversificadas.

1.5.3.1 Metodologia

As ações do Programa de Educação Patrimonial tiveram início com reuniões diagnósticas e encontros com as Secretarias Municipais de Cultura dos municípios abrangidos pelo empreendimento tanto para o Levantamento de Bens Culturais Materiais e Imateriais do Projeto quanto para o conhecimento da dinâmica de funcionamento e da atuação das respectivas secretarias no trato com a questão patrimonial, registrando a existência ou não de secretarias específicas dedicadas ao cuidado e zelo com o patrimônio cultural legal, bem como verificando a existência de políticas locais de estímulo e valoração dos bens patrimoniais locais. Nessas reuniões, foi também realizada a apresentação do empreendimento e do Programa de Educação Patrimonial, com a exposição dos princípios legais, fundamentos teóricos e metodológicos para sua realização.

Após, um segundo momento de formalização das parcerias estabelecidas com os municípios e de elaboração dos materiais educativos, promoveu-se a execução das atividades educativas do Programa, voltadas aos diferentes públicos dos referidos municípios, entre comunidade escolar (alunos, professores e gestores escolares) e comunidade em geral (gestores culturais, gestores educacionais, lideranças comunitárias, e público em geral).

O público alvo, definido em conjunto com as Secretarias Municipais de Cultura dos diferentes municípios, para as ações e atividades educativas propostas para o Programa de Educação Patrimonial foi representado por:

Alunos, professores e gestores das escolas da rede municipal e estadual de ensino;

Gestores culturais, lideranças comunitárias, gestores públicos, estudantes universitários e demais interessados dos diferentes municípios;

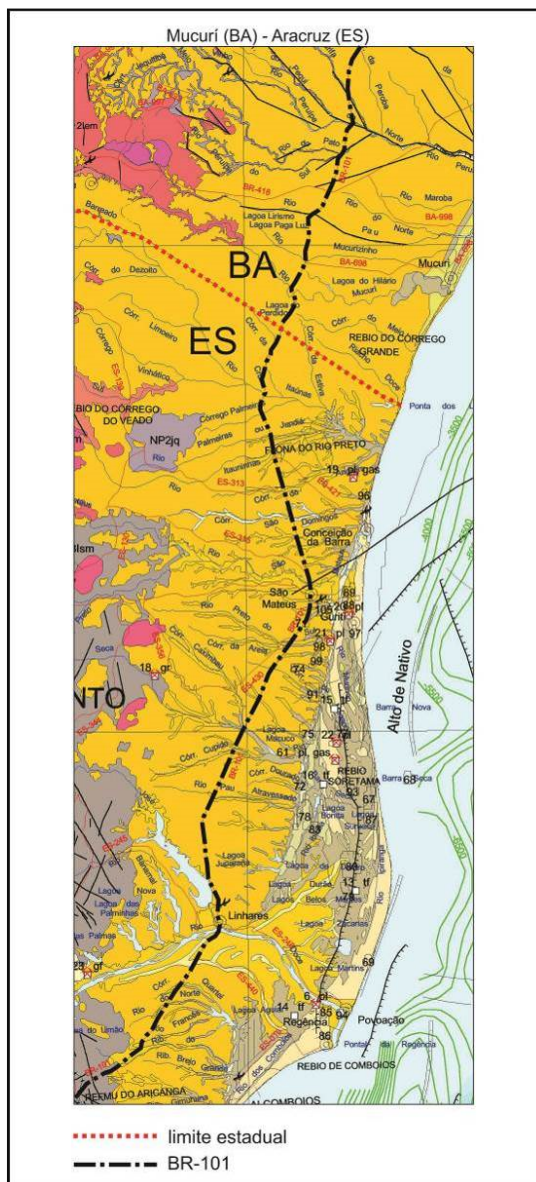
Comunidade em geral.

2 Resultados

2.1 Patrimônio Arqueológico

Para organização dos dados a serem apresentados como resultado do diagnóstico, optou-se por integrar divisões naturais (geológicas) e político-geográficas. A partir de levantamento prévio de campo em mapas e por conta das atividades em campo, a primeira divisão básica desse trabalho corresponde a formação geológica da área: Grupo Barreiras e Complexo Nova Venécia.

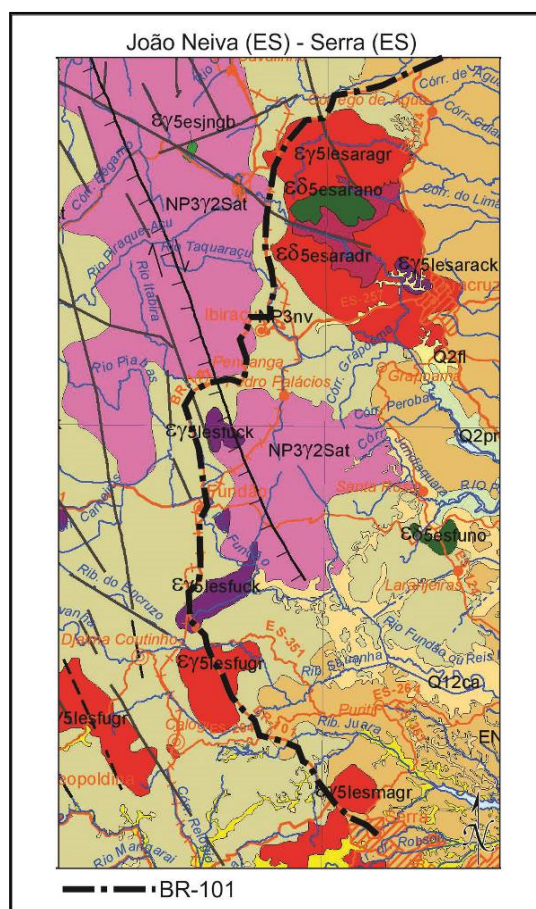
Geologicamente, o Grupo Barreiras (ENb) predomina ao longo do trecho estudado da BR-101, localizando-se entre Mucurí/BA e Aracruz/ES, do km 938 ao km 197, por 215 quilômetros de extensão. Neste trecho, apresenta-se associado a rochas do Grupo Espírito Santo e a formações superficiais recentes (depósitos aluviais, fluvio-lagunares e fluviais).



Fonte: Adaptado da Folha SE.24 Rio Doce, Programa Geologia do Brasil, CPRM, 2004

Figura 2.1-1 Recorte geológico Grupo Barreiras (ENb), em amarelo

Também presente na ADA, o Complexo Nova Venécia (NP3nv), abrange trecho menor, entre os municípios João Neiva/ES e Serra/ES, do km 198 ao km 245, ao longo de 47 km do empreendimento; ocorre associado a suítes intrusivas/maciços e a formações superfícies recentes (depósitos aluviais, fluvio-lagunares e fluviais)



Fonte: Adaptado da Folha SE.24 Rio Doce, Programa Geologia do Brasil, CPRM, 2004

Figura 2.1-2 Recorte geológico Grupo Barreiras (ENb), em amarelo

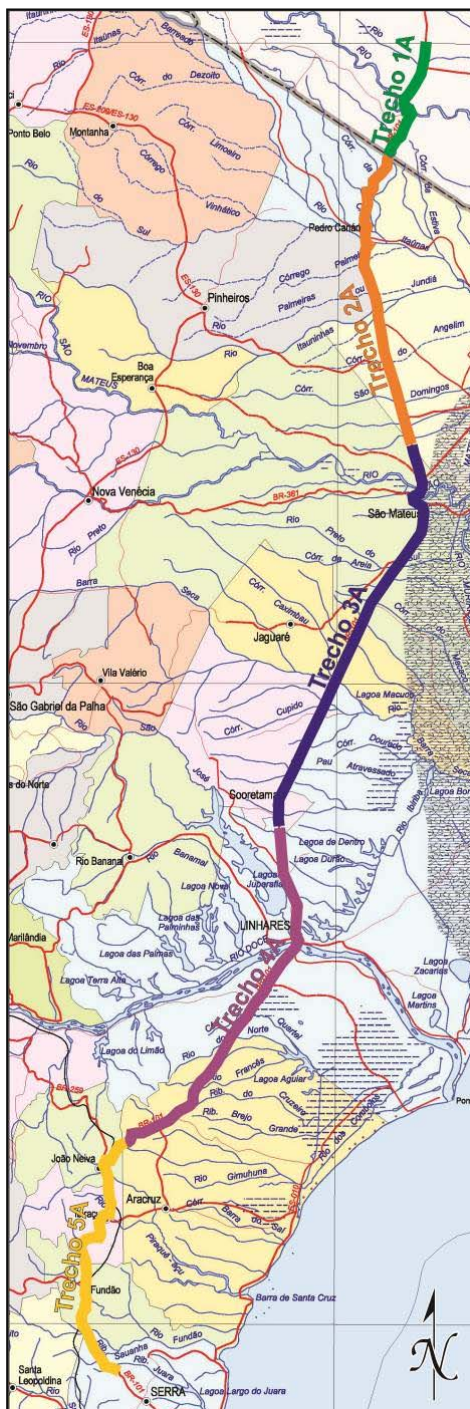
Para o planejamento das atividades de campo e apresentação dos resultados da pesquisa arqueológica, o trecho da BR-101 estudado foi subdividido em segmentos de acordo com as características geológicas e político-administrativas encontradas.

Assim, foram definidos 5 segmentos, nomeados sequencialmente e acompanhados da letra A, para diferenciá-los de denominações utilizadas por outros estudos ambientais para o licenciamento do empreendimento.

Para melhor compreensão dessa articulação, foi construído um fluxograma que apresenta a organização dessa divisão. Para apresentação, especificou-se a localização das informações coletadas em campo na Área de Influência Direta (AID – faixas de 1 km para cada lado do eixo da rodovia) e na Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento.

Procedeu-se também uma organização cronológica e temática dos registros de patrimônios, dividindo sítios e ocorrências em períodos pré-históricos e históricos.

Entende-se por levantamento na ADA dados obtidos em campo correspondentes a implantação de poços-teste, bem como seus resultados. Também aos dados referentes aos patrimônios arqueológicos identificados na ADA.



Fonte: Adaptado do Mapa Político do Estado do Espírito Santo, IBGE. Disponível em: <http://mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo/estaduais>

Figura 2.1-3 Recorte do mapa político com a inserção dos trechos definidos para o diagnóstico arqueológico

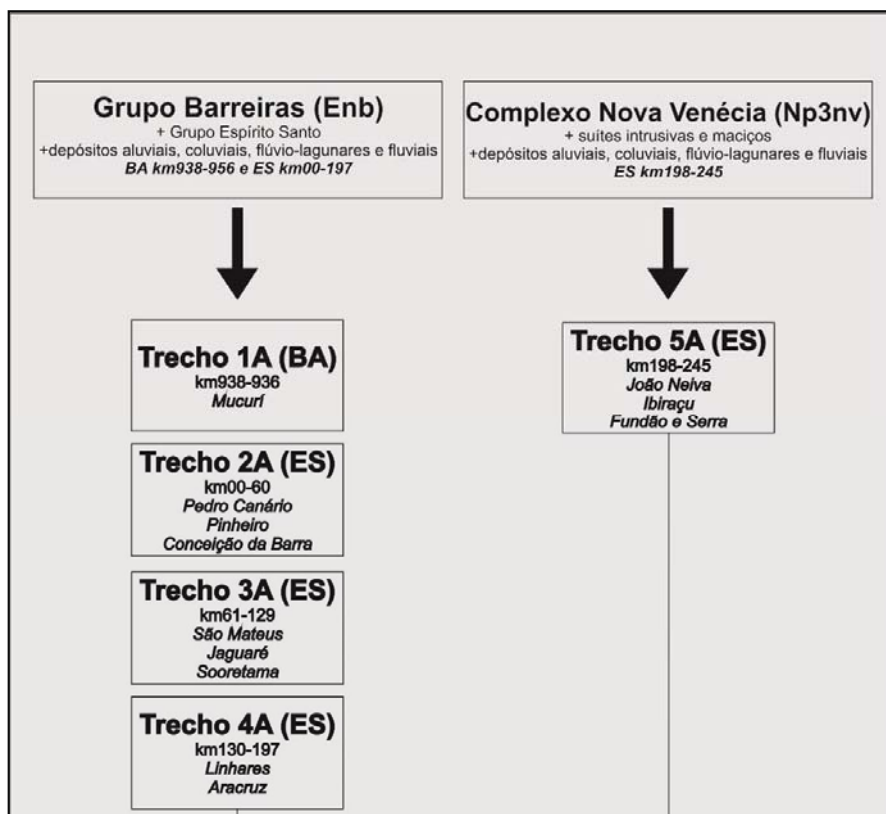


Figura 2.1-4 Fluxograma da organização de dados

2.1.1 Prospecção arqueológica

Na ADA do empreendimento foi realizado caminhamento sistemático e efetivamente escavados 1.660 poços teste (PT) dos 2.298 PT planejados. Os 638 pontos não perfurados por motivos já expostos, foram todos vistoriados e, assim como os demais, registrados em fichas de campo.

Trecho 1A – BA (km 938 a km 956)

O trecho 1A, com 18 km de extensão, está geologicamente representado pelo Grupo Barreiras e por formações superficiais aluvionares, em região de tabuleiros costeiros. O trecho caminha pelo distrito de Itabã e pelo bairro Divisa do Alegre, no município de Mucuri/BA.

Para este trecho foi planejada a implantação de PT a cada 100 m, com exceção dos segmentos entre km 944 e km 945 e entre km 947 e km 952, que receberam intervenções arqueológica a cada 200 m, em virtude da presença de desníveis abruptos, taludes, aterros, áreas alagadas e dutos enterrados, fatores que dificultam o trabalho e indicam baixo potencial arqueológico.

O segmento formado pelo km 956 corresponde à porção urbanizada de Divisa do Alegre.

Dessa forma, para o trecho 1A foram programados 163 PTs, dos quais somente 3 não puderam ser executados.

A cobertura vegetal predominante no trecho 1A está representada por gramíneas (área de pasto) que alcançam, em boa parte do trecho, a faixa de servidão da BR-101. Além das pastagens, são representativas as áreas alagadas com tabatinga.

De forma geral, os poços-teste apresentaram a seguinte estratigrafia:

- 0-40 cm: sedimento cinzento argilo-arenoso, medianamente compacto, com umidade e granulometria médias, homogêneo, com poucas inclusões de radículas (principalmente nas áreas com aterros rasos localizadas nas margens da rodovia);
- 40-100 cm: sedimento amarelado, areno-argiloso, medianamente compacto, umidade baixa, granulometria média, homogêneo, com inclusões de radículas e laterita em avançado processo de intemperização (presença do Grupo Barreiras).
- No trecho 1A não foram encontrados bens arqueológicos.

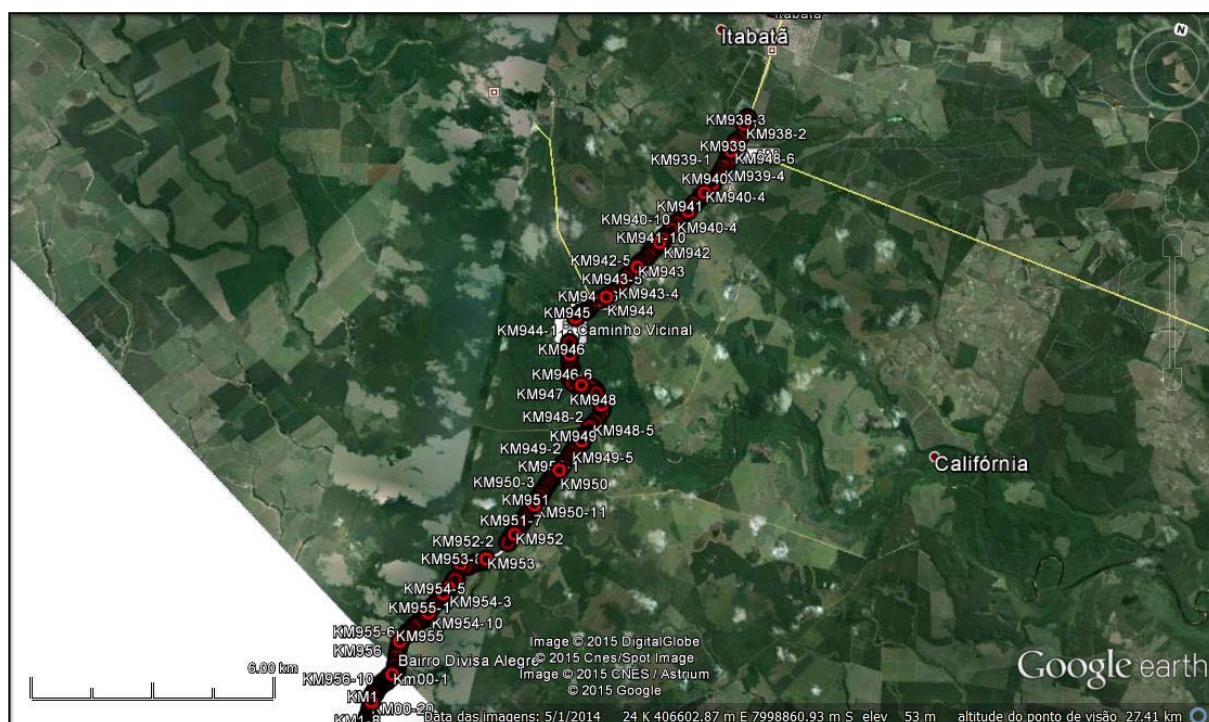
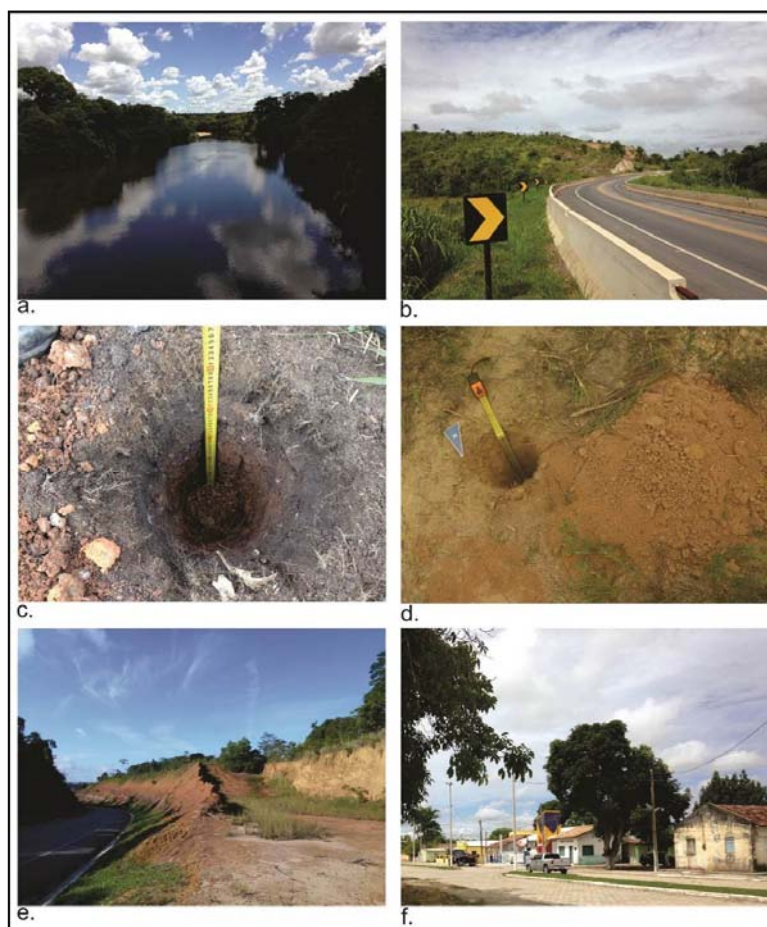


Figura 2.1.1-1 Poços-teste programados para o Trecho 1A

Quadro 2.1.1-1 Poços-teste implantados no Trecho 1A

KM	perfurados	não perfurados		KM	perfurados	não perfurados
Km 938	5	1		Km 948	9	
Km 939	9			Km 949	10	
Km 940	9	1		Km 950	11	
Km 941	10			Km 951	10	
Km 942	11			Km 952	6	
Km 943	9			Km 953	8	1
Km 944	7			Km 954	11	
Km 945	4			Km 955	10	
Km 946	9			Km 956	10	
Km 947	2					



Fotos 2.1.1-1 a. Vista do Rio Mucuri no km 946; b. pista sem acostamento no km 946; c. PT 946-9 com aterro sobre sedimento do grupo Barreiras; d. PT 953-3 e. talude no km 945; f. área urbana no km 956

Trecho 2A – ES (km 00 a km 60)

O trecho 2A, com 60 km de extensão, também está geologicamente representado pelo Grupo Barreiras e por formações superficiais aluvionares, em região de tabuleiros costeiros. O trecho caminha pelos municípios capixabas de Pedro Canário (distritos de Braço do Rio, Morro D'Anta e Lagoa Seca), Pinheiro (distrito de Pinheiro), Conceição da Barra (Comunidade Quilombola São Domingos e distrito Sayonara) e São Mateus (distrito de Santa Teresinha).

Para este trecho foi planejada a implantação de PT a cada 100 m ao longo de 32 km e a cada 50 m por 20 km, com exceção dos segmentos entre km 52 e km 53 e do km 60, que receberam intervenções arqueológica a cada 200 m, em virtude da presença de desníveis

abruptos, taludes, aterros, áreas alagadas e dutos enterrados, fatores que dificultam o trabalho e indicam baixo potencial arqueológico.

Dois trechos não foram prospectados, correspondentes ao km 13, que apresentou relevo acidentado de difícil acesso, sem acostamento, e ao km16, parcialmente inserido no perímetro urbano de Pedro Canário, com corte na rodovia sem possibilidade de acesso. As áreas urbanas somam 8 quilômetros e estão compreendidas entre o km 15 e o km 17 (Pedro Canário), o km 31 e o km 33 (distrito de Pinheiro), no km 37 (Sayonara) e no km 60 (Santa Teresinha). Foram implantados 811 PT's, dos quais apenas 10 não foram perfurados. Dessa forma, para o trecho 2A foram programados 811 PTs, dos quais 10 não puderam ser executados.

A cobertura vegetal predominante no trecho 2A está representada por gramíneas (área de pasto) que alcançam, em boa parte do trecho, a faixa de servidão da BR-101. Além das pastagens, são representativas as áreas de cultivo de bambu, mandioca, cana e eucalipto. Também estão presentes no trecho pequenos segmentos de mata.

De forma geral, os poços-teste apresentaram três tipos de estratigrafia:

- Segmentos com aterro:
- 0-50 cm: sedimento areno-argiloso, solto, seco, de coloração variada, com presença de brita, restos construtivos, plástico e papel, tornando-se mais compactado em profundidade.
- São exemplos desta tipologia os PTs 47-2, 46-1 e 57-2.

Grupo Barreiras:

- 0-40 cm: sedimento marrom claro argilo-arenoso, medianamente compacto, média umidade e granulometria, homogêneo, com poucas inclusões de radículas;
- 40-100 cm: sedimento amarelo, areno-argiloso, medianamente compacto, umidade baixa, granulometria média, homogêneo, com inclusões de radículas e laterita em avançado processo de intemperização.
- São exemplos desta tipologia os PTs 58-4, 45-1, 46-3 e 45-2.
- Formação aluvionar:
- 0-80 cm: sedimento arenoso, cinza claro, solto, seco, granular fino, homogêneo, com poucas inclusões de radículas e raízes;
- 80-100 cm: sedimento arenoso muito claro, úmido, solto, homogêneo, granular grosso, sem inclusões de radículas e raízes.

São exemplos desta tipologia os PTs 47-2, 42-7, 55-5 e 55-11.

Este trecho apresentou condições favoráveis para o caminhar ao longo da faixa de domínio, como relevo plano, áreas de mata e cultivo e as intervenções resultaram de alguns registros de patrimônios arqueológicos e edificados.

Foram registradas duas ocorrências arqueológicas isoladas e discretas no km 29 (lítica) e no km 36 (histórica), além do Sítio Arqueológico Braço do Rio, no km 33.

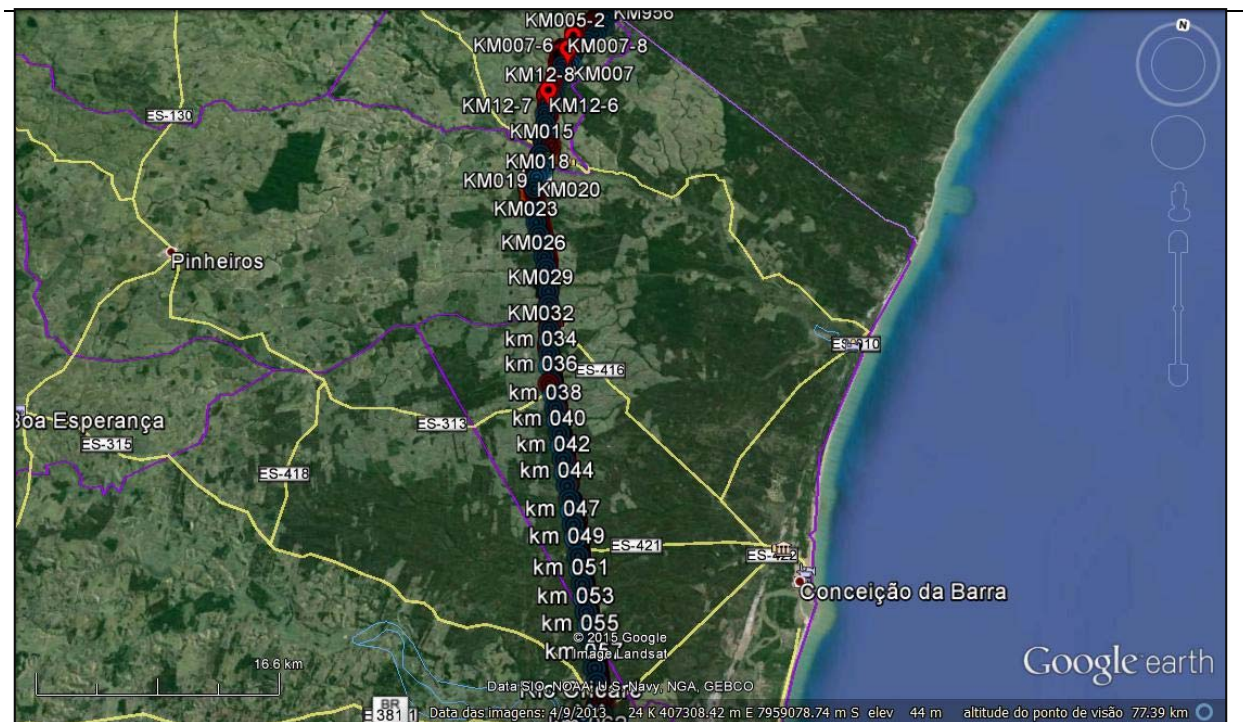


Figura 2.1.1-2 Poços-teste programados para o Trecho 2A

Quadro 2.1.1-2 Poços-teste implantados no Trecho 2A

KM	perfurados	não perfurados	KM	perfurados	não perfurados
Km 000	20		Km 031	10	
Km 001	20		Km 032	20	
Km 002	11		Km 033	15	
Km 003	11		Km 034	20	
Km 004	17		Km 035	20	
Km 005	13		Km 036	17	
Km 006	2		Km 037	20	
Km 007	13		Km 038	12	
Km 008	6		Km 039	11	
Km 009	15		Km 040	8	
Km 010	17		Km 041	10	
Km 011	12		Km 042	10	
Km 012	19		Km 043	13	
Km 014	16		Km 044	11	
Km 015	12		Km 045	7	
Km 016	1		Km 046	7	
Km 017	10		Km 047	10	2
Km 018	26		Km 048	21	
Km 019	14		Km 049	11	
Km 020	11		Km 050	16	
Km 021	20		Km 051	15	
Km 022	20		Km 052	6	
Km 023	20		Km 053	6	
Km 024	11		Km 054	7	
Km 025	10		Km 055	11	1
Km 026	19		Km 056	10	
Km 027	14		Km 057	8	1
Km 028	25		Km 058	9	2
Km 029	20		Km 059	10	
Km 030	20		Km 060	5	4



Fotos 2.1.1-2 a. estratigrafia do grupo Barreiras: PT 45-1; b. estratigrafia sedimento aluvionar: PT42-7; c. plantação de mandioca: km 33; d. aterro: PT 57-2; e. mata secundária: km 37; f. área urbana: km15 (Pedro Canário)

Trecho 3A – ES (km 61 a km-129)

O trecho 3A, com 67 km de extensão, também está geologicamente representado pelo Grupo Barreiras e por formações superficiais aluvionares, fluviais e flúvio-lagunares em região de tabuleiros costeiros. O trecho caminha pelos municípios capixabas de São Mateus (Fazendas Paulista e distrito de Palmito), Jaguaré (distritos de Aricana e Barra Seca) e Sooretama (distrito de Córrego Alegre).

Para este trecho foi planejada a implantação de PT a cada 100 m ao longo de 45 km e a cada 200 m por 15 km, em virtude da presença de desníveis abruptos, taludes, aterros, áreas alagadas, topos de morro, dutos enterrados e áreas urbanizadas, fatores que dificultaram o trabalho e indicaram baixo potencial arqueológico.

Exceção ocorreu no segmento entre km 101 e km 106, que receberam intervenções arqueológicas a cada 50 m, devido à presença de mata preservada da Reserva Biológica de Sooretama, que indica alto potencial para a preservação de vestígios arqueológicos. No entanto, não foram identificados materiais arqueológicos nesse trecho.

A cobertura vegetal predominante no trecho 3A está representada por gramíneas (área de pasto) que alcançam, em boa parte do trecho, a faixa de servidão da BR-101. Além das pastagens, são representativas as áreas de cultivo de macadâmia, mandioca, eucalipto, cafezal, mamão, bananal, coco e cacau. Também estão presentes no trecho pequenos segmentos de mata.

No segmento de Mata Atlântica da Reserva Biológica de Sooretama, os solos identificados corresponderam à formação aluvionar, com colorações variando de marrom claro a acinzentado e textura arenosa a areno-argilosa. Mesmo com predominância da fração areia, em alguns pontos específicos o sedimento apresentou-se muito compactado, impedindo a perfuração até 1m de profundidade. A presença da mata produziu solo nível de solo húmico com cerca de 5 cm de espessura e coloração acinzentada escura. Também neste trecho, em pontos específicos, a formação aluvionar está depositada sobre rochas do Grupo Barreiras, como por exemplo nos PT 102-1, 102-3, 102-4 e 102-5.

Os segmentos urbanizados somam 19 quilômetros e estão compreendidos entre km 64 e km 71 (São Mateus), km 84 (Fazenda Paulista), km 90 (Palmito), km 92 e km 94 (Aricana), km 100 (Barra Seca) e km 124 a km 128.

No trecho 3A foram programados 594 PTs, dos quais 187 não puderam ser executados. A prospecção resultou na localização de uma ocorrência discreta no km 114 (lítica) e do Sítio Arqueológico Bom Jesus, no km 88 (histórico).

De forma geral, os poços-teste apresentaram quatro tipos de estratigrafia:

- Segmentos com aterro:
- 0-50 cm: sedimento areno-argiloso, solto, seco, de coloração variada, com presença de brita, restos construtivos, plástico e papel, tornando-se mais compactado em profundidade.
- São exemplos desta tipologia os PTs 76-6, 77-8, 78-1, 78-12, 75-1, 87-1 e 90-1.

Grupo Barreiras:

- 0-40 cm: sedimento marrom claro argilo-arenoso, medianamente compacto, com umidade e granulometria médias, homogêneo, com poucas inclusões de radículas (solo Podzólico);
- 40-100 cm: sedimento amarelado, areno-argiloso, medianamente compacto, umidade baixa, granulometria média, homogêneo, com inclusões de radículas e laterita em avançado processo de intemperização (latossolo amarelo).
- São exemplos desta tipologia os PTs 69-1, 70-5, 75-3, 77-2, 78-3 e 100-8.
- Formação aluvionar:
- 0-80 cm: sedimento arenoso, cinza claro, solto, seco, granular fino e homogêneo, com poucas inclusões de radículas e raízes;
- 80-100 cm: sedimento arenoso muito claro, úmido, solto, homogêneo e granular grosso, sem inclusões de radículas e raízes.

São exemplos desta tipologia os PTs 88-1, 88-2, 88-4, 99-3 e 104-14.

Argissolos:

- 0-40 cm: sedimento acinzentado escuro, argilo-arenoso, medianamente compacto, média umidade e granulometria, homogêneo com poucas inclusões de radículas (formação aluvionar);
- 40-100 cm: sedimento avermelhado, areno-argiloso, medianamente compacto, umidade baixa, granulometria média, homogêneo, com inclusões de radículas e laterita em avançado processo de intemperização.
- São exemplos desta tipologia os PTs 62-10, 81-6 e 117-5.
- Solos lateríticos:

Não foram passíveis de perfuração, pois, a laterita aflorava em superfície.

São exemplos desta tipologia os PTs 105-8 e 106-1.

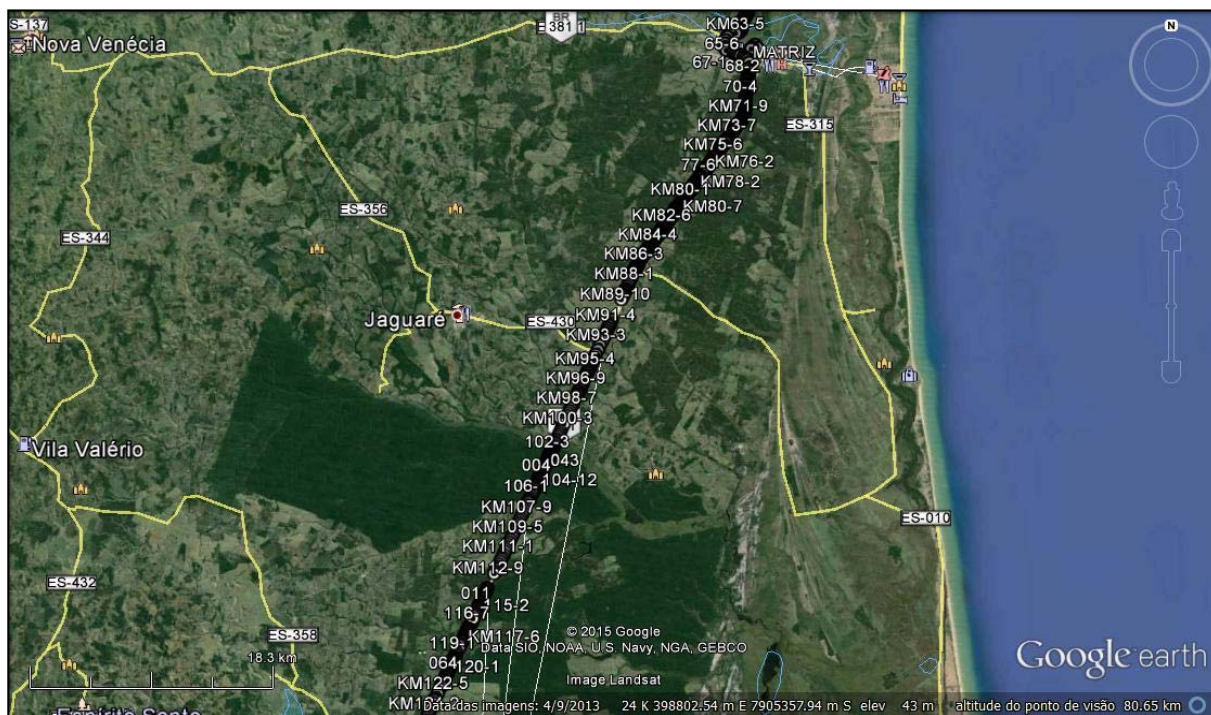


Figura 2.1.1-3 Poços teste programados para o trecho

Quadro 2.1.1-3 Poços-teste implantados no trecho 3A

KM	perfurados	não perfurados
Km 061		10
Km 062	5	5
Km 063	10	
Km 064	1	2
Km 065		3
Km 066		4
Km 067		5
Km 068	2	2
Km 069	7	4
Km 070	7	3
Km 071		10
Km 072	7	3
Km 073	9	
Km 074	5	4
Km 075	8	2
Km 076	7	1
Km 077	6	2
Km 078	12	
Km 079	7	3
Km 080	3	7
Km 081	10	1
Km 082	9	2
Km 083	9	
Km 084		9
Km 085		10
Km 086	1	7
Km 087	9	
Km 088	10	
Km 089	12	
Km 090	1	4
Km 091	4	2
Km 092	10	
Km 093	3	3
Km 094	2	4
Km 095	10	

KM	perfurados	não perfurados
Km 096	7	2
Km 097	4	4
Km 098	9	1
Km 099	7	1
Km 100	5	5
Km 101	2	3
Km 102	10	2
Km 103	18	
Km 104	17	
Km 105	7	1
Km 106	2	3
Km 107	7	3
Km 108	8	2
Km 109	5	5
Km 110	6	4
Km 111	7	3
Km 112	10	
Km 113	9	1
Km 114	9	
Km 115	10	
Km 116	9	
Km 117	9	
Km 118	8	2
Km 119		4
Km 120	9	
Km 121	9	
Km 122	8	1
Km 123	7	1
Km 124		5
Km 125		5
Km 126		5
Km 127		5
Km 128		5
Km 129		2



a.



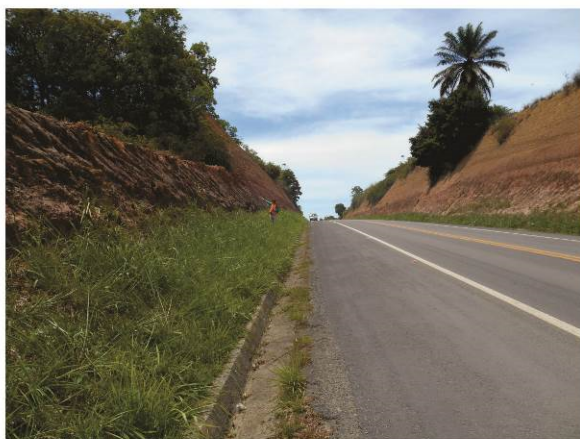
b.



c.



d.



e.



f.

Fotos 2.1.1-3 a. Reserva Biológica de Sooretama: PT 106-4; b. restinga: PT116-3; c. formação aluvionar: PT 116-4; d. latossolo amarelo do Grupo Barreiras: PT 78-3, e. talude: PT 78-10; f. área urbana de São Mateus: km 65

Trecho 4A – ES (km 130 a km 197)

O trecho 4A, com 67 km de extensão, também está geologicamente representado pelo Grupo Barreiras e por formações superficiais aluvionares, fluviais e flúvio-lagunares em região de tabuleiros e planícies costeiras, estuárias e praias. O trecho caminha pelos municípios capixabas de Linhares (distritos de Bebedouro, Rio Quartel e Jacupemba) e Aracruz (distrito de Guaraná).

Para este trecho foi planejada a implantação de PT a cada 200 m ao longo de 43 km e a cada 100 m por 24 km, em virtude da presença de desníveis abruptos, taludes, aterros, áreas alagadas, topos de morro, dutos enterrados e áreas urbanizadas, fatores que dificultaram o trabalho e indicaram baixo potencial arqueológico.

As áreas urbanizadas somam 24 quilômetros e estão compreendidas entre o km 138 e o km 150 (Linhares), entre o km 157 e o km 159 (Bebedouro), entre o km 164 e o km 166 (Rio Quartel), entre o km 171 e o km 175 (Jacupemba) e no km 187 (Guaraná).

Entre os 440 poços teste projetados, apenas 219 puderam ser realizados.

A cobertura vegetal predominante é representada por gramíneas de pastagens que alcançam a faixa de domínio da BR-101. Também estão presentes área de cultivo de mandioca e eucalipto e pequenos trechos com matas secundárias e vegetação lagunar.

E diversos segmentos do trecho 4A não foi possível a perfuração de poços teste, principalmente pela presença de trechos urbanizados. A pesquisa resultou na localização do Sítio Arqueológico Graciosa, no km 135 (pré-histórico).

De modo geral, os poços-teste apresentaram quatro tipologias estratigráficas:

Aterro:

0-50 cm: sedimento areno-argiloso, solto, seco, de coloração variada, com presença de brita, restos construtivos, plástico e papel, tornando-se mais compactado em profundidade.

São exemplos desta tipologia os PT 130-5, 151-3, 152-1, 157-3, 157-8, 160-1, 160-5 e 196-3.

Grupo Barreiras:

- 0-40 cm: sedimento marrom claro argilo-arenoso, medianamente compacto, com umidade e granulometria médias, homogêneo e com poucas inclusões de radículas (argissolo vermelho);
- 40-100 cm: sedimento amarelado, areno-argiloso, medianamente compacto, umidade baixa, granulometria média, homogêneo, com inclusões de radículas e laterita em avançado processo de intemperização (latossolo amarelo).
- São exemplos desta tipologia os PT 132-5, 133-4, 154-7, 161-2, 170-6 e 177-5.

Formação aluvionar:

- 0-80 cm: sedimento arenoso, cinza claro, solto, seco, granular fino, homogêneo, com poucas inclusões de radículas e raízes;
- 80-100 cm: sedimento arenoso muito claro, úmido, solto, homogêneo, granular grosso, sem inclusões de radículas e raízes.
- São exemplos desta tipologia os PT 131-5, 131-6, 132-3, 153-3 e 165-2.

Solos lateríticos:

Não foram passíveis de perfuração, pois a laterita em decomposição aflorava em superfície.

São exemplos desta tipologia os PT 169-10 e 184-1.

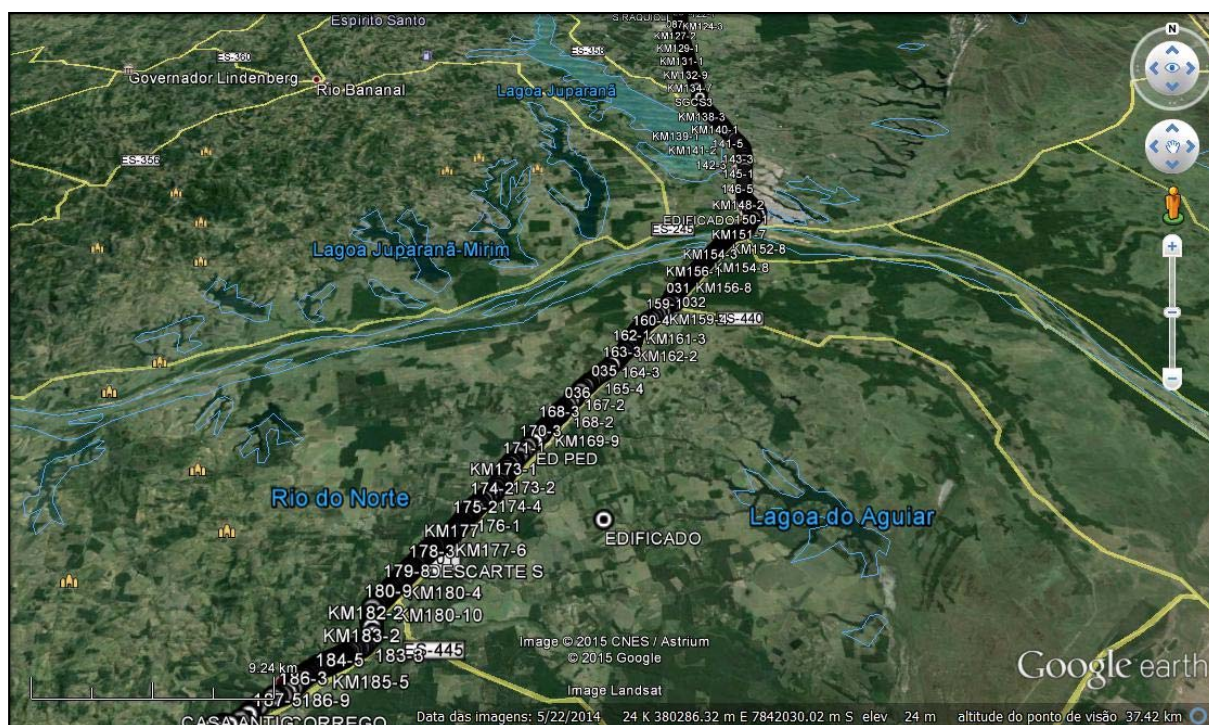


Figura 2.1.1-4 - Poços teste projetados para o trecho 4A

Quadro 2.1.1-4 Poços-teste implantados no trecho 4A

KM	perfurados	não perfurados		KM	perfurados	não perfurados
Km 130	7	3				
Km 131	6	4				
Km 132	8	1				
Km 133	9	1		Km 163	4	
Km 134	5	5		Km 164	2	2
Km 135	8	2		Km 165	3	1
Km 136	5	3		Km 166		5
Km 137	5	4		Km 167	4	
Km 138		5		Km 168	4	
Km 139		5		Km 169	10	
Km 140		5		Km 170	8	2
Km 141		5		Km 171		3
Km 142		4		Km 172		2
Km 143		4		Km 173		5
Km 144		3		Km 174		5
Km 145		3		Km 175		4
Km 146		5		Km 176		5
Km 147		5		Km 177	8	2
Km 148		5		Km 178	5	5
Km 149		5		Km 179	8	2
Km 150		5		Km 180	4	6
Km 151	6	3		Km 181	8	2
Km 152	6	4		Km 182	2	5
Km 153	8	1		Km 183		4
Km 154	8	1		Km 184	6	1
Km 155	8	1		Km 185	8	1
Km 156	8	1		Km 186	3	7
Km 157	9			Km 187	2	8
Km 158	4	1		Km 188	1	4
Km 159	1	3		Km 189		5
Km 160	5			Km 190		5
Km 161	2	2		Km 191		5
Km 162	5					



a.



b.



c.



d.



e.



f.

Fotos 2.1.1-3 a. talude (PT 183-3); b. área urbana no km 141 (Linhares); c. pastagem (PT 133-10); d. ambiente lagunar (PT 136-8); e. formação aluvionar (PT 131-5); f. Grupo Barreiras – latossolo amarelo (PT 161-2)

Trecho 5A – ES (km 198 a km 246)

O trecho 5A, com 48 km de extensão atravessa terrenos formados pelo Complexo Nova Venécia, por suítes intrusivas, maciços e formações superficiais aluviais/fluviais. O relevo está representado predominantemente pelos tabuleiros costeiros (a leste, em João Neiva), mas também estão presentes os patamares escalonados do sul capixaba (a oeste, em Aracruz, Fundão e Serra) e colinas e maciços costeiros. Este trecho da rodovia intercepta os municípios capixabas de João Neiva, Ibiraçu (distrito de Pendanga), Fundão (distrito de Timbuí) e Serra (distrito de Nova Serra).

No trecho, os poços teste foram implantados a cada 200 m ao longo de 24 km e a cada 100 m nos 15 km restantes. O distanciamento entre os pontos de intervenção foi resultante da análise da paisagem, onde ocorrem desníveis abruptos, taludes, aterros, áreas alagadas, topos de morros, faixa de servidão muito estreita, curvas perigosas nas áreas serranas, presença de cabos enterrados e áreas urbanizadas.

O segmento entre o km 221 e o km 228 não pode ser prospectado, por questões de segurança. Os segmentos urbanizados somam 24 km, compreendidos entre o km 199 e o km 205 (João Neiva), entre o km 210 e o km 213 (Ibiraçu), entre o km 219 e o km 220 (Pendanga), o km 226 e o km 229 (Fundão) e o km 240 e o km 243 (Cidade Nova Serra).

A cobertura vegetal predominante é representada por gramíneas (pastagens), que muitas vezes ocupam a faixa de servidão da rodovia. Também estão presentes plantações de eucalipto e café e pequenas áreas com mata.

No total, foram planejados 290 PT, dos quais somente 63 puderam ser perfurados.

Mesmo com a impossibilidade de caminhamento de abertura de poços teste em grandes segmentos do trecho, foi possível a localização de bens arqueológicos: uma ocorrência lítica no km 207 (lítico), o Sítio Arqueológico Mattiuzzi, no km 217 (histórico) e o Sítio Arqueológico Monitora, no km 236 (multicomponencial).

De modo geral, os poços-teste apresentaram três tipos de estratigrafia:

Aterros:

- 0-50 cm: sedimento areno-argiloso, solto, seco, de coloração variada, com presença de brita, restos construtivos, plástico e papel, tornando-se mais compactado em profundidade.
- Como exemplo desta tipologia podem ser citados os PT 203-8, 216-3 e 203-9.

Grupo Barreiras:

- 0-40 cm: sedimento marrom claro argilo-arenoso, medianamente compacto, média umidade e granulometria, homogêneo, com poucas inclusões de radículas (Podzólico);

- 40-100 cm: sedimento amarelado, areno-argiloso, medianamente compacto, umidade baixa, granulometria média, homogêneo, com inclusões de radículas e laterita em avançado processo de intemperização (latossolo amarelo).
- São exemplos desta tipologia os PT 207-6, 236-2, 244-4 e 218-1.

Formação aluvionar:

- 0-80c m: sedimento arenoso, cinza claro, solto, seco, granular fino, homogêneo, com poucas inclusões de radículas e raízes;
- 80-100 cm: sedimento arenoso muito claro, úmido, solto, homogêneo, granular grosso, sem inclusões de radículas e raízes.
- Exemplo desta estratigrafia foi apresentada pelo PT 199-6.

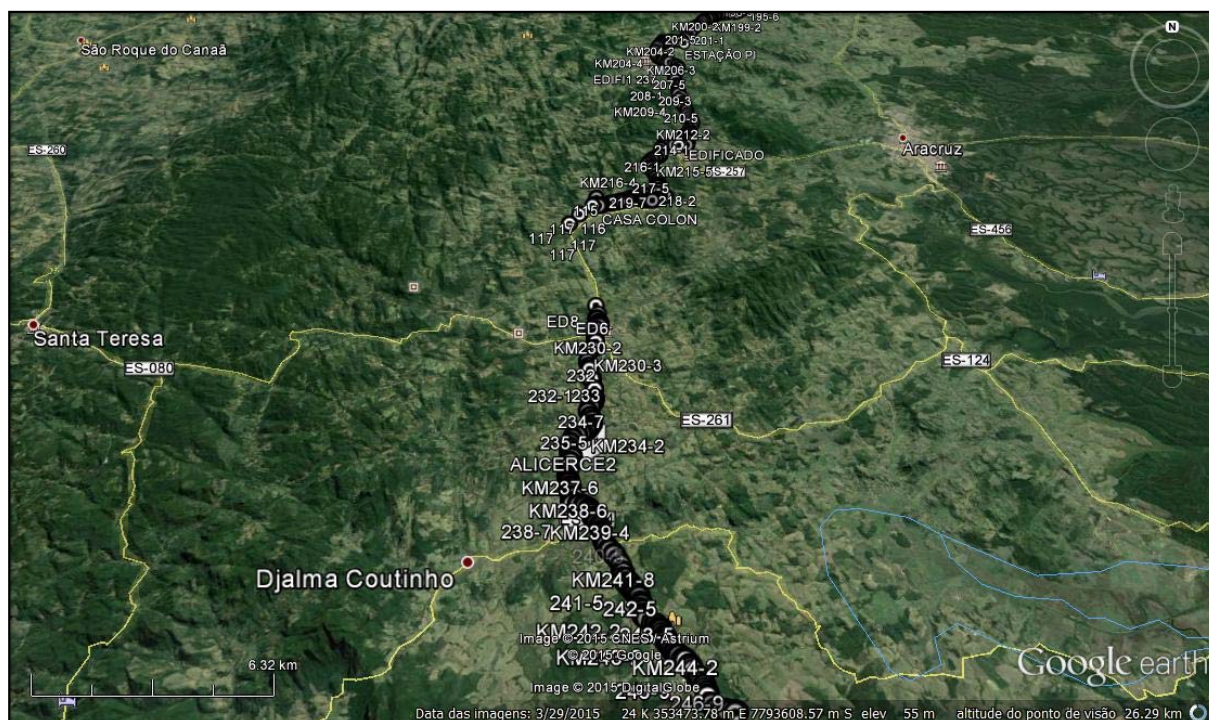
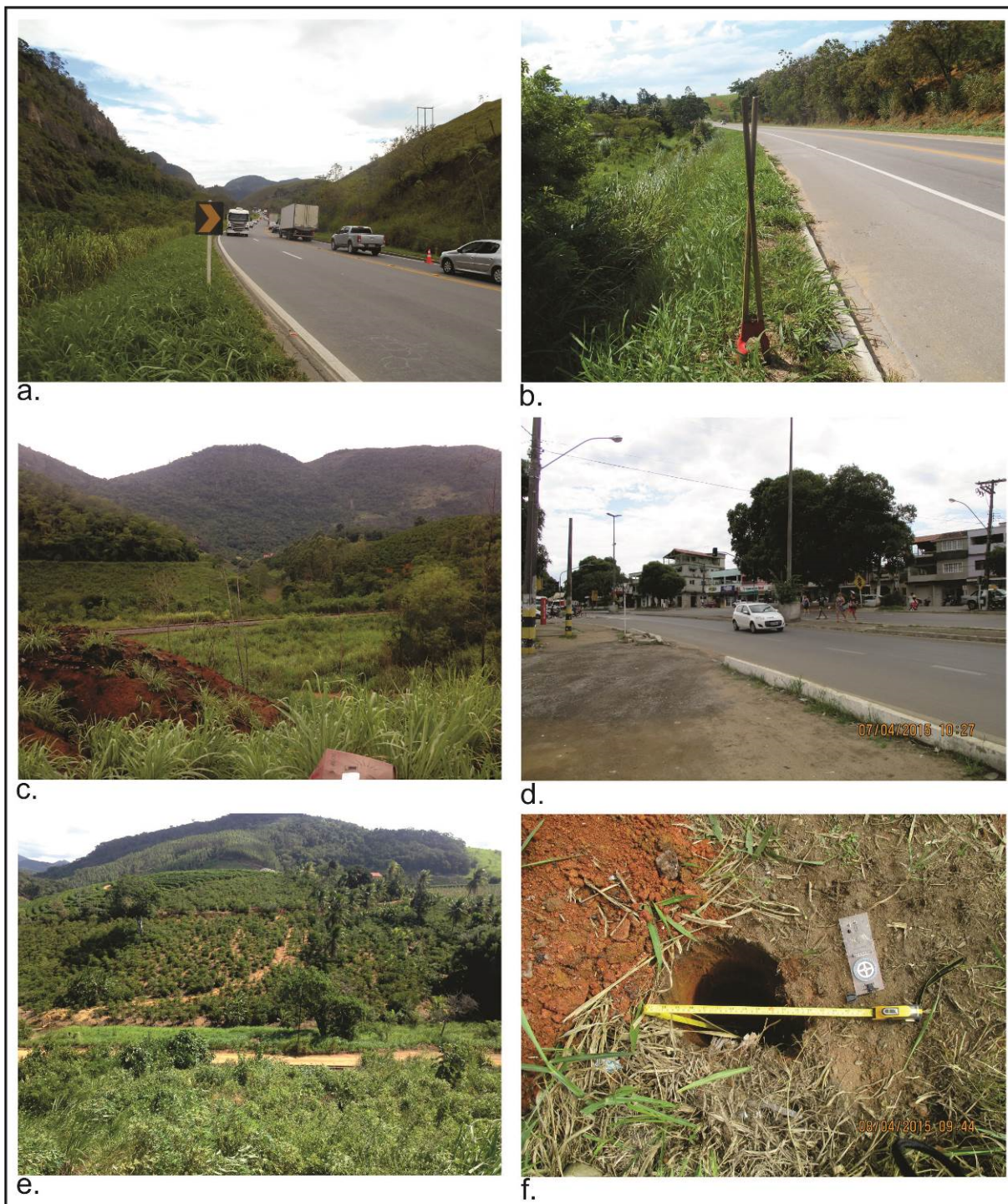


Figura 2.1.1-5 Projeção de poços-teste no trecho 5A

Quadro 2.1.1-5 Poços-teste implantados no trecho 5A

KM	perfurados	não perfurados
Km 198	5	
Km 199	4	6
Km 200		5
Km 201		5
Km 202		5
Km 203	13	6
Km 204		5
Km 205		10
Km 206	4	2
Km 207	3	3
Km 208		5
Km 209		5
Km 210	1	4
Km 211		5
Km 212		5
Km 213		5
Km 214		5
Km 215		6
Km 216	2	2
Km 217		3
Km 218	2	2

KM	perfurados	não perfurados
Km 219	4	3
Km 220	7	
Km 221		4
Km 229		5
Km 230		3
Km 231		3
Km 232		2
Km 233		5
Km 234		9
Km 235	1	9
Km 236	3	7
Km 237		10
Km 238		9
Km 239		10
Km 240		10
Km 241	3	7
Km 242	4	5
Km 243	3	7
Km 244	3	7
Km 245		10
Km 246	1	8



Fotos 2.1.1-4 a. trecho com curvas acentuadas no km 217; b. faixa de domínio estreita no km 233; c. relevo muito ondulado no km 210; d. área urbana no km 229 (Fundão); e. cafezal no PT 236-7; aterro no PT 203-9

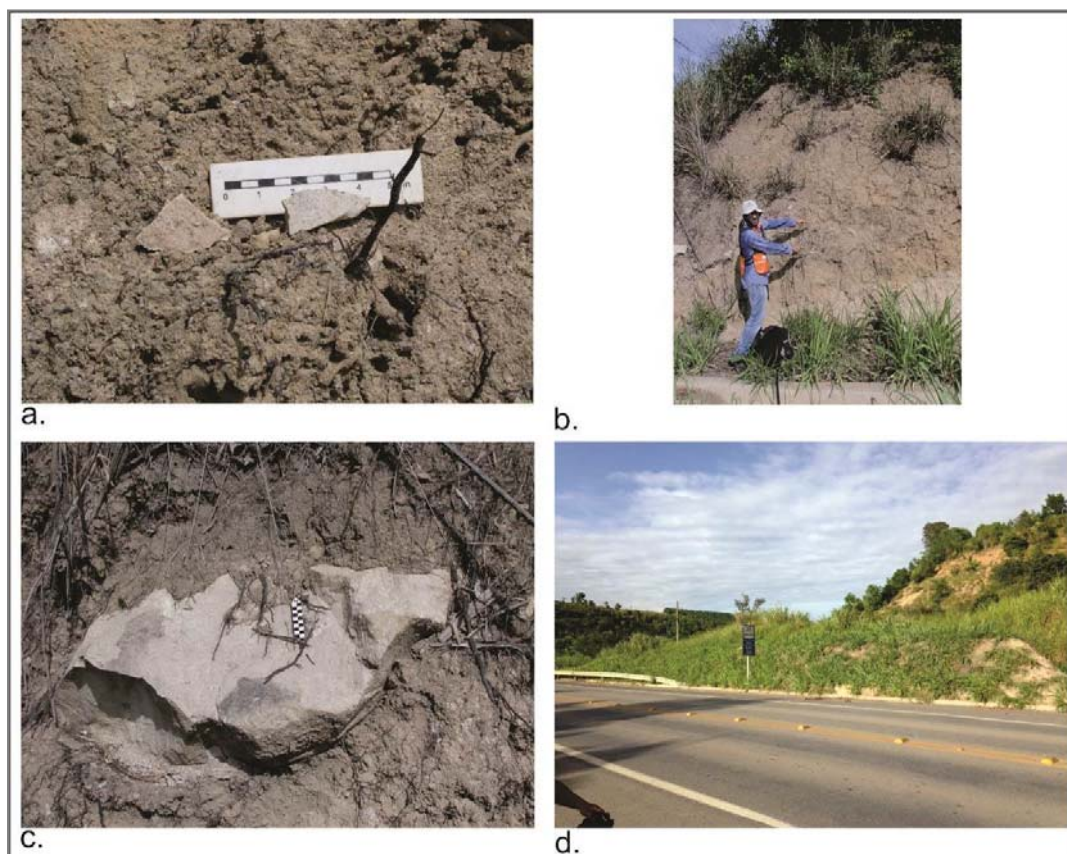
2.1.2 Ocorrências Arqueológicas Isoladas

Ocorrência Arqueológica Lítica – OC km 29

A OC km 29 foi localizada 120 m antes da ponte do km 29 da BR-101, na margem direita do rio Itauninhas, às coordenadas UTM 24K 401.033 E / 7.964.061 S, no distrito de Braço do Rio (Pedro Canário/ES).

Foram identificadas lascas e blocos de arenito silicificado, matéria prima com potencial para uma boa performance lascamento, em um corte da rodovia com perfil de solo exposto.

Estava implantada no compartimento relacionado ao Grupo Barreiras, unidade geomorfológica de tabuleiros costeiros. O local apresenta relevo ondulado; a textura do solo é areno-argilosa, de coloração marrom e amarelada, com calcário e laterita. A vegetação original local é de Mata Atlântica, sendo atualmente o solo usado para atividades agropecuárias, combinando por pastagens e plantações.



Fotos 2.1.2-1 - a. coleta de material arqueológico no perfil CP29-1; b. localização da coleta de perfil CP29-1; c. bloco rochoso aflorante no nível arqueológico; d. vista sudoeste do local da ocorrência

As atividades realizadas no local envolveram coleta de e lascas líticas no perfil do corte (CP29-1); após curadoria, uma das peças foi descartada por se tratar de peça, sem evidência de trabalho humano. No local foram efetuados registros fotográficos e coletadas coordenadas UTM com receptor GPS. Caminhamento intensivo de varredura também foi executado no entorno da ocorrência, não sendo encontrado qualquer outro vestígio arqueológico. Os PT efetuados na ADA, próximos à ocorrência, se revelaram arqueologicamente estéreis.

A imagem e a tabela a seguir apresentam os poços teste realizados no entorno da ocorrência durante o caminhamento na ADA.

O conjunto de atividades supracitada indica não se tratar de um sítio arqueológico, apenas de uma ocorrência. No entanto, deve-se considerar que o local já sofreu intensos movimentos de solo pois apresenta cortes em talude executados para a construção da BR-101. Além disso, em decorrência da retirada da vegetação original para a instalação de pastagens, os terrenos lindeiros ficaram sujeitos a processos de solifluxão durante as estações chuvosas e pisoteio de gado, o que pode ter contribuído para a destruição de um possível sítio arqueológico que existisse no local.

Não foram efetuados poços teste para delimitação da ocorrência, por esta se encontrar em um perfil de talude de plano inclinado, de modo que a matriz de solo original já foi abatida durante o processo de abertura da BR-101.

Como a ocorrência foi localizada no topo do talude, pode-se inferir que originalmente estava implantada em topo colinar, local propício ao assentamento humano. As áreas circundantes, algumas com pequenos capões de mata secundária, devem apresentar solos mais preservados em relação àquelas situadas no entorno imediato do talude.







Assim, não se descarta a possibilidade de que outros vestígios arqueológicos associados à ocorrência do km 29 possam ainda ser encontrados em subsuperfície durante as obras que deverão ampliar o citado talude, caracterizando a presença de um sítio arqueológico. Recomenda-se monitoramento arqueológico.

Base: Imagem de satélite do Google Earth






Figura 2.1.2-1 Ponto de localização da OC km 29 (seta amarela), em uma área de corte de estrada escalonado realizado para instalação da BR-101

Quadro 2.1.2-1 Poços-teste relacionados a OC km 29

PT	coordenadas UTM	Material Arqueológico	Ocupação do solo	Foto
29-1	24K 401019/7964638	Estéril	Pasto	
29-2	24K 401024/7964020	Estéril	Pasto	
9-3	24K 401019/7964000	Estéril	Pasto	
29-4	24K 401014/7963982	Estéril	Pasto	
29-5	24K 401026/7963982	Estéril	Pasto/Beira de rio	
29-6	24K 401035/7963980	Estéril	Pasto/Beira de rio	

Quadro 2.1.2-1 Poços-teste relacionados a OC km 29 (continuação)

PT	coordenadas UTM	Material Arqueológico	Ocupação do solo	Foto
29-7	24K 400990/7963975	Estéril	Pasto/Beira de rio	
29-9	24K 400979/7963923	Estéril	Pasto/Beira de rio	
29-13	24K 401002/7963930	Estéril	Beira de rio	

Ocorrência Arqueológica Histórica – OC km 36

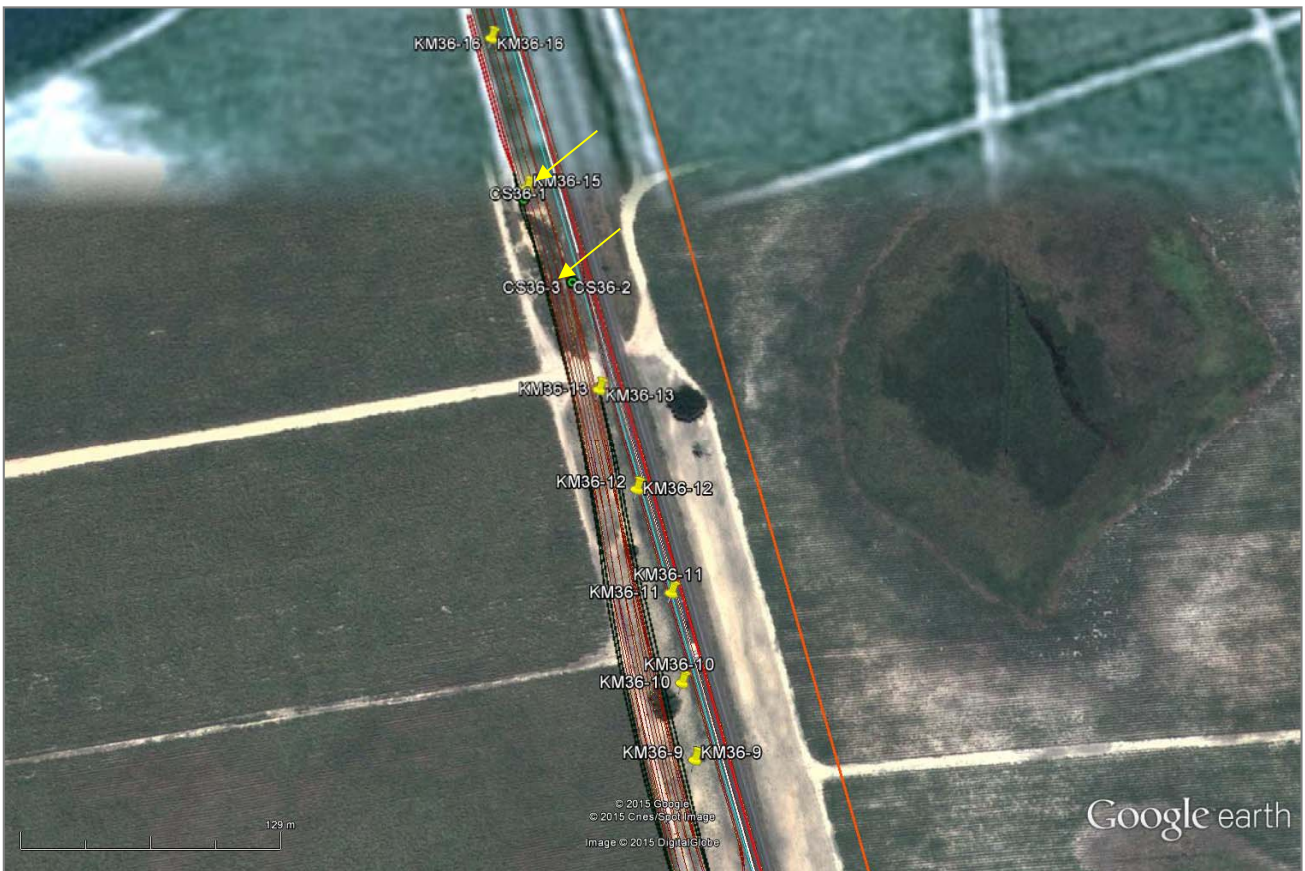
Materiais históricos, representados por tijolos e fragmentos de vidro e metal foram localizados no km 36 da BR-101, junto a uma represa, às coordenadas UTM 24K 401965E / 7957843S. A fonte de água mais próxima é o córrego Argelim, a 1 km de distância. O material foi localizado em solo de aterro, no distrito de Sayonara (Conceição da Barra/ES).

As observações em campo indicam tratar-se de local bastante alterado, utilizado para descarte fortuito de materiais de demolição, sendo estes identificados no interior de uma vala, misturados a entulho recente.

A OC km 36 está implantada em compartimento relacionado ao Grupo Barreiras e à unidade geomorfológica tabuleiros costeiros. A feição do relevo é ondulada, o solo apresenta-se argilo-arenoso, de coloração amarelada, tipo latossolo amarelo, com intrusões minerais tipo areião de quartzo. A vegetação original era composta por Mata Atlântica, o uso atual do solo está ligada a atividades de agricultura e pastagem.



Fotos 2.1.2-2 a represa; b. vista SW da vala onde foram encontrados os materiais arqueológicos; c. PT 115-4 com restos construtivos; d. coleta de superfície CS36-1



Base: Google Earth




Figura 2.1.2-2 Pontos de localização da OC km 36 (setas amarelas) e poços-teste realizados no entorno

As atividades realizadas no local envolveram vistoria e coleta de superfície (CS35-1 e CS36-1 a 3). Os PTs implantados durante o caminhamento forneceram informações sobre a área circundante à OC. Além disso foram providenciados registro fotográfico e de coordenadas UTM com auxílio de GPS.

É importante salientar que a coleta de superfície efetuada diz respeito a dois fragmentos de tijolos maciços e uma peça de ferro (fragmento de chapa metálica perfurada), recolhidos para fins de amostragem de elementos construtivos comuns às construções antigas da região de estudo, lembrando que a sua presença no local estaria associada ao despejo fortuito de entulho construtivo de localidades alheias, o que justifica a não execução de poços testes no intuito de delimitar uma ocorrência alóctone ao local registrado.

As **Fotos 2.1.2-3** e o **Quadro 2.1.2-2** a seguir apresentam os PTs realizados nas proximidades do local da ocorrência.

Quadro 2.1.2-2 Poços-teste realizados no entorno da OC km 36

PT	Coordenadas UTM	Material Arqueológico	Ocupação do solo	Foto
35-17	24K 401816/7958238	Estéril	Pasto	
36-14	24K 401965/7957843	Estéril	Faixa de servidão	
36-15	24K 401939/7957887	Tijolo	Faixa de servidão	

Devido à proximidade desta ocorrência com a calha do córrego Angelim é recomendada uma ação de acompanhamento arqueológico durante as obras.

Ocorrência Arqueológica Lítica - OC km 114

A OC km 114 foi localizada em uma estrada vicinal à BR-101, em área de cultivo de eucalipto, às coordenadas UTM 24K 388843E / 7887116S, no município de João Neiva/ES. A fonte de água mais próxima é um afluente do rio Barra Seca.

No local foram identificados uma lasca e um bloco de rocha calcária (matéria-prima aparentemente alóctone) em sulcos de erosão pluvial. A estrada vicinal onde a ocorrência foi detectada foi objeto de caminhada para vistoria, mas não foram identificados outros vestígios.

Geologicamente o local está inserido no Grupo Barreiras e na unidade geomorfológica tabuleiros costeiros. Apresenta relevo ondulado, solo argilo-arenoso amarelado, tipo latossolo amarelo, com intrusões minerais de calcário e laterita. A vegetação original seria composta por Mata Atlântica, o uso atual do solo envolve atividades de agricultura, representadas por canavial e plantação de eucaliptos, indicando alto grau de impacto no solo.



Fotos 2.1.2-3 a. estrada vicinal; b. coleta de superfície CS115-4; c. implantação do PT 115-3; d. coleta de superfície CS115-4

As atividades realizadas envolveram vistoria e coleta de superfície (CS114-4), registro fotográfico e coleta de coordenadas UTM com receptores GPS.

Os PTs implantados nas imediações ao longo da ADA forneceram informações satisfatórias a esta ocorrência, de modo que se julgou desnecessário efetuar a sua delimitação com intervenções no solo, considerado o intenso grau de alteração do local e o caráter isolado das coletas efetuadas.

A imagem e a tabela a seguir apresentam informações sobre os PTs realizados ao longo da rodovia e que estão no entorno da ocorrência.



Base: Google Earth

Figura 2.1.2-3 Ponto de localização da OC km 114 (seta amarela) e poços-teste aberto no entorno

Quadro 2.1.2-3 Poços-teste do entorno da OC km 114

PT	COORDENADAS UTM	MatERIAL Arqueológico	Ocupação do solo	Foto
114-3	24K 388905/7887186	Estéril	Eucalipto	
114-4	24K 388844/7887117	2 líticos	Eucalipto	
114-5	24K 388794/7887011	Estéril	Eucalipto	
114-6	24K 388748/7886920	Estéril	Eucalipto	
114-7	24K 388717/7886855	Estéril	Mata secundária	
114-8	24K 388702/7886753	Estéril	Mata secundária	
114-9	24K 388664/7886675	Estéril	Mata secundária	
114-10	24K 388596/7886590	Estéril	Eucalipto	

Os dados coletados em campo permitem afirmar que a estratigrafia do solo no trecho da BR-101 onde foi localizada a OC km 114 se apresenta pouco preservada, decorrente de processos erosivos e antropização. Também não foram obtidas, com moradores locais, informações positivas sobre outras ocorrências arqueológicas.

Ocorrência Arqueológica Histórica - OC km 205

A OC km 205 foi localizada em local de empréstimo de solo, às coordenadas UTM 355.253E / 7.803.681N, no município de João Neiva/ES. Estava implantada em média vertente e a drenagem mais próxima era representada pelo rio Piraquê-Açú.

No local foram identificados fragmentos e blocos de escória de fabricação de cal, ou seja, matéria de aspecto rochoso e vítreo, formada pela fusão de elementos silicosos e metálicos contidos na matriz mineral de rochas calcárias submetidas à queima para fabrico de cal. Na fabricação, os blocos rochosos são empilhados em um forno e cobertos com grande volume de lenha, sendo a queima efetuada por horas seguidas. O material resultante é a cal que, por ser mais leve, tende a ficar sobreposta às escórias mais densas que se fundem e se precipitam na base do forno e que, muitas vezes, são aproveitadas como material para pavimentação de acessos.

O material foi localizado em média vertente bastante alterada por processos de lavra de material de empréstimo e cortes de talude executados durante a abertura da BR-101, sem vestígios de qualquer estrutura de fundição associada. Não foi possível a delimitação de subsuperfície devido ao intenso abatimento da matriz sedimentar original apresentado pelo local.


Encontra-se implantada no compartimento geológico relacionado ao Grupo Barreiras, na unidade geomorfológica de tabuleiros costeiros. A feição do relevo é extremamente ondulada. A textura do solo é argilo-arenoso, de coloração amarelada a marrom, tipos latossolo amarelo e argissolos, com intrusões minerais de rocha silicificada. A vegetação original era composta por Mata Atlântica e o uso atual do solo envolve atividades de pecuária com grandes extensões de pastos.

As atividades realizadas na ocorrência envolveram vistorias, uma coleta de superfície (CS205-1 e 2) e uma coleta no PT 205-1. Os PTs implantados ao longo da rodovia forneceram informações circundantes da OC e foram realizados registros fotográficos e registros com auxílio de GPS.

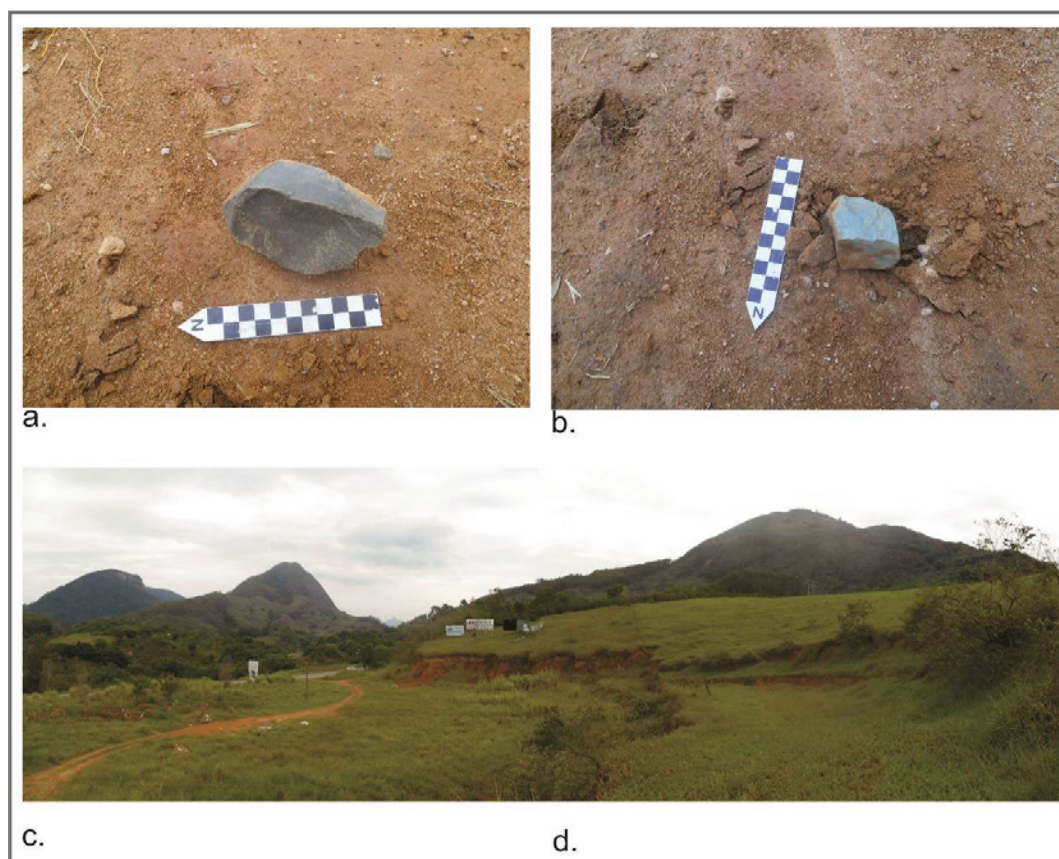
As Fotos 2.1.2-4 e o Quadro 2.1.2-4 a seguir apresentam informações desses PTs.

Quadro 2.1.2-4 Poços-teste do entorno da OC km 205

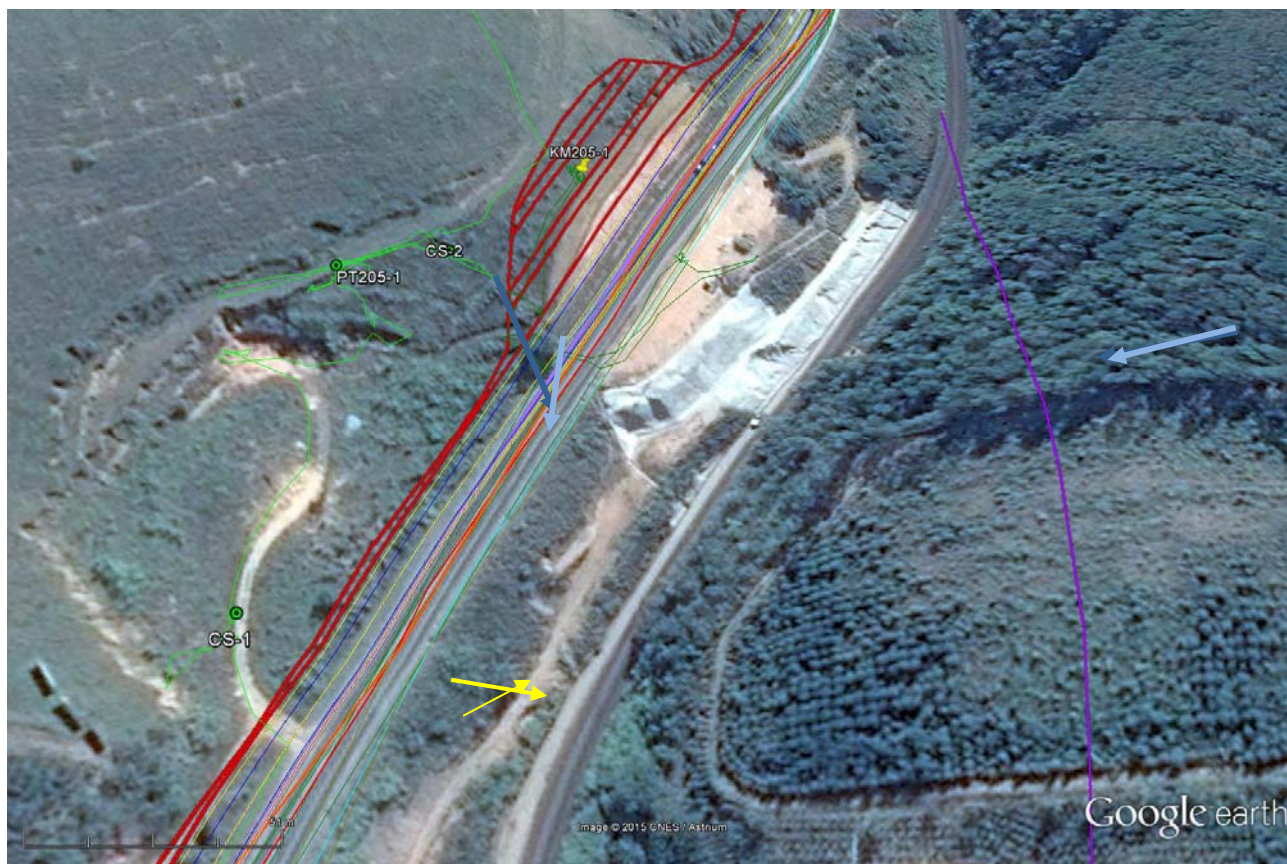
PT	COORDENAdas UTM	Material Arqueológico	Ocupação do solo	Foto
----	-----------------	-----------------------	------------------	------

205-1	24K 356307/7813203	1 fragmento de escória	Talude/serra/pasto	
-------	--------------------	------------------------	--------------------	---

O grau de conservação da ocorrência é baixa, pois são muitos fatores de degradação tais como processos erosivos e impactos humanos diretos (lavras de empréstimo e cortes de talude). Não obtivemos maiores informações com moradores locais. De todo modo seu principal risco de destruição é a implantação da duplicação da BR-101, sendo recomendado um acompanhamento arqueológico durante as obras.



Fotos 2.1.2-4 a. coleta de superfície CS207-1; b. coleta de superfície CS207-2; c. vista geral sudoeste da implantação da ocorrência



Base: Google Earth

Figura 2.1.2-4 Pontos de indicação da OC. km 205 (setas amarelas nas coletas de superfície. As setas azuis apontam um local intensamente perturbado por lavra de área de empréstimo ou de cortes de taludes durante a abertura da BR-101

2.1.3 Sítios Arqueológicos

Sítio Arqueológico Braço do Rio (km 33) - Coordenadas UTM 24K 401547E / 7960422N

O Sítio Arqueológico Braço do Rio está implantado à margem da BR-101, km 33, em plantação de mandioca em topo de talude da rodovia, às coordenadas UTM 24K 401.547E / 7.960.422S. A fonte de água mais próxima é o rio Itauninhas, margem direita e o sítio está localizado no distrito de Braço do Rio (Conceição da Barra/ES).

O sítio foi identificado a partir da execução de poços-testes na ADA sendo detectada uma peça lítica a 10 cm de profundidade no PT 33-13.

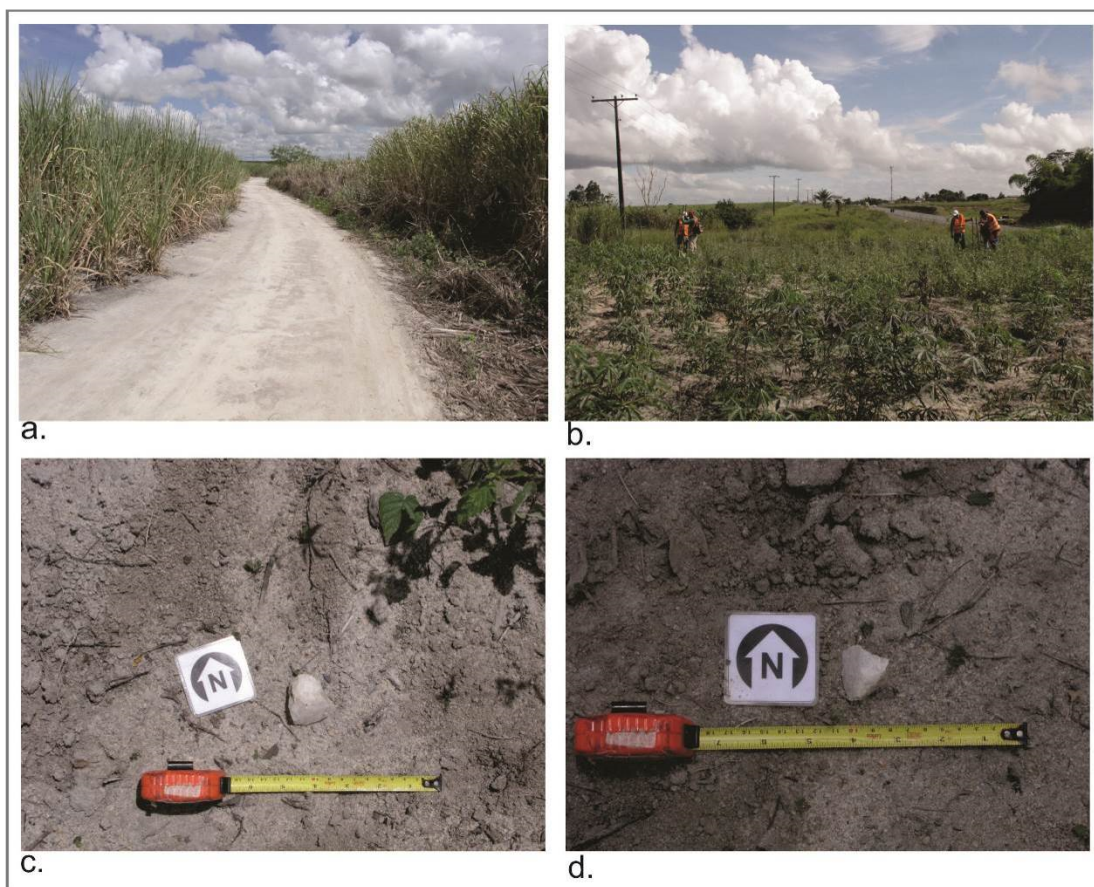
A fim de se delimitar o sítio, procedeu-se à abertura de 20 intervenções em malha de 20 x 20m, sendo que todos resultaram negativos. É importante salientar que o flanco oeste do sítio não pode ser prospectado em subsuperfície por corresponder a terreno de propriedade particular e não se ter conseguido autorização para tal.

Foram identificadas lascas de quartzo leitoso e hialino na superfície, em concentração elíptica de 10 x 15 m, cujos eixos orientam-se respectivamente N-S e E-W e, aparentemente, a matéria-prima parece não ser local. Este material foi identificado durante caminhamento na área. Os materiais coletados em superfície correspondem a nove registros (CS33-1 a 9).

O sítio está implantado em terrenos associados ao Grupo Barreiras, na unidade geomorfológica tabuleiros costeiros. O relevo é ondulado e o solo arenoso, cinza claro a escuro, de formação aluvial, com fração grosseira de quartzo. A vegetação original era composta por Mata Atlântica, ainda preservada em pequena reserva a leste do local, o uso atual do solo é voltado à agricultura (mandioca e cana, a oeste).

A despeito de, aparentemente, o sítio ser de ocorrência superficial e a área ter sido submetida a fatores de degradação por processos erosivos e antrópicos, não se pode descartar a possível ocorrência de materiais arqueológicos em estratos mais profundos e preservados, ou em outras áreas não vistoriadas, como aquelas de mata existentes a leste do sítio e em carreadores do canal existente no flanco oeste.

Não se obteve maiores informações com moradores locais.



Fotos 2.1.3-1 a. coleta de superfície CS207-1; b. coleta de superfície CS207-2; c. vista geral sudoeste da implantação da ocorrência, d. coleta de superfície CS33-3

Quadro 2.1.3-1 Delimitação do sítio Braço do Rio

Ponto	Coordenada UTM Datum: WGS 84
Sítio Braço do Rio (N)	24 K 401533 7960425
Sítio Braço do Rio (S)	24 K 401539 7960418
Sítio Braço do Rio (E)	24 K 401531 7960423
Sítio Braço do Rio (O)	24 K 401539 7960418







Fonte: Base Google Earth

Figura 2.1.3-1 Delimitação do Sítio Braço de Rio com de malha de poços teste de 20 x 20m e coletas de superfície (pontos verdes)

Quadro 2.1.3-2 Poços-teste executados para delimitação do sítio Braço de Rio

PT	coordenadas UTM	Material Arqueológico	Ocupação do solo	Foto
PT-1	24K 401528/7960438	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-2	24K 401538/7960435	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-3	24K 401532/7960423	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-4	24K 401542/7960425	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-5	24K 401534/7960413	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-6	24K 401544/7960414	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-7	24K 401535/7960403	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-8	24K 401544/7960405	Estéril	Plantação de mandioca	

PT	coordenadas UTM	Material Arqueológico	Ocupação do solo	Foto
PT-9	24K 401536/7960392	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-10	24K 401546/7960392	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-11	24K 401539/7960383	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-12	24K 401550/7960382	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-13	24K 401540/7960372	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-14	24K 401550/7960369	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-15	24K 401542/7960361	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-16	24K 401553/7960361	Estéril	Plantação de mandioca	

PT	coordenadas UTM	Material Arqueológico	Ocupação do solo	Foto
PT-17	24K 401545/7960348	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-18	24K 401555/7960349	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-19	24K 401546/7960338	Estéril	Plantação de mandioca	
PT-20	24K 401556/7960341	Estéril	Plantação de mandioca	

Sítio Arqueológico Bom Jesus (km 88) – Coordenadas UTM 24K 399687E / 7911075N

O sítio Bom Jesus foi localizado no km 88 da BR-101, próximo a porteira de entrada, no acesso à sede da Fazenda Bom Jesus, às coordenadas UTM 24K 399.687E / 7.911.075S. A fonte de água mais próxima ao sítio é o córrego Macaco.

No local foram identificados materiais históricos – fragmentos de louça e vidro, dispersos na superfície da estrada vicinal. Uma estrutura de alvenaria foi identificada no local, mas outros elementos relacionados a edificações antigas não foram percebidos.

Encontra-se implantado no compartimento topográfico relacionado ao Grupo Barreiras, unidade geomorfológica de tabuleiros costeiros. O relevo é plano. A textura do solo é argilo-arenosa, de coloração amarelada, tipo latosso amarelo, com intrusões minerais tipo areão de quartzo. A vegetação original era composta por Mata Atlântica, o uso atual do solo está ligado a atividades agropecuárias, combinando plantações e pastos.

As atividades realizadas no sítio envolveram vistorias na área, coletas de superfície (CS88-1 a 4) e coletas nos PT's 88-3 e 88-5. Afim de constatar e delimitar o sítio, procedeu-se à abertura de 6 intervenções em malha de 30 x 30 m, das quais duas foram positivas. Realizaram-se também registros fotográficos e registros com auxílio de GPS.

O Sr. Jéus Bem Vindo Ribeiro de Castro, nasceu em 1935 e é proprietário há 15 anos da Fazenda Bom Jesus, tendo informado que ali havia uma antiga serraria. Os primeiros proprietários foram Ismael e Ademir, que ainda vivem na região, mas não foram encontrados.

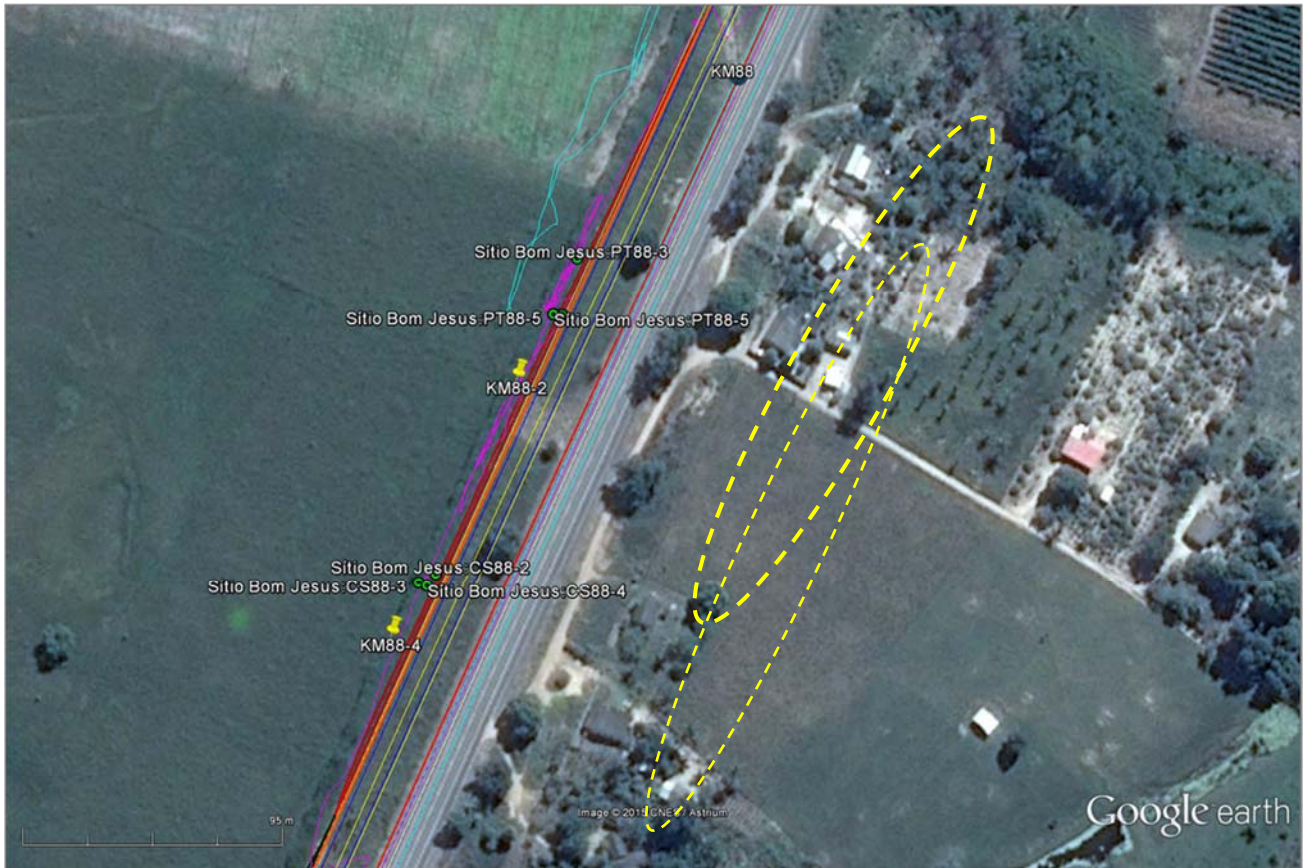
Conforme o Sr. Jéus, a estrutura de alvenaria fazia parte dessa serraria que já existia na propriedade antes de sua chegada. No entanto, a impressão é que a estrutura é mais recente do que os vestígios históricos encontrados na estrada vicinal.

O sítio apresenta pelo menos 400 m de comprimento, mas para delimitação da largura serão necessárias intervenções dentro da propriedade particular, o que não foi possível nesta fase da pesquisa em função de não haver autorização para acesso. Os vestígios coletados estão dispersos ao longo da estrada vicinal, que passou por alguma modificação recente, já que haviam amontoados de solo com vestígios expostos. Contudo, outros vestígios foram encontrados em subsuperfície, demonstrando boa preservação do estrato arqueológico.

O grau de preservação do sítio foi considerado, devido a alguns fatores de degradação como processos erosivos e antrópicos. Necessita de uma ação de resgate arqueológico, com intervenções sistemáticas para observações estratigráficas e averiguação em outros acessos vicinais adjacentes.









Fotos 2.1.3-2 a. coleta de superfície CS88-2; b. coleta de superfície CS88-4; c. coleta de superfície CS88-3; d. estrada vicinal; e. implantação de PT's no sítio; f. estrutura de alvenaria



Fonte: Google Earth

Figura 2.1.3-2 Delimitação provisória do Sítio Arqueológico Bom Jesus, indicado pela elipse amarela

Quadro 2.1.3-3 Poços-teste abertos no sítio Bom Jesus

PT	COORDENADAS UTM	MatERIAL Arqueológico	Ocupação do solo	Foto
88-1	24K 399687/7911075	Telha, vidro	Pasto, servidão	
88-2	24K 399675/7911052	Estévil	Servidão	
88-3	24K 399695/7911095	Grés	Estrada vicinal	
88-4	24K 395632/7910962	Estévil	Servidão	
88-5	24K 399586/7910861	Estévil	Servidão	
88-12	24K 399704/7911118	Estévil	Estrada vicinal	

Quadro 2.1.3-4 Delimitação do Sítio Bom Jesus

Ponto	CoordenadaS UTM Datum: WGS 84
Sítio Bom Jesus (N)	24 K 399700 7911120
Sítio Bom Jesus (S)	24 K 399646 7910983
Sítio Bom Jesus (E)	24 K 399672 7911042
Sítio Bom Jesus (O)	24 K 399664 7911042

Sítio Arqueológico Graciosa (km 135) - Coordenadas UTM 24K 385.815E / 7.866.932S

O sítio Graciosa foi localizado no km 135 da rodovia BR-101, próximo à porteira de acesso à Fazenda Graciosa, em local que recentemente recebeu movimento de solo. A drenagem mais próxima é a lagoa Juparanã.

No sítio foram identificadas concentrações de cerâmica e materiais líticos pré-históricos, provavelmente filiados à tradição Tupiguarani ou Sistema Regional Tupinambá. Os vestígios estão dispersos na superfície e foram expostos por causa da remoção de solo do local.



Fotos 2.1.3-3 a. coleta de superfície CS135-1; b. delimitação do sítio, cones sinalizam a malha 10X10m; c. sedimento removido indevidamente no local; d. sedimento removido indevidamente no local; e. vista geral norte do sítio Graciosa; f. coleta de superfície CS135-3

Está implantado no compartimento topográfico relacionado ao Grupo Barreiras, unidades geomorfológicas tabuleiros costeiros e planícies costeiras, estuárias e praias, em área de relevo plano. O solo é argilo-arenoso, de coloração amarelada, tipo latosso amarelo, com intrusões minerais tipo areão de quartzo. A vegetação original era composta por Mata Atlântica e o uso atual do solo está ligado a atividades pecuárias, com grandes áreas de pasto.

As atividades realizadas no sítio envolveram vistorias na área, coletas de superfície (CS135-1 a 5) e coletas nos PTs 135-5 e 135-16. Para delimitação do sítio, procedeu-se à abertura de 15 intervenções em malha foi de 10x10 m, das quais duas resultaram positivas. Foram também realizados registros fotográficos e registros com auxílio de GPS.

O Sr. Vivaldo Batista, caseiro da fazenda há 20 anos, informou nunca ter identificado materiais arqueológicos na propriedade. O proprietário Sr. Luiz Durão, ao contrário, confirmou saber da existência do sítio no local.

A delimitação do sítio é preventiva e provisória, com pelo menos 150 m de diâmetro. Para melhor delimitação seriam necessárias intervenções em propriedades particulares em ambos os lados da rodovia, ação a ser realizada em futura etapa de salvamento arqueológico, com autorização dos proprietários.

Os vestígios coletados estão dispersos pela área utilizada para retirada recente de solo, onde era possível observar montículos de solo com materiais arqueológicos. Vestígios também foram encontrados em subsuperfície, principalmente na área pasto.









O sítio está impactado seriamente, considerando que já foi retirado solo com vestígios arqueológicos para obras de melhoria na estrada da fazenda, atividade está não relacionada às obras da BR-101. O grau de conservação do sítio é médio, devido a processos erosivos e antrópicos, principalmente a remoção de sedimento da área.












Fonte: Base Google Earth

Figura 2.1.3-3 Delimitação do sítio Graciosa (elipse vermelha)

Quadro 2.1.3-5 Poços-teste para delimitação do sítio Graciosa

PT	coordenadas UTM	Material Arqueológico	Ocupação do solo	Foto
SG-0	24K 385816/7866932	cerâmica	Servidão BR	
SG-1	24K 385818/7866922	Estéril	Servidão BR	
SG-2	24K 385813/7866940	Estéril	Servidão BR	
SG-3	24K 385820/7866915	Estéril	Servidão BR	
SG-4	24K 385812/7866950	Estéril	Servidão BR	
SG-5	24K 385822/7866906	Estéril	Servidão BR	
SG-6	24K 385810/7866958	Estéril	Servidão BR	
SG-7	24K 385823/7866897	Estéril	Servidão BR	

PT	coordenadas UTM	Material Arqueológico	Ocupação do solo	Foto
SG-8	24K 385809/7866969	Estéril	Servidão BR	
SG-9	24K 385825/7866889	Estéril	Servidão BR	
SG-11	24K 385826/7866881	Estéril	Servidão BR	
SG-12	24K 385803/7866929	Estéril	Servidão BR	
SG-13	24K 385829/7866854	Estéril	Servidão BR	
SG-14	24K 385793/7866926	Estéril	Servidão BR	
SG-16	24K 385786/7866925	cerâmica	Pasto	
SG-18	24K 385778/7866924	Estéril	Pasto	

PT	coordenadas UTM	Material Arqueológico	Ocupação do solo	Foto
SG-20	24K 385768/7866922	Estéril	Pasto	

Quadro 2.1.3-6 Delimitação do Sítio Graciosa

Ponto	Coordenada UTM (Datum: WGS 84)
Sítio Graciosa (N)	24 K 385793 7866996
Sítio Graciosa (S)	24 K 385835 7866830
Sítio Graciosa (E)	24 K 385888 7866870
Sítio Graciosa (O)	24 K 385693 7866930

Sítio Arqueológico Mattiuzzi km 217 (UTM 24K 355234/7803677)

O sítio Mattiuzzi foi localizado no km 217 da BR-101, em área de topo, junto a curva muito acentuada da rodovia e encostado em uma cerca.

No sítio foram identificadas duas estruturas de alvenaria de pedra com argamassa rústica, englobadas em área elíptica de 60 x 30 m, com eixos respectivamente orientados EW e NS. A Estrutura 1 corresponde a um muro e a Estrutura 2 é representada por um arranjo de pedras, a leste da primeira. As características sugerem tratar-se de estruturas construídas entre o final do século XIX e o início do século XX, associando-as à chegada dos imigrantes italianos na região.

Encontra-se implantado no compartimento topográfico relacionado ao Complexo Nova Venécia, unidades geomorfológicas tabuleiros costeiros, patamares escalonados do Sul capixaba e colinas e maciços costeiros. A feição do relevo é ondulada. A textura do solo é areno-argilosa, de coloração marrom, tipo argissolo. As estruturas estão sob maciços de rochas basálticas. A vegetação original era composta por Mata Atlântica, o uso atual do solo está ligado a atividades de agropecuárias, com plantações e pastos.

As atividades realizadas no sítio envolveram vistorias na área, e uma coleta de superfície (CS217-1). Afim de constatar e delimitar parcialmente o sítio, procedeu-se na limpeza da vegetação no entorno do muro e apenas um PT foi aberto na área. Além de registros fotográficos e registros com auxílio de GPS.

A Estrutura 1 apresenta 30 m de comprimento por 60 cm de largura e 40 cm de espessura. A Estrutura 2 possui 2 m X 50 cm. Ambas as estruturas foram construídas com a mesma argamassa aparentando compor uma única estrutura, provavelmente um muro de

contenção. Próxima a Estrutura 2 foi realizada a coleta de superfície (CS 217-1), onde haviam tijolos e elementos construtivos de tabatinga.

O grau de conservação do sítio é médio, somados a alguns fatores de degradação tais como processos erosivos e impactos humanos diretos atuais. Seu principal risco de destruição é a implantação da duplicação da BR-101, que provavelmente ampliará mais o talude e o maciço onde as estruturas estão implantadas, sendo então necessário um trabalho de salvamento arqueológico.




Foto 2.1.3-4 a. detalhe do muro, estrutura I, b. vestígios de tijolos, c. vista geral oeste do sítio; d. extensão do muro, estrutura I, e. estrutura II, f. limpeza da vegetação



Fonte: Base Google Earth

Figura 2.1.3-4 Delimitação do sítio Mattiuzzi pela elipse amarela. Imagem de satélite do Programa Google Earth.

Quadro 2.1.3-7 Poços-teste para delimitação do sítio Mattiuzzi.

PT	UTM	Mat. Arqueológico	Ocupação do solo	Foto
217-2	24K 355235/7803678	Muro de pedra	Pasto	

Quadro 2.1.3-8 Tabela: Delimitação do Sítio Mattiuzzi

Ponto	Coordenada UTM (Datum: WGS 84)
Sítio Mattiuzzi (N)	24 K 355284 7803814
Sítio Mattiuzzi (S)	24 K 355290 7803744
Sítio Mattiuzzi (E)	24 K 355216 7803778
Sítio Mattiuzzi (O)	24 K 355331 7803772

Sítio Arqueológico Monitura km 236 (UTM 24K 352164/7789015)

O acesso para o sítio Monitura é efetuado através da rodovia BR-101 no km 236, na meia encosta com cafezal, próximos às coordenadas UTM 24K 399687/7911075, a fonte de água mais próxima é o rio Fundão.

O sítio é multicomponencial, composto por vestígios históricos (porcelana e vidros) com cerâmica provavelmente pré-histórica e/ou de contato e uma estrutura com arranjo de pedras de formato retangular. Estão dispersos na superfície em uma estrada vicinal, na vala aberta por empresas de telecomunicação (fibra ótica) e na meia encosta em um pasto, dentro de uma elipse de 70 x 40 m, com eixos respectivamente orientados NE-SW e NW-SE.

Está implantado no compartimento topográfico relacionado ao Complexo Nova Venécia, unidades geomorfológicas tabuleiros costeiros e colinas e maciços costeiros. A feição do relevo é ondulada. A textura do solo é argilo-arenosa, de coloração marrom, tipo argissolo. A vegetação original era composta por Mata Atlântica, o uso atual do solo está ligado a atividades de agropecuárias, combinado por plantações de café e grama.

As atividades realizadas no sítio envolveram vistorias na área, coletas de superfície (CS236-1 a 4). Além de registros fotográficos e registros com auxílio de GPS. Apenas um PT está

relacionado ao contexto desse sítio. Os vestígios coletados estão dispersos ao longo da vala aberta há um ano pela empresa de telecomunicação e podem ser vistas nos perfis da estrada vicinal. No pasto mais ao sul na meia encosta foi identificada a estrutura com arranjo de pedras em formato circular, a qual pode ter correlação com edificações antigas. É recomendado uma ação de salvamento arqueológico.



Fonte: Base Google Earth

Figura 2.1.3-5 Delimitação do sítio Monitora pela elipse amarela. Imagem de satélite do Programa Google Earth

Quadro 2.1.3-9 Poços-teste relacionados ao sítio Monitura

PT	UTM	Mat. Arqueológico	Ocupação do solo	Foto
236-6	24K 352161/7789043	Estéril	Cafezal	

Quadro 2.1.3-10 Delimitação do Sítio Monitura

Ponto	Coordenada UTM (Datum: WGS 84)
Sítio Monitura (N)	24 K 352145 7789104
Sítio Monitura (S)	24 K 352200 7788983
Sítio Monitura (E)	24 K 352218 7789038
Sítio Monitura (O)	24K 352138 7789040

Sítio Arqueológico Rio Preto (AID)

Coordenadas UTM 24K 400.897E / 7.963.856S

Este sítio foi identificado na AID, durante caminhamento nas proximidades do rio Preto, distrito de Braço do Rio, Município Conceição da Barra/ES. Trata-se de um sítio histórico que pode ser alcançado a partir do km 30 da BR-101, onde existe uma ponte sobre o rio Preto.

O sítio apresentou duas estruturas na margem direita e uma edificação na margem esquerda da drenagem.

A Estrutura 1 estava implantada às coordenadas UTM 24K 400.897E / 7.963.856S, a 200 m da BR-101, em trilha existente junto à várzea do rio Preto. A Estrutura 2 encontrava-se às coordenadas UTM 24K 400.718E / 7.963.720S, a cerca de 230 m a montante da Estrutura 1. A edificação não foi acessada devido à falta de autorização para entrada na área.

Estrutura 1- PISO

A Estrutura 1 aparentemente é um piso, e para acessá-la deve-se seguir a trilha que acompanha a margem direita do rio, sentido oeste, para montante, por cerca de 200 m. Está implantada na base de vertente abrupta para norte, com cobertura vegetal de mata bem desenvolvida.

É composta por arranjo sistemático ou aleatório de tijolos, inteiros ou em pedaços, aflorantes no leito da trilha que segue a drenagem para montante. No local foi realizada limpeza superficial para delimitação, com retirada da vegetação e do solo que a cobria parcialmente.

Foi possível registrar que os tijolos são de coloração cinza clara (confeccionados com tabatinga). A estrutura apresentava 6,30 m de comprimento (E-W) e 0,80 m de largura (N-S), com pequenas variações, sendo retangular. Encontrava-se em borda de vertente, com sinais de erosão pluvial e circulação de gado.

Estrutura 2- FORNO

A Estrutura 2 foi encontrada na vertente sul do rio Preto, junto à várzea, em área de declividade suave com aproximadamente 400 m², que apresentava clareira com gramíneas pouco desenvolvidas, arbustos e palmeiras esparsas.

Na vertente norte, mais abrupta, podia-se observar afloramentos de arenito.

No local, junto às coordenadas UTM 24K 400.731E / 7.963.712S, pode-se observar um montículo em destaque na paisagem, composto por fragmentos de tijolos. Para a compreensão dessa estrutura foram definidos 9 poços teste em seu entorno.



Os PTs SR2 e SR4, obtiveram resultado positivo, com presença de fragmentos de tijolos, com menor concentração desse material no SR4.

Em vista deste resultado, procedeu-se à perfuração dos demais poços. Aberta ao lado dos tijolos aflorados, a intervenção SR9 apresentou, no nível 0-20 cm, solo areno-argiloso marrom escuro e maior quantidade de fragmentos de tijolos. Entre 20-70 cm, pode-se perceber horizonte homogêneo de tijolos misturados a solo marrom claro. Em 80 cm alcançou-se o latossolo marrom amarelado.

O pacote de tijolos sugere que ali, outrora, houve uma estrutura do tipo forno para queima de tijolos. No entorno da estrutura, identificou-se um cocho escavado manualmente, um artefato de uso em bois (armação ou “ quaiêra”), ambos associados à atividade de criação de gado desde tempos pretéritos. Também foi encontrada uma garrafa.

Cabe destacar que a progressão e dispersão do material arqueológico encontra limites naturais: para sul, a cerca de 3 m, a vertente suave encontra a várzea do rio Preto. Para norte, a cerca de 12 m, a vertente se torna abrupta.

Quadro 2.1.3-11- Poços-testes realizados no entorno do sítio Rio Preto (AID-km 30)

PT	coordenadas UTM	Material Arqueológico	Ocupação do solo	Foto
SRP-1	24K 400709/7963699	Estéril	Pasto baixo	
SRP-2	24K 400720/7963694	Tijolos	Pasto baixo	

**Quadro 2.1.3-11 - Poços-testes realizados no entorno do sítio Rio Preto (AID-km 30)
(CONTINUAÇÃO)**

PT	COORDENADAS UTM	MATERIAL ARQUEOLÓGICO	OCUPAÇÃO DO SOLO	FOTO
SRP-3	24K 400702/7963719	Estéril	Pasto baixo	
SRP-4	24K 400728/7963711	Tijolo	Pasto baixo	
SRP-5	24K 400739/7963724	Estéril	Pasto baixo	
SRP-6	24K400753/7963741	Estéril	Pasto baixo	
SRP-7	24K 400748/7963749	Estéril	Pasto baixo	
SRP-8	24K400760/2963737	Estéril	Pasto baixo	
SRP-10	24K 400752/7963743	Estéril	Pasto baixo	

Quadro 2.1.3-12 Delimitação do Sítio Rio Preto

Ponto	Coordenada UTM (<i>Datum: WGS 84</i>)
Sítio Rio Preto (N)	24 K 400911 7963997
Sítio Rio Preto (S)	24 K 400709 7963699
Sítio Rio Preto (E)	24 K 400709 7963699
Sítio Rio Preto (O)	24 K 400990 7963930



Base: Google Earth

Figura 2.1.3-6 Intervenções no Sítio Rio Preto



Base: Google Earth

Figura 2.1.3-7 Delimitação das Estruturas 1 (elipse vermelha) e 2 (elipse azul) e do sítio Rio Preto

Entre o Piso (Estrutura 1) e o Forno (Estrutura 2), foram realizadas 2 intervenções: poço-teste (SRP10) e limpeza de corte de estrada (SRP11), mas não foram identificados outros vestígios.

Cabe destacar a presença no local de blocos de arenito com diâmetros variáveis entre 0,20 m e 1 m.

As duas estruturas têm elementos que as conectam e a implantação junto à várzea do rio Preto reforça a sugestão de se tratar de local de produção oleira de tijolos. Os tijolos encontrados no Piso apresentam características similares aos fragmentos encontrados no forno, com poucas diferenças relacionadas à densidade e ao grau de exposição ao calor. A matéria prima, a tabatinga, pode ser evidenciada no poço teste SRP8 e no seu entorno, próximo à várzea do rio Preto.

Estrutura 3 – EDIFICAÇÃO

Para acessar a Estrutura 3, deve-se seguir (a partir da entrada para as demais estruturas) a BR-101, sentido São Mateus, e entrar à direita, 200 m após a ponte sobre o rio Preto, para acessar a sede de Fazenda da COBRAS, cujas terras compreendem a margem esquerda (sentido montante) do rio.

O local onde está implantada a edificação é propriedade particular da madeireira COBRAS, mas atualmente encontra-se ocupada pelo sitiante Sr. Marizon. Não foi permitido o acesso à estrutura e/ou tomada de fotos da entrevista, da roça e demais características locais. Em entrevista, Genebral, diarista que trabalha para o Sr. Marizon e que na ocasião roçava o terraço do rio, afirmou que, apesar de conhecer, nunca percebeu no local a presença de vestígios arqueológicos e também desconhece as demais estruturas registradas no sítio arqueológico. Foi realizado caminhamento na roça e pôde-se perceber quantidade significativa e variada de restos construtivos, lixo doméstico, louça e pedaços de ferro, tipo entulho. Segundo Genebral, a área, em momento anterior, foi utilizada para descarte de lixo.

Em função das estruturas não estarem localizadas na ADA do empreendimento, não há risco de danos a este sítio decorrentes das obras da BR-101.



Figura 2.1.3-8 a. detalhe do tijolo da estrutura II; b. piso da estrutura I; c. localização da estrutura I; d. detalhe do tijolo da estrutura I; e. estrutura III e f. vista geral do Sítio Rio Preto (sudeste)



- Figura 2.1.3-9 a. vala aberta por uma empresa de telecomunicação (fibra ótica); b. estrada vicinal; c. estrutura de arranjos de blocos de formato circular; d. coleta de superfície CS236-1; e. coleta de superfície CS236-4; f. vista geral sul do sítio a partir do cume de um maciço de rocha basáltica.

2.2 Bens Culturais Materiais e Imateriais

Os trabalhos de campo realizados para o Levantamento de Bens Culturais Materiais e Imateriais das áreas de influência do empreendimento permitiram o reconhecimento geral da área, objetivando a localização de bens imóveis que pudessem apresentar interesse histórico-arquitetônico-cultural, bem como daqueles de natureza imaterial.

O processo de ocupação da região e municípios inseridos na Área de Influência Indireta (AII) está significativamente vinculado à chegada dos portugueses, entre os séculos XVI e XVIII, e de outros imigrantes europeus, no final do século XIX, à consequente resistência de grupos indígenas locais e, posteriormente, a presença de escravos africanos que formaram sociedades quilombolas.

Para cada município estudado foi elaborado o perfil em relação ao Patrimônio Cultural Material e Imaterial, elencando aparelhos culturais, publicações sobre a história local e relação de bens materiais e imateriais citados (pelos governos locais e comunidades), inventariados ou tombados (pela Municipalidade, Estado ou Governo Federal).

O perfil foi estruturado em 4 partes que objetivaram oferecer panorama de como a questão patrimonial é percebida e abordada pela municipalidade, assim divididas:

Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local. Este subitem tem o papel de informar sobre o destaque dado à questão da cultura e do patrimônio cultural no âmbito municipal, pela existência de uma pasta municipal voltada somente para a área de cultura, sem acumulação com outras pastas como educação, turismo, esporte e lazer. Ele também permite observar o grau de participação da comunidade por meio da criação de conselhos de cultura/patrimônio, por sua presença ativa em reuniões e encontros periódicos. Também permite verificar a existência de entidades associativas civis com fins memorialísticos e de defesa do patrimônio cultural;

Existência de aparelhos culturais no Município. Este subitem permite mensurar a preocupação com a área cultural por meio da criação de aparelhos culturais como bibliotecas, centros e casas de cultura ou museus;

Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Este subitem permite verificar a existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou inventariados, registrados ou tombados em âmbito municipal, estadual e federal;

Ações de revitalização de bens patrimoniais e de educação patrimonial, Este subitem procura identificar programas, projetos ou ações voltadas para a preservação de bens patrimoniais e ações de educação patrimonial;

Produção artesanal/cultural local. Este subitem registra possíveis manifestações culturais e/ou artesanais que se destacam no município;

Grupos culturais. Este subitem procura registrar a presença de grupos culturais significativos como comunidades indígenas, remanescentes quilombolas, concentração de grupos/comunidades de imigrantes, entre outros.

Durante o levantamento também foram realizadas vistorias ao longo da Rodovia BR-101, em toda a extensão objeto da ampliação, perpassando por todos os municípios, quando foram entrevistados residentes na AID, objetivando registrar manifestações culturais e/ou bens patrimoniais. O Quadro 7.2-1 apresenta os resultados desse levantamento.

Alguns locais pesquisados não apresentaram bens patrimoniais, a saber:

Km 954/BA - Comunidade Divisa, Mucuri/BA

Km 180/ES – Jacupemba, Aracruz/ES

Km 196/ES – Ribeirão do Meio, Aracruz/ES


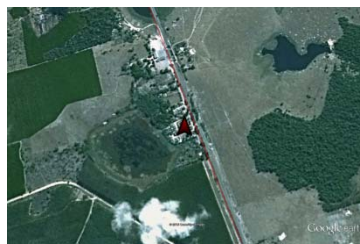

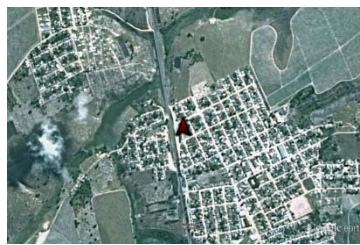


Km 200/ES – Cristal, João Neiva/ES

A seguir são apresentados os detalhes do levantamento histórico-cultural, por município componente da área de influência do empreendimento.






Quadro 2.1.3-1 Patrimônio Cultural na AID do empreendimento

Município	Local	Bem	Coordenadas utm 24K	distância da br-101	Figura	implantação
Mucuri	Km 942	Capela de Santa Inês Comunidade Itabatã (Fazenda Boa Esperança)	406.997E 8.002.528S	60 m		
Pedro Canário	Km 11 + 400m	Capela de N. S. da Conceição (de 1940, desativada) Fazenda Graciosa	399.106E 7.980.950S	46 m		
	Km 17 + 500m	Bica de Pedro Canário	398.871E 7.975.357S	0 m		

Quadro 2.2-1 Patrimônio Cultural na AID do empreendimento (CONTINUAÇÃO)

MUNICÍPIO	LOCAL	BEM	COORDENADAS UTM 24K	DISTÂNCIA DA BR -101	FIGURA	IMPLANTAÇÃO
Pinheiros	Km 26	Igreja de São Sebastião Água Seca / Floresta	399.908E 7.967.828S	0 m		
Conceição da Barra	Km 32 + 130m	Igreja de São João Procissão de Corpus Christi (junho) Festa de São João Distrito de Braço do Rio	401.420E 7.961.907S	70 m		
	Km 37 + 250m	Igreja de São José Distrito de Sayonara	402.403E 7.956.611S	59 m		

Quadro 2.2-1 Patrimônio Cultural na AID do empreendimento (CONTINUAÇÃO)

MUNICÍPIO	LOCAL	BEM	COORDENADAS UTM 24K	DISTÂNCIA DA BR -101	FIGURA	IMPLANTAÇÃO
Conceição da Barra (cont.)	Km 37 + 320m	Forno antigo de serraria Distrito de Sayonara (Proprietário: Nerzy Dallaber)	402.495E 7.956.298S	57 m		
	Km 45 + 600m	Comunidade Remanescente Quilombola de São Domingos Capela de São Domingos Festa de São Domingos	404.648E 7.948.533S	50 m		
		Residência de pau a pique	404.652E 7.948.538S	47 m		

Quadro 2.2-1 Patrimônio Cultural na AID do empreendimento (CONTINUAÇÃO)

MUNICÍPIO	LOCAL	BEM	COORDENADAS UTM 24K	DISTÂNCIA DA BR -101	FIGURA	IMPLANTAÇÃO	
Conceição da Barra (cont.)	Km 49 + 200m	Comunidade Remanescente Quilombola de São Domingos (cont.)	Capela de São Francisco	405.772E 7.945.249S	37 m		
			Festa de São Francisco				
				Festa do Beiju			
	Km 50 + 050m	Limoeiro Comunidade Remanescente Quilombola de São Domingos	Artesanato de Palha	406.088E 7.944.161S	25 m		
		Alardo, Jongo, Samba, Folia de Reis, Congo e Forró					

Quadro 2.2-1 Patrimônio Cultural na AID do empreendimento (CONTINUAÇÃO)

MUNICÍPIO	LOCAL	BEM	COORDENADAS UTM 24K	DISTÂNCIA DA BR -101	FIGURA	IMPLANTAÇÃO
Jaguaré	Km 89 + 500m	Igreja de N. S. Aparecida Festa Junina / Festa da Padroeira (outubro) / Ternos de Folia de Reis / Grupo Mirim de Congo Bairro do Palmito	399.174E 7.909.591S	85 m		
	Km 93 + 260m	Igreja da Santa Cruz / Encontro dos Grupos de Congo Bairro Água Limpa Anterior a 197934	397.399E 7.906.334S	114 m		

34 Idem.

Quadro 2.2-1 Patrimônio Cultural na AID do empreendimento (CONTINUAÇÃO)

MUNICÍPIO	LOCAL	BEM	COORDENADAS UTM 24K	DISTÂNCIA DA BR -101	FIGURA	IMPLANTAÇÃO
Sooretama	Km 100 + 250m	Igreja de Santa Rita e Casario das décadas de 1930 e 1940 Barra Seca / Santa Rita	394.749E 7.899.892S	30 m		

Quadro 2.2-1 Patrimônio Cultural na AID do empreendimento (CONTINUAÇÃO)




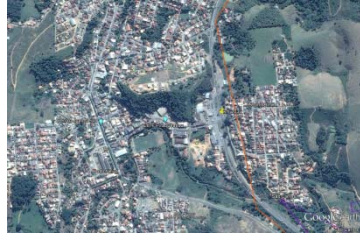


MUNICÍPIO	LOCAL	BEM	COORDENADAS UTM -24 K	DISTÂNCIA DA BR -101	FIGURA	IMPLANTAÇÃO
Sooretama (cont.)	Km 107 + 540m	Capela de São José Bairro de Joerana	391.641E 7.893.227S	20 m		

	Km 125 + 440m	Igreja da Comunidade do Alegre	384.859E 7.876.623S	36 m		
Linhares	Km 131 + 050m	Igreja de Santo Expedito (propriedade da família Melotti)	385.451E 7.871.044S	47 m		






Quadro 2.2-1 Patrimônio Cultural na AID do empreendimento (CONTINUAÇÃO)

MUNICÍPIO	LOCAL	BEM	COORDENADAS UTM -24 K	DISTÂNCIA DA BR -101	FIGURA	IMPLANTAÇÃO
Linhares (cont.)	Km 132 + 550m	Jequitibá	385.575E 7.869.487S	10 m		
	Km 138 + 520m	Serraria Imasa (+/- 1971) - desativada Incinerador (usado para depósito de entulho) com chaminé, casa de força, casa lateral pequena e tijolos antigos espalhados no solo	386.961E 7.863.836S	46 m		
Aracruz	Km 186 a km 188	Procissão e Carreata na Rodovia BR-101 (Festa da Imigração Italiana) Distrito de Guaraná		Intercepta a BR-101		



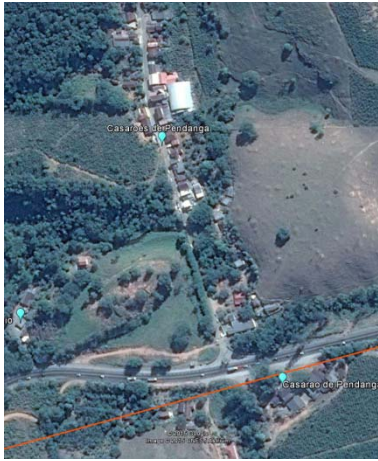


Quadro 2.2-1 Patrimônio Cultural na AID do empreendimento (CONTINUAÇÃO)

MUNICÍPIO	LOCAL	BEM	COORDENADAS UTM -24 K	DISTÂNCIA DA BR -101	FIGURA	IMPLANTAÇÃO
João Neiva	Km 203	Estação Ferroviária de Piraqueassu Av. Negri Orestes, 320 Piraquê-Açu	355.130E 7.814.909E	250 m		
	Km 203	Casarão e Centro Histórico de João Neiva	354.793E 7.814.907S	580 m		
Ibiraçu	Km 211 + 780m	Igreja de São Marcos Centro de Ibiraçu	356.491E 7.806.819S	5 m		

Quadro 2.2-1 Patrimônio Cultural na AID do empreendimento (CONTINUAÇÃO)

MUNICÍPIO	LOCAL	BEM	COORDENADAS UTM -24 K	DISTÂNCIA DA BR -101	FIGURA	IMPLANTAÇÃO
Ibiraçu (cont.)	Km 217	Portal Tori	355.191E 7.802.858S	40 m		
	Km 214 + 300m	Capela de Santo Antonio	354.636E 7.805.500S	240 m		
	Km 219 + 390m	Distrito de Pendanga	Casarão (restaurante)	352.916E 7.802.483S	35 m	

Quadro 2.2-1 Patrimônio Cultural na AID do empreendimento (CONTINUAÇÃO)

MUNICÍPIO	LOCAL	BEM	COORDENADAS UTM -24 K	DISTÂNCIA DA BR -101	FIGURA	IMPLANTAÇÃO
Ibiraçu (cont.)	Km 219 + 450m	Distrito de Pendanga (cont.)	352.766E 7.802.756S	250 m	 	
	Km 219 + 700m	Capela de Santo Antônio Museu Zio Minio e Represa com roda d'água	352.608E 7.802.548S	40 m		

Quadro 2.2-1 Patrimônio Cultural na AID do empreendimento (CONTINUAÇÃO)

MUNICÍPIO	LOCAL	BEM	COORDENADAS UTM -24 K	DISTÂNCIA DA BR -101	FIGURA	IMPLANTAÇÃO
Ibiraçu (cont.)	Km 222 + 920m	Casarão	352.090E 7.799.780S	18 m		
Fundão	Km 227 + 600m	Igreja Matriz de São José Grupos de Congo que cruzam a Rodovia BR-101 Centro	352.843E 7.795.292S	35 m		
		Centro histórico (início do século XX e arquitetura Art Déco entre 1920 e 1940) Sobrado de 1882				

Quadro 2.2-1 Patrimônio Cultural na AID do empreendimento (CONTINUAÇÃO)

MUNICÍPIO	LOCAL	BEM	COORDENADAS UTM -24 K	DISTÂNCIA DA BR -101	FIGURA	IMPLANTAÇÃO
Fundão (cont.)	Km 227 + 700m	Estação Ferroviária	353.066E 7.795.120S	45 m		
Serra	Km 249	Grupo de Congo de São Domingos		Cruza a Rodovia BR-101		

Mucuri

A história de Mucuri foi registrada por colonos e aventureiros que atravessaram a região, a exemplo do historiador e precursor do movimento bandeirante na Bahia, Gabriel Soares. Os registros se referem à presença dos temidos índios Botocudo, que resistiram bravamente à dominação europeia, e dos primeiros colonos. Os indígenas eram nômades, caçadores e resistentes ao avanço da colonização. A prática do canibalismo, presente nestas populações, advinha da crença de que digerir a carne do inimigo permitia adquirir a sua coragem e força.

As primeiras expedições à região aconteceram no século XVI; duas bandeiras lideradas, respectivamente, pelo português Martim Carvalho e pelo mestre de campo Antônio da Silva Guimarães, registraram a passagem pelo rio Mucuri em busca de ouro e pedras preciosas. A partir da aldeia de Mucuri, formada por índios e portugueses degredados, nasceu São José de Porto Alegre, um dos primeiros núcleos urbanos do extremo sul da Bahia.

Em 1931, o topônimo foi mudado para Mucuri, vocábulo tupi que significa rio dos gambás.

A Freguesia, criada com a denominação de São José de Porto Alegre, por alvará de 22 de dezembro de 1795, era subordinada ao município de Viçosa e foi elevada à categoria de vila com a mesma denominação, por ordem régia de 10 de outubro de 1769, desmembrando-se de Viçosa (sua instalação foi em 15 de outubro de 1779).

Quando criado o distrito de Riacho Doce e anexado ao município de Porto Alegre, este passou a denominar-se Mucuri, adquirindo o território de Viçosa e o distrito de Colônia Leopoldina. Em divisão administrativa ocorrida entre 1944 e 1948, o município de Mucuri contava com 5 distritos: Mucuri, Aimorés (Ibiranhém, em 1844), Colônia Leopoldina (Helvécia, em 1938), Riacho Doce e Viçosa (Marobá, a partir de 1944). Pela lei estadual nº 628, de 30 de dezembro de 1953, foram criados os distritos de Argôlo e Taquarinha, anexados ao município de Mucuri, que passa a ser constituído por Mucuri, Argôlo, Helvécia, Ibiranhém, Nova Viçosa e Taquarinha. Os distritos de Nova Viçosa, Argôlo e Helvécia desmembraram-se de Mucuri em 1962, para formar o município de Nova Viçosa. Com a criação do distrito de Itabatã e sua anexação ao município de Mucuri, este permanece constituído por: Mucuri, Ibiranhém, Itabatã e Taquarinha.

O Quadro 2.2-2 apresenta o perfil do município para a questão patrimonial, com dados coletados por meio de pesquisas de gabinete e das entrevistas ocorridas na Secretaria de Turismo e Cultura de Mucuri – BA.

Quadro 2.1.3-2 Órgão público consultado

Órgão	Endereço / Contato
Secretaria de Turismo e Cultura de Mucuri Estado da Bahia – BA Secretária de Turismo: Valdete Marques Aguiar	Av. Petrobrás, 258 – Centro - 45930 000 - Mucuri-BA Email: valdetema1234@hotmail.com Telefones: (73) 9984 2625 (73) 3206 1221 (ramal 203)



Foto 2.1.3-1 Sede da Secretaria de Turismo e Cultura de Mucuri – BA

Quadro 2.1.3-3 Perfil municipal para a questão patrimonial – indicadores patrimoniais

	Indicadores	(Sim/Não)	Comentário
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local	1. O município integra o Sistema Nacional de Cultura?	SIM	Em processo de adesão
	2. Existe Órgão Público Municipal específico para a área de Cultura/Patrimônio?	SIM	Secretaria Municipal em conjunto com outras pastas
	3. O município tem legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural?	SIM	Possui legislação municipal de proteção do patrimônio imaterial
	4. O município tem um Conselho Municipal de Cultural com a inserção do Patrimônio Cultural? O Conselho tem função consultiva ou deliberativa?	NÃO	
	5. Existem entidades associativas e/ou comunitárias locais de proteção do patrimônio local?	NÃO	
	6. Existem projetos e/ou parcerias com outros municípios voltados para o patrimônio cultural	NÃO	
Existência de aparelhos culturais no Município	7. O município possui Museus, Centros/Casas de Memória?	NÃO	
	8. O município possui biblioteca pública?	SIM	
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais	9. O município possui bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade?	SIM	Casario da Praça do porto dos pescadores
	10. O município possui bens patrimoniais inventariados, registrados ou tombados em âmbito municipal, estadual ou federal?	NÃO	
	O município possui conjuntos, paisagens ou agrupamentos de edificações históricas preservadas ou com alterações / adaptações / restaurações?	SIM	
	O município possui conjuntos de monumentos ou bustos memorialísticos?	SIM	
	13. O município possui festividades e datas comemorativas relevantes para a comunidade com origem memorialista?	SIM	
	14. O município possui sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?	SIM	

Quadro 2.1.3-4 Perfil municipal para a questão patrimonial – indicadores patrimoniais

	Indicadores	(Sim/Não)	Comentário
Ações de revitalização de bens patrimoniais e de educação patrimonial	15. Existem ações atuais de Revitalização ou Resgate do Patrimônio Cultural local em âmbito federal, estadual ou municipal?	SIM	Passarela dos pescadores sobre o mangue
	16. Existem projetos de educação patrimonial contínuos e sistemáticos nas escolas e entidades culturais?	SIM	O Projeto Golfinho
	17. Existem publicações com a história do município?	SIM	
Produção artesanal/cultural local	18. Existe uma produção artesanal/cultural local?	SIM	
Grupos culturais	Existem Comunidades Indígenas locais?	NÃO	
	20. Existem comunidades quilombolas remanescentes?	NÃO	

O município de Mucuri tem 4 sítios arqueológicos registrados pelo IPHAN e uma Unidade de Conservação, representada pela Reserva Biológica do Córrego Verde.

Na entrevista foram citados assentamentos e a presença da comunidade remanescente quilombola EM Nova Viçosa, município vizinho (Comunidade Quilombola Jacutinga), além de bens culturais que são reconhecidos pela comunidade (**Figuras 2.2-2 a 2.2-9**). A Secretaria de Cultura tem manifesto interesse em transformar um desses bens - um casarão de fins do século XIX - em Casa de Cultura. A sede do município está localizada na All.



Foto 2.1.3-2 Entrevista com a Sr.^a Valdete Marques, Secretária de Turismo



Foto 2.1.3-3 Passarela da Cultura



Foto 2.1.3-4 Casarão de fins do século XIX com projeto da Secretaria de Cultura para futura Casa de Cultura



Foto 2.1.3-5 Igreja Matriz, com fachada alterada por reforma e ampliação da entrada, criando uma visão frontal que não se relaciona ao conjunto. O fundo do edifício mantém o mesmo padrão das tradicionais igrejas da região



Foto 2.1.3-6 Casario da Praça do Peroá, de fins do século XVIII, que ainda mantém a sua estrutura original. A prefeitura procura manter a pintura dos imóveis



Foto 2.1.3-7 Praça do Peroá



Foto 2.1.3-8 Capela dos Pescadores

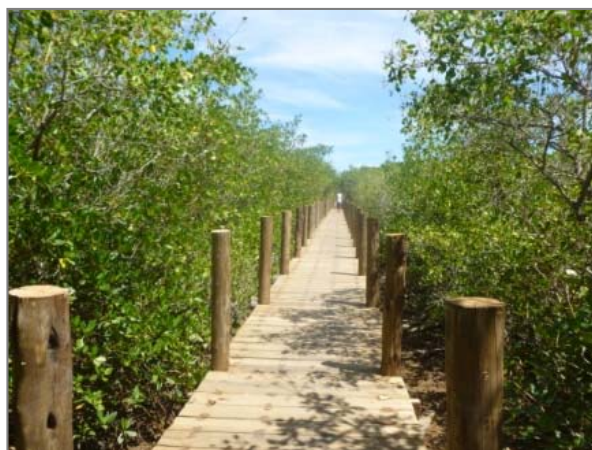


Foto 2.1.3-9 Passarela sobre o mangue, muito utilizada pelos pescadores da comunidade local, além da atração turística

A Secretária Municipal, Sr.^a Valdete Marques, informou desconhecer sítios arqueológicos no município, mas citou ter notícias da ocorrência de “uma casa de escravos, um tronco e aparecimento de ossos” na Costa Dourada.

Na AID, no Município de Mucuri, foram visitados o Distrito de Itabatã e Divisa e entrevistados moradores e comerciantes da comunidade (Quadro 2.2-5 e Fotos 2.2-10 e 2.2-11) para evidenciação de manifestações culturais e/ou presença de bens patrimoniais culturais locais.

Quadro 2.1.3-5 Representantes da comunidade entrevistados

Entrevistado	Endereço / Contato
Sr. Vicente Mariano da Fonseca, proprietário de um pequeno bar e mercearia local	Distrito de Itabatã – Fazenda Boa Esperança Mucuri – BA Telefone: (73) 9812 4559
Sr. Almir da Silva Dias	Rua Bela Vista, s/nº, Divisa, Mucuri – BA Telefone: (27) 9876 6075
Sr. Duquinha (Sr. Roque Claudino dos Santos), açougueiro	Rua Santa Clara, s/nº - Divisa, Mucuri - BA

Na comunidade do Distrito de Itabatã, em Mucuri, o Sr. Vicente Mariano da Fonseca, proprietário de um pequeno bar e mercearia, informou sobre a existência da Capela de Santa Inês, na Fazenda Boa Esperança (Figura 3.5.2-41), construída por ele há 40 anos. Disse existir missa no aniversário da padroeira uma vez por mês, mas que não ocorrem mais procissões. O informante reside no local desde criança e nunca encontrou nenhum vestígio ou artefato indígena na região.

O Sr. Almir da Silva Dias, morador desde os 10 anos na Divisa - que apresenta aparelhos públicos de saúde e educação recentemente edificadas - relatou que o intenso plantio de eucalipto tem promovido a redução da água na localidade, que desenvolve produção tradicional de mamão, maracujá e melancia. Outra questão apontada por Sr. Almir foi a ausência de trabalho na região. Com 44 anos, disse nunca ter ouvido falar de artefatos indígenas encontrados.

O Sr. Duquinha, açougueiro de 73 anos de idade e morador há 30 anos na localidade, também informou nunca ter ouvido falar de nenhum artefato indígena.

O **Quadro 2.2-6** a seguir apresenta os bens culturais levantados e informados.



Foto 2.1.3-10 Entrevista com o Sr. Vicente Mariano da Fonseca, em Itabatã



Foto 2.1.3-11 Capela de Santa Inês, em Itabatã (Fazenda da Boa Esperança)



Foto 2.1.3-12 Entrevista com o Sr. Almir da Silva Dias (sentado), em Divisa



Foto 2.1.3-13 Entrevista com o Sr. Roque Claudino dos Santos (Duquinha), em Divisa

Foram registrados como bens culturais do município:

Quadro 2.1.3-6 Bens Culturais de Mucuri – BA

Bem	Observação	LOCAL	
01	Jongo	Reconhecido pela comunidade	All
02	Makulelê	Reconhecido pela comunidade	All
03	Quadrilha	Reconhecido pela comunidade	All
04	Folia de Reis	Reconhecido pela comunidade	All
05	Bate-Barriga (Carnaval)	Reconhecido pela comunidade	All
06	Marujada	Reconhecido pela comunidade	All
07	Festa do Padroeiro São José (19.03)	Reconhecido pela comunidade	All
08	Capoeira e percussão	Reconhecido pela comunidade	All
09	Banda da Fanfarra (marchinhas)	Reconhecido pela comunidade	All
10	Folia de Reis	Reconhecido pela comunidade	All
11	Bumba Meu Boi	Reconhecido pela comunidade	All
12	Festa do Aniversário da Cidade	Reconhecido pela comunidade	All
13	Passarela da Cultura	Reconhecido pela comunidade	All
14	Praça Peroá	Reconhecido pela comunidade	All
15	Passarela dos Pescadores	Reconhecido pela comunidade	All
16	Casarão da Rua Rui Barbosa	Reconhecido pela comunidade	All
17	Árvore Centenária	Reconhecido pela comunidade	All
18	Porto	Reconhecido pela comunidade	All
19	Casario da Praça Peroá	Reconhecido pela comunidade	All
20	Capela de Santa Inês (Comunidade de Itabatã)	Reconhecido pela comunidade	AID km 942 da BR-101/BA

Pedro Canário³⁵

O município de Pedro Canário, originalmente Morro Dantas, posteriormente conhecido como Morro da Escola, era uma comunidade isolada, sendo ligada apenas por uma trilha ao rio Itaúnas. Daí, por via fluvial, se estabelecia a conexão ao povoado de Pai João, no município de Conceição da Barra.

No ano de 1942, chegou à região a senhora Júlia Bonelar Dutra, que ali instalou pequena pensão e comércio de cereais. Ainda neste ano, vindo de São Mateus, chega o senhor Pedro Canário Ribeiro, baiano, para administrar as terras herdadas da família. Em 1943, com a vinda da Cia. Industrial de Madeira, teve início a fase de extração. Abriu-se uma estrada ligando a localidade de Império (onde hoje é o município de Pedro Canário) ao rio Itaúnas. A madeira seguia pelo rio até o povoado de Pai João e daí, por via férrea, até a serraria da companhia, em Conceição da Barra. Em 1944, foi construída a estrada unindo Morro Dantas a Nanuque, passando pela Vila de Taquaras, então sede do distrito. Esta via trouxe maior movimento ao lugarejo e, ainda hoje, conserva o traçado original. Em 1948, outra estrada foi aberta, unindo Braço do Rio Preto a Morro Dantas. Na ocasião também foi construída uma ponte de madeira sobre o rio Itaúnas.

No ano seguinte, 1949, o senhor Pedro Canário Ribeiro abriu pensão e pequeno comércio de secos e molhados. O local transformou-se em referência para os caminhoneiros que se dirigiam a Nanuque, ficando conhecido como parada Pedro Canário, originando o nome do município.

O início da década de 1950 foi marcada por violentos conflitos de terra, com a expulsão de posseiros da área rural. Como não havia documentação que regularizasse a posse de propriedade, todos que se sentiam agredidos por invasão utilizavam-se de métodos pouco ortodoxos para fazer valer seus direitos.

Em 1951, uma ponte de concreto substituiu a antiga ponte de madeira sobre o rio Itaúnas, a qual era constantemente avariada pelas chuvas e enchentes. No ano de 1953, instalou-se em Pedro Canário a Fazenda Paulista, posteriormente conhecida por Fazenda Klabim, para desenvolvimento de lavoura cafeeira. A nova atividade agrícola atraiu farta mão de obra à região e colocou o café como item de destaque na economia local, responsável direto pela ascensão dos povoados do entorno.

Em julho de 1957, chegou ao povoado a empreiteira responsável pela construção do trecho São Mateus-ES a Mucuri-BA da BR-101, concluído em 1962. Este advento foi o grande propulsor do povoado de Pedro Canário. A terra rural se tornou supervalorizada e surgiram os primeiros loteamentos urbanos, formando a atual sede do município. Nesta época teve início o

³⁵ Informações históricas extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

programa de erradicação do café, o que provocou o declínio dos povoados de Nova Canaã e Água Preta.

Já na década de 1970, com o advento da BR-101 e o desvio do tráfego rodoviário para esta via, efetivou-se o esvaziamento da antiga sede do distrito – a Vila de Taquaras. Em contrapartida, no povoado de Pedro Canário instalaram-se diversos estabelecimentos comerciais, serrarias, agência bancária, hospital, promovendo o crescimento do núcleo urbano, atraído pela função de entreposto comercial.

Provocando grande influência na economia regional, desenvolveram-se as indústrias de farinha e as usinas produtoras de álcool e açúcar. Também por esta ocasião tiveram início as atividades de silvicultura, com plantio de eucalipto para produção de carvão (Acesita) e, posteriormente, para produção de papel e celulose (Aracruz). Estas atividades provocaram um processo de concentração fundiária em razão das vastas áreas exigidas pela cultura e, conseqüentemente, o êxodo rural dos pequenos proprietários que negociavam suas terras e instalavam-se na sede na expectativa de melhoria de vida. Como reflexo destes fatores, o distrito de Taquaras passou a ser denominado Pedro Canário pela lei nº 3.383, de 27 de novembro de 1980, publicada no Diário Oficial em 29 de novembro de 1980. Em 23 de dezembro de 1983, Pedro Canário foi emancipado pela Lei nº 3.623 e tornou-se o 58º município do Estado do Espírito Santo. Teve seu primeiro processo eletivo em 16 de dezembro de 1984 e foi definitivamente instalado em 12 de janeiro de 1985. Economicamente, o município destaca-se na produção agrícola de mamão, abóbora, mandioca, pimenta-do-reino, laranja e maracujá, entre outras. A pecuária de corte e leite também exerce grande influência na economia local.

Distrito criado com a denominação de Taquaras, pela lei estadual nº 265, de 22 de outubro de 1949, e subordinado ao município de Conceição da Barra, em 1980, passou a denominar-se Pedro Canário e é elevado à categoria de município com a denominação de Pedro Canário, pela lei estadual nº 3623, de 23 de dezembro de 1983, desmembrando-se de Conceição da Barra e se constituindo por: Pedro Canário e Cristal do Norte.

O **Quadro 2.2-7** apresenta o perfil do município de Pedro Canário para a questão patrimonial, com dados coletados por meio de pesquisas de gabinete e da entrevista ocorrida na Secretaria Municipal de Cultura, Comunicação e Turismo.

Quadro 2.1.3-7 Órgão público consultado

Órgão	Endereço / Contato
Secretaria Municipal de Cultura, Comunicação e Turismo Secretário – Arnaldo da Silva Cardoso	Av. Dr. Mario Vello Silves, s/n – Centro CEP: 29970-000 Email: ascom.pedrocanario@gmail.com sictur.pedrocanario@gmail.com Telefones: (27) 3764 3625 – 99756 0753



Foto 2.1.3-14 Biblioteca Municipal e sede da Secretaria de Cultura, Comunicação e Cultura de Pedro Canário – ES

Quadro 2.1.3-8 Perfil municipal para a questão patrimonial – indicadores patrimoniais

	Indicadores	(Sim/Não)	Comentário
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local	1. O município integra o Sistema Nacional de Cultura?	SIM	Em processo de adesão
	2. Existe Órgão Público Municipal específico para a área de Cultura/Patrimônio?	SIM	Secretaria Municipal em conjunto com outras pastas
	3. O município tem legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural?	NÃO	
	4. O município tem um Conselho Municipal de Cultural com a inserção do Patrimônio Cultural? O Conselho tem função consultiva ou deliberativa?	SIM	Conselho de Cultura recentemente criado
	5. Existem entidades associativas e/ou comunitárias locais de proteção do patrimônio local?	NÃO	
	6. Existem projetos e/ou parcerias com outros municípios voltados para o patrimônio cultural	NÃO	
Existência de aparelhos culturais no Município	7. O município possui Museus, Centros/Casas de Memória?	NÃO	
	8. O município possui biblioteca pública?	SIM	

Quadro 2.2-8 Perfil municipal para a questão patrimonial – indicadores patrimoniais (CONTINUAÇÃO)

	Indicadores	(Sim/ Não)	Comentários
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais	9. O município possui bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade?	SIM	
	10. O município possui bens patrimoniais inventariados, registrados ou tombados em âmbito municipal, estadual ou federal?	NÃO	
	O município possui conjuntos, paisagens ou agrupamentos de edificações históricas preservadas ou com alterações / adaptações / restaurações?	NÃO	
	12. O município possui conjuntos de monumentos ou bustos memorialísticos?	NÃO	
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais (cont.)	13. O município possui festividades e datas comemorativas relevantes para a comunidade com origem memorialista?	SIM	
	14. O município possui sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?	NÃO	Não constam registros no CNSA do IPHAN
Ações de revitalização de bens patrimoniais e de educação patrimonial	15. Existem ações atuais de Revitalização ou Resgate do Patrimônio Cultural local em âmbito federal, estadual ou municipal?	NÃO	
	16. Existem projetos de educação patrimonial contínuos e sistemáticos nas escolas e entidades culturais?	NÃO	
	17. Existem publicações com a história do município?	SIM	DALMAGRO, Ronan. História de Pedro Canário. Pedro Canário: Secretaria Municipal de Educação – Prefeitura Municipal de Pedro canário, 2008
Produção artesanal/cultural local	18. Existe uma produção artesanal/cultural local?	SIM	
Grupos culturais	Existem Comunidades Indígenas locais?	NÃO	
	20. Existem comunidades quilombolas remanescentes?	NÃO	



Foto 2.1.3-15 Entrevista com o Sr. Arnaldo da Silva Cardoso, Secretário de Cultura de Pedro Canário – ES

Na entrevista, o Sr. Arnaldo da Silva Cardoso descreveu as recentes conquistas do município: realização da Primeira Conferência Municipal de Cultura de Pedro Canário, em 11 de dezembro de 2014, e criação do Plano Municipal de Cultura, em fevereiro de 2015, com formação do Conselho de Cultura.

O mesmo informou que o município tem entre os seus bens imateriais a realização do Teatro da Paixão de Cristo (Fotos 2.2-16 e 2.2-17).



Foto 2.1.3-16 Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima, local da encenação da Paixão de Cristo



Foto 2.1.3-17 Prédio do antigo hospital, hoje desativado, e com projeto da Secretaria de Cultura como futura Casa de Cultura do município

Ao longo do segmento da BR-101 que atravessa o Município de Pedro Canário (AID), no Km 11 + 500, foi visitada a Fazenda Graciosa, com sede edificada em 1940, já com muitas alterações, e uma antiga Capela (Foto 2.2-18), hoje desativada porque o filho da proprietária, Sr. Jornandes Alves dos Santos, tornou-se evangélico. No passado o templo era dedicado à Nossa Senhora da Conceição.

No local foi entrevistada a proprietária, Dona Maria de Lourdes Inês dos Santos, 73 anos (Quadro 2.2-9 e Foto 2.2-19 e 20), para evidenciação de manifestações culturais e/ou presença de bens patrimoniais culturais locais.

Quadro 2.1.3-9 Representante da comunidade entrevistada

Entrevistada	Endereço / Contato
Dona Maria de Lourdes Inês dos Santos	Fazenda Graciosa – Km 11 + 500, Pedro Canário – ES Telefone: (27) 996265145

Dona Maria de Lourdes Inês dos Santos reside atualmente em Vitória da Conquista – ES, mas visita o filho regularmente na Fazenda, produtora de requeijão. A entrevistada informou não se lembrar de materiais de origem indígena encontrados no local.



Foto 2.1.3-18 - Entrevista com a Sr.ª Maria de Lourdes Inês dos Santos



Foto 2.1.3-19 – Capela de Nossa Senhora da Conceição, edificada na década de 1940 e hoje desativada. Funciona como depósito e está localizada na AID do empreendimento

Durante os trabalhos de campo, junto à margem da BR-101, na altura km 17+500 m, foi registrada a presença de uma bica onde a população local coleta água potável.

O **Quadro 2.2-10** a seguir apresenta os bens culturais levantados e informados para o município de Pedro Canário.

Quadro 2.1.3-10 Bens Culturais de Pedro Canário – ES

Bem		Observação	Local
01	Teatro da Paixão de Cristo	Reconhecido pela comunidade	AII
02	Folia de Reis	Reconhecido pela comunidade	AII
03	Grupo de Desbravadores	Reconhecido pela comunidade	AII
04	Banda Marcial 7 de Setembro (20 anos)	Reconhecido pela comunidade	AII
05	Festa da Padroeira de Nossa Senhora de Fátima	Reconhecido pela comunidade	AII
06	Carna Canário (6 de fevereiro)	Reconhecido pela comunidade	AII
07	Afresco da Igreja de Nossa Senhora de Fátima de autoria do italiano Fernando Vignolli, de 1998.	Reconhecido pela comunidade	AII
08	Igreja de Nossa Senhora de Fátima	Reconhecido pela comunidade	AII
09	Prédio do Funrural	Reconhecido pela comunidade	AII
13	Floresta Nacional do Rio Preto	Unidade de Conservação ICMBIO	AII
11	Capela de Nossa Senhora da Conceição (Fazenda Graciosa)	Reconhecido pela comunidade	AID km 11 da BR-101/ES
12	Bica de Pedro Canário	Reconhecido pela comunidade	AID km 16 da BR-101/ES

Pinheiros36

O povoamento de Pinheiros teve início em meados do século XX, quando o fazendeiro Lousival Carvalho, proprietário de corte de madeira entre as localidades de Jundiá e Santo Antônio, mandou para o local o empregado José Pinheiro, que ali estabeleceu um armazém para atender aos trabalhadores da extração de madeira.

Ali surgiu um pequeno povoado, que passou a ser conhecido como do Pinheiro, posteriormente alterado para Barrinha, diminutivo da sede do município de Conceição da Barra, ao qual pertencia.

Foi desmembrado de Conceição da Barra e elevado à categoria de município com a denominação Pinheiros, pela lei estadual nº 1917, de 30 de dezembro de 1963, constituído pelos distritos de Pinheiros e São João do Sobrado.

O Quadro 2.2-11 apresenta o perfil do município de Pinheiros para a questão patrimonial, com dados coletados por meio de pesquisas de gabinete e das entrevistas ocorridas na Secretaria de Cultura e Turismo de Pinheiros – ES (Quadro 2.2-23).

Quadro 2.1.3-11 Órgão público consultado

Órgão	Endereço / Contato
Secretaria de Cultura e Turismo Secretário - Gildete Rocha Dias (Gil do Sindicato)	Av. Agenor Luiz Heringe, s/nº - Centro (antigo DPM) – Pinheiros – ES Telefones: (27) 3765 2109 – 99924 9958 gilstr60@yahoo.com.br sectur@pinheiros.es.gov.br

36 Informações históricas extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.



Foto 2.1.3-20 Sede da Secretaria de Cultura e Turismo de Pinheiros – ES



Foto 2.1.3-21 Entrevista com o Sr. Gil, Secretário de Cultura

Quadro 2.1.3-12 Perfil municipal para a questão patrimonial – indicadores patrimoniais

	Indicadores	(Sim/Não)	Comentário
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local	1. O município integra o Sistema Nacional de Cultura?	SIM	Em processo de adesão
	2. Existe Órgão Público Municipal específico para a área de Cultura/Patrimônio?	SIM	Secretaria Municipal em conjunto com outras pastas
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local (cont.)	3. O município tem legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural?	SIM	O Município possui legislação para o patrimônio cultural material
	4. O município tem um Conselho Municipal de Cultural com a inserção do Patrimônio Cultural? O Conselho tem função consultiva ou deliberativa?	NÃO	Ele está iniciando a organização de um Conselho
	5. Existem entidades associativas e/ou comunitárias locais de proteção do patrimônio local?	NÃO	
	6. Existem projetos e/ou parcerias com outros municípios voltados para o patrimônio cultural	NÃO	
Existência de aparelhos culturais no Município	7. O município possui Museus, Centros/Casas de Memória?	SIM	O Município possui uma Casa de Cultura
	8. O município possui biblioteca pública?	SIM	
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais	9. O município possui bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade?	SIM	
	10. O município possui bens patrimoniais inventariados, registrados ou tombados em âmbito municipal, estadual ou federal?	NÃO	
	O município possui conjuntos, paisagens ou agrupamentos de edificações históricas preservadas ou com alterações / adaptações / restaurações?	NÃO	Existe a Nação de São Sebastião, a Folia de Reis de Joazeiro, a Folia de Reis de Dona Maria, no Assentamento; as benzedeiças de Pinhalzinho; capoeira; o terço

Quadro 2.2-12 Perfil municipal para a questão patrimonial – indicadores patrimoniais (CONTINUAÇÃO)

	Indicadores	(Sim / Não)	Comentários
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais (cont.)	12. O município possui conjuntos de monumentos ou bustos memorialísticos?	NÃO	
	13. O município possui festividades e datas comemorativas relevantes para a comunidade com origem memorialista?	SIM	A data de aniversário da cidade, em 21 de abril, o Festival da Canção, a Festa do Padroeiro São João Evangelista, em dezembro
	14. O município possui sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?	SIM	Existem sítios arqueológicos cadastrados no CNSA – SGPA do IPHAN
Ações de revitalização de bens patrimoniais e de educação patrimonial	15. Existem ações atuais de Revitalização ou Resgate do Patrimônio Cultural local em âmbito federal, estadual ou municipal?	NÃO	A Secretaria de Cultura e Turismo está trabalhando o potencial do agroturismo, com comidas típicas como a galinha caipira com polenta, o banho de rio, a tilápia frita, a carne de sol, o chapéu de palha
	16. Existem projetos de educação patrimonial contínuos e sistemáticos nas escolas e entidades culturais?	NÃO	Existe um cartão postal com foto aérea da cidade e no verso o hino do município
	17. Existem publicações com a história do município?	SIM	COELHO, Ubaldino Souza. Memória histórica de Pinheiros. 2014
Produção artesanal/cultural local	18. Existe uma produção artesanal/cultural local?	SIM	
Grupos culturais	Existem Comunidades Indígenas locais?	NÃO	
	20. Existem comunidades quilombolas remanescentes?	NÃO	

O município apresenta 1 sítio arqueológico cadastrado no IPHAN e 1 Unidade de Conservação, a Reserva Biológica do Córrego do Veado.

Na Secretaria de Cultura e Turismo foi informada a permanência de bens imateriais no município, como: Nação de São Sebastião, Folia de Reis de Joaquinzinho, Folia de Reis de Dona Maria (no Assentamento), Benzedeiras de Pinheirinho, Capoeira do Mestre Zumba (reconhecido como Mestre) e Terço.

Também foi dado destaque, na entrevista, aos esforços da Secretaria para a criação do Agroturismo no município e na defesa da proteção da casa de José Pinheiro, hoje com 100 anos e que deu origem ao nome do município.

Embora o município de Pinheiros não possua bens tombados em âmbito federal, estadual ou municipal, na culinária, a galinha caipira com polenta, a moqueca de tilápia e a carne de sol foram citados como bens patrimoniais. Também foram apontadas: a Fazenda Cremasco, a 17 km da cidade, no Distrito de São João do Sobrado, que chegou a empregar mais de 350 meiros e que apresenta instalações preservadas e a casa de José Pinheiro, no bairro Domiciano.



Foto 2.1.3-22 Igreja Matriz de Pinheiros



Foto 2.1.3-23 - Casa da Cultura Geraldo Licínio Vaccari

Na BR-101 no segmento que percorre o Município de Pinheiros (AID), foram visitados os Distritos de Água Seca / Floresta e Sayonara e entrevistados moradores (Quadro 2.1.3-12 e — Foto 2.1.3-24) para evidenciação de manifestações culturais e/ou presença de bens patrimoniais culturais locais. Em ambas as localidades, não houve informações sobre achados arqueológicos.

Quadro 2.1.3-13- Representantes da comunidade entrevistadas

Entrevistado	Endereço / Contato
Sr ^a Maria de Fátima Dalmagro	km 26 – Água Seca – Floresta – Pinheiros – ES Telefone: (27) 981279002 - 3764 1659
Sr ^a Avanir Silva Rodrigues	Av. Francisco Dalla Bernardino, nº 81 – Sayonara - 29967 000 – Pinheiros - ES Telefone: (27) 996288291

Em entrevista, a Sr.^a Maria de Fátima Dalmagro, moradora há 40 anos no local e proprietária da Merceria Floresta no bairro de Água Seca / Floresta, informou sobre a Festa de São Sebastião na Capela situada no km 26 da BR-101, ao lado do Posto Floresta, que ocorre em 20 de janeiro (Figura 7.2.3-6).

A Sr.^a Avanir Silva Rodrigues informou sobre a malhação de Judas e sobre a Festa da Cana de Açúcar que ocorria e era organizada pela Associação de Moradores, extinta há dois anos. Atualmente desarticulada, durava 3 dias, com desfile da moça mais bonita.

A mesma destacou também as festividades da Igreja local de São José, em 19 de março. A igreja foi construída sobre uma antiga carvoaria (Figura 7.2.3-8 a seguir). Ela mora no local há 70 anos e nunca teve notícias de bens arqueológicos encontrados na região.

A região, que já teve usina e serraria, mantém o forno da serraria como bem de memória (Figura 7.2.3-9).



Foto 2.1.3-24 Entrevista com a Sr.^a Maria de Fátima Dalmagro

Foto 2.1.3-25 Igreja de São Sebastião



Foto 2.1.3-26 Entrevista com a Sr.ª Avair Silva Rodrigues, no Distrito de Sayonara



Foto 2.1.3-27 Igreja de São José, no Distrito de Sayonara



Foto 2.1.3-28 Forno da antiga Serraria da Fazenda Sayonara

O Quadro 2.2-a seguir apresenta os bens culturais levantados e informados.

Quadro 2.1.3-14- Bens Culturais de Pinheiros - ES

Bem	Observação	Local	
01	Casa de José Pinheiro, no Bairro Domiciano	Reconhecido pela comunidade	All
02	Fazenda Cremasco, no Distrito de São João do Sobrado	Reconhecido pela comunidade	All
03	Praça Baiana	Reconhecido pela comunidade	All
04	Nação de São Sebastião	Reconhecido pela Comunidade	All
05	Folia de Reis da Nação de São Sebastião, de Joaquinzinho	Reconhecido pela Comunidade	All
06	Folia de Reis de Dona Maria, do Assentamento	Reconhecido pela Comunidade	All
07	Benzedeiras, do baixo Pinheiros	Reconhecido pela Comunidade	All
08	Capoeira e Mestre Zumba	Reconhecido pela Comunidade	All
09	Grupo Zabumba, viola e violão	Reconhecido pela Comunidade	All
10	Terços nas roças, em Itauninha	Reconhecido pela Comunidade	All
11	Imóveis e casarões na área rural	Reconhecidos pela comunidade (não mapeados)	All
12	Igreja de São Sebastião (Água Seca / Floresta)	Reconhecido pela Comunidade	AID Km 26 da BR-101/ES
13	Forno de serraria (Distrito de Sayonara)	Reconhecido pela Comunidade	AID Km 37 da BR-101/ES
14	Igreja de São José (Distrito de Sayonara) Festa de São José – dia 19 de março (anual)	Reconhecido pela Comunidade	AID Km 37 da BR-101/ES

Conceição da Barra³⁷

No início do século XVI a foz do rio Cricaré era território dos índios Guaianá, que se uniram a portugueses e naufragos de um navio espanhol, estabelecendo no local o povoado de Barra. O desenvolvimento inicial deveu-se, principalmente, à intensidade dos navios que, vindos da Bahia, aportavam no local. Com a mudança do nome do rio Cricaré para rio São Mateus, em 1596, a povoação passou a ser denominada Barra de São Mateus.

A Freguesia foi criada com a denominação de Conceição da Barra de São Mateus, por decreto de 11 de agosto de 1831, subordinado ao município de São Mateus. A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Barra de São Mateus foi erigida em 1831 e elevada à categoria de vila da Barra de São Mateus, pela resolução do Conselho do Governo de 02 de abril de 1833, se desmembrando de São Mateus. Em 1891, foi elevada à cidade com a denominação de Conceição da Barra, constituída pelos distritos: Conceição da Barra e Itaúnas.

Em divisão territorial datada de 31 de julho de 1983, Pedro Canário e Vinhático (lei estadual nº 1931, de 07 de janeiro de 1964), integrantes do município de Taquaras, criado pela lei estadual nº 265, de 22 de outubro de 1949, são integrados como distritos de Conceição da Barra, assim permanecendo até 23 de dezembro de 1983, quando Pedro Canário é desmembrado do município de Conceição da Barra. Pela lei estadual nº 4075, de 11 de maio de 1988, foi criado o distrito de Braço do Rio e anexado ao município de Conceição da Barra, assim permanecendo.

O Município de Conceição da Barra foi uma das primeiras áreas ocupadas por colonos portugueses no Espírito Santo, com porto de grande importância, em especial no século XIX, como mediador do comércio de escravos e de farinha de mandioca vinda de São Mateus e, mais tarde, com a atividade pesqueira (até fins do século XX). O Município possui um rico patrimônio cultural imaterial presente em suas festividades, com destaque para o Ticumbi, o Jongo e o Alardo³⁸. Hoje, o município integra a Rota Verde e das Águas, por conta de suas praias e do patrimônio cultural.

O Ticumbi ³⁹ (Foto 2.2-29) é um folguedo com mais de 200 anos de existência. A cada ano os grupos elegem um tema, representado em seus cânticos, bailados e evoluções. Os passos da

37 Informações históricas extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

38 CAPAI, Humberto (Coord.) Atlas do Folclore Capixaba. 1 ed. 1 reimpr. Espírito Santo: SEBRAE – Usina de Imagem, 2012.

39 Fonte: Guilherme Santos Neves. Ticumbi. - 2ª ed. 2002. Hermógenes Lima Fonseca - Tradições Populares do Espírito Santo. Há alguns anos, o Instituto Itaú Cultural produziu um CD intitulado Batuques do Sudeste, que em seu número 2, coletou documentos sonoros brasileiros do acervo Cachuera!, da Lei de Incentivo a Cultura, do Ministério da Cultura. Neste trabalho estão presentes as seguintes gravações:

- Membros do Ticumbi de Conceição da Barra – ES: Samba de Meia Quadra e Despedida;

- Jongo de São Benedito de São Mateus – ES: Chegada e Roda;- Banda de Congos Konshaça, Serra – ES: Caiana já está madura.

brincadeira são coreografados. A dramatização ocorre da seguinte forma: o Rei de Congo e o Rei de Bamba, duas majestades negras, querem fazer, separadamente, a festa de São Benedito. Há embaixadas de parte a parte, com desafios atrevidos declamados pelos Secretários que desempenham o papel de embaixadores. Por não ser possível qualquer acordo ou conciliação, trava-se a guerra - agitada luta bailada entre os dois rivais. Como é tradição, o Rei de Congo consagra-se vencedor, submetendo os Reis de Bamba e seus vassalos ao batismo. O auto termina com a festa em homenagem a São Benedito, quando, então, os componentes cantam e dançam o Ticumbi.

Para apresentar o Ticumbi, o grupo se veste a caráter (Foto 2.2-30). Os integrantes usam longas batas brancas e rendadas, com traspasse de fitas coloridas e calças compridas brancas com friso lateral vermelho. A cabeça é coberta por um lenço branco, um vistoso capacete enfeitado de flores de papel de seda e fitas longas de várias cores. Os reis usam coroas de papelão, ricamente ornamentadas com papel dourado ou prateado, peitoral vistoso com espelhinhos e flores de papel brilhante, capa comprida, e, na mão ou na cinta, longa espada.

O ritmo das encenações é regido por pandeiros e chocalhos de lata, chamados de ganzás ou canzás. (Foto 2.2-31) A viola dá o tom no momento que os guerreiros cantam.



Foto 2.1.3-29 Publicação sobre o Patrimônio Cultural do Espírito Santo, com o destaque para o Ticumbi, de Conceição da Barra – ES

Foto 2.1.3-30 Pintura presente no Centro Cultural representando o Ticumbi. Conceição da Barra – ES



Foto 2.1.3-31 Pintura na sede do Centro Cultural de Conceição da Barra representando o Ticumbi. Conceição da Barra – ES

O Jongo⁴⁰ envolve canto, dança e percussão de tambores. De origem africana, chegou ao Brasil com os negros escravos bantos. Está presente tanto no norte do Espírito Santo, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, como no Sul, em Cachoeira de Itapemirim, Anchieta e Presidente Kennedy.

Considerado a raiz mais primitiva do samba, difundiu-se nas regiões cafeeicultoras, fato que explica a sua existência quase que exclusiva no sudeste do país. Doze mulheres, vestindo blusa branca, saia e lenço azul na cabeça são componentes do Jongo. Fazem parte também três homens, que tocam tambores e um reco-reco.

Já o Alardo⁴¹ representa a tomada de Mobaça, e é embasado em Os Lusíadas, obra de Camões. Não há cânticos, apenas embaixadas declamadas. É caracterizado por personagens como o Capitão de Mouros e Capitão de Cristãos; Embaixadores de Mouros e Embaixadores de Cristãos; Alferes, que conduzem bandeiras; e Cortadores ou Soldados, representados por vinte figurantes de cada hoste guerreira. O Alardo é dividido em dois atos. No primeiro momento, os mouros raptam a imagem de São Sebastião e a conduzem para a fortaleza moura. O segundo ato é marcado por combates com um desfecho de sucesso para os Cristãos. Eles derrotam os mouros e os batizam na porta da igreja.

A vestimenta caracteriza o auto. A cor vermelha é marcante nos trajes dos mouros que usam calção vermelho com meias da mesma cor até o joelho e dólma de cetim com rendas brancas. Os Capitães, Embaixadores e Alferes usam uma meia-capa de aurela de arminho branco, chapéu vermelho quebrado na frente, enfeitado de papel de lata brilhante e espelho.

Os Cristãos usam roupas iguais, mas a cor marcante é o azul. As diferenças entre os rivais também podem ser percebidas nos emblemas: a cruz é utilizada pelos cristãos, enquanto os mouros usam a meia-lua muçulmana.

A caixa e o tambor dão o ritmo do embate que utiliza instrumentos de defesas como espadas, adagas, lanças e espingarda de encher pela boca.

Pastorinhas ou lapinhas⁴² são pastoris da noite de natal, figuras tradicionais em muitos lugares que ainda mantêm nossas raízes culturais. Com seus arcos e cestinhas de flores bailam diante do presépio do Deus menino. De chapéus de palha enfeitado e vestidas com blusas brancas e saias xadrez ou todas de branco, elas cantam suas melodias alusivas ao evento. Após a missa saem cantando suas marchas de rua acompanhadas do povo católico, fiéis às suas devoções na pureza de seus sentimentos. Nas casas onde há presépios, param e cantam anunciando o nascimento de Jesus - o Salvador do mundo. Licores e biscoitos são servidos pelos donos da

40 Fonte: Hermógenes Lima Fonseca. Texto "Alguns aspectos do folclore".

41 Fonte: Hermógenes Lima Fonseca. Texto "Alguns aspectos do folclore".

42 Fonte: Hermógenes Lima Fonseca e Rogério Medeiros. Tradições Populares no Espírito Santo. Foto: Larissa Ventorim/Secult.

casa. Cantando seus agradecimentos se despedem prosseguindo na divina missão de espalhar a boa nova da chegada do esperado Messias.

O Reis de Boi⁴³ é um auto em homenagem aos Santos Reis. É realizado no ciclo de Natal, prolongando-se até o dia de São Brás, comemorado em 03 de fevereiro. É dividido em duas partes: uma de louvação aos Santos Reis e outra de teatralização.

É a expressão folclórica mais popular da região Norte do Espírito Santo, sendo o "Boi" a principal atração. O "vaqueiro" conduz "bichos" apavorantes - componentes do grupo que usam máscaras de lobos, fantasmas, lobisomens, cavalos-marinhos, e outras que fazem parte da memória coletiva. Assim que a bicharada entra em cena, as crianças fogem assustadas e ao mesmo tempo fascinadas. Este misto de medo e fascínio que garante a popularidade da celebração.

Com um bastão é entoada a marcha que rege o sapateado do vaqueiro, que usa roupa velha com paletó pelo avesso, bolso de fora e máscara. Após a exibição, ele para ofegante, e discursa - conta de onde vem e relata acontecimentos que todos sabem, de forma satírica. Canta-se, então a chamada do "Boi", que entra em cena dançando, fazendo graça, dando voltas e chifradas.

Em alguns grupos, terminada a cantoria, ocorre a morte e ressurreição do Boi. Assim que estrela da festa cai no chão o sanfoneiro puxa a música para que seja feita a divisão do boi. Um coro canta um refrão a cada pedaço vendido. Cada grupo possui a sua própria cantoria. Os instrumentos utilizados são a sanfona e o pandeiro.

43 Fonte: Guilherme Santos Neves e Hermógenes Lima Fonseca. Foto de Larissa Ventorim.



Foto 2.1.3-32 Pastorinhas, Conceição da Barra – ES



Foto 2.1.3-33 Reis do Boi, Conceição da Barra – ES

Destacam-se também as Dunas de Itaúnas, localizadas na Vila de mesmo nome, a 28 quilômetros de Conceição da Barra, com acesso por estrada não pavimentada. A antiga Vila, surgida há cerca de 300 anos, abrigava em torno de dois mil habitantes - segundo maior núcleo urbano de Conceição da Barra, antes de ser soterrada pelas dunas. Suas atividades básicas eram a pesca e a produção agrícola, transportadas pelo rio até a sede do município.



Foto 2.1.3-34 Dunas do Parque Estadual de Itaúnas, Conceição da Barra – ES

A predatória extração de madeira na região, a partir dos anos 1950, provocou a alteração da proteção das dunas, causando a degradação das áreas de restinga entre a Vila e o mar,

iniciando a movimentação do "mar de areia" que, levado pelo vento nordeste, soterrou o antigo núcleo urbano. O soterramento levou alguns anos, chegando a encobrir a Igreja Matriz - que atingia altura superior a 20 metros - obrigando os moradores a transferir a Vila para o outro lado do Rio. Em 1964, ainda havia vestígios das últimas casas.

Fugindo do desastre ecológico ocasionado pela degradação da restinga entre a vila e o mar, os moradores, em geral pescadores, foram se estabelecer na margem oposta do Rio Itaúnas, dando início ao atual povoado. 44

Realizado com recursos da FUNCULTURA. Secretaria da Cultura, Governo do Espírito Santo, 2012 - Geração



Foto 2.1.3-35 Pedras Pretas: Itaúnas de São Benedito e São Sebastião. Vídeo documentário de Marcos Valério Guimarães

A seguir é apresentado pelos Quadros 2.2-16 a 2.2-19 o perfil do município de Conceição da Barra para a questão patrimonial, com dados coletados por meio de pesquisas de gabinete e de entrevista ocorrida na Casa de Cultura Hermógenes Lima da Fonseca com o Coordenador de Cultura da Secretaria de Cultura e Turismo (Quadro 2.2-15).

Quadro 2.1.3-15- Órgão público consultado

44 Fonte: Catálogo
Filho Historiadores: C



denação: Sebastião Ribeiro
nha.

Órgão	Endereço / Contato
Secretaria de Cultura e Turismo de Conceição da Barra – ES Divisão de Turismo Casa de Cultura Hermógenes Lima da Fonseca Coordenador de Cultura: Natan Santana dos Santos	Rua Coronel Oliveira Filho, s/nº - Centro - Conceição da Barra – ES Telefone: (27) 3762 2229

Foto 2.1.3-36 Casa de Cultura Hermógenes Lima da Fonseca, sede da Secretaria de Cultura e Turismo de Conceição da Barra – ES

Quadro 2.1.3-16 Perfil municipal para a questão patrimonial – indicadores patrimoniais

	Indicadores	(Sim/Não)	Comentário
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local	1. O município integra o Sistema Nacional de Cultura?	SIM	Em processo de adesão
	Existe Órgão Público Municipal específico para a área de Cultura/ Patrimônio?	SIM	Em conjunto com outras pastas. A Secretaria de Cultura e Turismo foi criada em 2013, com a Divisão de Turismo
	O município tem legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural?	NÃO	
	4. O município tem um Conselho Municipal de Cultural com a inserção do Patrimônio Cultural? O Conselho tem função consultiva ou deliberativa?	SIM	O Conselho Municipal de Cultura teve sua aprovação em dezembro de 2014
	5. Existem entidades associativas e/ou comunitárias locais de proteção do patrimônio local?	SIM	Associação de Folclore e Patrimônio Imaterial (12 anos)
	6. Existem projetos e/ou parcerias com outros municípios voltados para o patrimônio cultural?	NÃO	
Existência de aparelhos culturais no Município	7. O município possui Museus, Centros/Casas de Memória?	SIM	O Parque Estadual de Itaúnas é cadastrado no Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. No centro, existe a Casa de Cultura Hermógenes Lima da Fonseca
	8. O município possui biblioteca pública?	SIM	
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais	9. O município possui bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade?	SIM	
	10. O município possui bens patrimoniais inventariados, registrados ou tombados em âmbito municipal, estadual ou federal?	SIM	
	O município possui conjuntos, paisagens ou agrupamentos de edificações históricas preservadas ou com alterações / adaptações / restaurações?	SIM	
	12. O município possui conjuntos de monumentos ou bustos memorialísticos?	SIM	
	13. O município possui festividades e datas comemorativas relevantes para a comunidade com origem memorialista?	SIM	O Município possui inúmeras festividades, como o Tibumbi, as Pastorinhas e o Congo

Quadro 2.2-16 Perfil municipal para a questão patrimonial – indicadores patrimoniais (CONTINUAÇÃO)

	INDICADORES	(SIM/ NÃO)	COMENTÁRIOS
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais (cont.)	14. O município possui sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?	SIM	
Ações de revitalização de bens patrimoniais e de educação patrimonial	15. Existem ações atuais de Revitalização ou Resgate do Patrimônio Cultural local em âmbito federal, estadual ou municipal?	SIM	Controle do tráfego de veículos na Praça José Luiz da Costa para reduzir impacto nos bens históricos
	16. Existem projetos de educação patrimonial contínuos e sistemáticos nas escolas e entidades culturais?	SIM	Projeto Vem viver o Patrimônio nas escolas
	17. Existem publicações com a história do município?	SIM	
Produção artesanal/cultural local	18. Existe uma produção artesanal/cultural local?	SIM	
Grupos culturais	Existem Comunidades Indígenas locais?	NÃO	
	20. Existem comunidades quilombolas remanescentes?	SIM	

Destaca-se no município o expressivo contingente de 50 sítios arqueológicos, 5 unidades de conservação ambiental e 10 comunidades quilombolas. Não foi identificada a presença de comunidades indígenas. O Núcleo Histórico e as Dunas de Itaúnas encontram-se protegidas por legislação de tombamento estadual.

Quadro 2.1.3-17 Comunidades quilombolas registradas

Comunidade	Data de Publicação
Angelim (Angelim I, Angelim II, Angelim III, Angelim Disa e Córrego do Macuco)	10/12/2004
Linhaquinho	30/09/2005
São Domingos	06/12/2005
Córrego do Sertão	13/12/2006
Córrego Santa Izabel	13/12/2006
Coxi	13/12/2006
Dona Guilhermina	13/12/2006
Roda d'Água	13/12/2006
Santana	13/12/2006
Santaninha	13/12/2006

Quadro 2.1.3-18 Bens protegidos em âmbito estadual

Bem Cultural	Proteção legal
01 Núcleo Histórico de Conceição da Barra, compreendendo o tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e seu entorno – praça e casarios	
02 Dunas de Itaúnas	Publicada no Diário Oficial no dia 16/10/1986- processo 18/84, Resolução 08/86

Quadro 2.1.3-19 Unidades de Conservação

Unidades de Conservação	
01	Área de Proteção Ambiental Conceição da Barra
02	Floresta Nacional de Rio Preto
03	Parque Estadual de Itaúnas
04	Reserva Biológica do Córrego Grande
05	Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Sayonara



Foto 2.1.3-37 Entrevista com o Sr. Natan Santana dos Santos, da Secretaria de Cultura e Turismo de Conceição da Barra – ES

O Sr. Natan Santana dos Santos falou da relevância cultural do município, com a presença de uma Associação de Folclore e Patrimônio Imaterial⁴⁵, já com 12 anos de existência e situada no antigo Varandão.

Na entrevista, destacou, dentre os bens patrimoniais imateriais, o Alardo de São Sebastião, que representa a luta entre mouros e cristãos, celebrado entre 19 e 20 de janeiro; o referido Ticumbi, que representa a luta entre duas nações africanas de Moçambique; o Congo, com quatro grupos atuantes e com apresentação entre 30 de dezembro e 20 de janeiro; o Jongo; o Rei do Boi, que promove a anunciação do Menino Jesus, com o teatro do vaqueiro, executada na Praça da Igreja Matriz; além da Festa de São Benedito e São Sebastião, de Itaúnas, o resgate das Pastorinhas (manifestações também já mencionadas); e a Festa de São Pedro onde ocorriam o Pato na Água e a Corrida de Canoas. Registrou a existência de oito centros espíritas e de Candomblé e Umbanda de importância na região.

Segundo Natan, há uma imagem de São Bartolomeu sem faca, protetor dos portos, celebrado em 24 de agosto, na comunidade de ribeirinhos de Meleiras. E, em Barreiras, disse existir a imagem de São Benedito, de onde vem o ditado popular de Benedito meia-légua: mas será o Benedito, dos pescadores de São Benedito das Piabas, no rio Cricaré.

A Festa da Padroeira em Itaúna, antiga Barra de São Mateus, é em 8 de dezembro; São João é o padroeiro no Distrito de Braço do Rio, com celebração em 24 de junho, e São Benedito, em 05 de outubro e 1 de janeiro.

Tem destaque o ensino de Folclore nas escolas, projeto que já existe há 11 anos. Dois mestres de folclore, pagos pela Prefeitura e considerados doutores, lecionam uma vez por semana para

45 ,O Sr. Jonas dos Santos Balbino, é seu presidente. Seu contato é: (27) 998187098

os alunos de todas as escolas. Os alunos formam o Grupo Mirim e o Festival do Folclore Mirim, em agosto. Existe também o ensino da Capoeira. O Projeto Vem viver o patrimônio da SECULT – ES e o SABOREART, de culinária, com beiju, a batata pocada, a moqueca, e a caranguejada, o mingau no pacurinho também foram informados por Natan.

Dentre os bens materiais, o Sr. Natan informou: o Casarão, que, segundo os moradores locais, foi construído para a venda de escravos; o Casarão Daher, patrimônio do município; as Igrejas antigas, como a de Nossa Senhora da Conceição das tradicionais famílias, e Santana, da comunidade; e a Praça que, segundo Natan, é tombada. (Fotos 2.2-38 e 2.2-39 a seguir).



Foto 2.1.3-38 Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Originária de uma pequena capela foi erguida em 1812 e elevada à paróquia em 1831 por possuir pia batismal e cemitério

Foto 2.1.3-39 Casario da Praça Prefeito José Luiz da Costa (Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição). Conceição da Barra – ES



Foto 2.1.3-40 Casario da Praça Prefeito José Luiz da Costa (Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição). Conceição da Barra – ES



Foto 2.1.3-41 Praça da Igreja Matriz. Conceição da Barra – ES

Foto 2.1.3-42 Igreja de Sant'Ana. Conceição da Barra – ES

Durante o levantamento na ADA do empreendimento, dirigindo-se para o Município de Conceição da Barra, foram visitados o Distrito de Braço do Rio e a Comunidade Quilombola de São Domingos e entrevistados representantes locais (Quadro 2.2-20 e Figuras 2.2-43 a 45), para evidenciação de manifestações culturais e/ou presença de bens patrimoniais culturais locais.

Quadro 2.1.3-20- Representantes da comunidade entrevistados

Entrevistados	Endereço / Contato
Sr. Marcos Fábio Nogueira Santos	Distrito de Braço do Rio - Rua Carlos Castro, nº 15 – Conceição da Barra – ES - Telefone: (27) 99705 6158
Sr.ª Luzinete Serafim Blandino	Comunidade Quilombola de São Domingos Telefone: (27) 9892 1879



Foto 2.1.3-43 Entrevista com a Sr.º Marcos Fábio Nogueira Santos, comerciante e residente no Município de Braço do Rio, em Conceição da Barra – ES

No Distrito de Braço do Rio, o Sr. Marcos Fábio Nogueira Santos, com comércio situado às margens da rodovia, disse nunca ter encontrado qualquer vestígio que pudesse ter relação com ocupação antiga na região e informou sobre a procissão de Corpus Christi da Igreja de São João Batista, que passa em frente ao seu bar, beirando à rodovia BR-101.



Foto 2.1.3-44 Igreja de São João Batista, com procissão de Corpus Christi nos arredores da Rua Carlos Castro, lindeira à BR-101, na AID



Foto 2.1.3-45 Rua de passagem da Procissão de Corpus Christi, esquina com a Rua Carlos Castro, na AID

Na Comunidade Quilombola de São Domingos, a entrevista foi realizada com a Sr.^a Luzinete Serafim Blandino (Figura 2.2-46) que informou sobre a festa do beiju na comunidade, em novembro, a de São Francisco, em 04 de outubro e a de São Domingos, em agosto (Fotos 3.5.2-47 e 48).

Segundo Luzinete, a comunidade tem certificação e posse das terras lindeiras à rodovia (Figura 2.2-51), onde planta laranja, mandioca, pimenta do reino e mantém campo de futebol e escola para as crianças da comunidade.



Foto 2.1.3-46 Entrevista com a Sr.^a Luzinete Serafim Blandino, liderança da Comunidade São Domingos, em Conceição da Barra – ES



Foto 2.1.3-47 Capela de São Domingos. Comunidade de São Domingos, Conceição da Barra – ES



Foto 2.1.3-48 Comunidade de São Domingos. Conceição da Barra – ES



Foto 2.1.3-49 Capela de São Francisco da Comunidade São Domingos. Conceição da Barra – ES



Foto 2.1.3-50 Comunidade de São Domingos. Conceição da Barra – ES

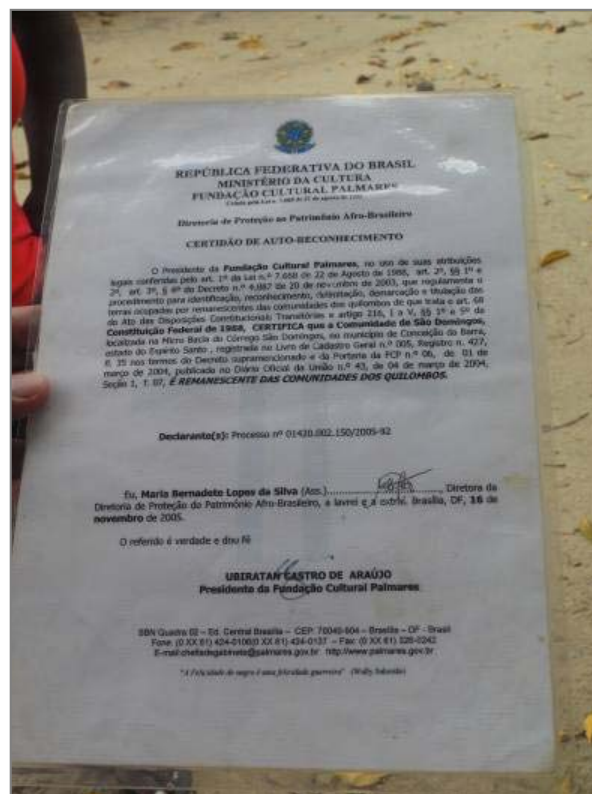


Foto 2.1.3-51 Certificação de Auto-Reconhecimento da Comunidade São Domingos, situada na ADA. Conceição da Barra – ES

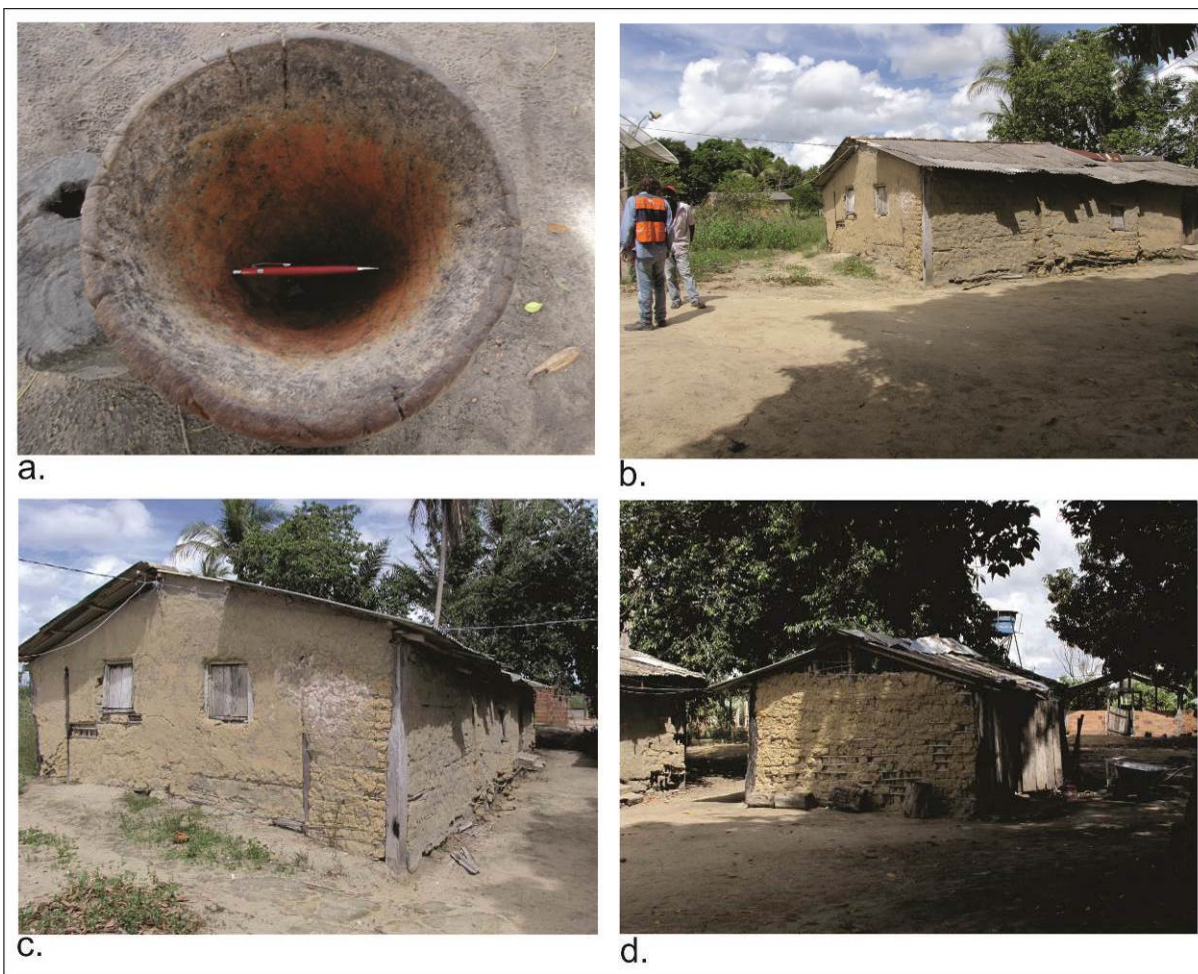


Foto 2.1.3-52 a. pilão de madeira artesanal, b. a d. casa do Sr. Jorge, c. casa do Sr. Jorge. Comunidade quilombola São Domingos – Conceição da Barra km 46 (Trecho 2A)

A comunidade quilombola São Domingos encontra-se nas margens da Rodovia BR-101, entre o km 46 e km 51, UTM 24K 404665/7948560, próximo ao rio São Domingos.

O conjunto arquitetônico que envolve a comunidade quilombola São Domingos inclui casas construídas de sapê e palha, a capela do padroeiro São Domingos, pequenos estabelecimentos comerciais e uma escola. As edificações da comunidade estão na AID e o empreendimento aproximará a faixa que será duplicada da mesma, o que poderá acarretar impactos ao longo do tempo.

As atividades econômicas que a comunidade desenvolve estão ligadas ao plantio de mandioca, batata, milho, dentre outros. Celebraram uma diversidade de festas como a festa do beiju, festa do padroeiro São Domingos, jongo, samba, folia de reis e forró, a maioria dos instrumentos de percussão são produzidos artesanalmente pela comunidade.

O Sr. Jorge das Neves informou que as terras que hoje são território quilombola, foram doadas para o seu pai, segundo ele “os pais dos pais dele eram descendentes da África”.

A igreja de São Francisco no km 50 e no km 51, na localidade de Limoeiro, são desenvolvidos artesanatos de palha. O **Quadro 2.2-21** a seguir apresenta os bens culturais levantados e informados.

Quadro 2.1.3-21 Bens culturais de Conceição da Barra - ES

Bem cultural		Observação	LOCAL
01	Núcleo Histórico de Conceição da Barra, compreendendo a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e seu entorno, praça e casario	Tombamento estadual	All
02	Dunas de Itaúnas	Tombamento estadual	All
03	Ticumbi de São Benedito	Tombamento estadual	All
04	Jongo	Tombamento estadual	All
05	Rei do Boi	Bem reconhecido pela comunidade	All
06	Festa de São Benedito e São Sebastião, em Itaúnas	Bem reconhecido pela comunidade	All
07	As Pastorinhas	Bem reconhecido pela comunidade	All
08	Praça de São Pedro	Bem reconhecido pela comunidade	All
09	Praça Prefeito José Luiz da Costa	Bem reconhecido pela comunidade	All
10	Praça do Cais	Bem reconhecido pela comunidade	All
11	Festa de São Pedro com o Pato na Água e a Corrida de Canoas	Bem reconhecido pela comunidade	All
12	Festa de São Bartolomeu - 24 de agosto (Comunidade de Ribeirinhos de Meleiras)	Bem reconhecido pela comunidade	All
13	.Imagem de São Benedito (Em Barreiras)	Bem reconhecido pela comunidade	All
14	Festa da Padroeira em Itaúnas - 8 de dezembro	Bem reconhecido pela comunidade	All
15	Igreja de São João Procissão e Festa de São João (padroeiro no Distrito de Braço do Rio) - 24 de junho	Bem reconhecido pela comunidade	AID km 32/22 da BR-101/ES
16	Festa do beiju – novembro (Comunidade Quilombola São Domingos)	Bem reconhecido pela comunidade	AID
17	Capela de São Domingos Festa de São Domingos - agosto (Comunidade Quilombola São Domingos)	Bem reconhecido pela comunidade	AID km 46 da BR-101/ES
18	Capela de São Francisco e Festa de São Francisco (Comunidade Quilombola São Domingos) – 04 de outubro	Bem reconhecido pela comunidade	AID km 50 da BR-101/ES
19	Comunidade de Limoeiro (faz parte do Quilombo de São Domingos)	Bem reconhecido pela comunidade	AID km 51 da

Bem cultural		Observação	LOCAL
	Artesanato de palha		BR-101/ES
19 a 24	Quilombo de São Domingos: Alardo, Congo, Jongó, Samba, Folia de Reis e Forró	Bem reconhecido pela comunidade	AID

São Mateus⁴⁶

Em São Mateus, no norte do Estado, o velho porto fluvial com seu casario tipicamente colonial, constitui conjunto arquitetônico de grande valor histórico. O apogeu sócio-econômico de São Mateus aconteceu no final do Império e começo da República, no século XIX, com a chegada de grandes fazendeiros, como os barões de Timbuí e Aimorés: belos sobrados e casas comerciais, com coberturas em telhas de canal e gradios de ferro importados da Europa davam a dimensão econômica e social do Porto.

O centro histórico de São Mateus (UTM 24k 410003/7930530) abrange várias edificações de períodos colonial e outras mais recentes de influência Art Déco. Foram registrados os bens de maiores relevâncias, as informações das edificações foram obtidas através do Projeto Cricaré.

O porto do Rio Cricaré (UTM 24k 409784/7930761) é um sítio histórico localizado no Centro de São Mateus, na Cidade Baixa. Às margens do Rio Cricaré que, corta a cidade, o conjunto arquitetônico é formado por diversos casarões que foram construídos nos séculos XVIII e XIX. Foi tombado pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC) em 1976, abriga a Secretaria Estadual de Cultura, Casa do Artesão, Casa da Gastronomia, Biblioteca Pública, Sala Ciro Sodré, Teatro Municipal, Centro de Informações Turísticas (CIT) (e. f.).

A Igreja Velha, foi projetada para ser a maior igreja de São Mateus, começou a ser construída no século XIX. Por falta de recursos do tesouro municipal, a Câmara decidiu paralisar a obra e aplicar o dinheiro no término da reforma da Igreja Matriz de São Mateus em 1843. Sua construção é composta por alvenaria de pedras e argamassa feita com areia, óleo de baleia e cal extraído de conchas torradas e moídas. Grande parte das conchas era extraída da região costeira. Alguns moradores mais antigos do município afirmam que o templo seria dedicado a São Brás ou a São Gonçalo.

A Igreja Matriz de São Mateus, está localizada no centro da cidade é uma das mais antigas do Estado e a mais velha do município, foi construída pelos jesuítas no século XVIII e já passou por três reformas, uma delas, em 1949 foi decorrente de um incêndio no altar-mor, um novo

46 Fonte: São Mateus (ES). Prefeitura. 2015. Disponível em: <<http://www.saomateus.es.gov.br/site/historia-sao-mateus.php>>. Acesso em janeiro de 2015.

Informações históricas extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

altar foi construído nos moldes do anterior. Sob a torre, está localizado o túmulo de Dom José Davit, primeiro bispo de São Mateus (Foto 2.2-53a.)

O Museu Histórico de São Mateus está situado na praça São Mateus no centro da cidade, foi a antiga Casa de Câmara e Cadeia, sua construção data de 1764. Na parte superior ficava a sede da câmara e, na inferior a cadeia. O pelourinho ficava nas proximidades. A cadeia ficou ali instalada até metade do século XX e a sede municipal, até a década de 1980. O Museu Histórico está ali alojado desde 2001 (Foto 2.2-53b).

A Igreja de São Benedito é uma construção jesuítica e está localizada na Praça São Benedito. A sua construção é do início do século XVIII. Até o final do século XIX era chamada de capela de Nossa Senhora do Rosário, no século XX passou a ser conhecida como Igreja de São Benedito. Nesta igreja são realizadas celebrações afros (Foto 2.2-53a).

Os primeiros colonizadores portugueses chegaram a São Mateus por volta de 1544, mas a vila de São Mateus só passou a município em 1848. A cidade recebeu o nome de São Mateus por ter sido visitada pelo padre José de Anchieta num dia 21 de setembro (dia do evangelista Mateus).

Até o final da década de 1930, os meios de transporte de passageiros e mercadorias para toda a região norte do Espírito Santo eram os animais (cavalos e tropas de muare), os pequenos navios que aportavam em São Mateus e o trem de ferro. O movimento no porto de São Mateus era intenso, com os trapiches cheios de mercadorias para exportação. Os armazéns vendiam mercadorias aos moradores locais e aos da vila do interior, como Barra de São Francisco, Nova Venécia, Boa Esperança, Jaguaré, etc., todas ainda pertencentes ao território de São Mateus. Por causa da pouca profundidade e largura do rio, em alguns lugares os navios só podiam entrar ou sair de 15 em 15 dias, nas luas cheias e novas, quando as marés são mais altas.

Freguesia criada com a denominação de São Mateus por Carta Régia em 23 de maio de 1751, foi elevada à categoria de vila com a denominação de São Mateus em 27 de setembro de 1764 e à condição de cidade com a denominação de Vila de São Mateus pela Resolução Provincial n.º 1, de 03 de abril de 1848.



Foto 2.1.3-53

a. Igreja de São Benedito, b. Museu Histórico de São Mateus, c. Igreja Velha, d. Igreja Matriz de São Mateus, e. f. Porto do Rio Cricaré.



Foto 2.1.3-54 Rio Cricaré, São Mateus – ES



Foto 2.1.3-55 Antigo porto de São Mateus



Foto 2.1.3-56 Antigo porto de São Mateus



Foto 2.1.3-57 Fonte de água no Antigo Porto de São Mateus

A partir do início do século XX, a Cidade Alta ganhou importância e os moradores e comerciantes se mudaram para lá. O Porto entrou em declínio, condenado ao esquecimento pela aristocracia local, o que foi impedido pela ação das "moças damas", que instalaram nos velhos sobradões luxuosos cabarés. No final da década de 1970, surgiu um movimento em defesa da restauração e revitalização do Porto de São Mateus, que ganhou apoio de personalidades da cultura estadual e nacional. A restauração ocorreu na década seguinte e a revitalização encontra-se em processo.

Os primeiros colonizadores portugueses chegaram a São Mateus por volta de 1544, mas a vila de São Mateus só passou a município em 1848. A cidade recebeu o nome de São Mateus por ter sido visitada pelo padre José de Anchieta num dia 21 de setembro (dia do evangelista Mateus).

Até o final da década de 1930, os meios de transporte de passageiros e mercadorias para toda a região norte do Espírito Santo eram os animais (cavalos e tropas de muares), os pequenos navios que aportavam em São Mateus e o trem de ferro. O movimento no porto de São Mateus era intenso, com os trapiches cheios de mercadorias para exportação. Os armazéns vendiam mercadorias aos moradores locais e aos da vila do interior, como Barra de São Francisco, Nova Venécia, Boa Esperança, Jaguaré, etc., todas ainda pertencentes ao território de São Mateus. Por causa da pouca profundidade e largura do rio, em alguns lugares os navios só podiam entrar ou sair de 15 em 15 dias, nas luas cheias e novas, quando as marés são mais altas.

O atual porto é composto por 32 sobrados, construídos entre os séculos XVII e XIX, e foi tombado na década de 1970, como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Foto 2.1.3-58 Igreja Matriz de São Mateus - ES



Foto 2.1.3-59 Igreja de São Benedito, São Mateus – ES



Foto 2.1.3-60 Igreja Velha, São Mateus - ES

Freguesia criada com a denominação de São Mateus por Carta Régia em 23 de maio de 1751, foi elevada à categoria de vila com a denominação de São Mateus em 27 de setembro de 1764 e à condição de cidade com a denominação de Vila de São Mateus pela Resolução Provincial n.º 1, de 03 de abril de 1848.

O distrito de Serra do Aimorés (Nova Venécia em 1933) foi criado em 1986 e anexado ao município de São Mateus, assim permanecendo até o ano de 1911. Em 1935, o distrito de Barra de São Francisco é também anexado a São Mateus, sendo desmembrado e elevado à categoria de município em 1943.

Pela Lei Estadual n.º 265, de 22 de outubro de 1949, foram criados os distritos de Barra Nova, Boa Esperança, Nestor Gomes e Nova Verona, todos anexados ao município de São Mateus. Em 1953, o distrito de Nova Venécia e, em 1963, Boa Esperança são elevados também à categoria de município. Em 1964, os distritos de Barra Seca, Itauinhas e Jaguaré passam a compor o município e, em 1981, são desmembrados, para constituírem o município de Jaguaré, permanecendo apenas Itaúnas.

O Quadros 2.2-22 e 2.2-23 apresentam o perfil do município de São Mateus para a questão patrimonial, com dados coletados por meio de pesquisas de gabinete e da entrevista com a Secretária Municipal de Cultura. (Quadro 2.2-21 e Foto 2.2-61).

Quadro 2.1.3-22 Órgão público consultado e funcionárias entrevistadas.

Órgão	Endereço / Contato
Secretaria Municipal de Cultura Lea Márcia Amorim de Freitas - Secretária Maria Helena Bastos Aguiar - Diretora do Museu Histórico e Curadora de Museus	Museu da História de São Mateus – Rua Barão de Aymorés, nº 68 – Casa de Câmara e Cadeira – Centro – São Mateus – ES - CEP 29930 340 Telefones: (27) 3767 9726 - 9988 1727 - 99709 2965 cultura@saomateus.es.gov.br museucultura@saomateus.es.gov.br



Foto 2.1.3-61 Entrevista com Lea Márcia Amorim de Freitas, Secretária de Cultura, e Maria Helena Bastos Aguiar, Diretora do Museu Histórico e Curadora de Museus

Quadro 2.1.3-23 Perfil municipal para a questão patrimonial – indicadores patrimoniais

	Indicadores	(Sim/Não)	Comentário
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local	1. O município integra o Sistema Nacional de Cultura?	SIM	Em processo de adesão
	2. Existe Órgão Público Municipal específico para a área de Cultura/Patrimônio?	SIM	Secretaria Municipal exclusiva
	3. O município tem legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural?	SIM	O Município possui legislação para o patrimônio cultural material
	4. O município tem um Conselho Municipal de Cultural com a inserção do Patrimônio Cultural? O Conselho tem função consultiva ou deliberativa?	SIM	O Conselho Municipal de Cultura paritário, consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador foi criado em 2010. O Conselho de Preservação do Patrimônio, criado em 2011, está inativo
	5. Existem entidades associativas e/ou comunitárias locais de proteção do patrimônio local?	NÃO	
	6. Existem projetos e/ou parcerias com outros municípios voltados para o patrimônio cultural	NÃO	

Quadro 2.1.3-23 Perfil municipal para a questão patrimonial – indicadores patrimoniais (CONTINUAÇÃO)

	Indicadores	(Sim/Não)	Comentário
Existência de aparelhos culturais no Município	7. O município possui Museus, Centros/Casas de Memória?	SIM	O Município possui 3 museus
	8. O município possui biblioteca pública?	SIM	
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais	9. O município possui bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade?	SIM	
	10. O município possui bens patrimoniais inventariados, registrados ou tombados em âmbito municipal, estadual ou federal?	SIM	O casario do antigo porto, tombado em âmbito estadual
	O município possui conjuntos, paisagens ou agrupamentos de edificações históricas preservadas ou com alterações / adaptações / restaurações?	NÃO	O casario do antigo porto
	12. O município possui conjuntos de monumentos ou bustos memorialísticos?	SIM	
	13. O município possui festividades e datas comemorativas relevantes para a comunidade com origem memorialista?	SIM	
	14. O município possui sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?	SIM	Existem sítios arqueológicos cadastrados no CNSA – SGPA do IPHAN
Ações de revitalização de bens patrimoniais e de educação patrimonial	15. Existem ações atuais de Revitalização ou Resgate do Patrimônio Cultural local em âmbito federal, estadual ou municipal?	SIM	A Casa da Cultura do Largo do Chafariz de São Mateus, no Sítio Histórico de São Mateus passou pelo Programa de Restauração e Valorização do patrimônio Cultural do Espírito Santo
	16. Existem projetos de educação patrimonial contínuos e sistemáticos nas escolas e entidades culturais?	SIM	Programa de visitação dos alunos da rede municipal de ensino ao museu histórico
	17. Existem publicações com a história do município?	SIM	
Produção artesanal/cultural local	18. Existe uma produção artesanal/cultural local?	SIM	
Grupos culturais	Existem Comunidades Indígenas locais?	NÃO	
	20. Existem comunidades quilombolas remanescentes?	SIM	Existem 13 comunidades cadastradas na Fundação Palmares

O município de São Mateus apresenta a expressiva quantidade de 94 sítios arqueológicos registrados no CNSA/IPHAN, além de 13 comunidades quilombolas, 1 bem tombado e 5 museus.

Quadro 2.1.3-24 Comunidades Quilombolas Registradas

Comunidade	Data de Publicação
São Jorge (Morro das Araras, Vala Grande, São Jorge, Córrego do Sapato I e Córrego do Sapato II)	30/09/2005
São Jorge	25/04/2006
São Cristóvão*	28/07/2006
Serraria*	28/07/2006
Beira-Rio Arual**	13/12/2006
Cacimba**	13/12/2006
Chiado**	13/12/2006
Córrego Seco**	13/12/2006
Dilô Barbosa**	13/12/2006
Mata Sede**	13/12/2006
Nova Vista **	13/12/2006
Palmito**	13/12/2006
São Domingos de Itauninhas**	13/12/2006

Quadro 2.1.3-25 Bens Protegidos em Âmbito Estadual

Bem Cultural	Proteção legal
01	Sítio Histórico do Porto de São Mateus
	Tombado pelo CEC em 21/10/76, Processo Nº 302/75

Quadro 2.1.3-26 Museus do Município

Nome	Localização / Contato
Museu Aberto das Tartarugas Marinhas (criação em 1988, abertura em 1992)	Avenida Oceano Atlântico, s/nº - Guriri - 29930 000 - São Mateus – ES Telefones: (27) 3761-1267 / 3761-2857 guriri@tamar.org.br - denise@tamar.org.br www.projetotamar.org.br
Museu da Imagem e do Som (criação e abertura em 2002)	Sítio Histórico Porto de São Mateus Largo do Chafariz, s/nº - Porto - 29930 000 - São Mateus – ES Telefones: (27) 3767 1020 (Secretaria de Cultura) / 3767 9726 / 3763 1387 / 9931 2411 eliezer_nardoto@hotmail.com
Museu Eclesiástico de Arte Sacra (criação e abertura em 2002)	Avenida João XXIII, nº 586 - Dom José Dalvit - 29930 000 - São Mateus – ES Telefones: (27) 3767 1020 (Secretaria de Cultura) / 3767 8592 eliezer_nardoto@hotmail.com
Museu Municipal de São Mateus (criação em 2007 e abertura em 2001)	Praça Municipal, s/nº - Centro -29.930-210 - São Mateus – ES Telefones: (27) 3767-1020 (Secretaria de Cultura) (27) 3767-9726 / (27) 9988-1727 museucultura@saomateus.es.gov.br cultura@saomateus.es.gov.br maria2008helena@hotmail.com www.saomateus.es.gov.br
Museu da Saúde (criação e abertura em 2008)	Rua Barão dos Aymorés, nº 92 – Centro - 29930 340 - São Mateus –ES Telefones: (27) 3767 1020 / (27) 3767 9726 (Museu São Mateus)



Foto 2.1.3-62 Museu da Farmácia, na antiga Casa da Ferrovia São Mateus - Nova Venécia



Foto 2.1.3-63 Museu da Arte Sacra



Foto 2.1.3-64 Museu África Brasil



Foto 2.1.3-65 Museu Histórico de São Mateus. Antiga Casa da Câmara e Cadeia e primeira Sede do Governo de São Mateus, datada de 1764



Fotos 2.1.3-66 Acervo do Museu Histórico de São Mateus



Fotos 2.1.3-67 Acervo arqueológico do Museu Histórico de São Mateus



Fotos 2.1.3-68 Sede do Projeto Tamar na Praia do Guriri - São Mateus - ES

O Quadro 2.2-27 apresenta os bens culturais levantados e informados.

Quadro 2.1.3-27 Bens Culturais de São Mateus - ES

Bem		Observação	Local
05	Sítio Histórico do Porto de São Mateus	Tombamento Estadual	AII
01	Museu Histórico – Casa da Câmara e Cadeia	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
02	Igreja Matriz de São Mateus	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
03	Igreja de São Benedito	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
04	Igreja Velha	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
06	Rio Cricaré	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
08	Comunidades quilombolas	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
09	Projeto Tamar da Praia do Guriri	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
10	Jongo	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
11	Grupos de Congo	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
12	Museu da Farmácia Silvares e antiga casa da Ferrovia São Mateus - Nova Venécia	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII

Jaguaré⁴⁷

Jaguaré surgiu em 1946, com a chegada de 14 agricultores trazidos pelo Governo do Estado e acompanhados do Sr. Bértolo Malacarne, responsável pela coordenação da colonização destas terras então pertencentes ao município de São Mateus.

Os agricultores se fixaram no local denominado Ponte do Rio Barra Seca, procedendo à exploração agrícola e extração de madeira, importantes fatores para o desenvolvimento local. A povoação recebeu o nome de Lagoa de Jaguaré (capim abundante na região).

Elevado à categoria de município com a denominação de Jaguaré, pela lei estadual nº 3445 de 13 de outubro de 1981, desmembrou-se de São Mateus (instalação em 1983), constituindo-se pelos distritos de Jaguaré e Barra Seca. Em de 23 de abril de 1992, foi criado o distrito de Nossa Senhora de Fátima e também anexado ao município de Jaguaré.

O Quadro 2.2-298 apresenta o perfil do município de Jaguaré para a questão patrimonial, com dados coletados por meio de pesquisas de gabinete e entrevistas ocorridas na Secretaria de Educação e Cultura (Quadro 2.2-28).

Quadro 2.1.3-28 Órgão público consultado e entrevistados

Órgão	Endereço / Contato
Secretaria de Educação e Cultura	Telefones: (27) 3769 1770 – 1739
Secretário de Educação Jader Sossai de Lima	Email: cultura@jaguare.es.gov.br –
Secretária de Cultura: Profª Sra. Geruza de Fátima Tognere	semec@jaguare.es.gov.br
Gestoras Culturais : Janaina, Karla Pretti e Neuza Maria Mantovanelli	

47 Informações extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.



Foto 2.1.3-69 Sede da Secretaria de Educação e Cultura de Jaguaré

Quadro 2.1.3-29 Perfil municipal para a questão patrimonial – indicadores patrimoniais

	Indicadores	(Sim/Não)	Comentário
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local	O município integra o Sistema Nacional de Cultura?	SIM	Em processo de adesão
	Existe Órgão Público Municipal específico para a área de Cultura/ Patrimônio?	NÃO	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
	O município tem legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural?	NÃO	
	O município tem um Conselho Municipal de Cultural com a inserção do Patrimônio Cultural? O Conselho tem função consultiva ou deliberativa?	NÃO	
	Existem entidades associativas e/ou comunitárias locais de proteção do patrimônio local?	NÃO	
	Existem projetos e/ou parcerias com outros municípios voltados para o patrimônio cultural	NÃO	
Existência de aparelhos culturais no Município	O município possui Museus, Centros/Casas de Memória?	SIM	Museu e Casa de Cultura
	O município possui biblioteca pública?	SIM	
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais	O município possui bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade?	SIM	
	O município possui bens patrimoniais inventariados, registrados ou tombados em âmbito municipal, estadual ou federal?	SIM	
	O município possui conjuntos, paisagens ou agrupamentos de edificações históricas	SIM	

	Indicadores	(Sim/Não)	Comentário
	preservadas ou com alterações / adaptações / restaurações?		
	O município possui conjuntos de monumentos ou bustos memorialísticos?	SIM	
	O município possui festividades e datas comemorativas relevantes para a comunidade com origem memorialista?	SIM	Congo
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais (CONT.)	O município possui sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?	SIM	
Ações de revitalização de bens patrimoniais e de educação patrimonial	Existem ações atuais de Revitalização ou Resgate do Patrimônio Cultural local em âmbito federal, estadual ou municipal?	NÃO	
	Existem projetos de educação patrimonial contínuos e sistemáticos nas escolas e entidades culturais?	SIM	Os alunos da rede municipal e estadual de ensino visitam o Museu
	Existem publicações com a história do município?	SIM	AURICH, R. L.; GALVÃO, J. L. F. & CALIARI, R. O. Jaguaré: das origens à contemporaneidade. Resgate do cotidiano de um povo. Jaguaré: Cricaré, 1996
Produção artesanal/cultural local	Existe uma produção artesanal/cultural local?	SIM	
Grupos culturais	Existem Comunidades Indígenas locais?	NÃO	
	Existem comunidades quilombolas remanescentes?	NÃO	

O município de Jaguaré apresenta 06 sítios arqueológicos cadastrados no CNSA/IPHAN e 01 unidade de conservação representada pela Reserva Biológica de Sooretama.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC de Jaguaré, divide espaço com o Museu Histórico, instalado em uma típica casa italiana edificada em 1956 e transportada para o local (Fotos 2.2-70). Em entrevista, as gestoras culturais Janaina, Karla Pretti e Neuza Maria Mantovanelli, informaram sobre as festas de Congo no Distrito de Palmito (AID do empreendimento) e sobre a comunidade italiana que produz porco no rolete, jogo da moretina, carretela de tratores e distribuição de vinho.

Obteve-se também a informação de que foi encontrada uma lâmina polida de machado na comunidade de Santo Antônio de Pádua.

As gestoras citaram de 30 a 40 capelas rurais no município, como a de São João Bosco, com teto de estuque⁴⁸.



Foto 2.1.3-70 Entrevista com a equipe da Secretaria de Cultura de Jaguaré



Fotos 2.1.3-71 Museu Histórico de Jaguaré: o imóvel expressa as técnicas construtivas dos primeiros colonizadores do município

⁴⁸ Foi citada a pesquisa de Vera Backer (Telefone: 027 99884 0592).

Na AID do empreendimento, no Município de Jaguaré, foi visitado o Distrito de Palmito e entrevistados moradores da comunidade (ver Quadro 2.2-31) para evidenciação de manifestações culturais e/ou presença de bens patrimoniais culturais locais.

Quadro 2.1.3-30 Representantes da comunidade entrevistados

Entrevistados	Endereço / Contato
Sr. José Manoel Pereira e sua filha Juliana (Grupo Mirim do Congo)	Rua 13 de Junho – Distrito de Palmito – 29950 000 - Jaguaré – ES Telefone: (27) 99850171

O Sr. José Manoel Pereira, morador e proprietário de uma mercearia no distrito, e sua filha Juliana, que pertence ao Grupo Mirim do Congo, informaram que, além da festa junina, em outubro ocorre a festa da padroeira na Igreja de Nossa Senhora Aparecida. No local também se apresentam ternos de Folias de Reis. Informaram também que, em Palmitinho (longe da área do empreendimento), o encontro das Congadas se dá na Igreja de Santa Luzia.



Foto 2.1.3-72 Entrevista com o Sr. José Manoel Pereira, no Distrito de Palmito



Foto 2.1.3-73 Igreja de Nossa Senhora Aparecida, situada na AID, no Distrito de Palmito – ES

No Distrito de Água Limpa, a Igreja de Santa Cruz, próxima a BR-101, na AID do empreendimento, sedia o Encontro dos Grupos de Congo no caminho da estrada que leva a Jaguaré.



Foto 2.1.3-74 Igreja da Santa Cruz, no Distrito de Água Limpa

O **Quadro 2.2-31** seguir apresenta os bens culturais levantados e informados pela comunidade.

Quadro 2.1.3-31 Bens Culturais de Jaguaré – ES

Bem cultural		Observação	LOCAL
01	Folia de Reis das comunidades de São João Bosco e Palmitinho	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
02	Encontro de congadas na Igreja de Santa Luzia, na comunidade de Palmitinho	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
03	Divino Espírito Santo da Comunidade Girau	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
04	Grupo Manero Pau (São João Bosco)	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
05	Grupos de Dança do Café da Comunidade Fátima	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
06	Associação Municipal Italiana de Jaguaré Amidad Italiano – Semana de Cultura Italiana	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
07	Festas Juninas	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
08	Carnaval de Idosos Marchinha Micavovô	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
09	Teatro da Paixão de Cristo da Comunidade São Roque (24 anos)	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
10	Festa do Produtor Rural (julho)	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII
11	Comunidade Pomerana (alemães luteranos), de São João do Estivado na Barra Seca	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AII

Bem cultural		Observação	LOCAL
12	Cavalgada	Bem cultural reconhecido pela comunidade	All
13	Banda Musical Municipal de Jaguaré Bammuja	Bem cultural reconhecido pela comunidade	All
14	Museu Histórico de Jaguaré		All
15	Grupo Mirim de Congo	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AID km 87 da BR-101
16	Igreja de Nossa Senhora Aparecida – Palmito Festa da padroeira - outubro		AID km 87 da BR-101
17	Festa Junina na comunidade de Palmito		
18	Ternos de Folia de Reis - Palmito		
19	Igreja da Santa Cruz (trevo da Água Limpa) - Reunião de Grupos de Congo	Bem cultural reconhecido pela comunidade	AID km 94 da BR-101

Sooretama⁴⁹

A sede do município de Sooretama é representada por um pequeno povoado localizado ao norte de Linhares. Surgiu na década de 1940 com a denominação de Córrego Manoel Alves. Na década de 1950, por conta de grande estiagem que secou os rios da região, remanescendo apenas o manancial do córrego Manoel Alves, este foi redenominado como córrego D'Água.

Sooretama tornou-se município em 30 de março de 1994, desmembrando-se de Linhares. Sua instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1997. O nome Sooretama é alusivo à Reserva Biológica de Sooretama, que abrange 75% do território municipal.

Distrito criado com a denominação Sooretama, subordinado ao município de Linhares, foi elevado à categoria de município com a denominação de Sooretama, pela lei estadual nº 4593, de 30 de março de 1994, desmembrado de Linhares.

O Quadro.2.2-33 apresenta o perfil do município de Sooretama para a questão patrimonial, com dados coletados por meio de pesquisas de gabinete e de entrevista na Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer (Quadro 2.1.3-32).

49 Informações extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

Quadro 2.1.3-32 Órgão público consultado

Órgão	Endereço / Contato
Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer Secretário de Turismo e Cultura: Clemilson Gulart Rosa Secretário de Esporte e Lazer: Edson Ferreira Santiago	Rua Joaquim Marques, 587 - Centro – 29927-000 - Sooretama – ES Telefones: (27) 3273 2620 – 99974 0113 (27) 99974 0607 – Edson esporte@sooretama.es.gov.br



Foto 2.1.3-75 Sede da Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer



Foto 2.1.3-76 Entrevista com o Sr. Edson Ferreira Santiago, Secretário de Esporte e Lazer



Foto 2.1.3-77 Reserva Biológica de Sooretama



Foto 2.1.3-78 Reserva Vale do Rio Doce



Foto 2.1.3-79 Reserva Bionativa

Quadro 2.1.3-33 Perfil municipal para a questão patrimonial – indicadores patrimoniais

	Indicadores	(Sim/Não)	Comentário
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local	1. O município integra o Sistema Nacional de Cultura?	SIM	Em processo de adesão
	2. Existe Órgão Público Municipal específico para a área de Cultura/Patrimônio?	SIM	Secretaria Municipal de Cultura, em conjunto com outras pastas
	3. O município tem legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural?	SIM	Sim, para o patrimônio material
	4. O município tem um Conselho Municipal de Cultural com a inserção do Patrimônio Cultural? O Conselho tem função consultiva ou deliberativa?	NÃO	
	5. Existem entidades associativas e/ou comunitárias locais de proteção do patrimônio local?	NÃO	
	6. Existem projetos e/ou parcerias com outros municípios voltados para o patrimônio cultural	NÃO	
Existência de aparelhos culturais no Município	7. O município possui Museus, Centros/Casas de Memória?	SIM	Sim, um Centro Cultural
	8. O município possui biblioteca pública?	SIM	
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais	9. O município possui bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade?	SIM	
	10. O município possui bens patrimoniais inventariados, registrados ou tombados em âmbito municipal, estadual ou federal?	NÃO	
	O município possui conjuntos, paisagens ou agrupamentos de edificações históricas preservadas ou com alterações/adaptações/restaurações?	NÃO	
	12. O município possui conjuntos de monumentos ou bustos memorialísticos?	NÃO	
	13. O município possui festividades e datas comemorativas relevantes para a comunidade com origem memorialista?	SIM	
	14. O município possui sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?	SIM	Existem sítios arqueológicos cadastrados no CNSA – SGPA do IPHAN
	15. Existem ações atuais de Revitalização ou Resgate do Patrimônio Cultural local em âmbito	NÃO	
Ações de revitalização de bens patrimoniais e de educação patrimonial			

	Indicadores	(Sim/Não)	Comentário
	federal, estadual ou municipal?		
	16. Existem projetos de educação patrimonial contínuos e sistemáticos nas escolas e entidades culturais?	NÃO	
	17. Existem publicações com a história do município?	SIM	
Grupos culturais	Existem Comunidades Indígenas locais?	NÃO	
	20. Existem comunidades quilombolas remanescentes?	NÃO	
Produção artesanal/cultural local	18. Existe uma produção artesanal/cultural local?	SIM	

O Quadro 2.2-34 apresenta os bens culturais levantados e informados.

Quadro 2.1.3-34 Bens Culturais de Sooretama – ES

Bem Cultural	Observação	Local
01 Lagoa de Sooretama	Reconhecido pela comunidade	AII
02 Praça da Bíblia	Reconhecido pela comunidade	AII
03 Lagoa Juparaná	Reconhecido pela comunidade	AII
04 Igreja de Santa Rita Barra Seca / Santa Rita	Reconhecido pela comunidade	AID km 100 a 102 da BR-101
05 Casario de 1930 – 1940 Barra Seca / Santa Rita	Reconhecido pela comunidade	AID km 116 a 121 da BR-101
06 Reserva Biológica de Sooretama	Unidade de Conservação Nacional ICMBIO	AID km 125 da BR-101
07 Reserva da Fundação Bionativa (UFRJ)	Reconhecido pela comunidade	AID km 127 da BR-101
08 Igreja da Comunidade do Alegre	Reconhecido pela comunidade	AID km 127 da BR-101

Linhares⁵⁰

As viagens em busca de ouro e pedras preciosas engendradas pelo rio Doce e seus afluentes, foram, em grande parte, as causas do surgimento deste e outros municípios que margeiam o rio, desde Minas Gerais até o litoral.

A partir de 1573, com o anúncio da descoberta de ouro e esmeraldas pela expedição de Sebastião Fernandes Tourinho, sobrinho do Governador da Capitania de Porto Seguro, o afluxo às minas foi tão intenso que, por volta de 1710, visando impedir a evasão da produção, o governador Capitão General do Estado do Brasil, D. Lourenço de Almada, determinou a suspensão dos trabalhos e o fechamento de todos os caminhos destinados à exploração.

Foi somente em 1800, com a chegada do novo Governador da Capitania do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva Pontes, amigo de D. Rogério de Souza Coutinho, Ministro da Marinha de Portugal, que a região voltou a ser articulada, com o início da povoação e a criação de quartéis às margens do rio Doce.

O propósito governamental de incentivar a navegação não obteve o êxito esperado devido às dificuldades que o rio apresentava e aos constantes ataques dos índios botocudo. Em 1803, os indígenas atacaram o Porto de Souza e deixaram o Quartel, conhecido como Coutins, totalmente destruído. Empossado, o Governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, em 1809, ativou a perseguição aos diferentes grupos e sobre os escombros do Quartel de Coutins, fundou a povoação a que deu o nome de Linhares, em homenagem a D. Rodrigo de Souza Coutinho, agraciado com o título de Conde de Linhares.

No mesmo ano, chegou D. João Felipe Calmon Du Pin e Almeida, para tomar posse de uma Sesmaria, denominada Fazenda Bom Jardim, onde hoje é o posto agropecuário de Linhares. Em menos de 10 anos, experimentou o cultivo do trigo e do linho, construiu barcas e exportou farinha e açúcar. Em 1827, foi concedida uma légua de terras em quadra para o patrimônio da Câmara Municipal e, cinco anos depois, foi demarcada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Linhares, elevada a município em 1833.

Em 1895, 1905 e 1907, foram criados, respectivamente, os distritos de Mutum, Acioli de Vasconcelos e Colatina, anexados a Linhares. Em 1911, Linhares era constituída por Linhares, Acioli de Vasconcelos e Regência (ex-Barra do Rio Doce), Colatina, Mascarenhas e Mutum, anexando, em 1915, o distrito de Baixo Guandu, e, em 1917, Baunilha.

Pela lei estadual nº 1307, de 30 de dezembro de 1921, a vila de Linhares passou a denominar-se Colatina e foi elevada à condição de cidade, em 30 de dezembro de 1921. Em 1943, deixou

⁵⁰ Informações extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

de ser distrito no município de Colatina e foi elevado à categoria de município com a denominação de Linhares, sendo composto pelos 2 distritos: Linhares e Regência. Em 1955, passa ser constituído por Desengano, Rio Bananal (emancipado em 1973) e São Rafael, e em 1983 e 1988, são criados os distritos de Bebedouro, Córrego D'Água e a ele anexados. Mas, em divisão territorial datada de 15 de julho de 1997, permanecem compondo o município somente: Linhares, Bebedouro, Desengano, Regência e São Rafael.

No âmbito patrimonial tem destaque no município a Ilha do Imperador. No processo de tombamento da Ilha⁵¹, foi anexada a cópia de vários trechos do livro “Viagem de Pedro II ao Espírito Santo”, de Levy Rocha, pois o autor consultou no Museu Imperial de Petrópolis, a caderneta de anotações de Pedro II. O documento, com 95 páginas, inclui desenhos, e observações feitas durante sua viagem ao Espírito Santo. Nas cópias anexas ao processo estão as seguintes menções à Lagoa Juparanã e à Ilha do Imperador feitas pelo Imperador:

7 menos 20 embarcamos para ver o Juparanã... A canoa subiu pelo canal sinuoso e profundo, chamado rio Juparanã, que liga a lagoa ao Rio Doce. (...) 11 e 7 - expande-se a lagoa, circulada de morros, com matos e habitações: é um mar de água doce, tendo 7 léguas de cumprido e muita largura. O Pirajá podia subir até a lagoa. Vamos pela margem esquerda, à vara, com palmos a 10 de fundo. (...) 12 e 35m. - Três Pontas, com uma colina alta, sobre a qual está um sítio, com sua choupana e rocinha... Vamos endireitando para a ilha do Pereira, onde está o almoço e que pertence ao Rafael Pereira de Carvalho. (...). Barreira vertical, na margem esquerda, quase defronte da ilha. A primeira ponta, além da barreira chama-se Ponta do Ouro. O desembarque na ilha é pela parte superior. Formaram degraus na terra da ladeira ornada de coqueiros, e uma ponte de pau para desembarque. (...) Desembarque as 4 menos 20 m. (...) A formação da ilha é granítica, e do alto tem bela vista para lado de baixo. (...) Gostei muito de estar assentado na ribanceira de pedra do lado da barreira da margem esquerda da lagoa, cujos 2/3 contando da bôca do rio Juparanã, da banda larga, está situada a ilha.

O mesmo autor relata que daquela data em diante ficou resolvido que a ilha passaria a chamar-se Ilha do Almoço e é com esta designação que ela figura no mapa da Província, organizado pelos engenheiros Cintra e Rivierre e impresso em 1888. Somente posteriormente passou a ser designada como Ilha do Imperador. Esta ilha, com área de 34.000 m² e perímetro de 852 m, é 2/3 formada por rocha granítica e o restante coberto com vegetação característica de bosque⁵².

O município também possui outro bem tombado pelo Governo do Estado: o Farol do Rio Doce, localizado em Regência. Construído pela Marinha, foi instalado em 15 de novembro de 1895 na

51 Tombamento Estadual publicado no Diário Oficial do Espírito Santo no dia 17/11/1999 - processo 47/91, Resolução 04/99.

52 . Fonte: RIBEIRO Fº, Sebastião (coord.). Catálogo de Bens Naturais tombados pelo CEC.

margem norte do rio Doce. Doze anos após sua construção, o local foi considerado inadequado por oferecer risco aos navegantes, e o farol foi transferido para a margem sul. Composto por uma estrutura metálica de 30 metros de altura e portando lentes refletoras e mecanismos de iluminação, o farol sinalizava embarcações situadas a até 17 milhas.

Em 1998, a Associação de Moradores de Regência pediu o tombamento do farol, alegando ser ele o representante de toda transformação geográfica, histórica, cultural e econômica do rio Doce e da Vila de Regência.

Efetivado em 1998, o tombamento do Farol do rio Doce não impediu sua substituição por outro, executado em concreto armado e dotado de atributos técnicos considerados mais adequados às necessidades da navegação na região. Desmontado e removido, medidas consideradas válidas na perspectiva de salvaguardar seus componentes e seu valor histórico, o antigo farol se encontra preservado e exposto em área aberta, em frente ao Museu de Regência⁵³.



Foto 2.1.3-80 Ponte Getúlio Vargas, sobre o Rio Doce, destruída em cheia de 2005



Foto 2.1.3-81 Banner de campanha pela reconstrução da Ponte Getúlio Vargas, exposto no Museu Histórico

⁵³ Fonte: HERMANY, R. Catálogo de bens tombados no Espírito Santo.

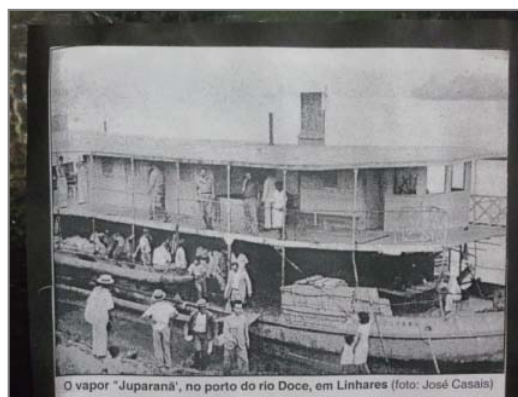


Foto 2.1.3-82 Porto do rio Doce

Foto 2.1.3-83 O Vapor Juparanã, no Porto do rio Doce

Os Quadros 2.2-36 a 2.2-38 apresentam o perfil do município de Linhares para a questão patrimonial, com dados coletados por meio de pesquisas de gabinete e de entrevistas ocorridas na Secretaria de Cultura (Quadro 2.2-35).

Quadro 2.1.3-35- Órgãos consultados

Órgão	Endereço / Contato
Secretaria de Cultura Secretário: Urbano D'Ávila Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo - IHGES Presidente e Diretor de Cultura: Júlio César Durão de Almeida	Email: smcultura@linhares.es.gov.br – jc.durao1@gmail.com Telefone: (27) 99954 4591



Foto 2.1.3-84 Sede da Secretaria de Cultura de Linhares – ES

Quadro 2.1.3-36 Perfil municipal para a questão patrimonial – indicadores patrimoniais

	Indicadores	(Sim/Não)	Comentário
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local	1. O município integra o Sistema Nacional de Cultura?	SIM	Em processo de adesão
	2. Existe Órgão Público Municipal específico para a área de Cultura/Patrimônio?	SIM	Secretaria Municipal de Cultura
	3. O município tem legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural?	SIM	Legislação municipal de proteção ao patrimônio material e imaterial
	4. O município tem um Conselho Municipal de Cultural com a inserção do Patrimônio Cultural? O Conselho tem função consultiva ou deliberativa?	SIM	O Conselho Municipal de Cultura foi criado em 2009. Ele é paritário, consultivo, deliberativo e normativo. Não possui Conselho de Preservação do Patrimônio
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local. (cont.)	5. Existem entidades associativas e/ou comunitárias locais de proteção do patrimônio local?	SIM	Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – IHGES
	6. Existem projetos e/ou parcerias com outros municípios voltados para o patrimônio cultural	NÃO	
Existência de aparelhos culturais no Município.	7. O município possui Museus, Centros/Casas de Memória?	SIM	Centro Cultural e diversos museus
	8. O município possui biblioteca pública?	SIM	
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais	9. O município possui bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade?	SIM	Destaca-se o conjunto de casas da Rua Conceição em área preservada da Praça 22 de Agosto e do Porto
	10. O município possui bens patrimoniais inventariados, registrados ou tombados em âmbito municipal, estadual ou federal?	SIM	Destaca-se a Ilha do Imperador, tombada em âmbito estadual, dentre outros bens preservados pelo Município
	O município possui conjuntos, paisagens ou agrupamentos de edificações históricas preservadas ou com alterações / adaptações / restaurações?	SIM	Concentração de imóveis na Praça 22 de Agosto e na Rua da Conceição
	12. O município possui conjuntos de monumentos ou bustos memorialísticos?	SIM	A Praça 22 de agosto possui monumentos memorialísticos
	13. O município possui festividades e datas comemorativas relevantes para a comunidade com origem memorialista?	SIM	Aniversário da cidade, a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro)
	14. O município possui sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e	SIM	

	Indicadores	(Sim/Não)	Comentário
	Artístico Nacional?		
Ações de revitalização de bens patrimoniais e de educação patrimonial	15. Existem ações atuais de Revitalização ou Resgate do Patrimônio Cultural local em âmbito federal, estadual ou municipal?	SIM	A Secretaria vem desenvolvendo inúmeros trabalhos voltados à Educação Patrimonial, com a publicação de revistas e livros
	16. Existem projetos de educação patrimonial contínuos e sistemáticos nas escolas e entidades culturais?	SIM	Os alunos da rede municipal e estadual de ensino visitam o Museu
	17. Existem publicações com a história do município?	SIM	ZETI, Maria L. G. Panorama Histórico de Linhares. Linhares – ES: Pousada das Letras, 2 ed. 2000 SUZANO, E. Herói Caboclo. Linhares: Lis, 2012
Produção artesanal/cultural local	18. Existe uma produção artesanal/cultural local?	SIM	
Grupos culturais	Existem Comunidades Indígenas locais?	NÃO	
	20. Existem comunidades quilombolas remanescentes?	NÃO	

Além de 05 sítios arqueológicos cadastrados pelo IPHAN (Quadro 5.1-1), o município de Linhares conta com uma caverna (MG_76 Caveira), 04 unidades de conservação e 02 bens tombados no âmbito estadual.

O município também apresenta diversos museus espalhados por seus distritos (Quadro 7.2.8-6), com destaque para a atuação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – IHGES.

Quadro 2.1.3-37 Unidades de Conservação Protegidas

Unidades de Conservação Protegidas	
01	Área de Relevante Interesse Ecológico do Degredo
02	Floresta Nacional de Goytacazes
03	Reserva Biológica de Comboios
04	Reserva Biológica de Sooretama

Quadro 2.1.3-38 Bens Protegidos em âmbito Estadual

Bem Cultural		Proteção legal
01	Ilha do Imperador	Publicada no Diário Oficial no dia 17/11/1999- processo 47/91, Resolução 04/99
02	Farol do Rio Doce (Regência)	Processo nº30/98; Resolução nº 05 / 1998 - Conselho Estadual de Cultura. Inscrição no Livro do Tombo Histórico, sob o nº 187, às Folhas 31v e 32

Quadro 2.1.3-39 Museus do Município de Linhares

Nome (FUNDAÇÃO)	Localização / Contato
Centro Ecológico de Regência (1987)	Rua do Portinho, s/nº - Regência (Distrito) - Linhares – ES – CEP: 29900 970 Telefone: (27) 3274 1090 - centroecoregencia@tamar.org.br - www.projetotamar.org.br
Museu Elias Lorenzutti (1940)	Rua João Francisco Calmon, nº 455 – Araça - Linhares – ES – CEP: 29901 420 Telefone: (27) 3264 0883 / 3264 3380 / 9946 7010 - ricardolourensute@yahoo.com.br - lorenzutti@brametal.com.br
Museu Histórico de Povoação Mestre Vicente Sabino (2010)	Avenida Leopoldo Martins Moreira, s/nº -Povoação – Linhares – ES – CEP: 29914 565 Telefone: (27) 3274 2159 / 3274 1244 ecocidpovoacao@gmail.com - www.fozdorioce.com.br
Museu Histórico de Regência (2000)	Rua Espírito Santo, s/nº - Regência - Linhares – ES – CEP: 29900 970 Telefone: (27) 3274 1090 centroecoregencia@tamar.org.br - www.projetotamar.org.br
Museu Histórico do Degredo Martins Carapina Situação (2010)	Estrada Degredo / Pontal, s/nº - Comunidade do Degredo (CIC - Centro de Integração Comunitária - Zona Rural) - Degredo. Linhares - ES - CEP: 29900 940 Telefone: (27) 3274 5104 / 3274 1244 ecocidpontal@gmail.com - www.fozdorioce.com.br
Museu Histórico do Pontal do Ipiranga Divina Borges (2010)	Rua Juriti, s/nº - Pontal do Ipiranga. Linhares – ES – CEP: 29900-940 Telefone: (27) 3274 5104 / 3274 1244 - ecocidpontal@gmail.com - www.fozdorioce.com.br
Reserva Natural da Vale do Rio Doce (Criado em 1951, aberto em 1998)	BR-101 - Km 122, s/nº - Interior - Linhares – ES – CEP: 29900 970 Telefone: (27) 3371 9700 / 3371 9797 / 3371 9702 / 3371 9703



Foto 2.1.3-85 Centro Cultural Nice Avanza



Foto 2.1.3-86 Entrevista com o Sr. Júlio César Durão de Almeida, Diretor de Cultura



Foto 2.1.3-87 Museu de Linhares

Nas visitas técnicas e entrevistas realizadas para o Levantamento Cultural, o município de Linhares foi o único que apresentou, além de artefatos arqueológicos em acervo de museu, informações sobre a identificação de vestígios arqueológicos em obras. No entanto, estes sítios situam-se na All do empreendimento.

Sr. Julio César, além do destaque que fez sobre a existência de sítios arqueológicos na região, informou a sua existência também entre a Lagoa do Meio até Canivete, pesquisados pelo arqueólogo João Luiz Teixeira.



Foto 2.1.3-88 - Acervo arqueológico do Museu de Linhares

O acervo identificado no Museu é procedente da Fazenda São Francisco, em Córrego Farias, e as peças foram doadas pelo Sr. João Marcos Guasti, em 23 de agosto de 2011. Também foram expostos materiais arqueológicos em vitrines na Praça 22 de Agosto.

Um jequitibá situado nas margens da Rodovia BR-101 (Figura 2.2-89) tem bastante significado para os moradores de Linhares; assim como a Folia de Reis e Grupos de Congo de Regência. (Fotos 2.2-89 a 2.2-92).



Foto 2.1.3-89 Jequitibá às margens da Rodovia BR-101. Esta árvore é referência local, citada inclusive por pessoas residentes nas cidades próximas



Foto 2.1.3-90 Folia de Reis

Foto 2.1.3-91 Festividades do Congado de Regência



a)

b)

Fotos 2.1.3-92 a e b - Festividades do Congado de Regência

A Folia de Reis é um festejo de origem portuguesa ligado às comemorações do culto católico do Natal que, trazido para o Brasil, ganhou força no século XIX, nas regiões onde a cafeicultura prosperou, sobretudo nas pequenas cidades de Estados como Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Goiás.

A tradição da visitação das casas é feita por grupos organizados, muitos dos quais motivados por propósitos sociais e filantrópicos. Cada grupo é composto por músicos tocando instrumentos, em sua maioria de confecção caseira e artesanal, como tambores, reco-reco, flauta e rabeça (espécie de violino rústico), além da tradicional viola caipira e da sanfona.

As canções são sempre sobre temas religiosos, com exceção das tradicionais paradas para jantares, almoços ou repouso dos foliões, onde se realizam animadas festas com cantorias e danças típicas regionais, como catira, moda de viola e cateretê.

O propósito da folia não é o de levar presentes, mas de recebê-los do dono da casa para finalidades filantrópicas, exceto, obviamente, as fartas mesas dos jantares e as bebidas.⁵⁴

Ainda na entrevista, o Sr. Julio César Durão de Almeida contou sobre as ações da Secretaria de Cultura e dos bens patrimoniais municipais. Falou da comunidade remanescente quilombola de Degredo; da vinda de Dom Pedro II e de sua visita à ilha existente no rio Doce e que recebeu o seu nome de Ilha do Imperador; do local em que utilizou como observação do rio: o mirante hoje na Praça 22 de Agosto, além de contar a história do Caboclo Bernardo, de grande relevo para o município.

A Secretaria, recentemente, publicou uma revista em quadrinhos (Fotos 2.1.3-93 e 2.1.3-94), distribuída em toda a rede municipal, contando a história de como um pescador, conhecido por Caboclo Bernardo, salvou 128 tripulantes do cruzador Imperial Marinheiro, da Marinha Imperial, que naufragou nas proximidades de Regência, no município de Linhares, em 1887, sendo condecorado com a medalha de ouro e título honorífico da Princesa Isabel, em seu palácio no Paço Imperial, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro.

54 Secretaria Estadual da Cultura do Espírito Santo – SECULT. Fonte Luciano Ventrorm. Disponível em <http://www.secult.es.gov.br/patrimonios/imateriais>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

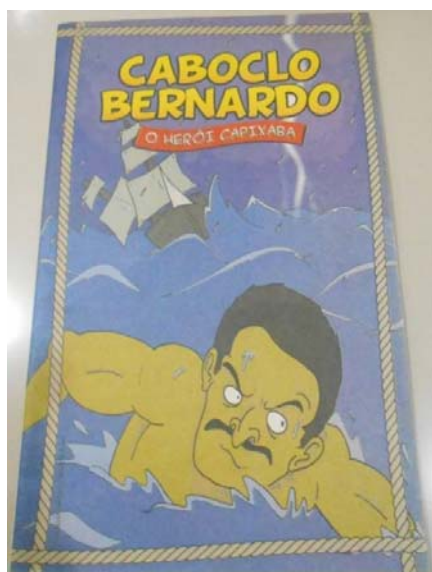


Foto 2.1.3-93 Revista em quadrinhos sobre o Caboclo Bernardo



Foto 2.1.3-94 Folheto que referencia a memória de Caboclo Bernardo, um dos mais relevantes mitos do município

Sr. Julio César também citou como a origem de Linhares relaciona-se com a criação do Quartel e a fiscalização e proteção do Rio Doce. E destacou que o município possui alguns exemplares de imóveis datados de fins do século XIX e primeiras décadas do XX. Alguns com fachadas bem preservadas, outros já com muitas modificações, em especial, situadas na Rua da Conceição linda à Praça 22 de Agosto (Fotos 2.2-95 a 2.2-99).



Foto 2.1.3-95 Praça 22 de Agosto



Foto 2.1.3-96 Monumento representativo das diferentes fases e riquezas econômicas do município de Linhares – ES na Praça 12 de Agosto



Foto 2.1.3-972.1.3-98 Antiga capela localizada também na Praça 22 de Agosto



Foto 2.1.3-99 Imóvel de fins do século XIX, situado na rua da Conceição

Foto 2.1.3-100 Imóvel da década de 1930 que passa por reforma, situado na rua da Conceição

O quadro 2.1.3-40 a seguir apresenta os bens culturais levantados e informados.

Quadro 2.1.3-40 Bens Culturais do Município de Linhares - ES

BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO	LOCAL
01	Congos (2 grupos em Regência, 1 grupo em Degredo, 1 grupo em Pedrolândia, 2 grupos em Povoação)	Reconhecido pela comunidade	All
02	Folia de Reis (1 grupo em Povoação)	Reconhecido pela comunidade	All
03	Grupo Consciência Negra, com Missa Negra (Linhares)	Reconhecido pela comunidade	All
04	Jongo do Guace	Reconhecido pela comunidade	All
05	Capoeira (2 grupos) Mestres da Capoeira	Reconhecido pela comunidade	All
06	Jongo	Reconhecido pela comunidade	All
07	Festa da Padroeira em 8 de dezembro	Reconhecido pela comunidade	All
08	Lira 8 de dezembro	Reconhecido pela comunidade	All
09	Casa da Câmara (Sede de Linhares)	Reconhecido pela comunidade	All
10	Casa da Dona Dulce	Reconhecido pela comunidade	All

Quadro 2.2-490 : Bens Culturais do Município de Linhares – ES (CONTINUAÇÃO)

BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO	LOCAL
11	Ponte Presidente Vargas	Proteção Municipal	AII
12	Entorno da Praça Régis Bittencourt	Proteção Municipal	AII
13	Cais do Porto do Rio Doce e Ladeira da Santa	Proteção Municipal	AII
14	Rua da Conceição	Proteção Municipal	AII
15	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Proteção Municipal	AII
16	Praça 22 de Agosto	Proteção Municipal	AII
17	Casa da Câmara e Cadeia e seu entorno (Santa Cruz)	Proteção Municipal	AII
18	Porto de passageiros do cais de pedra do vapor Juparanã	Proteção Municipal	AII
19	Ilha do Imperador	Proteção Municipal	AII
20	Farol	Proteção Municipal	AII
21	Frontispício da Igreja de Nossa Senhora da Penha de Santa Cruz	Proteção Municipal	AII
22	Capela de São José – Bairro de Jooretama	Reconhecido pela comunidade	AID Km 109 da BR-101
23	Igreja de Santo Expedito	Reconhecido pela comunidade	AID Km 132 da BR-101
24	Jequitibá	Reconhecido pela comunidade	AID Km 134 da BR-101
25	Conjunto arquitetônico da Serraria Imasa (desativada)	Reconhecido pela comunidade	AID Km 138,5 da BR-101

Aracruz55

O território do atual município de Aracruz foi, no passado, habitado pelos índios temiminós, chefiados pelo cacique Maracaiaguaçu (gato grande do mato). Em 1556, o Padre Brás Lourenço, auxiliado pelo Padre Diogo Jácome, fundou um núcleo de catequese, com o nome de Aldeia Nova, para onde atraiu inúmeras tribos, entre elas a do cacique Maracaiaguaçu. Posteriormente, com a fundação da Aldeia dos Reis Magos, hoje Nova Almeida, o núcleo passou a denominar-se Aldeia Velha.

Em 1948, a sede do município foi transferida para a localidade de Sauaçu, que teve, em 1953, a denominação alterada, em definitivo, para Aracruz.

Aracruz teve a seguinte formação administrativa: freguesia criada com a denominação de Aldeia Velha, pela resolução provincial nº 5, de 16 de dezembro de 1837, subordinado ao município de Nova Almeida. Elevada à categoria de Vila com a denominação de Santa Cruz, pela resolução provincial nº 2, de 03 de abril de 1848, desmembrando de Nova Almeida. Sede na freguesia de Aldeia Velha atual Santa Cruz, foi elevada à cidade, pelo decreto estadual nº 19, de 18 de março de 1891. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município foi constituído por: Santa Cruz, Riacho e Ribeirão e, pelo decreto-lei estadual nº 15177, de 31 de dezembro de 1943, passou a denominar-se Aracruz e o distrito de Ribeirão passou a denominar-se Guaraná. A lei estadual nº 779, de 29 de dezembro de 1953, cria o distrito de Santa Cruz, e a de nº 3611, de 13 de dezembro de 1983, o distrito de Jacupemba, ambos anexados ao município Aracruz, assim permanecendo.

O Município de Aracruz, por suas características históricas, foi formado por diferentes distritos, alguns litorâneos, outros para o interior. Surgido como aldeamento jesuítico às margens do Piraqueaçu, em meados do século XVI, recebeu diferentes nomes como Santa Cruz, Sauaçu e por fim, Aracruz. Em fins do século XIX, grandes contingentes de imigrantes italianos ocuparam a região.

Destaca-se como patrimônio cultural do município a Igreja de Santa Cruz, localizada na Avenida Presidente Vargas, nº 239, Santa Cruz, tombada pelo Conselho Estadual de Cultura em 1986 (Foto 2.1.3-100), e a Casa de Câmara e Cadeia, recentemente restaurada pelo Município com o apoio do IPHAN – Superintendência do Espírito Santo.

Os Quadros 2.2-42 a 2.2-44 apresentam o perfil do município de Aracruz para a questão patrimonial, com dados coletados por meio de pesquisas de gabinete e de entrevista ocorrida na Secretaria de Cultura e Turismo (Quadro 2.2-41).

55 Informações históricas extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.



Foto 2.1.3-101 Igreja de Santa Cruz

Quadro 2.1.3-41 Órgão público consultado

Órgão Público	Endereço / Contato
Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Aracruz – ES Sr. Helder Tabosa Delfino Secretário de Turismo e Cultura	Rua Zacarias Bento do Nascimento, nº 167 - CEP: 29190 030 Av. Morobá, 20 - Bairro Morobá – Aracruz - ES – CEP: 29192 733 helder.delfino@turismo.cultura@aracruz.es.gov.br Telefones: (27) 3296 4025 – 98802 1038 - 3291 4025 Marcelo – (27) 99901 1373



Foto 2.1.3-102 Sede da Secretaria de Turismo e Cultura – SEMTUR de Aracruz – ES

Quadro 2.1.3-42 Perfil municipal para a questão patrimonial: Indicadores Patrimoniais

Itens	Indicadores	Sim/Não	Comentário
Existência de Secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local	1. O município integra o Sistema Nacional de Cultura?	SIM	Em processo de adesão
	Existe Órgão Público Municipal específico para a área de Cultura / Patrimônio?	SIM	Em conjunto com outras pastas
	O município tem legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural?	NÃO	
	4. O município tem um Conselho Municipal de Cultura com a inserção do Patrimônio Cultural? O Conselho tem função consultiva ou deliberativa?	SIM	O Conselho Municipal de Cultura, de 2006, é paritário, consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador. Não existe Conselho de Patrimônio
	5. Existem entidades associativas e/ou comunitárias locais de proteção do patrimônio local?	SIM	
	6. Existem projetos e/ou parcerias com outros municípios voltados para o patrimônio cultural?	NÃO	
Existência de aparelhos culturais no Município.	7. O município possui Museus, Centros/Casas de Memória?	SIM	
	8. O município possui biblioteca pública?	SIM	
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais	9. O município possui bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade?	SIM	
	10. O município possui bens patrimoniais inventariados, registrados ou tombados em âmbito municipal, estadual ou federal?	SIM	
	O município possui conjuntos, paisagens ou agrupamentos de edificações históricas preservadas ou com alterações, adaptações ou restaurações?	SIM	
	12. O município possui conjuntos de monumentos ou bustos memorialísticos?	SIM	
Itens	Indicadores	Sim/Não	Comentário
Existência de Secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local	1. O município integra o Sistema Nacional de Cultura?	SIM	Em processo de adesão
Ações de revitalização de bens patrimoniais e de educação patrimonial	Existe Órgão Público Municipal específico para a área de Cultura / Patrimônio?	SIM	Em conjunto com outras pastas
Ações de revitalização de	O município tem legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural?	NÃO	

Itens	Indicadores	Sim/Não	Comentário
bens patrimoniais e de educação patrimonial (cont.)	4. O município tem um Conselho Municipal de Cultura com a inserção do Patrimônio Cultural? O Conselho tem função consultiva ou deliberativa?	SIM	O Conselho Municipal de Cultura, de 2006, é paritário, consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador. Não existe Conselho de Patrimônio
Produção artesanal/cultural local	5. Existem entidades associativas e/ou comunitárias locais de proteção do patrimônio local?	SIM	
Existência de aparelhos culturais no Município.	6. Existem projetos e/ou parcerias com outros municípios voltados para o patrimônio cultural?	NÃO	
	7. O município possui Museus, Centros/Casas de Memória?	SIM	

Destaca-se no município a presença de um contingente de 24 sítios arqueológicos, 6 unidades de conservação ambiental e 6 territórios indígenas. Não foi identificada a presença de comunidades remanescentes quilombolas certificadas. Dois imóveis estão protegidos por legislação de tombamento estadual.

Quadro 2.1.3-43 Unidades de Conservação Protegidas

Unidades de Conservação Protegidas	
01	Área de Proteção Ambiental Costa das Algas
02	Parque Natural Municipal David Victor Farina
03	Parque Natural Municipal do Aricanga Waldemar Devens
04	Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz
05	Reserva Biológica de Comboio
06	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal Piraque-Açú e Piraque-Mirim

Quadro 2.1.3-44 Terras Indígenas

TI	Etnia	Superfície (ha)	Fase	Modalidade
Caieiras Velha	Guarani e Tupiniquim	2.997,2533	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Caieiras Velha II	Guarani Mbya, Tupiniquim	57,3935	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Comboios	Guarani, Tupiniquim	2.983,6511	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Comboios	Guarani, Tupiniquim	3.872,1411	Homologada	Tradicionalmente ocupada
Pau Brasil	Guarani, Tupiniquim	1.579,0000	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Tupiniquim	Tupiniquim	14.282,7968	Homologada	Tradicionalmente ocupada

Quadro 2.1.3-45 Bens protegidos em âmbito estadual

Bem Cultural		Proteção legal
01	Casa de Câmara e Cadeia, Santa Cruz	Tombado pelo CEC em 12/11/86, Processo Nº 23/85. Resolução nº 11 / 1986 - Conselho Estadual de Cultura. Inscrição no Livro do Tombo Histórico, sob o nº 130, às Folhas 23v e 24; Livro do Tombo das Belas Artes, sob o nº 65, às Folhas 15v e 16.
02	Igreja de Santa Cruz	Tombada pelo CEC em 29/12/1986, processo 23/85. Resolução nº 01 / 1987 - Conselho Estadual de Cultura.

Na AID do empreendimento, no Município de Aracruz, foram visitados os distritos de Jacupemba e Guaraná e entrevistados representantes locais da comunidade (Quadro 2.2-46 e Fotos 2.2-103 a 106) para evidenciação de manifestações culturais e/ou presença de bens patrimoniais culturais locais.

Quadro 2.1.3-46 representantes da comunidade entrevistados

Entrevistado	Endereço / Contato
Sr. Pedro Favalessa	Rua Luís Rossati, nº 4779 – Jacupemba
Srª Escolástica De Marchi	Av. Aurélio Alvarenga, nº 161 – Guaraná tels: (27) 3276 1031 - 99885 4633 escolastica2013@hotmail.com



Foto 2.1.3-103 Entrevista com o Sr. Pedro Favalessa, no Distrito de Jacupemba, Aracruz – ES

Em Jacupemba, não foram identificados bens patrimoniais na AID do empreendimento. O Distrito possui, próximo ao núcleo, algum casario remanescente com fachadas preservadas, remanescentes das décadas de 1920 a 1940, com destaque para a presença de imóveis construídos de madeira, mantendo a tradição construtiva trazida pelos imigrantes italianos em fins do século XIX.

Quanto aos bens patrimoniais imateriais, o Sr. Pedro Favalessa, de 73 anos, de família tradicional e residente há 30 anos no Distrito, informou sobre a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, construída em 1952, e sua festa no final de maio e início de junho.



Foto 2.1.3-104 Sobrado construído entre as décadas de 1920 e 1940, já com muitas modificações em seu corpo e fachada. Distrito de Jacupemba, Aracruz -



Foto 2.1.3-105 Exemplo de residência edificada em madeira, seguindo tradição dos imigrantes italianos em fins do século XIX. Distrito de Jacupemba, Aracruz - ES



Foto 2.1.3-106 Matriz do Sagrado Coração de Jesus, do Distrito de Jacupemba. Aracruz – ES

Já no Distrito de Guaraná, a entrevistada, Sr.^a Escolástica De Marchi (Foto 2.2-106), com 55 anos, desde a década de 1960 residente no distrito e também de ascendência italiana, discorreu sobre as manifestações culturais existentes, citando a carreata (Foto 2.2-107) que ocorre junto à Rodovia BR-101, na AID do empreendimento, entre o farol eletrônico e a ponte de acesso ao Distrito. Esta acompanha a tradicional festa da comunidade italiana, que relembra as 365 famílias italianas trazidas para o Brasil por Pietro Tabacchi, vindas de Nova Trento.



Foto 2.1.3-107 Entrevista com a Sr.^a Escolástica De Marchi, organizadora de evento da comunidade italiana em Guaraná



Foto 2.1.3-108 Carreata da Comunidade Italiana de Guaraná “Itália Unita”

Segundo D. Escolástica, Guaraná possui a maior concentração de descendentes de italianos e mantém o Museu italiano Casa Angélica Pandolfi, há 4 anos (Foto 2.2-108). Na entrevista, lembrou também da antiga fábrica de violinos de John Hertz, existente no Distrito.

Além da festa italiana, a Sr.^a Escolástica De Marchi destacou a celebração do Corpus Christi, com o tapete ao redor da Igreja Matriz (Fotos 2.2-109 e 2.2-110) e com o Teatro Sacro (Fotos 2.2-111 A e B), cuja encenação é acompanhada por cerca de 7.000 pessoas.



Foto 2.1.3-109 Sede do museu histórico de Guaraná, na Praça da Matriz. Distrito de Guaraná, Aracruz - ES



Foto 2.1.3-110 Praça da Matriz de Guaraná. Observar a pintura dos degraus da praça, que remetem à bandeira italiana. O espaço é referência para a comunidade italiana local, área dos eventos anuais. Distrito de Guaraná, Aracruz - ES



Foto 2.1.3-111 Detalhe da Praça da Matriz de Guaraná com os degraus pintados com as cores da bandeira italiana. Distrito de Guaraná, Aracruz - ES



A



B

Fotos 2.1.3-112 A e B Local de apresentação da celebração de Corpus Christi. Distrito de Guaraná, Aracruz – ES

No distrito, estão presentes antigas casas de madeira, construídas pelos primeiros italianos (Foto 2.2-112). Guaraná, semelhante a Jacupemba, possui casario mais antigo, datado entre as décadas de 1920 e 1940 (Foto 2.2-144), em oposição à sede do Município de Aracruz. Alguns imóveis, como a atual delegacia (Foto 3.5.2-145) e a Praça da Matriz e seu entorno possuem, segundo a depoente, interesse como bem patrimonial da comunidade.



Foto 2.1.3-113 Exemplar de residência edificada em madeira, seguindo tradição construtiva advinda com os imigrantes italianos em fins do século XIX, Distrito de Guaraná, Aracruz - ES



Foto 2.1.3-114 Exemplar de residência edificada em alvenaria de tijolos, entre as décadas de 1930 e 1940, na AID do empreendimento, Distrito de Guaraná, Aracruz – ES



Foto 2.1.3-115 Atual Delegacia de Policia do Distrito de Guaraná. O local, construído para ser um laticínio (observar a caixa d'água sobre o prédio), já funcionou como escola. Ele foi edificado nos anos de 1930 e 1940. Distrito de Guaraná, Aracruz - ES

O **Quadro 2.2-47** a seguir apresenta os bens culturais levantados e/ou informados.

Quadro 2.1.3-47 Bens culturais de Aracruz - ES

Bem cultural		Observação	LOCAL
01	Casa de Câmara e Cadeia, Santa Cruz	Tombamento estadual	All
02	Igreja de Santa Cruz	Tombamento estadual	All
03	Festa Itália Unita – em julho	Bem reconhecido pela comunidade	All
04	Encenação do Corpus Christi	Bem reconhecido pela comunidade	All
05	Prédio da delegacia (antigo laticínio, que foi telégrafo, cinema e depois escola)	Bem reconhecido pela comunidade	All
06	Grupo Di Ballo Nova Trento (dança italiana)	Bem reconhecido pela comunidade	All
07	Polenta frita, vinho, capeletti, linguiça frita e vinho (comida típica italiana servida na tradicional festa italiana)	Bem reconhecido pela comunidade	All
08	Festa de São Cristóvão, com a benção dos motoristas e caminhoneiros A festividade ocorre em novembro, com saída da Igreja Matriz	Bem reconhecido pela comunidade	All
09	Procissão e Carreata na Rodovia BR-101 – Festa de Imigração Italiana – Distrito de Guaraná	Bem reconhecido pela comunidade	AID Km 190 da BR-101

João Neiva⁵⁶

A imigração italiana no Brasil teve início em 1874, com dispersão por inúmeras localidades do país. A chegada dos imigrantes na região ocorreu em 1877, com a vinda das famílias Sarcinelli e Negri, entre outras. Com estas, formaram-se os povoados de Acioli, em 1887 e Demétrio Ribeiro, em 1890. Aliás, a influência da cultura italiana é uma característica marcante de João Neiva, cidade que recebeu muitas famílias vindas da Itália no período das grandes imigrações no Brasil.

No início do século XX, o Deputado Federal da Bahia, Engenheiro João Augusto Neiva, conseguiu a instalação da Estrada de Ferro Diamantina, pertencente à Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Com a ferrovia instalou-se uma estação, edificada na propriedade de Negri Orestes Pedro Nolasco, idealizador da construção da Estrada de Ferro Diamantina. Em homenagem ao Engenheiro João Augusto Neiva, deu-se o seu nome à Estação, que originou o povoado.

O Distrito, criado com a denominação de João Neiva pela Lei Estadual nº 1305, de 30 de dezembro de 1921, foi subordinado ao município de Pau Gigante, que passou a denominar-se

⁵⁶ Informações extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

Ibiraçu em 1943. Em 1988/1989, João Neiva foi elevado a município, constituído pelos distritos de João Neiva e Acioli.

João Neiva encontra-se em região de densas matas e relevo acidentado. Próximo à cidade existem duas reservas biológicas que têm o objetivo de preservar o que ainda existe de Mata Atlântica: a Reserva do Rancho Alto e a Reserva Florestal da Vale do Rio Doce, criadas e mantidas pela Companhia Vale do Rio Doce.

Destaca-se no município o Distrito de Demétrio Ribeiro, criado por imigrantes italianos e denominado em alusão à influência de Demétrio Nunes Ribeiro, quando Ministro da Agricultura. Atualmente, a comunidade de Demétrio Ribeiro, em parceria com o SEBRAE, organiza anualmente um evento para promover a cultura e o agro turismo, proporcionando o desenvolvimento local e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

O centro histórico do município se caracteriza como de valor patrimonial cultural (Fotos 2.2-116 e 2.1.3-117), inclusive pela presença da Igreja Matriz de São José, construída na década de 1940 e administrada pelo Padre Antônio Wilson Almança há vários anos. (Foto 2.1.2-118).



Foto 2.1.3-116 Museu Ferroviário



Foto 2.1.3-117 Antigo pontilhão da Ferrovia EFVM



Foto 2.1.3-118 Igreja Matriz de Demétrio Ribeiro, no município de João Neiva - ES



Foto 2.1.3-119 Casa de Pedra, Demétrio Ribeiro, João Neiva - ES



Foto 2.1.3-120 Casarão de Demétrio Ribeiro, João Neiva - ES



Foto 2.1.3-121 Rua de Demétrio Ribeiro, João Neiva - ES



Foto 2.1.3-122 Igreja Matriz de João Neiva, Paróquia de São José



Foto 2.1.3-123 Igreja Matriz de João Neiva, Paróquia de São José



Foto 2.1.3-124 Residências remanescentes das décadas de 1930 e 1940, situadas ao lado da antiga ferrovia, no núcleo urbano

Os Quadros 2.2-49 a 2.2-50 apresentam o perfil do município de João Neiva para a questão patrimonial, com dados coletados por meio de pesquisas de gabinete e das entrevistas ocorridas na Secretaria Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer (Quadro 2.2-48).

Quadro 2.1.3-48 Órgão público consultado

ÓRGÃO	ENDEREÇO / CONTATO
Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude de João Neiva – ES Roberto Mascarenhas Cuzini	Rua Negre Orestes, s/n - Centro - João Neiva Tels: (27) 3258 3651 e (27) 99986 7026 cultura@joaoneiva.es.gov.br; turismo@joaoneiva.es.gov.br



Foto 2.1.3-125 Sede da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude de João Neiva - ES

Quadro 2.1.3-49 Perfil municipal para a questão patrimonial – Indicadores Patrimoniais

	INDICADORES	(SIM/NÃO)	COMENTÁRIO
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local	1. O município integra o Sistema Nacional de Cultura?	SIM	Em processo de adesão Já foi feita a Conferência Municipal em 2013
	2. Existe Órgão Público Municipal específico para a área de Cultura/ Patrimônio?	SIM	Secretaria Municipal em conjunto com outras pastas
	3. O município tem legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural?	NÃO	
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local (cont.)	4. O município tem um Conselho Municipal de Cultural com a inserção do Patrimônio Cultural? O Conselho tem função consultiva ou deliberativa?	SIM	O Conselho Municipal de Cultura foi criado em 2007 Ele é paritário, consultivo e normativo
	5. Existem entidades associativas e/ou comunitárias locais de proteção do patrimônio local?	NÃO	
Existência de aparelhos culturais no Município	6. Existem projetos e/ou parcerias com outros municípios voltados para o patrimônio cultural	NÃO	
	7. O município possui Museus, Centros/Casas de Memória?	SIM	Centro de Cultura Eliezer Pereira Ramos (criado em 1995) - Av. Presidente Vargas, s/nº, Centro - João Neiva – ES. – CEP: 29680 000 (27) 3258 4744- cultura@joaoneiva.es.gov.br - www.joaoneiva.es.gov.br/default.asp Museu Ferroviário de João Neiva (1995) - Av. Pres. Vargas, nº 149 – Centro - João Neiva – ES – CEP: 29680 000 - (27) 3258 4744 cultura@joaoneiva.es.gov.br
	8. O município possui biblioteca pública?	SIM	

Quadro 2.2-49 Perfil municipal para a questão patrimonial – Indicadores Patrimoniais (CONTINUAÇÃO)

	INDICADORES	(SIM/NÃO)	COMENTÁRIO
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais	9. O município possui bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade?	SIM	Destaca-se o conjunto de casas do núcleo Demétrio
	10. O município possui bens patrimoniais inventariados, registrados ou tombados em âmbito municipal, estadual ou federal?	SIM	
	O município possui conjuntos, paisagens ou agrupamentos de edificações históricas preservadas ou com alterações/adaptações/restaurações?	SIM	O Bairro de Demétrio
	12. O município possui conjuntos de monumentos ou bustos memorialísticos?	SIM	
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais (cont.)	13. O município possui festividades e datas comemorativas relevantes para a comunidade com origem memorialista?	SIM	
	14. O município possui sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?	SIM	
Ações de revitalização de bens patrimoniais e de educação patrimonial	15. Existem ações atuais de Revitalização ou Resgate do Patrimônio Cultural local em âmbito federal, estadual ou municipal?	SIM	O Município está em negociações com a Vale para restauração de seu antigo museu Retomada do Desfile Cívico
	16. Existem projetos de educação patrimonial contínuos e sistemáticos nas escolas e entidades culturais?	SIM	Os alunos da rede municipal e estadual de ensino visitam o Museu
	17. Existem publicações com a história do município?	SIM	
Produção artesanal/cultural local	18. Existe uma produção artesanal/cultural local?	SIM	Queijo
Grupos culturais	Existem Comunidades Indígenas locais?	NÃO	
	20. Existem comunidades quilombolas remanescentes?	NÃO	



Foto 2.1.3-126 Entrevista com o Secretário de Cultura, Turismo e Juventude de João Neiva, Roberto Mascarenhas Cuzini

Na entrevista, o Sr. Roberto Mascarenhas destacou a forte presença da memória dos ferroviários na cidade, que inclusive tem preservada a Estação Ferroviária de Piraqueassu, identificada em campo como presente na AID do empreendimento.

O Sr. Roberto informou sobre a Folia de Reis (em Alto Cachoeirinha) e os dois Congos na Sede do Município e em Acioli e que, em 2003, foi elaborada produção audiovisual com o inventário dos grupos culturais de João Neiva.

A Banda de Música Lira Guilherme Batista com 70 anos, ao lado das festas de São José, em 19 de março, com encerramento em 1º de maio, o aniversário da cidade em 11 maio e a Festa do Queijo em Acioli, em setembro, assim como o Coral Italiano Nona Saina também foram citados pelo Secretário.



Foto 2.1.3-127 Estação de Piraqueassu, do Município de João Neiva

O Quadro 2.2-50 apresenta os bens culturais levantados e informados presentes na AID do empreendimento. Ressalta-se que, no caso de João Neiva, o centro urbano está inserido na AID do empreendimento e, portanto, todos os bens ali presentes.

Quadro 2.1.3-50 Bens Culturais de João Neiva – ES

Bem cultural		Observação	LOCAL
01	Banda de Música Lira Guilherme Batista	Bem reconhecido pela comunidade	AID
02	Festa de São José - 19 de março (encerramento em 1º de maio)	Bem reconhecido pela comunidade	AID
03	Aniversário da cidade - 11 maio	Bem reconhecido pela comunidade	AID
04	Festa do Queijo em Acioli (setembro)	Bem reconhecido pela comunidade	AID
05	Coral Italiano Nona Saina	Bem reconhecido pela comunidade	AID
06	Congos em Sede e Acioli	Bem reconhecido pela comunidade	AID
06	Estação Ferroviária de Piraqueassu	Bem reconhecido pela comunidade	AID
07	Folia de Reis (em Alto Cachoeirinha)	Bem reconhecido pela comunidade	AID
08	Prédio do Grupo Escolar	Bem reconhecido pela comunidade	AID
09	Pontilhão da Ferrovia EFVM	Bem reconhecido pela comunidade	AID
10	Distrito Demétrio Ribeiro	Bem reconhecido pela comunidade	AID
11	Igreja Matriz	Bem reconhecido pela comunidade	AID
12	Museu Ferroviário	Bem reconhecido pela comunidade	AID
13	Casarão	Bem reconhecido pela comunidade	AID
14	Imóveis e casarões na área rural	Bem reconhecido pela comunidade	AID

Ibiraçu⁵⁷

O município de Ibiraçu pertenceu no passado, a Santa Cruz, hoje Aracruz. Em 1877, o Engenheiro Aristides Guaraná, veterano da Guerra do Paraguai, recebeu um grupo de imigrantes italianos para fixá-los em suas terras no Córrego Fundo, onde explorava o cultivo da cana-de-açúcar. Dali, muitos imigrantes internaram-se pela mata densa e fundaram, no local hoje ocupado pela cidade de Ibiraçu, uma povoação que receberia sucessivamente os nomes de Núcleo Colonial de Santa Cruz, Núcleo Colonial Conde D'Eu, Núcleo Colonial Bocaiúva, Vila de Guaraná, Lauro Müller e, finalmente, Ibiraçu.



Foto 2.1.3-128 Imóvel rural construído em madeira, herança dos imigrantes italianos. Tipo de edificação muito presente na região.

Os colonizadores, com o aumento do plantio, promoveram o rápido desenvolvimento da região, que, em 1891, constituiu-se em município, com a denominação de Guaraná, em homenagem ao engenheiro Aristides Armínio Guaraná.

No ano seguinte, o município de Guaraná teve sua denominação mudada para Pau Gigante, dada a existência de gigantesca árvore que dominava a região. Em 1943, o município passou a se chamar Ibiraçu, que significa Pau Gigante.

57 Informações extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.



Foto 2.1.3-129 Antiga fotografia de Ibirapu datada de 1933 e existente no Museu Zio Minio, em Pendanga, Ibirapu – ES

O Distrito, criado com a denominação de Guaraná, pela lei estadual nº 23, de 11 de setembro de 1891, era subordinado ao município de Cachoeiro de Santa Leopoldina. Foi elevado à categoria de vila com a denominação de Guaraná, pela lei estadual nº 23, de 11 de setembro de 1891, desmembrando-se de Cachoeiro de Santa Leopoldina.

Pelo decreto estadual de 01 de março de 1892, a Vila de Guaraná passou a se denominar Pau Gigante que anexou, pela Lei Municipal de 27 de janeiro de 1905, o distrito de Acioli de Vasconcelos. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município era constituído por Pau Gigante e Acioli Vasconcelos (em 1938, somente Acioli), somados ao distrito de João Neiva, criado em 1921.

Pelo decreto estadual nº 3992, de 09 de agosto de 1933, foi criado o distrito de Pendanga e anexado ao município de Pau Gigante, que, em 31 de dezembro de 1943, passou a denominar-se Ibirapu. Em 1988, desmembram do município de Ibirapu os distritos de João Neiva e Acioli, que formam o novo município de João Neiva.

O Município, atravessado pela Estrada de Ferro Vitória-Minas e pela BR-101, é conhecido por suas tradicionais paradas de beira de estrada. São ao todo cinco paradas que oferecem, entre outras opções, os conhecidos pastéis e caldo de cana, há décadas. O estabelecimento conhecido como Califórnia, por exemplo, foi criado na década de 1950.

A cidade foi fundada em 1877 por famílias de origem italiana, advindas de Gênova, que ocuparam a cabeceira do rio Piraqueaçu, a partir do qual chegaram à região. A área assentada ficou conhecida como Núcleo Colonial Santa Cruz, já que Santa Cruz era então a localidade mais acessível, por estar à boca do rio Piraqueaçu.

A sede recebeu vários nomes, como Conde D'Eu, Bocaiúva (após a proclamação da república), Vila Guaraná (ao tornar-se município), Pau Gigante em 1892 (devido à referida grande árvore na região), e, em 1943, finalmente passou a se chamar Ibirapu.

O núcleo urbano ainda possui alguns exemplares residenciais remanescentes das décadas iniciais do século XX (Fotos 2.1.3-129 e 2.1.3-130).



Foto 2.1.3-130 - Imóvel remanescente da década de 1920 no núcleo urbano de Ibirapu – ES

Foto 2.1.3-131 Prédio da antiga delegacia

Destaca-se também na região a existência do Caminho da Sabedoria, congregando centenas de adeptos. Segundo entrevistas realizadas no município (Quadros 2.2-51 a 2.2-55) e conversas informais com a comunidade, durante o ano, as pessoas trafegam por um percurso previamente definido com inúmeros pontos de passagem (Fotos 2.2-132 e 2.2-133), alguns situados na rodovia BR-101, como a Capela de Santo Antônio e a Igreja Sagrada Família, de Pendanga, o Santuário de Nossa Senhora da Saúde e a Igreja Matriz de Ibirapu (Fotos 2.2-1.3-134 a 2.2-137).



Foto 2.1.3-132 do Caminho da Sabedoria (AID/ADA)



Fonte: Acervo do Museu Zio Minio

Foto 2.1.3-133 Fotografia de procissão



Foto 2.1.3-134 Igreja Matriz de Ibirapu (Paróquia São Marcos), junto à margem da BR-101 (AID), onde tem início o Caminho da Sabedoria



Foto 2.1.3-135 Antiga Capela de Nossa Senhora da Saúde, ponto de referência importante do Caminho da Sabedoria



Foto 2.1.3-136 Interior da Capela de Nossa Senhora da Saúde, local de grande devoção religiosa. Em entrevista com uma visitante ouviu-se a seguinte frase: “Estão construindo o novo santuário, mas eu mesma, só venho aqui na antiga capelinha”



Foto 2.1.3-137 Novo santuário diocesano de Nossa Senhora da Saúde, em processo de construção. As cerimônias têm ocorrido no espaço externo

A pequena Igreja de Nossa Senhora da Saúde foi elevada a santuário diocesano em 1998, tornando-se um centro de devoção Mariana. Em 2007, Nossa Senhora da Saúde foi elevada à padroeira diocesana. O dia de celebração da padroeira é 21 de novembro e congrega 10.000 fiéis.

O Circuito Caminhos da Sabedoria é composto por 108 km de capelas, montanhas, fazendas centenárias, antigas estações ferroviárias, cachoeiras e trechos de mata atlântica, com início na Paróquia de São Marcos e término no Santuário. São 23 pontos de referência histórica, 21 capelas e igrejas, além do referido Santuário de Nossa Senhora da Saúde e do Mosteiro Zen Morro da Vargem (Foto 2.2-138). Três desses pontos estão situados às margens da rodovia BR-101: a Matriz de Ibraçu de São Marcos, o Portal Tori (Fotos 2.2-139 e 2.2-140) e a Capela de Santo Antônio, de Pendanga.

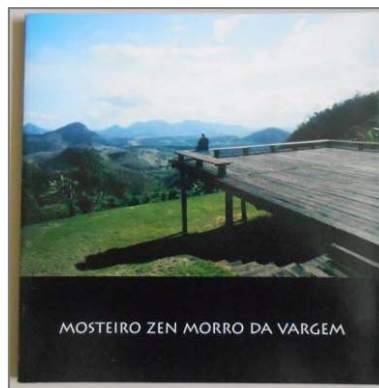


Foto 2.1.3-138 Mosteiro criado em 1974, situado às margens da Rodovia BR-101 que marca a presença do Seminário Zen Budista e que integra o Caminho da Sabedoria. Fonte: Imagem extraída da publicação Mosteiro Zen Morro da Vargem. Ibraçu: Estação Cultural Mosteiro Zen Morro da Vargem, 2014



Foto 2.1.3-139 Portal Tori: monumento situado à margem da Rodovia BR-101 que marca a presença do Seminário Zen Budista e que integra o Caminho da Sabedoria



Foto 2.1.3-140 Detalhe do monumento Zen Budista situado à margem da Rodovia BR-101, na AID

O conjunto arquitetônico (UTM 24K 352847/7802516) abarca casas simples de estilo italiano, casarões do início do século XX e a Igreja da Sagrada Família que foi construída em 1904,

além de uma escola e um museu sobre a imigração italiana junto à Capela de Santo Antônio (AID).

A comunidade do Distrito de Pendanga foi instalada em 1892, com a vinda dos primeiros imigrantes italianos. A principal ocupação dos moradores são a agricultura e pecuária, com produção de banana, café e pastagens. As principais famílias são Viscovi, Del Piero, Ponato, Curto, Moro, Tonini, Scopel, Rizzoli, Zatta, Guzzo, Piassi, Menegaz e Mattiuzzi.



a.



b.



c.



d.



e.



f.

Fotos 2.1.3-141 a. Habitação simples estilo italiano, b. c. d. Habitação estilo neo-clássico, e. placa da entrada de Pendanga, f. Igreja de Pendanga

Os Quadros 2.2-52 a 2.1.3-53 a seguir apresentam o perfil do município de Ibiracu para a questão patrimonial, com dados coletados por meio de pesquisas de gabinete e das entrevistas ocorridas na Secretaria Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer (Quadro 3 2.1.3-50).

Quadro 2.1.3-51 Órgão público consultado e entrevistados

ÓRGÃO	ENDEREÇO / CONTATO
Secretaria de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer Lucas da Silva Falcão Junior Secretário Alex Sandro Dias Alizete Rosa	Av. Conde D'Eu, s/n Centro – Ibiracu - ES CEP: 29670-000 Email: sec.turismo@ibiracu.es.gov.br gerencia.esporte@ibiracu.es.gov.br Telefone: (27) 3257 0521



Foto 2.1.3-142 Sede da Secretaria Municipal de Cultura em edificação das primeiras décadas do século: Solar Ferreira Tacchetto

Quadro 2.1.3-52 Perfil municipal para a questão patrimonial

	INDICADORES	(SIM/NÃO)	COMENTÁRIO
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local	O município integra o Sistema Nacional de Cultura?	SIM	Em processo de adesão
	Existe Órgão Público Municipal específico para a área de Cultura/ Patrimônio?	SIM	Secretaria em conjunto com outras secretarias: Secretaria de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer
	O município tem legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural?	NÃO	
	4. O município tem um Conselho Municipal de Cultural com a inserção do Patrimônio Cultural? O Conselho tem função consultiva ou deliberativa?	NÃO	O IBGE informa inexistência. Na entrevista citou-se a existência de um Conselho de Patrimônio
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local (cont.)	5. Existem entidades associativas e/ou comunitárias locais de proteção do patrimônio local?	NÃO	
	6. Existem projetos e/ou parcerias com outros municípios voltados para o patrimônio cultural	NÃO	
Existência de aparelhos culturais no Município.	7. O município possui Museus, Centros/Casas de Memória?	SIM	No Cadastro do IBRAM consta o Museo Zio Minio, criado em 2004 e aberto em 2005, museu particular, situado na Rodovia BR-101, anexo à Igreja de Santo Antônio, no Distrito de Pendanga (CEP: 29670 000) - (27) 3257 3501 / 9843 9455 / 3258 1151
	8. O município possui biblioteca pública?	SIM	
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais	9. O município possui bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade?	SIM	
	10. O município possui bens patrimoniais inventariados, registrados ou tombados em âmbito municipal, estadual ou federal?	SIM	
	11. O município possui conjuntos, paisagens ou agrupamentos de edificações históricas preservadas ou com alterações/adaptações/restaurações?	SIM	
	12. O município possui conjuntos de monumentos ou bustos memorialísticos?	SIM	
	13. O município possui festividades e datas comemorativas relevantes para a comunidade com origem memorialista?	SIM	
	14. O município possui sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?	SIM	

Quadro 2.2-52 Perfil municipal para a questão patrimonial (CONTINUAÇÃO)

	INDICADORES	SIM / NÃO	COMENTÁRIO
Ações de revitalização de bens patrimoniais e de educação patrimonial	15. Existem ações atuais de Revitalização ou Resgate do Patrimônio Cultural local em âmbito federal, estadual ou municipal?	NÃO	
	16. Existem projetos de educação patrimonial contínuos e sistemáticos nas escolas e entidades culturais?	NÃO	
	17. Existem publicações com a história do município?	SIM	
Produção artesanal/cultural local	18. Existe uma produção artesanal/cultural local?	SIM	
Grupos culturais	Existem Comunidades Indígenas locais?	NÃO	
	20. Existem comunidades quilombolas remanescentes?	NÃO	

Quadro 2.1.3-53 Comunidade quilombola registrada

COMUNIDADE	DATA DE PUBLICAÇÃO
São Pedro	12/05/2006

Quadro 2.1.3-54 Unidade de Conservação Protegida

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PROTEGIDAS	
01	Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Vargem



Foto 2.1.3-143 Entrevista com os funcionários Alex Sandro Dias e Alizete Rosa na Secretaria de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer

Nas entrevistas realizadas no órgão público de cultura de Ibiráçu, foram citados os diversos grupos de Congo existentes nos bairros rurais e dado destaque ao turismo religioso e rural desenvolvido na cidade.

Foi mencionada também a existência de casarões (sedes de fazendas) rurais, além da presença do Grupo Quilombola São Pedro e da Capela de São Benedito.

Ao longo da BR-101, foi visitado o Distrito de Pendanga e entrevistadas moradoras da comunidade (Quadro 2.2-55 e Foto 2.2-144) para evidenciação de manifestações culturais e/ou presença de bens patrimoniais culturais locais.

Quadro 2.1.3-55- Entrevistas

ENTREVISTADO	ENDEREÇO / CONTATO
Sr. ^a Tereza Ferreira Esfalcino (filha de Antonio Esfalcino, um dos fundadores de Pendanga)	Rua Couto Antônio, s/nº - Pendanga – Ibiráçu - ES
Sr. ^a Eurídice Bortolini Viscovi	Rua Couto Antônio, s/nº - Pendanga – Ibiráçu – ES - CEP 29670 000 – Telefone: (27) 981441789
Gieslene Curto	Telefone: (27) 98148 0050



Foto 2.1.3-144 Entrevista com a Sr.^a Eurídice Bortolini Viscovi (ao lado do pesquisador), acompanhada por outras moradoras de Pendanga

O núcleo de Pendanga, situado à margem da Rodovia BR-101, mantém as características da imigração italiana (Foto 2.2-145). Este Distrito, localizado na AID do empreendimento, possui relevante conjunto arquitetônico, com casas térreas, sobrados e edificação religiosa, construídos nas primeiras décadas do século XX (Fotos 2.2-146 a 2.2-147).



Foto 2.1.3-145 Placa de Boas Vindas, em italiano, localizada na entrada do Distrito, ao lado da Rodovia BR-101

Foto 2.1.3-146 Casarão situado em Pendanga



Fotos 2.1.3-147 A e B Casarões situados em Pendanga

D. Eurídice Bortolini Viscovi destacou a Festa Italiana de Pendanga, no mês de outubro, e informou sobre as outras festividades religiosas e populares do distrito: a da Igreja da Sagrada Família, em agosto e a do Congo, em janeiro.

Segundo a entrevistada, em Pendanga também ocorre a Festa de São Benedito (Fotos 2.2-148 a 2.2-150).



Foto 2.1.3-148 Igreja da Sagrada Família em Pendanga



Foto 2.1.3-149 Mastro e bandeira de São Benedito hasteada, Coreto e local de festividades da comunidade



Foto 2.1.3-150 Mastro e bandeira de São Benedito hasteada

Na AID do empreendimento, foi também identificada a capela dedicada a Santo Antônio e, ao seu lado, o museu particular Zio Minio (Fotos 2.1.3-151 a 2.13-154). Neles, a Sr.^a Gieslene Curto, proprietária do local, foi entrevistada (Foto 2.2-155).



Foto 2.1.3-151 Capela de Santo Antônio e Museu Zio Minio, em Pendanga



Foto 2.1.3-152 Interior da Capela de Santo Antônio, em Pendanga



Foto 2.1.3-153 Detalhe da azulejaria original vinda da Itália com os pisos compostos por ladrilhos hidráulicos, além da imagem de Santo Antonio, em 1864



Foto 2.1.3-154 Detalhe do ladrilho hidráulico da Capela de Santo Antonio, trazido da Itália em 1864



Foto 2.1.3-155 Entrevista com a Sr.^a Gieslene Curto

D. Gieslene informou que no local havia um casarão que pertenceu a seu avô e depois a seu pai, demolido em decorrência de acordo feito durante as instalações da rede de fiação aérea. Restam alguns remanescentes do conjunto arquitetônico desta sede, tais como: sua residência, o prédio do referido Museu, um represamento de água com roda d'água, uma pedra que fez parte da fundação do antigo casarão, além da mencionada Capela de Santo Antonio.

As Fotos 2.2-156 a 2.2-161 a seguir apresentam aspectos desses remanescentes e do acervo do Museu.



Foto 2.1.3-156 Interior do Museu Zio Minio



Fonte: Acervo do Museu Zio Minio
Foto 2.1.3-1572.2 Fotografia com imagem da antiga Estação Ferroviária da EFVM de Pendanga, hoje demolida e que existia no local. Podem existir evidências desta antiga estação ao lado da Rodovia BR-101, na AID



Fonte: Acervo do Museu Minio

Foto 2.1.3-158 Antiga foto de Pendanga em 1904. Doação de Maria Angela Moraes Família Piazzini



Foto 2.1.3-159 Fundação em pedra preservada do antigo Casarão demolido, localizado ao lado da Capela de Santo Antônio



Foto 2.1.3-160 Represamento construído junto a uma roda d'água



Foto 2.1.3-161 Detalhe de antigo represamento e roda de moagem, hoje inativa, situados na AID do empreendimento, ao lado do Museu Zio Minio

O quadro 2.2-56 a seguir apresenta os bens culturais levantados e informados pela comunidade.

Quadro 2.1.3-56 Bens Culturais de Ibirapu - ES

BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO	LOCAL
01	Capela de São Benedito	Bem reconhecido pela comunidade	All
02	Santuário de Nossa Senhora da Saúde	Bem reconhecido pela comunidade	All
03	Festa de São Benedito (até 12 de janeiro)	Bem reconhecido pela comunidade	All
04	Carnaval de Rua	Bem reconhecido pela comunidade	All
05	Festa da Consciência Negra (agosto/setembro)	Bem reconhecido pela comunidade	All
06	Grupos de Congo (Piabas, Ibirapu, Rio Bonito, Guatemala), de São Pedro, São Benedito	Bem reconhecido pela comunidade	All
07	Festa da Cultura Italiana de Pendanga	Bem reconhecido pela comunidade	All
08	Festa da Cultura Negra (3º Domingo de maio)	Bem reconhecido pela comunidade	All
09	Festa do Santuário (novembro/dezembro)	Bem cultural reconhecido pela comunidade	All
10	Cavalgadas (Romaria para o Santuário, em abril, congregando mais de 1000 pessoas)	Bem reconhecido pela comunidade	All
11	As Paradas (pastel com caldo de cana)	Bem reconhecido pela comunidade	All
12	Banda Municipal de Ibirapu (Fanfarra)	Bem reconhecido pela comunidade	All
13	Aniversário da Cidade (11 de setembro)	Bem reconhecido pela comunidade	All
14	Capela de São Benedito	Bem reconhecido pela comunidade	All
15	Capela de Santo Antônio de Pendanga	Bem reconhecido pela comunidade e situado na ADA	All
16	Conjunto urbano de Pendanga (casario)	Bem reconhecido pela comunidade e situado na ADA	All
17	Imóveis e casarões na área rural	Bens reconhecidos pela comunidade (não mapeados)	All
18	Circuito Caminhos da Sabedoria	Bem reconhecido pela comunidade	AID / ADA
19	Portal Tori	Bem reconhecido pela comunidade	AID Km 217 da BR-101
2	Igreja da Sagrada Família de Pendanga	Bem reconhecido pela comunidade	AID Km 219 da BR-101
21	Casarões à margem da Rodovia BR-101,	Bem reconhecido pela comunidade	AID

BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO	LOCAL
	em Pendanga		Km 219 a 220 da BR-101
22	Capela de Santo Antonio, Roda D'Água e Museu Zio Minio	Bem reconhecido pela comunidade	AID Km 220 da BR-101
23	Casarão	Bem reconhecido pela comunidade	AID Km 223 da BR-101
23	Capela de Nossa Senhora Aparecida	Bem reconhecido pela comunidade	AID
24	Antiga Delegacia	Bem reconhecido pela comunidade	AID
25	Igreja Matriz de São Marcos (centro de Ibirajú)	Bem reconhecido pela comunidade	AID

Fundão⁵⁸

O Município de Fundão, situado na Região Metropolitana da Grande Vitória, localiza-se ao norte do Estado, obtendo sua emancipação em 1923, do antigo Município hoje extinto de Nova Almeida. Abriga o Pico do Goiapaba-Açu, onde se situa o Parque Municipal do Goiapaba-Açu.

A construção da Estrada de Ferro Vitória - Minas, passando pela Fazenda Taquaraçu, de Cândido Vieira, deu origem a um núcleo de ocupação às margens do rio Fundão, assim chamado devido às águas profundas dessa drenagem.

O município de Fundão também tem a sua história associada à Nova Almeida, a primitiva localidade da Aldeia dos Reis Magos, fundada em 1556, pelo jesuíta Padre Afonso Braz, auxiliado pelo índio Maracaiaguaçu, da tribo Termiminó.

Compreendendo grandes extensões de terra, Nova Almeida foi elevada à categoria de Distrito, em 1757, e Vila, em 1759. Em 1903, com a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, o núcleo populacional formado às margens do rio Fundão passou à sede de distrito e recebeu a denominação de Fundão. Foi em 1923, pela lei nº 1383, de 05 de julho, que a sede de Nova Almeida foi transferida para o distrito de Fundão, transformando-se em município. Quinze anos depois, o distrito de Nova Almeida foi integrado ao município de Serra.

A Freguesia foi criada com a denominação de Nova Almeida, por alvará, de 12 de novembro de 1757. Elevada à categoria de vila com a denominação de Nova Almeida, por alvará de 02 de

58 Informações extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

janeiro de 1759 era sede na freguesia de Reis Magos. Em outubro de 1915, quando foi criado o distrito de Timbuí, este foi anexado ao município de Nova Almeida se transformando em sede. No Recenseamento de 01 de setembro de 1920, o município de Timbuí era constituído por 2 distritos: Timbuí e Nova Almeida.

Já com a denominação de Fundão e composto pelos distritos de Fundão, Nova Almeida e Timbuí, em 1938 (quando o distrito de Nova Almeida é transferido para Serra), adquire Três Barras (que, em 1943, denominou-se Irundi), tendo sido desmembrado do município de Santa Tereza, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01 de janeiro de 1979, quando foi criado o distrito de Praia Grande e também a ele anexado.

Timbuí (coordenadas UTM 24K 352.230E / 7.787.585S), portanto, é um distrito de Fundão. O conjunto arquitetônico ali identificado é diversificado. Tramita entre habitações e comércios construídos entre 1920 e 1960 com influência Art Déco: estação ferroviária e prédio de esquina (que parece ter sido um teatro) do início do século XX e edifício comercial de influência arquitetônica inglesa também do início do século XX.

Conforme informado, a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, em 1903, promoveu o primeiro impulso ao crescimento do local; este momento está representado pelas construções do início do século XX. Os edifícios com influência Art Déco, no entanto, são mais recentes e podem ser o resultado de um segundo impulso decorrente da implantação da BR-101, que facilitou o acesso à região.

Entre os meses de dezembro e janeiro, realizam-se em Timbuí e Fundão as festas de São Benedito e São Sebastião, com apresentação dos grupos de Congo (Fotos 2.1.3-161 e 2.1.3-162).



Foto 2.1.3-162 Cartaz dos Festejos a São Sebastião e São Benedito. Encontro Regional de Bandas de Congo. Fundão – ES

Foto 2.1.3-163 Produção audiovisual premiada: Mestres da Congada Fundoense, da Coleção Revelando os Brasis – Ano IV, autoria de Fábio Samora

Além da estação ferroviária, o município preserva a Igreja Matriz, dedicada a São José, com o mastro de São Benedito hasteado em sua frente (Fotos 2.2-164 a 2.2-165).



Foto 2.1.3-164 Estação Ferroviária de Fundão - ES

Foto 2.1.3-165 Matriz de São José. Fundão – ES



Foto 2.1.3-166 Matriz de São José, local onde ocorrem as festividades de São Benedito e apresentação de grupos de Congo. Fundão – ES



Foto 2.1.3-167 Mastro e bandeira de São Benedito. Fundão – ES

Destaca-se no núcleo urbano o sobrado construído em terras da Fazenda Taguaraçu no século XIX (1882) e hoje tombado em âmbito estadual (Figura 2.2-168). O imóvel que, posteriormente, foi comprado pela família Agostini, a partir de 1903, com a construção da estrada de ferro Vitória - Minas foi sede da firma exportadora de café "Ângelo Agostini Cia.", administrada por Hipólito Agostini, que era, além de comerciante, importante representante bancário.⁵⁹



Foto 2.1.3-168 Sobrado de 1882, hoje Casa de Cultura e Biblioteca de Fundão – ES

⁵⁹ Fonte: adaptado por Luciano Ventrone do Catálogo de Bens Tombados.

Existem alguns remanescentes imóveis das décadas de 1920 a 1940 dispersos na área central do município (Fotos 2.2-169 e 2.2-170).



Foto 2.1.3-169 Imóvel remanescente na área central de Fundão e datado da década de 1920. Fundão – ES



Foto 2.1.3-170 Imóvel remanescente na área central de Fundão e datado da década de 1920. Fundão – ES



Fotos 2.1.3-171 a. b. c. Habitações e comercios de influência Art Déco, d. estação de trem, e. antigo teatro, f. comércio de influência arquitetônica inglesa, início do século XX

Os Quadros 2.2-58 a 2.2-59 apresentam o perfil do município de Fundão para a questão patrimonial, com dados coletados por meio de pesquisas de gabinete e das entrevistas ocorridas na mencionada Casa e Cultura localizada no sobrado Casarão e sede da Secretaria de Turismo, Cultura e Lazer. (Quadro 2.2-57).

Quadro 2.1.3-57 Órgão público consultado e entrevistados

ÓRGÃO	ENDEREÇO / CONTATO
Secretaria de Turismo, Cultura e Lazer Fabio Samora Secretário	Rodovia Joel Agostini, s/n Centro – Fundão - CEP: 29185-000 Email: setu@fundao.es.gov.br – samoracla@gmail.com - Telefone: (27) 3267 1751 27 99722 0024
Associação de Bandas de Congo do Fundão Sra. Valdilia Polastreli Presidente Lucia de Fátima Barbosa Netto Sr. Aroldo Silva Mestre de Congo de Fundão	Valdilia Polastrelli (27) 99974 6807 - 99986 2447 Lucia Netto (27) 9974 6807 abcfundao2004@gmail.com luciadefatimabnetto@yahoo.com.br

No encontro com o Sr. Fábio Samora, Secretário de Cultura de Fundão, estiveram presentes o Sr. Aroldo Silva, mestre do Congo, e Lucia de Fátima Barbosa Netto da Associação de Bandas de Congo de Fundão. (Foto 2.2-172).



Foto 2.1.3-172 Entrevista com o Sr. Fábio Samora, da Secretaria de Cultura, e com o Sr. Aroldo Silva, mestre do Congo, e Lucia de Fátima Barbosa Netto, da Associação de Bandas de Congo de Fundão

Quadro 2.1.3-58 Perfil municipal para a questão patrimonial – Indicadores Patrimoniais

	INDICADORES	(SIM/NÃO)	COMENTÁRIO
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local	O município integra o Sistema Nacional de Cultura?	SIM	Em processo de adesão
	Existe Órgão Público Municipal específico para a área de Cultura/ Patrimônio?	SIM	Setor subordinado a outra secretaria no âmbito da Secretaria de Turismo, Cultura e Lazer
	O município tem legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural?	NÃO	
	O município tem um Conselho Municipal de Cultural com a inserção do Patrimônio Cultural? O Conselho tem função consultiva ou deliberativa?	NÃO	
	Existem entidades associativas e/ou comunitárias locais de proteção do patrimônio local?	SIM	ABC Fundão – Associação de Bandas de Congo do Fundão e Associação Aroldo Lima
	Existem projetos e/ou parcerias com outros municípios voltados para o patrimônio cultural	NÃO	
Existência de aparelhos culturais no Município	O município possui Museus, Centros/Casas de Memória?	SIM	A Casa de Cultura Dr. Mauro Mattos Pereira, criado em 1986 e situada na Rodovia Josil Agostini, nº 162, Centro – Fundão – ES - CEP: 29185 000 –(27) 3267 2282 possui cadastro no IBRAM
	O município possui biblioteca pública?	SIM	
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais	O município possui bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade?	SIM	
	O município possui bens patrimoniais inventariados, registrados ou tombados em âmbito municipal, estadual ou federal?	SIM	
	O município possui conjuntos, paisagens ou agrupamentos de edificações históricas preservadas ou com alterações/adaptações/restaurações?	SIM	
	O município possui conjuntos de monumentos ou bustos memorialísticos?	SIM	
	O município possui festividades e datas comemorativas relevantes para a comunidade com origem memorialista?	SIM	Apresentações de Ternos de Congo Aniversário da cidade em 6 de julho
	O município possui sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?	SIM	

Quadro 2.2-58- Perfil municipal para a questão patrimonial – Indicadores Patrimoniais (CONTINUAÇÃO)

	INDICADORES	(SIM/NÃO)	COMENTÁRIO
Ações de revitalização de bens patrimoniais e de educação patrimonial	. Existem ações atuais de Revitalização ou Resgate do Patrimônio Cultural local em âmbito federal, estadual ou municipal?	NÃO	
	. Existem projetos de educação patrimonial contínuos e sistemáticos nas escolas e entidades culturais?	NÃO	
	Existem publicações com a história do município?	SIM	
Produção artesanal/cultural local	Existe uma produção artesanal/cultural local?	SIM	
Grupos culturais	Existem Comunidades Indígenas locais?	NÃO	
	Existem comunidades quilombolas remanescentes?	NÃO	

Quadro 2.1.3-59 Bem protegido em âmbito estadual

BEM CULTURAL		PROTEÇÃO LEGAL
01	Casa de Cultura no Casarão Dr. Mauro Matos Pereira	Tombado pelo CEC em 25/06/1986, Processo nº 21/84, Resolução nº 03 /1985 - Conselho Estadual de Cultura. Inscrição no Livro do Tombo Histórico, sob o nº 82, às folhas 9v e 10; Livro do Tombo das Belas Artes, sob o nº 03, às folhas 1v e 2

Quadro 2.1.3-60 Unidades de Conservação Protegidas

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PROTEGIDAS	
01	Área de Proteção Ambiental Costa das Algas
02	Área de Proteção Ambiental do Pico do Goiapaba-Açu
03	Parque Natural Municipal Goiapaba-Açu
04	Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz

Os entrevistados contaram sobre a Festa de São Sebastião, que tinha recentemente ocorrido nos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 2015, com seu trajeto bastante alterado por causa da rodovia. Informaram sobre a existência de 4 grupos de Congo – 3 adultos e 1 mirim, em bairros de Fundão com igrejas com até 110 anos: Santa Tereza, Bom Jesus da Lapa, Nossa Senhora da Vitória, São João Batista, e com sedes de fazendas antigas. Destacaram a existência de notícias de um cemitério de índios e ruínas na Destacada.

O Quadro 2.2-61 a seguir apresenta os bens culturais informados.

Quadro 2.1.3-61 Bens Culturais de Fundão - ES

BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO	
01	Festa de São Sebastião	Bem reconhecido pela comunidade	All
02	Imóveis e casarões na área rural	Bens reconhecidos pela comunidade	Não mapeados
03	Sobrado de 1882 (atual Casa de Cultura)	Tombado pelo Estado	AID Km 240 da BR-101
04	Igreja Matriz de São José	Bem reconhecido pela comunidade	AID Km 240 da BR-101
05	Estação Ferroviária	Bem reconhecido pela comunidade	AID Km 240 da BR-101
06	Grupos de Congo que cruzam a BR-101	Bem reconhecido pela comunidade	ADA Km 240 DA BR-101
07	Centro histórico	Bem reconhecido pela comunidade	AID Km 240 da BR-101

Serra⁶⁰

No período histórico, os primeiros habitantes do município foram os índios Temiminó (Tupi), trazidos do Rio de Janeiro em 1555, pelos padres jesuítas. O padre Brás Lourenço, contando com a colaboração do cacique Maracaiaguaçu (Gato Grande), conseguiu assim fundar a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição da Serra, em 1556, no sopé do monte Mestre Álvaro.

No início, além dos indígenas trazidos pelos jesuítas, a população da aldeia era composta por colonizadores portugueses que ali estabeleceram engenhos, trazendo escravos para o trabalho braçal.

A presença do padre Brás Lourenço resultou em benefícios para os índios, que obtiveram junto ao governo da Província a doação de sesmaria.

A Freguesia, criada com a denominação de Serra, por Carta Régia de 24 de maio de 1752, foi elevada à categoria de vila com a denominação de Serra, pela Resolução do Conselho do Governo de 02 de abril de 1833, desmembrado de Vitória. Constituída do distrito sede, foi

⁶⁰ Fonte: Serra (ES). Prefeitura do Município de Serra. 2015; e informações extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

elevada à condição de cidade com a denominação de Serra, pela Lei Provincial n.º 06 de 06 de novembro de 1875.

Em 1921, quando criado o distrito de Itapocu e anexado ao município de Serra, ele passou a ser composto por: Serra e Itapocu (depois Calogi). Em 1938, Serra adquiriu do município de Fundão Nova Almeida e, em 1943, de Vitória, os distritos de Carapina e Queimado, do município de Vitória. Sob o mesmo decreto acima citado, o distrito de Itapocu passou a denominar-se Calogi.

Destaca-se entre os bens patrimoniais do município: a Igreja e Residência dos Reis Magos, no Distrito de Nova Aldeia. O aldeamento de Reis Magos foi implantado próximo ao mar e junto à foz do Rio Reis Magos em posição elevada entre 1578 e 1588. Acredita-se que a Igreja tenha sido construída em 1580. Sabe-se, contudo, que nela residiram dois importantes catequistas da Ordem de Inácio de Loyola, os padres Domingos Garcia e João Martins, que a dirigiu por quase vinte anos.

O local foi importante centro de formação e catequese de nativos. O aldeamento de Reis Magos é o registro mais conservado do conjunto urbano e arquitetônico adotado pela Companhia de Jesus no Brasil. A aldeia, o conjunto constituído pela quadra e pela praça fronteira, esteve hipoteticamente completa na primeira metade do século XVII. Contudo, a despeito da importância de seu significado, só em 1855 se faz registro de pequenos reparos na Igreja e na Residência, que adentram o século XX bastante arruinados, até serem restaurados em 1944, intervenção responsável pelas condições com que se faz conhecer a partir de então.

No interior de Reis Magos se destacam uma belíssima talha onde elementos da fauna, cobras e cabeça de felino, e elementos florais desenham em inusitado movimento uma sofisticada escultura. O retábulo da Igreja de Reis Magos foi enriquecido pelo quadro Adoração dos Reis Magos, cuja autoria é conferida ao Irmão pintor Belchior Paulo por Serafim Leite. Por sua vez, analisado em seus elementos figurativos, em suas cores e detalhes, o quadro foi considerado pintura com forte influência da arte flamenga por José Antônio Carvalho, primeiro estudioso da arte colonial no Espírito Santo. Destacam-se ainda, as pias executadas em mármore português e localizadas na nave da Igreja e na Sacristia. De todos os edifícios que os jesuítas construíram no Espírito Santo, Reis Magos é o que apresenta o maior número de elementos em pedra de lioz trabalhada. (Fonte: Renata Hermany. Catálogo de bens tombados no Espírito Santo. Texto adaptado por Luciano Ventorim).

Outro bem patrimonial de destaque são as ruínas da Igreja de São José do Queimado, localizada no Distrito de Queimado. Queimado foi região, onde viveram grandes fazendeiros e escravos, e pertenceu a Vitória e Santa Leopoldina. Atualmente é distrito do município da Serra. No ano de 1849, protagonizou um acontecimento marcante para a história do Espírito Santo, a Insurreição de Queimado, uma das primeiras revoltas de escravos no Brasil. Aconteceu quando um grande contingente de escravos, mais de 300, liderados por Elisiário, Chico Prego, João da Viúva e outros exigiram a carta de alforria durante a missa inaugural da Igreja de São José do Queimado no dia do padroeiro São José em 19 de março daquele ano.

Dentre as causas da Insurreição destaca-se a promessa de liberdade feita aos escravos pelo pároco Gregório José Maria de Bene aos que ajudassem na construção do templo dedicado a São José. Depois de um ano trabalhando aos domingos e feriados, os escravos, já esperando o não cumprimento da promessa, organizaram um movimento insurrecional que deveria eclodir durante a missa inaugural da Igreja. O resultado foi uma rápida e violenta repressão com a prisão e condenação a morte dos principais líderes.

A Fazenda Natividade, localizada às margens do rio Santa Maria da Vitória. Sobrado de relevante interesse arquitetônico, construído em 1860, à feição da arquitetura rural brasileira, situa-se às margens da estrada Cariacica - Santa Leopoldina e do Rio Santa Maria da Vitória, no município da Serra, a poucos quilômetros da sede do município de Santa Leopoldina. Possui dois pavimentos implantados em sítio de topografia irregular; a construção aproveita um desnível do terreno para distinguir os ambientes da fazenda em duas áreas funcionalmente distintas. A primeira área, a moradia, se desenvolve no primeiro pavimento, enquanto a segunda, o comércio e o armazém de instrumentos e produtos agrícolas, no pavimento térreo.

É assim que, vista à distância, a casa-sede da Fazenda Natividade mantém seu destaque na paisagem pelo branco de suas paredes e pelo marrom-avermelhado de seu grande telhado. Estruturado em madeira, esse está coberto por telhas de barro do tipo capa-canal.

À singeleza da aparência e da estrutura da Fazenda Natividade, o tempo acrescentou elementos de composição de caráter essencialmente ornamental, identificadores do refino estético em trânsito na vivência cultural da família Cerqueira Lima, proprietária do imóvel.

A família Cerqueira Lima, herdeira do Coronel de Marcondes Alves de Souza, Presidente do Estado do Espírito Santo entre 1913 e 1916, possui outros dois imóveis, localizados na área urbana central da cidade de Vitória, ambos comumente conhecidos como residência Cerqueira Lima, um situado na Rua Dionísio Rosendo e outro na Rua Muniz Freire. Esse fator pode explicar a modernização estética e funcional da residência sede da Fazenda Natividade. Pode, também, ser a base para as condições de conservação do imóvel que em seus 145 anos de existência se mantém íntegro. (Fonte: Renata Hermany. Catálogo de bens tombados no Espírito Santo. Texto adaptado por Luciano Ventrorm).

A Capela de São João Batista, datada aproximadamente de 1584, esteve em uso durante toda a permanência dos jesuítas no Brasil, até meados do século XVII, integrando um vasto sistema de trabalho jesuítico atuante no Espírito Santo cujo centro era o Colégio São Tiago, em Vitória.

Em 1857, a capela foi elevada à categoria de freguesia, e passou a ser administrada pela Mitra Diocesana de Vitória, servindo de matriz até o fim do século XIX com o título de São João de Carapina. Esteve em uso até aproximadamente 1980, e a partir desta data iniciou um processo acelerado de degradação, culminando com demolição quase total, por volta de 1992. Sua reconstrução, ainda na década de 90, é um testemunho de resistência ao vandalismo cometido contra o patrimônio cultural. (texto adaptado por Luciano Ventrorm do Catálogo de Bens tombados).

A Festa de São Benedito tem quase 170 anos no município. Sua origem está relacionada à chegada do navio Palermo, carregado de escravos. Frente à iminência de um naufrágio, os escravos invocaram a proteção de São Benedito e de Deus e conseguiram a sua graça, agarrados ao mastro que se desprendeu do navio, sendo levados até a praia. A celebração é caracterizada pela cortada, puxada, fincada e retirada do mastro de São Benedito. Realizado no mês de dezembro, o evento atrai cerca de 100 mil pessoas.



Foto 2.1.3-173 Matriz de Serra, que não foi tombada por ter passado por modificações em sua fachada



Foto 2.1.3-174 Mastro de São Benedito, defronte à Igreja Matriz de Serra



Foto 2.1.3-175 Sobrado remanescente na Praça da Matriz



Foto 2.1.3-176 Monumento em homenagem ao Congo



Foto 2.1.3-177 Sobrado remanescente do final do século XIX

Foto 2.1.3-178 Imóvel remanescente do final do século XIX

Os Quadros 2.2-63 e 2.2-64 apresentam o perfil do município de Serra para a questão patrimonial, com dados coletados por meio de pesquisas de gabinete e da entrevista no Museu Histórico (Quadro 2.2-62).

Quadro 2.1.3-62 Órgão público consultado

ÓRGÃO	ENDEREÇO / CONTATO
Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer Departamento de Cultura Museu Histórico de Serra Diretora Josinete Braga	Email: cultura.setur@serra.es.gov.br museuhistorico@serra.es.gov.br – gylsvensson@hotmail.com Telefone: (27) 3291 2330



Foto 2.1.3-179 Museu Histórico de Serra

Quadro 2.1.3-63 Perfil municipal para a questão patrimonial

	INDICADORES	SIM/NÃO	COMENTÁRIO
Existência de secretaria específica para a área de cultura e participação da sociedade local	1. O município integra o Sistema Nacional de Cultura?	SIM	Em processo de adesão.
	2. Existe Órgão Público Municipal específico para a área de Cultura/ Patrimônio?	SIM	Secretaria Municipal em conjunto com outras pastas.
	3. O município tem legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural?	SIM	O Município possui legislação para o patrimônio cultural material.
	4. O município tem um Conselho Municipal de Cultural com a inserção do Patrimônio Cultural? O Conselho tem função consultiva ou deliberativa?	SIM	O Conselho Municipal de Cultura foi criado em 1996. O Conselho é paritário Conselho paritário, consultivo, deliberativo e normativo. Seu Presidente é Rogério (99993 7448)
	5. Existem entidades associativas e/ou comunitárias locais de proteção do patrimônio local?	NÃO	
	6. Existem projetos e/ou parcerias com outros municípios voltados para o patrimônio cultural	NÃO	
Existência de aparelhos culturais no Município.	7. O município possui Museus, Centros/Casas de Memória?	SIM	O Município possui vários museus.
	8. O município possui biblioteca pública?	SIM	
Existência de bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade e/ou legitimados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais	9. O município possui bens patrimoniais reconhecidos pela comunidade?	SIM	
	10. O município possui bens patrimoniais inventariados, registrados ou tombados em âmbito municipal, estadual ou federal?	NÃO	
	O município possui conjuntos, paisagens ou agrupamentos de edificações históricas preservadas ou com alterações/adaptações/restaurações?	NÃO	
	12. O município possui conjuntos de monumentos ou bustos memorialísticos?	NÃO	
	13. O município possui festividades e datas comemorativas relevantes para a comunidade com origem memorialista?	SIM	Destacam-se as festividades do Congo.
Ações de revitalização de bens patrimoniais e de educação patrimonial	14. O município possui sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?	SIM	Existem sítios arqueológicos cadastrados no CNSA – SGPA do IPHAN.
	15. Existem ações atuais de Revitalização ou Resgate do Patrimônio Cultural local em âmbito federal, estadual ou municipal?	NÃO	
	16. Existem projetos de educação patrimonial contínuos e sistemáticos nas escolas e entidades culturais?	NÃO	
	17. Existem publicações com a história do município?	SIM	BARROS, Paulo de. Memória fotográfica da Serra. Vitória: Ed. Do Autor, 2002.

Quadro 2.2-63 Perfil municipal para a questão patrimonial (CONTINUAÇÃO)

	INDICADORES	SIM/NÃO	COMENTÁRIO
Produção artesanal/cultural local	18. Existe uma produção artesanal/cultural local?	SIM	
Grupos culturais	19 Existem Comunidades Indígenas locais?	NÃO	
	20. Existem comunidades quilombolas remanescentes?	NÃO	

Quadro 2.1.3-64 Bens Protegidos em âmbito estadual

BEM CULTURAL		PROTEÇÃO LEGAL
01	Igreja e Residência dos Reis Magos (Nova Almeida)	Tombamento em 21/09/1943, processo nº 230 - T pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº Processo 0230-T-40 Livro Belas Artes Nº inscr.: 289-A ;Vol. 1 ;F. 061 ;Data: 21/09/1943 Livro Histórico Nº inscr.: 223 ;Vol. 1 ;F. 037 ;Data: 21/09/1943
02	Ruínas da Igreja de São José do Queimado (Distrito de Queimado)	Processo nº 71/90; Resolução nº 04 / 1992 - Conselho Estadual de Cultura, e Plano Diretor Urbano do Município de Serra, Lei nº 21000 / 1998
03	Fazenda Natividade (margem do rio Santa Maria da Vitória)	Processo nº 02/80; Resolução do Conselho Estadual de Cultura. Inscrição no Livro do Tombo Histórico sob o nº 69, à Folha 08
04	Capela de São João Batista	Tombada pelo CEC em 03/05/84, Processo Nº 02/81



Foto 2.1.3-180 Entrevista no Museu Histórico de Serra do Departamento de Cultura da Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

- Foto 2.1.3-181 Interior do Museu Histórico de Serra



Foto 2.1.3-182 Interior do Museu Histórico de Serra

O Município estimula o turismo em suas praias, como Carapebus, Manguinhos, Jacaraípe e Nova Almeida, e desenvolve um trabalho voltado para o agroturismo (Circuitos de Pitanga, Muribeca, Guaranhuns, Chapada Grande e das Águas), com venda de produtos na rua Getúlio Vargas, s/nº, Praça Ponto de Encontro.

Na entrevista, foram destacados o Casarão que hospedou Dom Pedro II em sua passagem pela região, a Insurreição de Queimado e a história de Chico Prego.

Segundo o Museu Histórico, somente em Nova Almeida é que se tem notícia de vestígios arqueológicos. Além do livro: BOA MORTE, Teodorico. Insurreição de Queimado em Poesia de

Cordel. 6 ed. (2 tiragem). Vitória 2013 foram citadas as publicações: SANT'ANNA, Clério José Borges de. A História de Serra; SANT'ANNA, Clério José Borges de. Serra em Prosa e Verso. Poetas e Escritores de Serra. 2006; NEVES, Luiz Guilherme Santos. Queimado: a insurreição que virou mito. 2014; NUNES, Pedro José. Igreja e residência de reis magos: obra jesuítica em Nova Almeida, 2011; AZEVEDO, Valdemir Ribeiro de. Coração Serrano, 2005.

A forte presença do Congo na cidade, que, inclusive, mantém o Museu do Congo (Fotos 2.2-183 a 2.2-185) também foi destacada na entrevista.



Foto 2.1.3-183 Acervo do Museu do Congo



Foto 2.1.3-184 Acervo do Museu do Congo



Foto 2.1.3-185 Apresentação no Museu do Congo

As bandas de congo são conjuntos comandados por um mestre ou capitão, que tem a função de reger e orientar os músicos, cantadores e dançarinas. Em média, uma banda de congo apresenta entre 10 e 25 integrantes fixos: jovens, adultos e até crianças, de ambos os sexos.

Há variações no número e nos tipos de instrumentos musicais que uma banda de congo pode apresentar, sendo o tambor e a casaca os mais marcantes. O tambor, que em alguns lugares é chamado de congo, é importantíssimo para as bandas. Se no passado os escravos reaproveitavam os barris de bebida descartados pelos senhores para confeccionar os

tambores, na atualidade eles podem ser encontrados de vários materiais, como MDF, Pinus ou mesmo continuarem sendo feitos de madeira escavada. Já a casaca, instrumento também muito presente no Congo, nem sempre foi uma regra geral, pois muitas bandas no passado utilizavam o reco-reco simples, sem a cabeça esculpida.

Cada banda de congo tem um uniforme com suas cores características. A maioria das bandas conta com rainha do congo, costumando as roupas destas serem mais ricas e enfeitadas que as das demais dançarinas. As canções do Congo capixaba costumam ser chamadas de toadas, mas em alguns lugares, como em Araçatiba e na Barra do Jucu, a denominação usada pelos congueiros é jongo. Entre as toadas de congo mais populares e mais executadas pelas bandas de congo estão aquelas dedicadas a São Benedito.

No dia 20 de novembro de 2014 o Congo foi registrado como patrimônio cultural imaterial do Espírito Santo, e inserido entre as festas, celebrações e folguedos que marcam ritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade e do entretenimento capixaba.⁶¹

A Banda de Congo de São Domingos, em seu percurso, cruza a BR-101 (Foto 2.2-186)



Foto 2.1.3-186 Ponte sobre a Rodovia BR-101, por onde passa a Congada de São Domingos em Serra - ES

O Quadro 2.2-65 a seguir apresenta os bens culturais levantados e informados.

61 Fonte: Bruno Conde, historiador da Secretaria de Estado da Cultura.

Quadro 2.1.3-65 Bens Culturais de Serra - ES

BEM CULTURAL		OBSERVAÇÃO
01	Igreja e Residência dos Reis Magos (Nova Almeida).	Tombamento Estadual
02	Ruínas da Igreja de São José do Queimado (Distrito de Queimado)	Tombamento Estadual
03	Fazenda Natividade (margem do rio Santa Maria da Vitória)	Tombamento Estadual
04	Capela de São João Batista	Tombamento Estadual
05	Igreja Matriz	Reconhecido pela Comunidade
06	Casarões urbanos	Reconhecido pela Comunidade
07	Grupos de Congo	Reconhecido pela Comunidade
8	Monumento ao Congo	Reconhecido pela Comunidade

2.3 Educação patrimonial

O desenvolvimento das ações de Educação Patrimonial do Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA, adequou-se a um quadro mais amplo de princípios que têm orientado a concepção dos trabalhos da equipe de educadores responsáveis por este projeto, nos quais, a cada uma das etapas bem sucedidas do Programa de Educação Patrimonial, ocorre a sedimentação de compromissos e o estreitamento do relacionamento com os parceiros locais, através de:

- Constituição e consolidação de relacionamentos duradouros entre a equipe e as entidades/instituições locais para o desenvolvimento dos Programas de Educação Patrimonial e Arqueologia, não só o que ora se apresenta, mas futuros projetos que possam vir a ocorrer na região, fortalecendo a efetividade das ações e colaborando para sua maior perenidade como conteúdo curricular, no âmbito das instituições educacionais locais, e como política pública, no âmbito de sua inserção nos programas culturais das entidades públicas locais;
- Execução de um trabalho significativo e que agregue resultados positivos e duradouros para o maior número de atores sociais locais, entre alunos, professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, gestores públicos, gestores culturais, associações comunitárias e comunidade em geral, contribuindo para a ampliação da percepção sobre os seus bens patrimoniais arqueológicos e demais bens culturais no âmbito local e regional (completude);
- Materialização dos resultados por meio de registro e produção de documentação comprobatória das atividades realizadas, tais como: fotografias, relatos, ofícios, entre outras evidências, voltadas, inclusive, para o aperfeiçoamento, medição e avaliação das atividades e resultados alcançados (materialidade);
- Adequação do formato do Programa às especificidades gerais do projeto do empreendimento e às necessidades e expectativas dos parceiros locais, tais como: recursos, cronograma, público alvo, projetos locais em desenvolvimento, entre outros;
- Orientação por valores e virtudes como veracidade de informações e ações; coerência de objetivos, teoria, metodologia, estratégias e ferramentas, integridade de princípios, foco na participação e na cidadania;
- Estimular, quando possível, ações educativas que envolvam a parceria entre instituições educacionais e culturais locais, contribuindo com possíveis projetos já existentes nas respectivas instituições voltados para temáticas afins;
- Manutenção de comunicação entre a equipe de Educação Patrimonial da *A Lasca Arqueologia* e os parceiros estabelecidos por cada Programa de Educação Patrimonial, para troca de materiais sobre arqueologia, patrimônio e educação patrimonial e colaboração em projetos educativos resultados de desdobramentos das ações desenvolvidas.

Este Programa de Educação Patrimonial foi desenvolvido em três etapas consecutivas, a saber:

- **1ª Etapa – Elaboração do Projeto Educativo:** diagnóstico, reuniões e contatos locais;
- **2ª Etapa – Concepção de Estratégias, Recursos Educativos e Materiais de Divulgação:** preparação das ações, dos materiais didáticos e de divulgação do Programa;
- **3ª Etapa – Execução das Ações Educativas, Avaliação e Elaboração de Relatório:** execução das atividades educativas junto aos públicos previstos e sistematização dos resultados e avaliação de desdobramentos para a elaboração de relatórios parciais e final.

A primeira etapa, iniciada em janeiro e fevereiro de 2015 com as visitas técnicas, reuniões e os encontros com os responsáveis pelas Secretarias de Cultura dos referidos municípios abrangidos pelo empreendimento (Quadro 2.3-1 e Figuras 2.3-1 a 2.3-29), foi realizada no contexto da pesquisa e coleta de material documental sobre os bens patrimoniais locais em processo de inventário, registro e aqueles com valor atribuído pela comunidade, para o Levantamento do Patrimônio Cultural Material e Imaterial do Projeto, em atendimento às exigências legais quanto aos estudos preliminares para o processo de licenciamento ambiental. Objetivou apresentar, discutir, elaborar e programar conjuntamente as atividades educativas do Programa de Educação Patrimonial, bem como conhecer programas ou projetos locais relacionados à temática patrimonial já existentes com os quais o Programa pudesse contribuir, fortalecer e/ou colaborar; conhecer o cronograma de atividades do ano de 2015 das Secretarias de Cultura, instituições culturais e entidades da sociedade organizada; e verificar o conhecimento e o tratamento do tema da Arqueologia na região, seja nos programas curriculares quanto nas ações culturais.

Quadro 2.1.3-1- Contatos realizados e parcerias estabelecidas nos municípios

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	NOME / CARGO	CONTATO
Mucuri BA	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	Valdete Marques Secretária	Avenida Petrobrás, 258 – Centro – Mucuri – BA Telefone: (73) 3206-1169 E-mail: valdetema1234@hotmail.com
Pedro Canário ES	Secretaria Municipal de Educação	Lenilda Santos Norberto Gerente Pedagógica	Rua São Paulo, 220 – Boa Vista – Pedro Canário – ES Telefone: (27) 99953-0385 E-mail: sec_edupc@yahoo.com
	Secretaria Municipal de Cultura, Comunicação e Turismo	Arnaldo da Silva Cardoso Secretário	Av. Dr. Mario Vello Silvaes, s/n - Centro – Pedro Canário – ES Telefones: (27) 3764 3625 - 99756 0753 Email: ascom.pedrocanario@gmail.com sictur.pedrocanario@gmail.com
Pinheiros ES	Secretaria de Turismo e Cultura	Gildete Rocha Secretário	Avenida Agenor Luis Heringer, 231 – Centro – Pinheiros – ES Telefone: (27) 99924-9958 E-mail: sectur@pinheiros.es.gov.br
São Mateus ES	Museu da História de São Mateus	Maria Helena Diretora	Rua Barão de Aymorés, 68 - Casa da Câmera e Cadeira – Centro – São Mateus – ES Telefone: (27) 3767-9726 E-mail: museucultura@saomateus.es.gov.br
Jaguare ES	Secretaria de Educação e Cultura	Jader Sossai de Lima Secretário de Cultura Profª Gerusa de Fátima Tognere	Rua Marilândia, 151 – Bairro Novo Horizonte – Jaguare – ES Telefone: (27) 3769-1770/ 3767-1739 E-mail: cultura@jaguare.es.gov.br
Conceição da Barra ES	Secretaria de Cultura e Turismo	Natan Santana dos Santos Coordenador de Cultura Luzinete Serafim Blandino Representante da Comunidade Quilombola São Domingos	Rua Coronel Oliveira Filho, s/nº - Centro - Conceição da Barra – ES Telefone: (27) 3762-2229 E-mail: olindinaafricadudu@yahoo.com
Linhares ES	Secretaria Municipal de Cultura	Urbano D'Ávila Secretário Júlio César Durão Diretor de Cultura	Avenida Governador Jones dos Santos Neves, 1083 – Centro – Linhares – ES Telefone: (27) 99954-4591 – E-mail: smcultura@linhares.es.gov.br

Quadro 2.3-1 Contatos realizados e parcerias estabelecidas nos municípios (CONTINUAÇÃO)

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	NOME/CARGO	ENDEREÇO, TELEFONES E E-MAIL
Aracruz ES	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	Helder Tabosa Delfino Secretário	Rua Zacarias Bento do Nascimento, nº 167 – Centro – Aracruz – ES Telefone: (27) 3296-4025/ 98802-1038 E-mail: helder.delfino@aracruz.es.gov.br turismo.cultura@aracruz.es.gov.br
Sooretama ES	Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	Edson Ferreira Secretário de Esporte e Lazer	Rua Joaquim Marques, 587 – Centro – Sooretama – ES Telefones: (27) 3273-2620/ 99974-0607 E-mail: esporte@sooretama.es.gov.br
Ibiraçu ES	Secretaria de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer	Lucas da Silva Falcão Junior Secretário	Avenida Conde D’Eu, s/n - Centro – Ibiraçu – ES Telefone: (27) 3257-0521 E-mail: sec.turismo@ibiracu.es.gov.br
Fundão ES	Secretaria de Turismo, Cultura e Lazer	Fábio Samora Secretário	Rodovia Joel Agostini, s/n - Centro – Fundão – ES Telefone: (27) 3267-1751 E-mail: samoracla@gmail.com
João Neiva ES	Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude	Roberto Mascarenhas Secretário de Cultura e Turismo	Rua Negre Orestes, s/n – Centro – João Neiva – ES Telefone: (27) 3258-3651 E-mail: cultura@joaoneiva.es.gov.br
Serra ES	Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	Josinete Braga Diretora do Departamento de Cultura	Rua Cassiano Castello, 22 – Centro – Serra – ES Telefone: (27) 3291-2330 E-mail: cultura.setur@serra.es.gov.br museuhistorico@serra.es.gov.br

O perfil elaborado para cada município visitado durante o Levantamento do Patrimônio Cultural Material e Imaterial, foi trabalhado nas atividades educativas desenvolvidas no âmbito do Programa de Educação Patrimonial, conforme pode ser observado no conteúdo da Mostra Educativa apresentada na sequência.

As reuniões e os contatos estabelecidos com os órgãos públicos e lideranças locais foram realizados concomitantemente aos trabalhos de campo do *Levantamento de Bens Culturais Materiais e Imateriais* para as áreas de influência do empreendimento.

2.3.1 Materiais e estratégias educativas e de divulgação do programa

Após as visitas técnicas aos municípios componentes da AII, foram desenvolvidos recursos didáticos e materiais educativos e de apresentação do Programa de Educação Patrimonial e divulgação do Programa Arqueológico, com base na sistematização dos dados de pesquisas arqueológicas pregressas na região, bem como daqueles provenientes dos estudos arqueológicos preliminares na Rodovia. Foram eles:

- Kits educativos com objetos arqueológicos da *A Lasca Arqueologia* para atividades com comunidade escolar (alunos, professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares) e comunidade em geral;
- Pranchas com imagens de povos caçadores-coletores, sambaquieiros e horticultores-ceramistas, em geral, além de artefatos arqueológicos e técnicas de produção de ferramentas líticas e utensílios cerâmicos;
- Slides de Apresentação do *Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA*;
- Slides sobre Arqueologia, Patrimônio Cultural e Arqueológico, Arqueologia Preventiva e Educação Patrimonial, com os conceitos e dados para contextualização do conhecimento arqueológico na região e com os resultados dos primeiros estudos arqueológicos;
- Painéis expositivos para uma Mostra Educativa Circulante sobre Arqueologia, Patrimônio, Memória e Sustentabilidade e sobre o *Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA*.
- Equipamentos de campo utilizados em pesquisas arqueológicas em geral (peneira, balde, GPS, bússola, pincéis, prancheta, pás, barbante, pontaletes, nível, entre outros), para as atividades educativas em geral.

As Fotos 2.3.1-1 e as Figuras 2.3.1-1 a 2.3.1-14 apresentam os materiais e recursos educativos do Programa.



Foto 2.3.1-1 Kit educativo com materiais arqueológicos (réplicas) e pranchas

ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E SUSTENTABILIDADE

PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO
ARQUEOLÓGICO INTERVENTIVO

Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia
BR-101/ES/BA, do Km 939,4 ao Km 956,9, no
Estado da Bahia, e do Km 0,0 ao Km 244,9,
no Estado do Espírito Santo



Em sequência: Fragmentos de cerâmica de tradição arqueológica tupiguarani identificados em São Mateus - ES, Festa de São Sebastião, em São Mateus - ES e Igreja e Residência Reis Magos, em Serra - ES
Fotos: A Lasca Arqueologia.

Execução: **ALASCA** ARQUEOLOGIA
Realização: **ecoRODOVIAS** GRUPO
CONCREMAT
IPHAN
BRASIL

Esta Mostra Educativa foi desenvolvida com o objetivo de dar início às ações de Educação Patrimonial do Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo, vinculado ao Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA, do Km 939,4 ao Km 956,9, no Estado da Bahia, e do Km 0,0 ao Km 244,9, no Estado do Espírito Santo, junto à comunidade escolar e em geral dos municípios abrangidos pelo empreendimento: Mucuri, na Bahia, e Aracruz, Conceição da Barra, Fundão, Ibirapu, João Neiva, Jaguaré, Linhares, Pedro Canário, Pinheiros, São Mateus, Serra, Sooretama, no Espírito Santo, a partir de atividades dirigidas a professores e alunos das escolas da rede pública de ensino, pais, familiares e moradores em geral da região e trabalhadores das obras.

Visando compartilhar os resultados do Levantamento do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e do Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Projeto, realizados em atendimento aos estudos preliminares para o processo de licenciamento ambiental, o Programa de Educação Patrimonial objetiva promover um maior conhecimento sobre os antigos povos que viveram na região e colaborar para a valorização, o reconhecimento e a apropriação do patrimônio arqueológico e cultural ao longo da BR-101, trecho Serra – ES a Mucuri – BA.



Em sequência: Igreja Vilva, em São Mateus - ES, Museu Histórico de Jaguaré - ES, Casarão de origem italiana de Demétrio Ribetto, em João Neiva - ES.
Fotos: A Lasca Arqueologia.

Figura 2.3.1-1 Painéis da Mostra Educativa Circulante

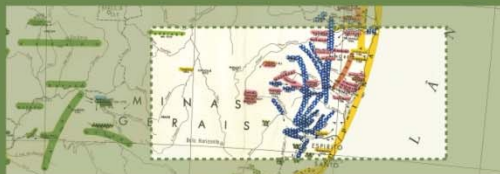
ARQUEOLOGIA NA REGIÃO



Fragmentos cerâmicos de Tradição Arqueológica Tupiguarani (Tupinambá) e Aratu dos Sítios Arqueológicos São Miguel e Arnaldo Santos Filho em São Mateus - ES.
Fotos: A Lasca Arqueologia.

A região nordeste do Espírito Santo e sul da Bahia possuem centenas de sítios arqueológicos cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (www.iphan.gov.br).

São sítios que apresentam vestígios de antigas ocupações humanas, desde povos sambaquieiros (no litoral), com datações que remontam 4.500 anos A. P. (Antes do Presente), de povos caçadores-coletores nômades, que teriam percorrido a região há 3.500 A. P., e de povos ceramistas-horticultores, com aldeamentos que podem chegar a 1.000 anos A. P., além de vestígios de ocupações históricas coloniais.



Detalhe do Mapa Etno-Histórico do etnólogo Kurt Nimuendajú.
Fonte: IBGE, 1987.

O mapa Etno-histórico, do antropólogo Kurt Nimuendajú, de 1944, destaca a intensa presença de grupos indígenas de diferentes etnias na região, entre Botocudos (Etwét; Nakhê, Takrukak, Conkung, Minyã-yirúng, Nyepnye) e Maxacali (Masakari), desde o século XVI até o XX, na região do rio Doce até o rio São Mateus, rio Manhuaçu, na Serra do Espigão, e rio Mucuri, com registros da presença de grupos Puri, na região próxima a Vitória - ES.

PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DA REGIÃO



As regiões nordeste do Espírito Santo e Sul da Bahia, cortadas pela BR-101, possuem um rico e diversificado patrimônio cultural e natural, repleto de praias, parques, áreas de conservação ambiental, montanhas, edificações históricas e manifestações culturais de comunidades com heranças indígenas, africanas e europeias que representam a origem multifacetada da história e memória capixaba e de todo o país. São comunidades descendentes de imigrantes europeus, de grupos quilombolas e aldeamentos indígenas, além da presença de tradições pesqueiras litorâneas e de costumes religiosos coloniais.



De cima para baixo: Parque Nacional de Itatiaia - ES; Igreja Matriz de Serra - ES; Mostro de São Benedito em Serra - ES; Casarões do Distrito de Pendanga, em Ibraçu - ES; Monumento Tori, em Ibraçu - ES; Rio Cricaré, em São Mateus - ES; Passarela dos Pescadores, em Mucuri - BA; Área do Porto, em São Mateus - ES; Porto do Rio Doce, em Linhares - ES.
Fotos: A Lasca Arqueologia.

Figura 2.3.1-2 Painéis da Mostra Educativa Circulante

PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO NO MUSEU HISTÓRICO DE SÃO MATEUS



Acervo de peças cerâmicas do Museu Histórico de São Mateus.
Fotos: A Lasca Arqueologia.

No município de São Mateus, as pesquisas arqueológicas que têm acompanhado empreendimentos na região e/ou desenvolvidas por Universidades nas últimas décadas têm evidenciado um rico e diversificado patrimônio arqueológico, com achados feitos também pela própria comunidade local.

Há alguns anos urnas funerárias de tradição Aratu foram encontradas por moradores da região e hoje se encontram preservadas no Museu Histórico de São Mateus.

Pesquisas arqueológicas mais recentes, elaboradas no contexto de processos de licenciamento ambiental, evidenciaram dois novos sítios: São Miguel e Arnaldo Santos Filho, com materiais cerâmicos de duas tradições arqueológicas distintas: Tupiguarani – Tupinambá - e Aratu, além de vestígios referentes à ocupação histórica de meados do século XIX.

Estas e outras pesquisas revelam a riqueza e diversidade de traços culturais dos povos que escolheram a região como local de morada ou passagem. Um legado que vai de grupos de caçadores-coletores nômades, passando pelos sambaquis litorâneos e os primeiros aldeamentos indígenas, chegando aos primeiros conquistadores europeus.

Figura 2.3.1-3 Painel da Mostra Educativa Circulante

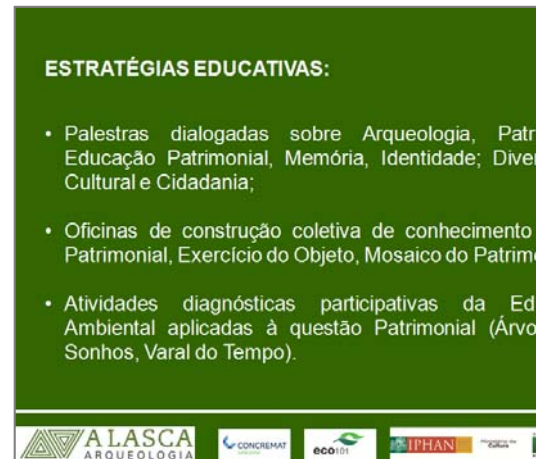


Figura 2.3.1-4 Slides de apresentação do Programa de Educação Patrimonial



Figura 2.3.1-5 Slides sobre Arqueologia, Patrimônio Cultural e Arqueológico, Arqueologia Preventiva e Educação Patrimonial e sobre o Programa de Diagnóstico Arqueológico



Figura 2.3.1-6 Slides sobre Arqueologia, Patrimônio Cultural e Arqueológico, Arqueologia Preventiva e Educação Patrimonial



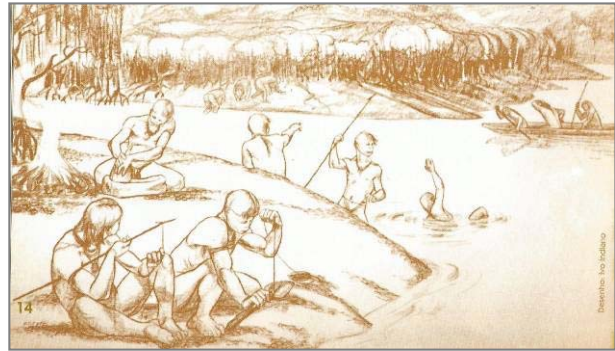
Fonte: MAE/USP

Figura 2.3.1-7 Pranchas utilizadas nas atividades educativas sobre povos caçadores-coletores



Fonte: MAE/USP

Figura 2.3.1-8 Prancha utilizada nas atividades educativas sobre povos caçadores-coletores



Fonte: MAE/USP

Figura 2.3.1-9 Pranchas utilizadas nas atividades educativas sobre povos sambaquieiros



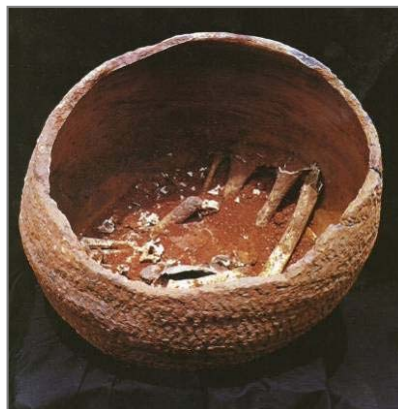
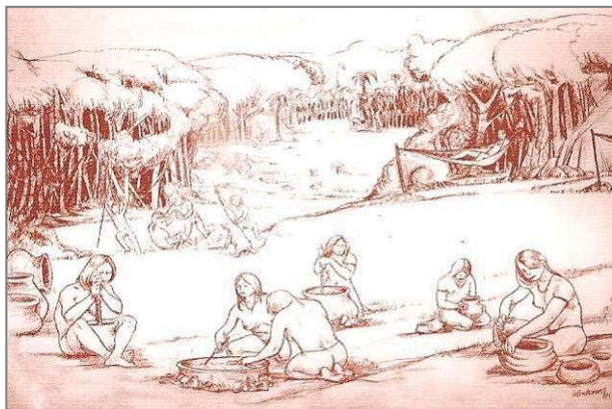
Fonte: MAE/USP

Figura 2.3.1-10 Pranchas utilizadas nas atividades educativas sobre povos sambaqueiros



Fonte: MAE/USP

Figura 2.3.1-11 Pranchas utilizadas nas atividades educativas sobre povos sambaqueiros



Fonte: MAE/USP

Figura 2.3.1-12 Pranchas utilizadas nas atividades educativas sobre povos horticultores-ceramistas



Figura 2.3.1-13 Pranchas utilizadas nas atividades educativas sobre povos horticultores-ceramistas



Figura 2.3.1-14 Pranchas utilizadas nas atividades educativas sobre povos horticultores-ceramistas

Foram desenhadas em parceria com as instituições culturais locais – Secretarias de Cultura – estratégias diferenciadas articuladas à Mostra Educativa *Arqueologia, Patrimônio, Memória e Sustentabilidade* para abordagem e desenvolvimento do Programa de Educação Patrimonial do Projeto de Ampliação da Capacidade da rodovia BR-101/ES/BA, as quais objetivaram colaborar com as ações e projetos locais relacionados à questão patrimonial, em adequação a cada perfil de público:

- Atividades com Gestores Culturais e educacionais, gestores públicos, lideranças comunitárias e comunidade em geral sobre o tema *Educação Patrimonial: Arqueologia e Patrimônio Cultural*;
- Rodas de conversas e oficinas educativas com alunos, com a participação/acompanhamento de professores, sobre Arqueologia e Patrimônio Cultural *Conversando sobre o Meu Patrimônio*.

Assim, as atividades educativas desenvolvidas, em cada um dos municípios contemplados pelo Programa, em adequação aos desenhos elaborados em conjunto/parceria com os gestores culturais locais, foram direcionadas ora para a comunidade escolar, formada por alunos, professores e gestores escolares; ora para com a comunidade em geral, por meio de ações em praças e lugares públicos; e ora voltadas para gestores culturais, educacionais, profissionais de Museus, gestores públicos e estudantes universitários; de acordo com as experiências locais e de produção cultural em desenvolvimento pelos gestores municipais em cada localidade trabalhada.

A explanação sobre os fundamentos legais, bases teóricas e conceitos sobre Arqueologia, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial também teve em vista o perfil de cada público e foi

desenvolvida por meio de linguagem apropriada, promovendo a construção de conhecimentos mediada pela experiência dos interlocutores locais.

O **Quadro 2.3.1- 1** a seguir apresenta o Plano Didático das atividades educativas planejadas.

Quadro 2.3.1-1 Plano Didático das Atividades Educativas

PLANO DIDÁTICO DAS ATIVIDADES EDUCATIVAS	
<p>PROGRAMA: Programa de Educação Patrimonial do Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA, do Km 939,4 ao Km 956,9, no Estado da Bahia e do Km 0,0 ao Km 244,9, no Estado do Espírito Santo</p>	
<p>Etapa: Realização das Ações do Programa de Educação Patrimonial</p>	
<p>Ações Previstas: Atividade de Educação Patrimonial mediada por Mostra Educativa</p>	
<p>Público Alvo: Gestores Culturais e educacionais, gestores públicos e lideranças comunitárias Alunos e crianças da comunidade Comunidade em geral</p>	
Programação e Conteúdos em Geral:	
<p>Apresentação do Programa</p> <p>Importância da região e do local em que moram, do ponto de vista do patrimônio cultural</p> <p>Conceituação de Patrimônio e Herança</p> <p>Herança Financeira, Afetiva e Familiar</p> <p>Outras Heranças: o Patrimônio Imaterial (Brincadeiras Infantis)</p> <p>O Patrimônio Material (a Escola)</p> <p>Herança e Família: as narrativas orais, as fotografias e as lembranças</p> <p>Outras Heranças e quando a memória não pode ser mais narrada: a Cultura Material</p>	<p>A Cultura Material: Arqueologia e Memória</p> <p>A Ocupação humana e Pré-História na região</p> <p>Arqueologia e paisagem</p> <p>Vestígios arqueológicos</p> <p>Como o arqueólogo aprende (conhece)?</p> <p>Os artefatos arqueológicos (manuseio)</p> <p>O Arqueólogo e suas ferramentas</p> <p>Arqueologia e as disciplinas do conhecimento</p>

Quadro 2.3.1-2 Plano Didático das Atividades Educativas (CONTINUAÇÃO)

PLANO DIDÁTICO DAS ATIVIDADES EDUCATIVAS

Recursos (instalações, equipamentos e materiais):

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> – Painéis Expositivos – Kit de objetos arqueológicos da <i>A Lasca Arqueologia</i> – Ferramentas do arqueólogo (escavadeira, peneira, colheres, bússola, trena, entre outros) – Câmera fotográfica – Pano de base – Prancheta – Papel milimetrado – Lápis – Slides e data show | <ul style="list-style-type: none"> – Pranchas – Terra – Objetos diversos fragmentados (quebrados) – <i>Ficha de Análise de Artefato</i> – Espátulas de madeira – Caneta – Lápis – Borracha – Mesa – Bancos – Extensão elétrica |
|--|---|

PLANO DIDÁTICO DAS ATIVIDADES EDUCATIVAS

Estratégia:

Todas as atividades contaram com roda de conversa e/ou bate papos e estímulo ao diálogo e participação das pessoas com memórias e depoimentos. A atividade contou com o uso de artefatos arqueológicos, pranchas e imagens com fins educativos para estimular a participação e troca de informações e percepções voltadas para os temas propostos (Arqueologia, Patrimônio e Educação Patrimonial). As estratégias de abordagem foram diferenciadas, em adequação aos seguintes públicos:

- Gestores Culturais e educacionais, gestores públicos e lideranças comunitárias: exposição dos fundamentos legais, conceitos, metodologias e práticas por meio de palestra dialogada com estímulo à participação. Uso das estratégias *Mapa Patrimonial* e *Leitura do Objeto*
- Alunos e crianças da comunidade: exposição com linguagem apropriada dos principais conceitos, com amplo uso dos materiais arqueológicos, pranchas e cenários como recurso educativo, permeando a fala com narrativas e histórias. Uso das estratégias educativas de construção de um Sítio Arqueológico Simulado, onde os participantes construíram as quadras com o uso de trenas, barbante, pontaletes, peças simuladas, pranchetas, papel milimetrado, bússola, entre outros instrumentos. Os participantes foram convidados a estabelecer hipóteses sobre usos e práticas culturais referentes ao objeto, relacionando com a ação dos arqueólogos

Também foi desenvolvida a atividade *Laboratório e Curadoria Arqueológica* com o uso de caixas de MDF, terra, artefatos, palitos de sorvete, planilhas, sacos plásticos e etiquetas. Os participantes foram convidados a estabelecer hipóteses sobre os materiais evidenciados

- Comunidade Geral: os participantes foram convidados a realizar a leitura dos painéis presentes na Mostra Educativa e dialogar com o manuseio simultâneo de artefatos arqueológicos, estimulando a troca de informações por meio do diálogo e da construção informal do conhecimento

As atividades de Educação Patrimonial a partir da Mostra Educativa e associadas com a exposição de artefatos arqueológicos e pranchas educativas objetivaram abordar a riqueza

patrimonial da região no que se refere especialmente às sucessivas ocupações humanas no decorrer dos tempos e almejam a sensibilização e a percepção dos participantes quanto à ocupação de outros povos, em outras épocas, do mesmo território.

Nessas atividades, os participantes, além de conhecerem o contexto de implantação do Programa, as bases legais, éticas e conceituais da Arqueologia Preventiva e da Educação Patrimonial e os primeiros resultados do *Diagnóstico Arqueológico Interventivo*, tiveram contato, a partir dos painéis expositivos e das rodas de conversas propostas pelos educadores, com um panorama da ocupação humana local, desde os primeiros grupos humanos nômades, passando pelas primeiras aldeias, até a chegada dos europeus.

A estratégia educativa de mediação adotada nas atividades com a Mostra Educativa, de acordo com os pressupostos abordados no quadro teórico do Programa nas diversas localidades, teve como base os resultados do mencionado Levantamento do Patrimônio Cultural Material e Imaterial, além daqueles dos estudos do Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Projeto sobre o patrimônio arqueológico e cultural ao longo da BR-101, trecho Serra – ES a Mucuri – BA. E foi concebida no sentido da realização da leitura contextualizada sobre os antigos povos que viveram na região, estruturada nos três momentos subsequentes, a saber:

1º Momento – Recepção de Visitantes

Apresentação do Programa e de seus fundamentos legais, princípios conceituais e metodologias. O público visitante da Mostra foi composto tanto por alunos e professores quanto por pessoas da comunidade em geral que, além da visita à Mostra Educativa, participaram das atividades educativas a ela articuladas e propostas.

2º Momento – Primeira Leitura Geral da Mostra Educativa

Após o primeiro contato com os painéis expositivos, os visitantes participam de uma roda de conversa sobre o que observaram e sobre o patrimônio arqueológico local evidenciado pelas pesquisas. Participam também de uma discussão sobre os diferentes povos que ocuparam a região, desde caçadores-coletores pré-históricos, povos sambaqueiros, passando por antigas aldeias de povos ceramistas-horticultores, até a chegada dos europeus. Na atividade, manuseiam artefatos arqueológicos e têm contato com os equipamentos de uso cotidiano do arqueólogo em campo.

3º Momento – Atividade Educativa para a Leitura Contextualizada da Mostra

Após a leitura de conjuntos de imagens (pranchas) de artefatos que apresentam retratados aspectos dos povos que ocuparam o território em determinado período de tempo, partindo de um acampamento efêmero de povos caçadores-coletores, de uma aldeia de povos ceramistas-horticultores até um sítio histórico, os visitantes participam de atividades (oficinas) educativas: o *Sítio Arqueológico Simulado* e a *Oficina de Laboratório e Curadoria Arqueológica*.

Nesse momento, foi também abordado o contraponto entre povos ceramistas-horticultores de diferentes tradições, a partir da leitura de traços de uma determinada cultura no vestígio

cerâmico encontrado, já que a região apresenta diversidade cultural nos artefatos identificados, ora relacionados a populações de origem Tupi, ora de Botocudos. A identificação de um vestígio cerâmico determinado sugere a ocupação de um específico povo, e outro tipo de vestígio, outra cultura. O aparecimento de vestígios diferentes no mesmo espaço pode também representar a sobreposição de camadas e de sucessivas ocupações humanas no território, ou seja, a ocupação do mesmo local em épocas diferentes, além de sugerir duas culturas dividindo o mesmo território.

A **Figura 2.3.1-15** a seguir apresenta a estruturação da atividade da Mostra Educativa do Programa.

2º Momento

2º Momento – Primeira Leitura Geral da Mostra
Educativa: Roda de Conversa com Materiais
Arqueológicos e Pranchas.

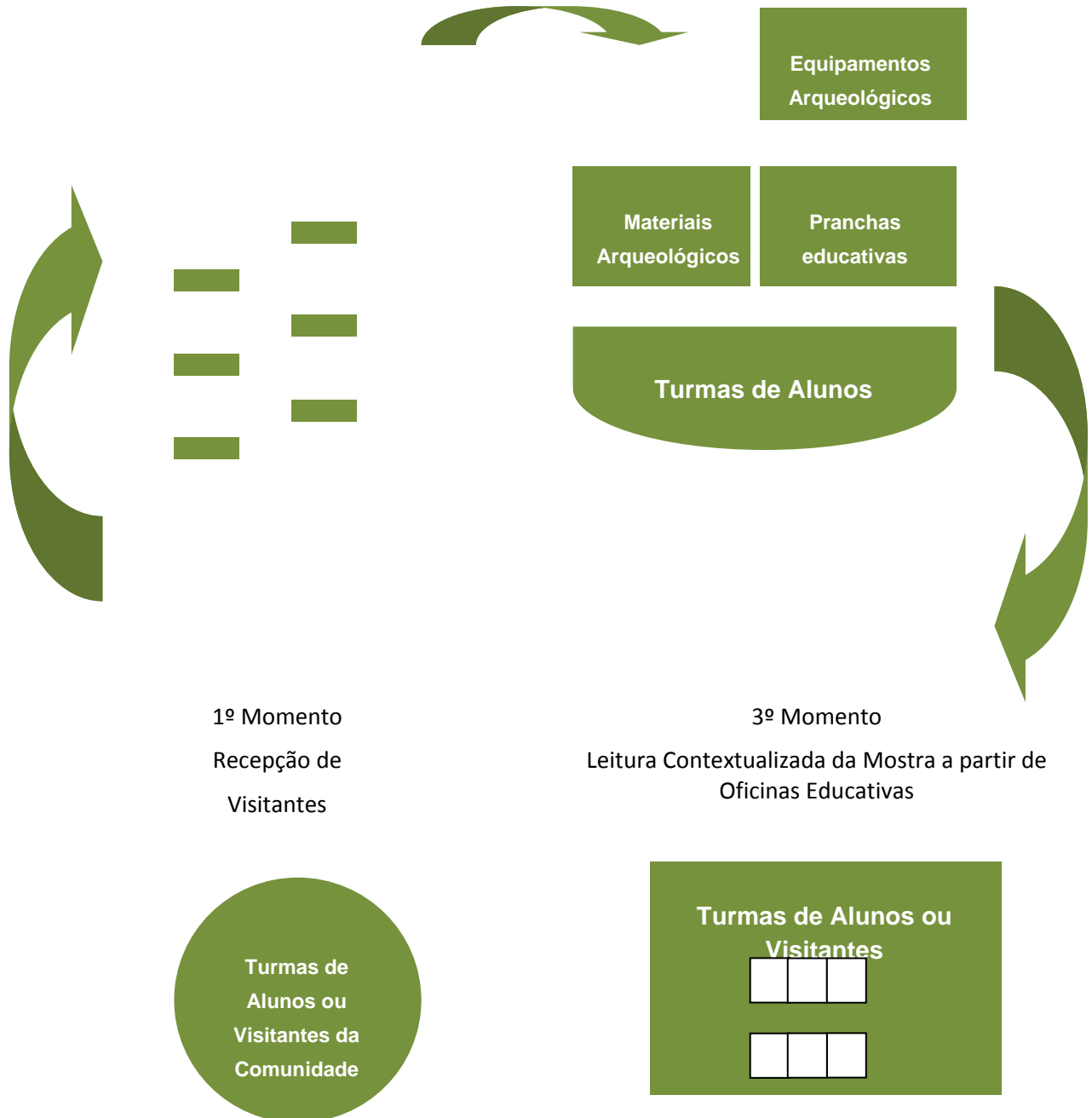


Figura 2.3.1-15 Modelo esquemático conceitual da visita à Mostra Educativa

As oficinas Sítio Arqueológico Simulado e de Laboratório e Curadoria Arqueológica, realizadas com alunos e crianças da comunidade das diversas localidades (ver aspectos dessas oficinas nos próximos subitens desse Relatório), permitiram a discussão sobre o processo de conhecimento e estudo da Arqueologia. O manuseio de artefatos por alunos, crianças, jovens e adultos da comunidade em diálogo com as pranchas educativas permitiu traçar comparativos e levantar hipóteses sobre os povos caçadores-coletores e horticultores-ceramistas, como também sobre o material histórico e a ocupação europeia.

Atividades com BRINCADEIRAS ANTIGAS, COMO JOGOS DE pega-pega, amarelinha, ciranda cirandinha, entre outras, também foram desenvolvidas e permitiram abordar de forma lúdica e introdutória os conceitos de patrimônio e herança (bens patrimoniais imateriais, intangíveis).

2.3.2 Atividades educativas desenvolvidas

A BR-101, ao interligar os municípios de Mucuri, no Estado da Bahia, e Serra, no Estado do Espírito Santo, apresenta ao longo de sua extensão comunidades com experiências diversas de vida e história, desde comunidades de origem quilombola, como a Comunidade São Domingos, em Conceição da Barra, que foi parceira do Programa; comunidades de origem italiana, como aquelas dos Distritos de Guaraná, em Aracruz, e Pendanga, em Ibraçu; comunidades com forte apreço pelas festas de Congo, como Fundão, Ibraçu e Serra; ou remanescentes históricos de suas localidades, como São Mateus e Linhares.

As atividades educativas desenvolvidas pelo *Programa de Educação Patrimonial do Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA, do Km 939,4 ao Km 956,9, no Estado da Bahia, e do Km 0,0 ao Km 244,9* procuraram se adequar a estas diferentes realidades.

O **Quadro 2.3.2-1** apresenta os diferentes públicos e realidades contempladas pelo Programa e os subitens a seguir, detalhamento das ações e atividades desenvolvidas em cada uma das localidades abrangidas.

Quadro 2.3.2-1- Público contemplado pelo Programa

DATA	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	PÚBLICO
04.05.2015	Mucuri – BA	Escolar	EM Raul Gazzinelli
			EM Luiz Eduardo Magalhães
05.05.2015		Geral	Comunidade do Bairro de Divisa
05.05.2015	Pedro Canário – ES	Escolar	Escola Municipal Deuzuíta Ribeiro Machado -
		Geral	Comunidade
06.05.2015	Pinheiros – ES	Escolar	EMEF Dr. Emir de Macedo Gomes
09.05.2015	Conceição da Barra – ES	Geral	Crianças / Capela de São Domingos
10.05.2015			Adultos / Capela de São Domingos
07.05.2015	São Mateus – ES	Geral	Praça do Mirante / Museu Histórico de São Mateus
08.05.2015	Jaguaré – ES	Escolar	EMEF Santa Catarina
			EEEM Pedro Paulo
		Geral	Praça Matriz e Auditório da Prefeitura
11.05.2015	Sooretama – ES	Escolar	EEEFM Armando B. Quitiba
10.05.2015	Linhares – ES	Geral	Praça
11.05.2015	Aracruz / Distrito de Guaraná – ES	Escolar	EEEFM Prof. Aparício Alvarenga
13.05.2015	João Neiva – ES	Geral	Casa de Cultura / Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude
12.05.2015	Ibiraçu – ES	Escolar	EMPEIEF Pendanga
12.05.2015	Fundão – ES	Geral	Câmara Municipal
13.05.2015	Serra – ES	Geral	Igreja dos Reis Magos

Mucuri - BA

No município de Mucuri – BA, as atividades educativas ocorreram no dia 04 de maio com alunos de 1º e 2º anos da Escola Municipal Raul Gazzinelli e de 6º, 7º e 8º anos da Escola Municipal Luiz Eduardo Magalhães.

A comunidade do Bairro da Divisa, localizado junto à BR-101, também participou das atividades do Programa. As Fotos 2.3.2-1 a 2.3.2-5 apresentam aspectos das atividades educativas desenvolvidas.



Fotos 2.3.2-1 Atividades educativas com alunos na Escola Municipal Raul Gazzinelli, em Mucuri - BA



Fotos 2.3.2-2 Atividades educativas com alunos na Escola Municipal Raul Gazzinelli, em Mucuri - BA



a



b



c



d

Fotos 2.3.2-3 **a,b,c,d** Atividades educativas na Escola Municipal Luiz Eduardo Magalhães, em Mucuri – BA



Fotos 2.3.2-4 Atividades educativas com a Comunidade no Coreto da Praça Central, no Distrito de Divisa, em Mucuri – BA



Fotos 2.3.2-5 Atividades educativas com a Comunidade no Coreto da Praça Central, no Distrito de Divisa, em Mucuri - BA

Pedro Canário - ES

No município de Pedro Canário, as atividades educativas ocorreram no dia 05 de maio de 2015, direcionadas aos alunos de 7º e 8º anos da EMEF Profª Deuzuíta Ribeiro Machado, e no dia 09 de maio, com comunidade local.

As Fotos 2.3.2-6 e 2.3.2-7 apresentam aspectos das atividades educativas desenvolvidas.



Fotos 2.3.2-6 Atividades educativas com alunos na EMEF Profª Deuzuíta Ribeiro Machado, em Pedro Canário - ES



Fotos 2.3.2-7 Atividades educativas com a comunidade, em Pedro Canário - ES

Pinheiros - ES

No município de Pinheiros, as atividades educativas foram desenvolvidas no dia 06 de maio com alunos de 5º e 6º anos da EMEF Dr. Emir de Macedo Gomes.

As Fotos 2.3.2-8 ilustram as atividades educativas desenvolvidas.



Fotos 2.3.2-8 Atividades educativas com alunos na EMEF Dr. Emir de Macedo Gomes, em Pinheiros – ES

Conceição da Barra - ES

No Município de Conceição da Barra, as atividades educativas foram realizadas nos dias 09 e 10 de maio de 2015, na Comunidade São Domingos, às margens da rodovia BR-101, que recebeu o seu reconhecimento por parte da Fundação Palmares como remanescente quilombola.

As ações educativas foram direcionadas, no dia 09 de maio, a crianças e jovens que participam das aulas de catecismo na Capela de São Domingos e, no dia 10 de maio, aos pais e familiares.

As Fotos 2.3.2-9 e 2.3.2-10 apresentam as atividades educativas desenvolvidas.



Foto 2.3.2-9 Atividades educativas com a Comunidade Quilombola São Domingos, em Conceição da Barra - ES



Foto 2.3.2-10 Atividades educativas com a Comunidade Quilombola São Domingos, em Conceição da Barra - ES

São Mateus - ES

No município de São Mateus, as atividades educativas ocorreram com a colaboração do Museu Histórico de São Mateus, na Praça do Mirante, no dia 07 de maio, atendendo à comunidade local.

As Fotos 2.3.2-11 e 2.3.2-12 ilustram as atividades educativas desenvolvidas.



Fotos 2.3.2-11 Atividades educativas com a Comunidade Quilombola São Domingos, em Conceição da Barra – ES



Fotos 2.3.2-12 Atividades educativas com a comunidade na Praça do Mirante, ao lado do Museu Histórico, em São Mateus - ES

Jaguaré - ES

No município de Jaguaré, as atividades educativas ocorreram no dia 08 de maio, com a comunidade escolar e público geral, integrando as festas promovidas pela Secretaria de Cultura na Praça da Igreja Matriz, onde também se localiza a sede da Prefeitura Municipal.

Durante o dia, a equipe do Programa recebeu para participação nas atividades as escolas públicas locais: na parte da manhã, em espaço aberto, na própria Praça, e mais tarde no auditório da Prefeitura, em virtude de grande ventania que ocorria no local.

Participaram das atividades sucessivas turmas de alunos dos 3º, 5º e 6º anos da EMEF Santa Catarina e da EMEF Cipriano Cocco e, do Ensino Médio, da EEEM Pedro Paulo Grobério.

As Fotos 2.3.2-13 a 2.3.2-19 a seguir apresentam aspectos das atividades educativas desenvolvidas.



Fotos 2.3.2-13 Atividades educativas com alunos da EMEF Santa Catarina, Jaguaré – ES



Fotos 2.3.2-14 Atividades educativas com alunos da EEEM Pedro Paulo Grobério, no Auditório da Prefeitura, em Jaguaré – ES



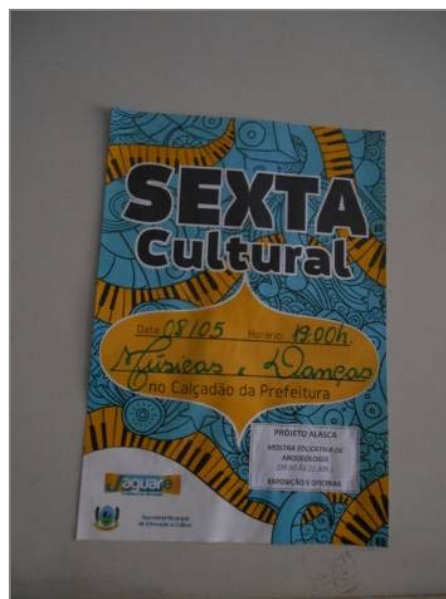
Fotos 2.3.2-15 Atividades educativas com alunos da EEEM Pedro Paulo Grobério, no Auditório da Prefeitura, em Jaguaré – ES



Fotos 2.3.2-16 Atividades educativas ocorridas no período noturno, na Praça da Prefeitura, com a Comunidade de Jaguaré - ES



Fotos 2.3.2-17 Atividades educativas ocorridas no período noturno, na Praça da Prefeitura, com a Comunidade de Jaguaré - ES



Fotos 2.3.2-18 Cartaz convite para a Sexta Cultural, na Praça da Prefeitura, com a Comunidade de Jaguaré - ES

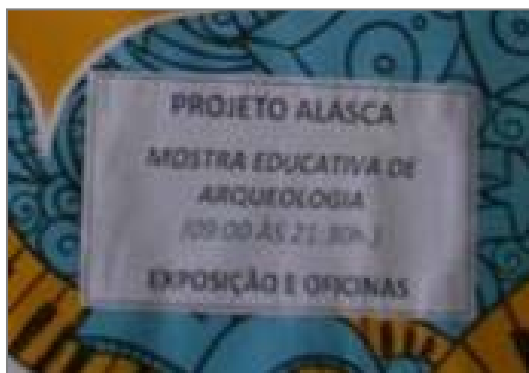


Foto 2.3.2-19 Detalhe do cartaz convite para a Sexta Cultural, na Praça da Prefeitura, com a Comunidade de Jaguaré - ES

Sooretama - ES

As atividades educativas no município de Sooretama ocorreram em 11 de maio de 2015, contemplando os alunos do 1º ano do Ensino Médio da EEEFM Armando B. Quitiba.

As Fotos 2.3.2-20 e 2.3.2-21 ilustram as atividades educativas desenvolvidas.



Fotos 2.3.2-20 Atividades com os alunos dos 1º anos do Ensino Médio da EEEFM Armando B. Quitiba, em Sooretama – ES Foto 2.3.2-21 Atividades com os alunos dos 1º anos do Ensino Médio da EEEFM Armando B. Quitiba, em Sooretama – ES

Linhares - ES

As atividades no município de Linhares ocorreram no dia 10 de maio na Praça 22 de Agosto - local de importância histórica para os moradores da cidade, pois o mirante do rio Doce, localizado neste logradouro, foi visitado por Dom Pedro II. Neste município as atividades de educação patrimonial foram dirigidas à comunidade em geral.

De destaque nas atividades foi a presença do Sr. Cristiano, antigo morador de São Mateus, que participou da escavação arqueológica das urnas funerárias que hoje se encontram expostas no Museu Histórico daquele município. Durante as atividades de educação patrimonial, este compartilhou a experiência com os visitantes da Mostra, reiterando a importância da questão arqueológica e da preservação dos artefatos que contam a história do passado indígena da região.

As Fotos 2.3.2-22 e 2.3.2-23 apresentam aspectos das atividades educativas desenvolvidas.



Fotos 2.3.2-22 Atividades com a Comunidade, na Praça 22 de Agosto, em Linhares – ES



Fotos 2.3.2-23 Atividades com a Comunidade, na Praça 22 de Agosto, em Linhares – ES

Aracruz - ES

As atividades educativas no município de Aracruz ocorreram no dia 11 de maio de 2015, na EEEFM Prof.º Aparício Alvarenga, no Distrito de Guaraná, tendo em vista a sua localização próxima à área do empreendimento, na ADA das futuras obras, e delas participaram alunos dos 6º e 7º anos do ciclo II, do Ensino Fundamental.

As Fotos 2.3.2-24 e 2.3.2-25 a seguir apresentam aspectos das atividades educativas desenvolvidas.



Fotos 2.3.2-24 Atividade educativa com os alunos de 6º e 7º anos da EEEFM Prof.º Aparício Alvarenga, no Distrito de Guaraná, em Aracruz - ES



Fotos 2.3.2-25 Atividade educativa com os alunos de 6º e 7º anos da EEEFM Prof. Aparício Alvarenga, no Distrito de Guaraná, em Aracruz – ES

João Neiva - ES

As atividades educativas no município de João Neiva ocorreram no dia 14 de maio, na Casa de Cultura, situada no edifício sede da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude.

As Fotos 2.3.2-26 e 2.3.2-27 ilustram as atividades educativas desenvolvidas.



Fotos 2.3.2-26 Atividade educativa realizada na Casa de Cultura da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude de João Neiva – ES



Fotos 2.3.2-27 Atividade educativa realizada na Casa de Cultura da Secretaria de Cultura, Turismo e Juventude de João Neiva - ES

Ibiraçu - ES

No município de Ibiraçu, as atividades educativas ocorreram no dia 12 de maio, no Distrito de Pendanga, comunidade de origem italiana residente às margens da Rodovia BR-101, com a participação de alunos de 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos da EMPEIEF Pendanga.

As Fotos 2.3.2-28 apresentam as atividades educativas desenvolvidas.



Fotos 2.3.2-28 Atividades educativas desenvolvidas na EMPEIEF Pendanga, em Ibiraçu - ES

Fundão - ES

No município de Fundão, as atividades educativas foram realizadas no dia 12 de maio, na sede da Câmara Municipal, com lideranças dos grupos de Congado, pessoas interessadas, gestores culturais, educacionais e público em geral.

As Fotos 2.3.2-29 apresentam as atividades educativas desenvolvidas.



Fotos 2.3.2-29 Atividades educativas com a comunidade, na Câmara Municipal de Fundão – ES

Serra - ES

No município de Serra, as atividades educativas ocorreram no dia 14 de maio, no auditório da Igreja dos Reis Magos, em Nova Almeida, atendendo à comunidade local.

O convite para as atividades foi realizado pela Secretaria de Turismo Cultura, Esporte e Lazer de Serra – SETUR e congregou estudantes universitários, pesquisadores, memorialistas, gestores educacionais e culturais e demais interessados.

As Fotos 2.3.2-30 e 2.3.2-31 ilustram atividades educativas desenvolvidas.



Foto 2.3.2-30 Atividades educativas na Igreja dos Reis Magos, em Nova Almeida, com a comunidade de Serra – ES



Foto 2.3.2-31 Igreja dos Reis Magos, em Nova Almeida, Serra – ES

2.3.3 Algumas considerações

O Programa de Educação Patrimonial contemplou diretamente cerca de 1.669 pessoas, entre componentes da comunidade em geral e da comunidade escolar (professores, alunos e gestores escolares).

Os Quadros 2.3.3-1 a 2.3.3-3 apresentam informações sobre o público participante das atividades educativas do Programa.

Quadro 2.3.3-1 Público contemplado pelo Programa

Data	Município	LOCAL	PÚBLICO	Nº Pessoas	Nº Município	Por
04.05.2015	Mucuri – BA	EM Raul Gazzinelli	Alunos 1º A	27		
			Alunos 1º B	27		
			Alunos 2º B 2º C	54		
			Professores	05		
		EM Luiz Eduardo Magalhães	Alunos 8º C	29		
			Alunos 6º D	19		
			Alunos 7º C	31		
			Alunos 7º B 8º B	26		
			Professores	04		
		05.05.2015		Distrito de Divisa – BA		
05.05.2015	Pedro Canário – ES	Escola Municipal Deuzuíta Ribeiro Machado	Alunos 8º A	28		
			Alunos 7º A	19		
			Alunos 7º B	18		
			Alunos 8º B	23		
			Professores	04		
09.05.2015		Centro de Idosos	Comunidade	05	97	
06.05.2015	Pinheiros – ES	EMEF Dr. Emir de Macedo Gomes	Alunos 6º B	24		
			Alunos 5º A	23		
			Alunos 6º A Acelera	33		
			Alunos 6º B	23		
			Professores	05		
108						
07.05.2015	S. Mateus – ES	Praça do Mirante (ao lado do Museu de História)	Comunidade	50	50	

Quadro 2.3.3-1 Público contemplado pelo Programa(CONTINUAÇÃO)

Data	Município	LOCAL	PÚBLICO		Nº Pessoas	Nº Por Município
08.05.2015	Jaguaré – ES	Praça da Prefeitura / Auditório	EMEF Santa Catarina	5º B	46	708
				3º B		
				5º A	30	
			5º C			
			EEEM Pedro Paulo Grobério	1º, 2º e 3º EM	150	
				1º, 2º e 3º EM	150	
1º, 2º e 3º EM	115					
1º e 2º EM	115					
Professores	08					
08.05.2015		Distrito de Divisa – BA	EMEF Cipriano Cocco	4º B	45	
				5º B		
			Professores	03		
Comunidade	40					
09.05.2015	Conceição da Barra – ES	Paróquia São Domingos - Comunidade Quilombola	Crianças Catecismo		13	33
10.05.2015			Comunidade		20	
10.05.2015	Linhares – SP	Praça 22 de Agosto	Comunidade		40	40
11.05.2015	Aracruz – ES	EEEFM Prof. Aparício Alvarenga -	Alunos 6º B		24	84
			Alunos 7º A		36	
			Alunos 6º A		21	
			Professores		03	
11.05.2015	Sooretama - ES	EEEFM Armando B. Quitiba	Alunos 1º A EM		36	113
			Alunos 1º D EM		24	
			Alunos 1º B EM		24	
			Alunos 1º C EM		25	
			Professores		04	
12.05.2015	Ibiraçu – ES	EMPEIEF Pendanga	4º A		27	87
			5º A			
			1º A		24	
			2º A			
			1º e 2º Pré		15	
			3º A		17	
Professores		04				
12.05.2015	Fundão – ES	Câmara Municipal	Comunidade		13	13
13.05.2015	João Neiva – ES	Secretaria da Cultura, Turismo e Juventude	Comunidade		45	45
13.05.2015	Serra – ES	Igreja dos Reis Magos	Comunidade		24	24
Total					1669	1669

Quadro 2.3.3-2 Comunidades contempladas pelo Programa

PÚBLICO		TOTAL
Comunidade Escolar	Alunos	1328
	Professores	46
Comunidade em Geral		295
Total		1669

Quadro 2.3.3-3 Comunidade em geral e escolar contempladas pelo Programa por município.

MUNICÍPIOS	PÚBLICO
Aracruz	84
Conceição da Barra	33
Fundão	13
Ibiraçu	87
Jaguaré	708
João Neiva	45
Linhares	40
Mucuri	267
Pedro Canário	97
Pinheiros	108
São Mateus	50
Serra	24
Sooretama	113
Total	1669

As atividades educativas realizadas nos municípios da All tiveram caráter de novidade para os participantes (comunidade escolar e em geral). Além do tema Arqueologia, as ações foram especialmente voltadas atenção para as questões associadas ao patrimonial cultural de foram abrangente e sua preservação para as futuras gerações.

As atividades foram desenvolvidas de acordo com a percepção dos participantes sobre o conceito de *patrimônio*, incluindo referências aos bens de caráter afetivo ou familiar (lembranças de uma pessoa querida, como correntes de ouro, antigas fotografias ou brinquedos). Assim, os conceitos de Patrimônio, Herança, Patrimônio Material e Imaterial foram introduzidos e vinculados à família e às suas narrativas e memórias, para a abordagem, na sequência, do patrimônio cultural arqueológico.

A partir da percepção da memória além das narrativas: *como podemos conhecer o passado mais distante se não existem pessoas para contar?* e com a leitura de artefatos arqueológicos e das pranchas e dos painéis expositivos, ocorreram conversas sobre o papel da Arqueologia e do arqueólogo e sobre o que os vestígios materiais de povos do passado podem contar sobre seu modo de vida e outros aspectos.

Estas atividades também colaboraram para a abordagem das transformações dos espaços e paisagens na longa duração, a partir da Arqueologia e do patrimônio arqueológico.

Em todas as atividades o diálogo foi pautado por uma relação de afetividade com o local de nascimento e morada, se a região era um bom lugar para se viver; se a família residia no local por muito tempo, se o clima era agradável, se o meio fornecia os recursos necessários à sobrevivência. Essa abordagem colaborou para a passagem para outros tempos, outras paisagens, outros povos que viveram no local há milênios, exatamente pelo ambiente proporcionar abrigo, alimento e água, além da temperatura propícia.

Na *Oficina Sítio Arqueológico Simulado*, com a simulação de um processo de escavação, os alunos e crianças tiveram a possibilidade de construir quadras e manusear alguns instrumentos e ferramentas, de forma a abordar as várias etapas de uma pesquisa arqueológica (também abordadas na Oficina de Laboratório) e realizarem uma conversa sobre os diferentes saberes que estão presentes nos estudos do arqueólogo.

Em algumas localidades, como Fundão, Pedro Canário e Serra, foram desenvolvidas ações voltadas para lideranças locais, gestores culturais e educacionais, demais gestores, educadores e estudantes, com foco na apropriação de princípios legais e conceituais da Arqueologia e da Educação Patrimonial.

Assim, formatou-se a oficina intitulada *Educação Patrimonial: Arqueologia e Patrimônio Cultural*, que abordou temas como: Arqueologia, Patrimônio e Educação Patrimonial; Arqueologia e Patrimônio Cultural Arqueológico na região; Patrimônio Local e Educação Patrimonial; Construção de projetos e atividades educativas, destacando o estado da arte das pesquisas arqueológicas na região e os achados arqueológicos evidenciados na área diretamente afetada pelo empreendimento.

Nessa oficina, além da atividade *Exercício do Objeto*, a partir do qual os participantes conheceram e utilizaram a *Quadro Prática de Educação Patrimonial* (ver Figura 10-1 a seguir) e discutiram as potencialidades educativas da Educação Patrimonial em geral e as possibilidades de realização de atividades e projetos relacionados a bens arqueológicos, patrimoniais e culturais, foi desenvolvida a atividade *Mapa Patrimonial*.

Aspectos principais a observar	Outras perguntas	Aspectos descobertos pela observação	Aspectos a pesquisar
<i>Aspectos físicos</i> O que parece ser este objeto?	-Que cor tem? -Que cheiro tem? -Que barulho faz? -De que material é feito? -O material é natural ou manufaturado? -O objeto está completo, inteiro? -Foi alterado, adaptado ou consertado? -Está usado?		
<i>Construção</i> Como foi feito?	-Onde foi feito? -Foi feito manualmente ou a partir de uma máquina? -Foi feito em uma peça única, ou em partes separadas? -Com uso de molde ou modelado a mão?		
<i>Função</i> Para que foi feito?	-Quem o fez? -Para que finalidade? -O uso inicial foi modificado?		
<i>Forma (Design)</i> O objeto tem uma boa forma? É bem desenhado?	-De que maneira a forma indica a função? -Ele é bem adequado para o uso pretendido? -É decorado? Como é a decoração? -O que a decoração indica?		
<i>Valor</i> Quanto vale este objeto?	-Para as pessoas que o fabricaram? -Para as pessoas que o usam? (ou usaram?) -Para as pessoas que o guardaram? -Para você? -Para um museu?		

Fonte: Horta e alli, 1999

Figura 2.3.3-1 Quadro Prático de Educação Patrimonial

Na atividade do Mapa Patrimonial, os participantes se organizaram em grupos e representaram em desenhos os patrimônios locais que julgaram mais significativos, permitindo, inclusive, a continuidade dos trabalhos de levantamento de bens culturais.

Nos mapas elaborados pelos participantes, foram apresentados também os principais bens de caráter imaterial e material existentes na região, descritos com detalhes e afetividade.

A construção desses Mapas Patrimoniais e sua relação com outras memórias e legados, como também com ocupações humanas pretéritas, constituiu o objetivo geral da atividade que procurou refletir sobre a inserção da questão da Pré-Histórica como uma nova camada de conteúdo/conhecimento e estimular o olhar para o diversificado patrimônio histórico e cultural local, tanto em relação ao patrimônio cultural material (edificado) quanto imaterial.

O Quadro 2.3.3-5 a seguir apresenta algumas indicações bibliográficas sugeridas e disponibilizadas na oficina.

Quadro 2.3.3-4 Bibliografia digital compartilhada com alguns dos participantes

BIBLIOGRAFIA DIGITAL INDICADA
Ministério da Cultura – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Ministério da Educação – MEC. <i>Educação Patrimonial. Programa Mais Educação</i> . Brasília, s.d.
FLORÊNCIO, S. R.; CLEROT, P.; BEZERRA, J.; RAMASSOTE, R. <i>Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos</i> . Brasília, DF: IPHAN / DAF / Cogedip / Ceduc, 2014.
HORTA, M. L. P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. <i>Guia Básico de Educação Patrimonial</i> . Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
GRUNBERG, E.. <i>Manual de atividades práticas de educação patrimonial</i> . Brasília, DF – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2007.

Na atividade, experiências de desenvolvimento de planejamento de turismo de base comunitária foram apresentadas como incentivo a práticas de valorização dos patrimônios culturais materiais e imateriais, para geração de renda. E aspectos culturais e bens materiais e imateriais foram levantados de forma compartilhada e participativa, objetivando estimular ações locais em benefício do município e região, a partir do exercício *Objeto Significativo*.

Por fim, em grande parte dos municípios foram realizadas atividades educativas voltadas para a comunidade local. Nestas atividades também foram utilizados recursos educativos como materiais arqueológicos, pranchas e a própria Mostra Educativa, mediados com rodas de conversa, objetivando difundir, esclarecer e sensibilizar sobre os cuidados e a corresponsabilidade de todos na preservação e proteção dos bens patrimoniais locais, como também discutir sobre a riqueza patrimonial das diferentes localidades.

Além de divulgar e compartilhar os resultados dos Programas de Arqueologia e de Educação Patrimonial estabelecidos para o empreendimento, em atendimento à exigência da legislação ambiental, e debater sobre o seu rico e diverso patrimônio arqueológico, cultural e natural, a Mostra Educativa procurou informar a todos os participantes sobre o seu papel de proteger e

promover o conhecimento do patrimônio arqueológico nas áreas objeto de obras. Foram alcançados resultados positivos na promoção da valorização pela comunidade local do seu patrimônio cultural, em especial, do arqueológico.

Nos diferentes municípios houve a participação e interesse dos gestores culturais e educacionais e, em especial, dos alunos e comunidade em geral. A sensibilização da comunidade frente à questão patrimonial passou por sua experiência de vida e percepção das mudanças socioeconômicas em ocorrência na região, com uma intensa modificação no panorama de vida, passando no espaço de uma geração de um típico modo de vida rural, para um outro modo de ser em que o espaço urbano e as transformações promovidas pelos grandes empreendimentos passaram a integrar as suas vidas.

Entretanto, em localidades como Pedro Canário, Conceição da Barra e Jaguaré, a fala dos visitantes mesclava curiosidade sobre a presença de povos pré-históricos na região, sobre os achados de peças de índios, que muitos alegavam já ter evidenciado, passando para questões de mudanças bruscas em seu cotidiano, em especial, com a falta de emprego e oportunidades de subsistência local.

As pessoas de um modo geral demonstraram gostar do local em que moram ao mesmo tempo em que refletem sobre questões ligadas à sobrevivência no cotidiano frente as grandes mudanças estruturais. A ampliação da rodovia seria uma destas grandes transformações.

As atividades também permitiram abordar a importância da corresponsabilidade na preservação do patrimônio cultural em geral e sugerir a incorporação da dimensão das transformações nas paisagens na longa duração a partir do conhecimento arqueológico no projeto em desenvolvimento.

3 Considerações Finais

O trajeto da BR-101 no trecho projetado para duplicação apresenta três momentos relevantes de ocupação humana do extremo sudeste baiano e nordeste capixaba.

Remetendo ao passado pré-histórico, as ocorrências isoladas encontradas nos quilômetros 29, 36 e 114 indicam o alto potencial arqueológico para a presença de sítios líticos, associados a caçadores-coletores, na AID do empreendimento.

De período posterior, ainda da pré-história, os sítios arqueológicos Graciosa e Monitura apresentam associação a um horizonte cultural agricultor-ceramista correlacionado à Tradição Tupiguarani ou Sistema Regional Tupinambá.

Do período histórico, época colonial, estão presentes na AII, bens edificados nos centros históricos de São Mateus e Conceição da Barra. Posteriores, pós-economia escravista, do final do século XIX, as casas de farinhas, conhecidas como *Quitungos* são remanescentes de uma das atividades econômicas mais importantes desenvolvidas no norte do Espírito Santo. A tradição é mantida, principalmente, em São Mateus e Conceição da Barra. A comunidade quilombola São Domingos, embora faça parte de um processo de autoafirmação mais recente, mantém como tradição a “farinhada” – festa da produção da farinha.

Entre o final do século XIX e o início do XX, no período republicano velho, a região entre Linhares e Serra ficou marcada pela imigração italiana e, conseqüentemente, pela economia cafeeira. Em Pendanga (Ibiraçu) ainda estão preservados bens desse período: cemitério, comércio e pila de café que pertenceram à família Menegaz, casarão-sede da antiga fazenda de café da família Gorza e Capela de Santo Antônio, da família Curto. Nos arredores de Fundão e Timbuí também estão preservados trechos com trilhos da antiga ferrovia e os edifícios de estações Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM).

Ao longo do século XX, entre as décadas de 1940 e 1950, após a desativação da ferrovia, uma nova dinâmica de ocupação do espaço se estabelece. A implantação da BR-101 entre as décadas de 1950-1960 possibilitou o acesso e circulação de pessoas, bem como deu impulso à economia.

Desde Mucurí (BA) até Serra (ES), a arquitetura das habitações e dos comércios apresenta influências do Art Déco, em moda no Brasil na época de implantação da BR-101. Nesse momento ocorreu uma dinamização na quantidade de comércios e habitações ao longo do traçado da BR-101. Além dos comércios, os bens edificados ainda revelam serrarias e farinheiras. A influência italiana permanece forte ao longo do século, como demonstrado por diversas habitações.

Em suma, considera-se que este Diagnóstico Arqueológico Interventivo, elaborado para o licenciamento ambiental das obras de duplicação da BR-101, alcançou os objetivos propostos, permitindo a anuência do CNA/IPHAN às Licenças Prévia e de Instalação (LP/ LI) do empreendimento.

Por outro lado, para a Licença de Operação (LO), é sugerida a implantação do Programa de Gestão Arqueológica preconizado.

4 Referências Bibliográficas

- A LASCA ARQUEOLOGIA. **Programa de Arqueologia Preventiva da Rodovia ES-315 (Estrada do Nativo), Município de São Mateus/ES.** Coordenação de Ms. Lúcia de J. C. Oliveira Juliani, 72 págs., Fevereiro de 2012.
- A LASCA ARQUEOLOGIA. **Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA, do Km 939,4 ao Km 956,9, no Estado da Bahia, e do Km 0,0 ao Km 244,9, no Estado do Espírito Santo.** Projeto de Pesquisa. São Paulo: A Lasca Consultoria e Assessoria em Arqueologia S. S. Ltda. Agosto de 2014.
- ANJOS, Ana C. C. dos. A caminho de uma cultura de sustentabilidade com a Arte-Educação. In: ROSENTHAL, D; RIZZI, M. C. S. L. (org.) **Artes.** São Paulo: Blucher, 2013.
- _____. **Arte-Educação e Educação Ambiental.** Uma reflexão sobre a colaboração teórica e metodológica da Arte Educação para a Educação Ambiental. 2010. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BAHIENSE, Norbertino. **O Caboclo Bernardo:** O naufrágio do Imperial Marinheiro. Rio de Janeiro: s/editor, 1971.
- BASTOS, R. L. & TEIXEIRA, A. **Normas e gerenciamento do Patrimônio Arqueológico.** São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2005.
- BRANDÃO, Carlos R. A Comunidade Tradicional. In: COSTA, J.B. & OLIVEIRA, C. **Cerrado, Gerais, Sertão.** Ed. Cidade, 2010.
- BICHO, Nuno F. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica.** Porto, Edições 70, 2006.
- BRASIL. Governo Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Artigos 205 e 206, 1988.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Educação Patrimonial.** Histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: IPHAN/DARF/COGEDIP/CEDUC, 2014.
- BROCHIER, L. L. **Diagnóstico e Manejo de Recursos Arqueológicos em Unidades de Conservação:** uma proposta para o litoral paranaense. São Paulo: FFLCH/MAE/USP, 2004.
- CASTILLO RUIZ, J. **Hacia una nueva definición de patrimonio histórico?** PH Boletim del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n. XVI, Sevilla, IAPH, Setiembre 1996.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- COUTINHO, José M. **Uma história do povo de Aracruz:** Das origens pré-históricas à conquista do poder político pelos Ítalos-brasileiros. Volume I. Aracruz: Reitem, 2006.

CUNHA, Danilo F. S. **Patrimônio cultural**: proteção legal e constitucional. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

CURY, Isabelle. (org.). **Cartas Patrimoniais**. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DIAS JR, ONDEMAR. A evolução da Cultura em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. **Anuário de Divulgação Científica**, Instituto Goiano de Pré-História, Universidade Católica de Goiás, III(3):110-130, 1976/1977.

_____ A tradição Itaipu, costa central do Brasil. *In*: Meggers, B.(ed.) **Prehistoria Sudamericana**. Nuevas Perspectivas. Santiago de Chile: Taraxacum Washington. 1992. pp.161-176.

DIAS Jr., O. & Carvalho, E. A pré-história da Serra Fluminense e a utilização das grutas do Estado do Rio de Janeiro. **Pesquisas**, Antropologia, São Leopoldo, 31:43-86, 1980.

FAGUNDES, M. Uma análise da paisagem em arqueologia - os lugares persistentes. **Canindé** (MAX/UFS), v. 01, p. 01-11, 2008.

FERDIÈRE, A. **Les prospections au sol**. *In*: DABAS; ET AL *La prospection*. Paris: Errance, 1998. p. 9-77.

FISH, S. K. & KOWALEWSKI, S. A. (eds.). **The Archaeology of Regions**. A Case for Full-Coverage Survey. Washington: Smithsonian Institution Press. 1990.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966.

FUNARI P. P. & PELEGRINI, S. **A Arqueologia**. São Paulo: Ática, 2006 (Coleção Série Princípios).

GASPAR, Maria D. **Aspectos da organização social de um grupo de pescadores, coletores e caçadores**: Região compreendida entre a Ilha Grande e o delta do Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro. São Paulo. 374p. Tese (Doutorado em Arqueologia), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1991.

GONZÁLEZ-VARAS. I. **Conservación de bienes culturales**. Madrid: Cátedra, 2003.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília – DF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2007.

HORTA, Maria L. P. **Educação Patrimonial I**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Cultura, Fundação Nacional Pró Memória, 1984 (Encarte em Boletim do Programa Nacional de Museus, 2005).

_____ **Educação Patrimonial II.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Cultura, Fundação Nacional Pró Memória, 1984 (Encarte em Boletim do Programa Nacional de Museus, 2005).

_____ *et al.* **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

KINTIGH, K. W. **The effectiveness of subsurface testing:** a simulation approach. *American Antiquity*, v. 4, n. 53, p. 686-707, 1988.

KIPNIS, Renato. O uso de modelos preditivos para diagnosticar recursos arqueológicos em áreas a serem afetadas por empreendimentos de impacto ambiental. **Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural** (1996). *Atas ...* p. 34-40. Goiânia, 1997.

KRAKKER, J. J.; SHOTT, M. J. & WELCH, P. D. Design and evaluation of shovel-test sampling in regional archaeological survey. **Journal of Field Archaeology**, n. 10, p. 469-480, 1993.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Tomo I. Lisboa, 1938.

MACHADO, Maria C. L. **Prospecção de sítios arqueológicos na Reserva Florestal de Linhares, ES.** Relatório apresentado à Gerência Geral de Programas Ambiental e Silvicultura Tropical – Floresta Rio Doce. Linhares. 1994.

MARQUES, César A.. **Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878.

MARTIN, L. *et al.* **Geologia do quaternário Costeiro do Litoral Norte do Rio de Janeiro e do Estado do Espírito Santo.** CPRM, Belo Horizonte.1997.

NIMUENDAJU, C. **Mapa etnohistórico.** Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

NOVAES, Maria S. **Escravidão e Abolição no Espírito Santo.** História e folclore. Prêmio Literário e Científico da Assembléia Legislativa do Espírito Santo. Vitória, 1963.

_____ **História do Espírito Santo.** Vitória: Fundo Editorial do ES, 1969.

OLIVEIRA, José T. de. **História do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

ORSSICH, A. Relatório arqueológico do Espírito Santo. **Revista de Cultura**, 19. 1964.

PEROTA, Celso. **Considerações sobre a Tradição Aratu nos estados da Bahia e Espírito Santo.** Bol. Museu de Arte e História, Vitória. 1971a.

_____ **Dados parciais sobre a arqueologia norte espírito-santense.** PRONAPA, Resultados Preliminares do 4º Ano, 1968-1969. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas, nº 15: 149-162, 1971b.

-
- _____. **Resultados da Região Central do Estado do Espírito Santo.** PRONAPA, 5. Resultados Preliminares do 5º Ano, 1969-1970. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p.127-40, 1974.
- _____. **As datações de C14 dos sítios do Espírito Santo.** Revista de Cultura da UFES. Vitória, 4(6):15-16, 1975.
- _____. **O sítio Monsarás:** evidências arqueológicas. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo. 1979.
- _____. **Levantamento Arqueológico Visando o Licenciamento Ambiental, Referente ao Trecho Previsto para Obra de Asfaltamento da Rodovia ES-315 (Estrada do Nativo)- Relatório Técnico -CCTTAA --** Centro de Tecnologia em Aquicultura e Meio Ambiente. DT-MA-059/2008, Junho / 2008.
- PEROTA, C. & ASSIS, V. S. **O sítio Areal:** estudo da influência da pressão ambiental sobre a população pré-histórica no litoral do Estado do Espírito Santo. Não Publicado. 1987.
- PEROTA, C. *et al.* **O sítio “Dunas de Itaúnas”.** Considerações sobre a evolução holocênica no litoral do estado do Espírito Santo. Anais do Congresso da ABEQUA. Belo Horizonte, 1992.
- PIAGET, J. **Aprendizagem e conhecimento.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1975.
- RABELO, Regina. **O Caboclo Bernardo:** História e Cultura na Barra do Rio Doce. Linhares: UniLinhares, 2003.
- REDMAN, C. L. Surface collection, sampling, and research design: a retrospective. **American Antiquity**, Washington, v. 52, n. 2, p. 249-265, Apr. 1987.
- RENFREW, C. & BAHN, P. 2004. **Archaeology:** Theories, Methods, and Practice, 4th ed. London: Thames and Hudson, 2004.
- RHEA. **Sítio Arqueológico “Vila do Mutirão” –** Aracruz, ES. Relatório Técnico 1. Vitória, Rhea Estudos e Projetos, dez. 2006.
- ROCHA, Levy. **Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo.** Brasília: Brasília S/A, 1971.
- SCHIFFER, M. & GUMERMAN, G. **Conservation Archaeology.** New York: Academic Press, 1997.
- SCIENTIA. **Relatório Final: Salvamento Arqueológico do Sítio Arqueológico RPO-1,** São Mateus, ES. Scientia Consultoria Científica, São Paulo, dezembro de 2005, 187 págs.
- SUGUIO, K.; MARTIN, L. & DOMINGUEZ, J. M. L. **Evolução da planície costeira do rio Doce (ES) durante o quaternário:** influências das flutuações do nível do mar. ATAS do IV Simpósio do Quaternário no Brasil. Rio de Janeiro, 1982. pp.93-116.

TEIXEIRA, João L. C. **A malha paralela no levantamento arqueológico regional**: um estudo de caso na planície litorânea do norte capixaba. São Paulo, USP, 2003. *Dissertação de Mestrado*.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WATERS, M. R. **Principles of geoarchaeology**: a North American perspective. Tucson: University of Arizona Press, 1992.

WATERS, M. R. & KUEHN, D. D. The Geoarchaeology of place: The Effect of Geological Processes on the Preservation and Interpretation of the Archaeological Record. **American Antiquity**, v.61, n. 3. 1996. p. 483-497.

ZUNTI, M. C. G. **Panorama histórico de Linhares**. Linhares, PM Linhares, 1982.

E-REFERÊNCIAS

Cadastro Nacional de Cavernas do Brasil - CNC. Sociedade Brasileira de Espeleologia. Disponível em: <<http://www.sbe.com.br/cnc>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Cadastro Nacional de Museus. 2ª Edição. Portal do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Ministério da Cultura. Governo Federal. Disponível em: <<http://sistemas.museus.gov.br/cnm/pesquisa/filtrarUf>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico – CNSA / SGPA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC. Áreas Protegidas. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>> Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Comunidades Quilombolas. Fundação Cultural Palmares. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/lista-das-crqs-certificadas-ate-27-11-2014.pdf>>

Espírito Santo. Terras indígenas. Índios no Brasil. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. 5 ed., Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. Câmara dos Deputados. 2010, Biblioteca Digital da Câmara. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2014.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2014.

[Lista de Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo \(1938 - 2012\)](#) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Departamento de Articulação e Fomento – DAF. Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação – Copedoc. Coordenação de Documentação e Informação – Codin. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Fevereiro de 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Parâmetros Curriculares Nacionais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2014.

Patrimônio Cultural. Bens Imateriais. Secretaria de Estado da Cultura – SECULT. Portal do Governo do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.secult.es.gov.br/patrimonios/imateriais/page:2>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Patrimônio Cultural. Bens Imóveis. Secretaria de Estado da Cultura – SECULT. Portal do Governo do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.secult.es.gov.br/patrimonios/imoveis>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Patrimônio Cultural. Bens Naturais. Secretaria de Estado da Cultura – SECULT. Portal do Governo do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.secult.es.gov.br/patrimonios/naturais>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Perfil dos Municípios Brasileiros. Gestão Pública 2012. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://munic.ibge.gov.br/index.php?uf=&nome=aracruz&x=0&y=0&ano=2012>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Plano Decenal de Educação. BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2014.

Portaria nº 230, 2002. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em 18 de agosto de 2014.

Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia – SIPAC. Patrimônio Cultural na Bahia. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC. Secretaria de Cultura. Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

UNESCO – União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: www.unesco.org.br>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

Anexos

Anexo 1 Fichas de Registro dos Sítios Arqueológicos

Anexo 2 Fichas de Prospecção

As fichas de prospecção estão contempladas no Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico para o Projeto de Ampliação da Capacidade da BR-101 ES/BA enviado ao IPHAN.



Código:

REV.
00

Emissão:

Folha:



Resp. Técnico/Projetista:

Resp. Técnico/Concessionária:

Lote:

Rodovia:
BR-101 ES/BA

ANTT:

Trecho: KM 939+400 ao 956+900/BA e KM 000+000
ao KM 244+900/ES

Verificado:

Objeto: ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA-
RIMA

Aprovado:

Documentos de Referência:
Patrimônio, Histórico, Cultural e Arqueológico - Avaliação de
Impacto Ambiental

Documentos Resultantes:



Rev.	Data	Resp. Téc/Proj.	Resp.	ANTT	Verificado	Aprovado

1. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

Nesta etapa dos estudos referentes ao patrimônio cultural, visando à obtenção da anuência do IPHAN às licenças Prévia e de Instalação do empreendimento, os bens culturais identificados e reapresentados resumidamente nos quadros a seguir foram relacionados como localizados na AID ou na ADA com base no Projeto Funcional da duplicação da Rodovia BR-101.

Por se tratar de empreendimento pré-existente, considera-se que as obras devem ocorrer, na maior parte do trecho de estudo, na faixa de domínio existente, que já deve ter sido submetida a movimentos de solo por ocasião da implantação da BR-101.

Por outro lado deve-se considerar também, a implantação de acessos, alças, canteiro de obras, áreas de empréstimo e bota-fora, além de melhorias em acessos existentes, obras estas que ocorrem além da faixa de domínio da BR-101.

De modo geral, as faixas de terreno para as quais estão previstas as obras de duplicação e melhorias da BR-101, no trecho estudado, interceptam áreas centrais de cinco municípios (São Mateus, Sooretama, Linhares, Ibirapu e Fundão, todos no Estado do Espírito Santo) e periféricas de nove municípios (Mucuri, na Bahia e Pedro Canário, Pinheiro, Conceição da Barra, Jaguaré, Aracruz, João Neiva e Serra, no Espírito Santo) que apresentam sinais de intervenções humanas na paisagem, especialmente aquelas relacionadas à construção da BR-101.

Outra característica marcante observada em campo está relacionada aos períodos de ocupação humana da AID, representados pelo conjunto de bens históricos e arqueológicos revelados próximos às margens da rodovia.

O período de ocupação anterior à implantação da BR-101 é marcado entre o final do século XIX e o início do século XX, estando associado à imigração italiana e sua influência nos costumes, tradições e arquitetura. É a partir das décadas de 1950 e 1960, com a abertura da BR-101, que se nota a intensificação da ocupação do espaço e da movimentação socioeconômica.

1.1 Patrimônio Arqueológico

Como o patrimônio arqueológico é representado pelos vestígios materiais de ocupações humanas pretéritas que, geralmente, ocorrem inseridos na matriz do solo, os impactos sobre estes bens estão diretamente associados às diferentes ações necessárias à instalação do empreendimento que resultem em movimentos de solo.

Assim, toda e qualquer atividade dessa natureza necessária à instalação do empreendimento, pode ocasionar danos a eventual patrimônio arqueológico ali presente. Da mesma forma, as atividades de desmatamento podem ocasionar impactos em sítios situados em terrenos recobertos por essa vegetação.

Além disso, os trabalhos de campo resultaram positivos, com a localização de 04 ocorrências e 06 sítios arqueológicos localizados na AID ou na ADA da BR-101.

Os Quadros 1.1-1 e 1.1-2 apresentam resumidamente as ocorrências e sítios arqueológicos registrados durante os trabalhos de campo e a indicação de medidas que deverão ser tomadas para a sua proteção em decorrência das obras previstas da BR-101.

Quadro 1.1-1 – Ocorrências arqueológicas

OCORRÊNCIA	COORDENADAS UTM 24 K	TIPOLOGIA	AI	FATOR GERADOR DE IMPACTO	MEDIDA SUGERIDA
OC km 29/ES	401.033E 7.964.061S	Lítica Material em corte da BR-101	ADA	Ampliação de corte da rodovia	Monitoramento arqueológico
OC km 36/ES	401.965E 7.957.843S	Histórica (materiais construtivos)	ADA	Duplicação	Monitoramento arqueológico
OC km 114/ES	388.843E 7.887.116S	Lítica Fora da faixa de domínio	AID/ADA	Duplicação	Monitoramento arqueológico
OC km 205/ES	355.253E 7.803.681S	Histórica (escória de forno de cal)	AID	Não há (fora da faixa de duplicação)	Nenhuma

Quadro 1.1-2 – Sítios arqueológicos

SÍTIO	COORDENADAS UTM 24 K	TIPOLOGIA	AI	FATOR GERADOR DE IMPACTO	MEDIDA SUGERIDA
Braço do Rio km 33/ES	401.547E 7.960.422S	Lítico Material em corte da BR-101	ADA	Duplicação	Delimitação e Resgate arqueológico
Bom Jesus km 88/ES	399.687E 7.911.075S	Histórico (vestígios de antiga serraria)	ADA	Duplicação	Resgate arqueológico

Graciosa km 135/ES	385.815E 7.866.932S	Cerâmico (Tupiguarani)	ADA	Duplicação	Resgate arqueológico
Mattiuzzi km 217/ES	355.234E 7.803.677S	Histórico (estruturas de alvenaria de pedra)	ADA	Duplicação	Resgate arqueológico
Monitura km 236/ES	352.164E 7.789.015S	Multicomponencial (cerâmico + histórico)	ADA	Duplicação	Resgate arqueológico
Rio Preto km 30/ES	400.897E 7.963.856S	Histórico (AID)	AID	Não há	Não há

O Quadro 1.1-3 apresenta a avaliação de impactos do empreendimento sobre o patrimônio arqueológico.

Quadro 1.1-3 – Impacto sobre o patrimônio arqueológico

IMPACTO 1	
Impacto	Remobilização, soterramento e destruição parcial ou total de sítios arqueológicos
Componente ambiental afetado	Patrimônio Arqueológico

Quadro 1.1-3 – Impactos sobre o patrimônio arqueológico (CONTINUAÇÃO)

IMPACTO 1	
Fatores geradores	Remoção da vegetação rasteira, indivíduos arbóreos isolados e limpeza da área Implantação de canteiro de obras Implantação de infraestruturas de aterros e bota-foras (provisórias e / ou permanentes) Terraplenagens, escavações, estocagem do solo natural Movimentação de maquinário pesado Implantação e/ou operação do sistema de drenagem de águas pluviais (provisório e/ou definitivo)
Fase do empreendimento	Implantação
Classificação	O impacto considerado é de natureza negativa, de ocorrência comprovada em curto prazo de tempo e de espacialização localizada. É caracterizado como um impacto

	<p>permanente a ser causado pelo desenvolvimento das obras do empreendimento, principalmente aquelas onde haja movimentação de solo.</p> <p>Esse impacto pode ser considerado de grande magnitude mas pode ser compensado com a adoção das medidas preventivas e mitigatórias preconizadas em programas arqueológicos específicos</p>
Medida Sugerida	Plano de Gestão Arqueológica

1.2 Patrimônio Edificado

Os trabalhos de levantamento do patrimônio edificado desenvolvidos na AID do trecho de duplicação da BR-101 não indicaram a presença de bens tombados pelos órgãos de preservação federal, estadual e municipais atuantes na região.

No entanto, foram identificados alguns bens indicados pelas comunidades locais como de interesse patrimonial (Quadro 1.2-1). Estes estão representados por edifícios religiosos, residenciais, comerciais e ferroviários localizados, majoritariamente, na AID do empreendimento, muito próximo à BR-101.

Exceção ocorre com dois bens edificados: uma bica de água (Pedro Canário/ES) e a Igreja de São Sebastião (Pinheiros/ES) que se encontram inseridos na ADA representada pela faixa de duplicação da rodovia.

Quadro 1.2-1 – Patrimônio material da ADA

BEM	MUNICÍPIO / LOCALIDADE	COORDENADAS UTM 24 K	TIPOLOGIA
Bica de Pedro Canário km 17+500m	Pedro Canário/ES	398.871E 7.975.357S	Monumento
Igreja de São Sebastião km 26	Pinheiros/ES Água Seca / Floresta	399.908E 7.967.828S	Religioso

O Quadro 1.2-2 apresenta a avaliação de impactos do empreendimento sobre o patrimônio edificado.

Quadro 1.2-2 – Impacto sobre o patrimônio edificado

IMPACTO 2	
Impacto	Interferência e descaracterização do patrimônio histórico-cultural edificado
Componente ambiental afetado	Patrimônio Arquitetônico
Fatores geradores	Desapropriações Implantação das obras rodoviárias
Fase do empreendimento	Implantação
Classificação	Este impacto é negativo, de provável ocorrência, de curto prazo e de espacialidade localizada. Caracteriza-se como impacto permanente e irreversível. É considerado de alta magnitude e relevância se não aplicada a medida preventiva indicada.
Medida Sugerida	Adequação de projeto, evitando danos aos bens indicados: Bica (Pedro Canário) e Igreja de São Sebastião (Pinheiros).

1.3 Patrimônio Imaterial

Os trabalhos de levantamento do patrimônio imaterial desenvolvidos na AID do trecho de duplicação da BR-101 não indicaram a presença de bens registrados pelos órgãos de preservação federal, estadual e municipais atuantes na região.

No entanto, foram identificados alguns bens indicados pelas comunidades locais como de interesse patrimonial (Quadro 1.3-1). Estes estão representados, principalmente, por

manifestações religiosas que se desenvolvem na AID do empreendimento, muito próximo à BR-101.

Entre estes, 03 bens classificados como “práticas sociais, rituais e festivas” utilizam a própria Rodovia BR-101, ou seja, percorrem a ADA do empreendimento:

- Procissão e carreata realizadas por ocasião da Festa da Imigração Italiana e Festa de São Cristóvão, no Distrito de Guaraná, em Aracruz/ES;
- Desfile de grupos de congo em Fundão, ES;
- Desfile de grupos de Congo de São Domingos, em Serra/ES.

Quadro 1.3-1 – Patrimônio imaterial da ADA

BEM	MUNICÍPIO / LOCALIDADE	COORDENADAS UTM 24 K	UNIVERSO	AI
Procissão e carreata na Rodovia BR-101 Festa da Imigração Italiana km 186 a km 188	Aracruz/ES Guaraná		Práticas sociais, rituais e atos festivos	ADA 1º domingo de novembro
Desfile de Grupos de Congo que cruzam a Rodovia BR-101 Festa de São Benedito e São Sebastião km 227+600m	Fundão/ES Igreja de São José	352.843E 7.795.292S	Práticas sociais, rituais e atos festivos	ADA Meses de dezembro a abril
Desfile de Grupos de Congo que cruzam a Rodovia BR-101 km 249	Serra/ES São Domingos		Práticas sociais, rituais e atos festivos	ADA

Quadro 1.3-2 – Impacto sobre o patrimônio imaterial

IMPACTO 2	
Impacto	Obstrução de trajetos utilizados para manifestações culturais
Componente ambiental afetado	Patrimônio Imaterial
Fatores geradores	Implantação das obras rodoviárias

Fase do empreendimento	Implantação
Classificação	Este impacto é negativo, de provável ocorrência, de curto prazo e de espacialidade localizada. Caracteriza-se como impacto temporário e reversível. É considerado de média magnitude e baixa relevância.
Medida Sugerida	Liberação de passagem na ADA, durante as obras, para as manifestações culturais.

2. MEDIDAS SUGERIDAS

2.1 Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico

Como medida preventiva e/ou mitigadora aos impactos identificados ao patrimônio arqueológico e de acordo com a Portaria IPHAN nº 230/2002, deve-se desenvolver e implantar um Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico que contemple as ações a seguir indicadas.

2.1.1 Resgate Arqueológico

Devem ser objeto de resgate os sítios arqueológicos localizados na ADA do empreendimento e, portanto, sob risco de impacto direto durante as obras de implantação da duplicação da BR-101 (Quadro 2.1.1-1).

Além destes, na AID, foi encontrado o Sítio Arqueológico Rio Preto. Visando a proteção deste bem, recomenda-se que não sejam efetuados quaisquer movimentos de solo no perímetro delimitado pelas coordenadas:

24 K 400911 7963997	24 K 400709 7963699
24 K 400709 7963699	24 K 400990 7963930

Quadro 2.1.1-1 – Sítios arqueológicos a ser resgatados

SÍTIO	COORDENADAS UTM 24 K	TIPOLOGIA
Braço do Rio km 33/ES	401.547E 7.960.422S	Lítico Material em corte da BR-101
Bom Jesus km 88/ES	399.687E 7.911.075S	Histórico (vestígios de antiga serraria)
Graciosa	385.815E	Cerâmico (Tupiguarani)

km 135/ES	7.866.932S	
-----------	------------	--

Quadro 2.1.1-1 – Sítios arqueológicos a ser resgatados (CONTINUAÇÃO)

SÍTIO	COORDENADAS UTM 24 K	TIPOLOGIA
Mattiuzzi km 217/ES	355.234E 7.803.677S	Histórico (estruturas de alvenaria de pedra)
Monitura km 236/ES	352.164E 7.789.015S	Multicomponencial (cerâmico + histórico)

De modo geral, no resgate, as intervenções a ser realizadas em cada sítio deverão variar de acordo com a tipologia, o potencial informativo, a raridade de ocorrência e o estado de preservação atual. Assim, os trabalhos de resgate do patrimônio arqueológico serão realizados com base em avaliações individuais, levando-se em conta critérios de significância arqueológica e as proposições teórico-metodológicas mais adequadas à linha de pesquisa.

No entanto, algumas questões são comuns a todos os sítios que deverão ser resgatados.

Objetivos Específicos:

- Averiguar de forma sistemática, nas áreas dos sítios identificados, através da aplicação de procedimentos próprios do resgate científico arqueológico, a existência de vestígios detentores de informações sobre os processos de transformação sócio-histórico-cultural desenvolvidos na área;
- Definir as medidas, as técnicas e os procedimentos de abordagem mais adequados quanto à preservação e / ou o salvamento (escavação) para os sítios arqueológicos localizados;
- Salvaguardar o conjunto das informações que possam advir dos vestígios encontrados, assegurando à sociedade e aos órgãos de gestão que não ocorram perdas significativas de conhecimento que fazem referência ao patrimônio cultural envolvido, e dessa forma podendo aprofundar e / ou produzir novas informações sobre o histórico da ocupação humana das áreas pesquisadas enriquecendo o contexto arqueológico regional e o nacional.

Procedimentos Recomendados:

- Realização de atividades técnicas específicas de resgate científico arqueológico, como abertura de unidades de escavação (sondagens arqueológicas, poços-teste), retificação de perfis estratigráficos expostos, aplicação de técnicas de escavação em superfícies amplas (áreas de decapagem), exposição das estruturas de interesse, levantamento arquitetônico dos bens edificados e coleta georreferenciada do material de interesse;
- Tarefas de curadoria e análise, em laboratório, dos bens arqueológicos coletados e destinação para conservação e salvaguarda desse material;

- Síntese e interpretação dos dados obtidos.

Tais procedimentos deverão permitir a elaboração de relatório técnico a ser enviado ao IPHAN com os resultados finais obtidos suscitados pela aplicação das técnicas investigativas de campo e de gabinete / laboratório e as recomendações derradeiras no caso de ainda remanescerem eventuais bens de interesse arqueológico que possam estar em risco.

2.1.2 Acompanhamento Arqueológico das Obras

O acompanhamento arqueológico das obras de implantação da infraestrutura projetada deverá ocorrer em todas as fases que resultem em movimentos de solo. Deverá compreender serviços de limpeza do terreno (destoca), de escavação e de movimentos de terra (terraplanagem).

O acompanhamento arqueológico foi indicado para ser realizado nos quilômetros 29, 36 e 114 da BR-101/ES, nos locais onde foram encontradas ocorrências que, pelas limitações impostas pela metodologia de prospecção arqueológica, não puderam ser confirmados como sítios arqueológicos. O acompanhamento deverá ocorrer em faixa de 200 m ao longo do alinhamento da rodovia, 100 m antes e 100 m depois dos pontos de localização das ocorrências.

Quadro 2.1.2-1 – Pontos de acompanhamento arqueológico das obras

OCORRÊNCIA	COORDENADAS UTM 24 K	TIPOLOGIA
OC km 29/ES	401.033E 7.964.061S	Lítica Material em corte da BR-101
OC km 36/ES	401.965E 7.957.843S	Histórica (materiais construtivos)
OC km 114/ES	388.843E 7.887.116S	Lítica Fora da faixa de domínio

As atividades de resgate arqueológico, anteriormente descritas, também deverão determinar a necessidade (ou não) de implantação de ações de acompanhamento arqueológico das obras de implantação do empreendimento nas áreas dos sítios resgatados.

Devem ser consideradas para monitoramento as seguintes ações do empreendimento:

- Escavações, aterramentos e remoções de sedimentos para abertura da faixa de duplicação;
- Escavações para instalação dos viadutos;
- Escavações para a instalação das pontes;

- Escavação e recortes de taludes;
- Empréstimo de solo;
- Obras de adequação das vias terrestres ao longo de todo o traçado da BR-101.

Objetivos Específicos:

- Prevenir danos aos bens arqueológicos existentes e porventura não detectados na Área Diretamente Afetada (ADA);
- Caso sejam encontrados bens arqueológicos, implantar medidas adequadas à preservação ou estudo dos sítios arqueológicos localizados, através da adoção de programa arqueológico específico;

Procedimentos Recomendados:

- Acompanhamento e vistoria das frentes de obra potencialmente causadoras de impacto sobre o patrimônio (escavações) nas áreas definidas como potencialmente arqueológicas e/ou inacessíveis na fase de prospecção arqueológica;
- Registro dos sítios de interesse porventura encontrados junto ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN;
- Curadoria e análise, em laboratório, de eventuais bens arqueológicos coletados;
- Síntese e interpretação dos dados obtidos.

As atividades de acompanhamento arqueológico deverão gerar relatórios parciais de campo, por trecho ou período, e um Relatório Final onde deverão estar contempladas todas as atividades realizadas, com registro e documentação escrita e fotográfica.

Os sítios arqueológicos localizados deverão ser imediatamente registrados no IPHAN e os serviços de resgate arqueológico deverão ser providenciados imediatamente após a localização de um sítio arqueológico.

2.1.3 Programa de Educação Patrimonial

Tal programa deverá ser complementar aquele desenvolvido durante a prospecção arqueológica e ocorrer durante e após o resgate arqueológico.

A educação patrimonial objetiva promover a apropriação, valorização e ressignificação dos bens de interesse cultural, arqueológico ou histórico, da região para a população presente nas áreas de influência do empreendimento, através da difusão dos conhecimentos até então

alcançados pela ciência arqueológica e pelos trabalhos de arqueologia desenvolvidos para o processo de licenciamento ambiental do empreendimento em questão.

Além da comunidade como um todo, o público alvo também deverá ser composto por profissionais direta ou indiretamente envolvidos no projeto de implantação e execução do empreendimento.

Tal programa deverá ser desenvolvido por equipe técnica multidisciplinar.

Objetivos Específicos:

- Fomentar iniciativas de promoção, defesa, preservação e conservação dos bens arqueológicos, históricos e culturais;
- Promover a corresponsabilidade pela preservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural, local e regional;
- Comunicar, esclarecer e sensibilizar a comunidade local e funcionários do empreendimento sobre as especificidades dos bens patrimoniais.

Procedimentos Recomendados:

- Aplicações de oficinas e conversas utilizando-se de recursos audiovisuais;
- Programação de visitas aos sítios arqueológicos presentes na ADA durante as escavações;
- Elaboração de material impresso para divulgação do conhecimento alcançado através do desenvolvimento dos programas das etapas anteriores dos estudos patrimoniais culturais.

O Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico deverá contar com a respectiva aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e ser realizado por profissional de arqueologia que deverá elaborar e apresentar projeto a esse órgão, de acordo com as especificações contidas nas Portarias IPHAN nº 07/1988 e nº 230/2002, para obtenção da permissão / autorização de pesquisa.

Os programas listados a seguir contemplam as ações específicas para as Comunidades Quilombolas localizadas

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trajeto da BR-101 no trecho projetado para duplicação apresenta três momentos relevantes de ocupação humana do extremo sudeste baiano e nordeste capixaba.

Remetendo ao passado pré-histórico, as ocorrências isoladas encontradas nos quilômetros 29, 36 e 114 indicam o alto potencial arqueológico para a presença de sítios líticos, associados a caçadores-coletores, na AID do empreendimento.

De período posterior, ainda da pré-história, os sítios arqueológicos Graciosa e Monitira apresentam associação a um horizonte cultural agricultor-ceramista correlacionado à Tradição Tupiguarani ou Sistema Regional Tupinambá.

Do período histórico, época colonial, estão presentes na All, bens edificados nos centros históricos de São Mateus e Conceição da Barra. Posteriores, pós-economia escravista, do final do século XIX, as casas de farinhas, conhecidas como *Quitungos* são remanescentes de uma das atividades econômicas mais importantes desenvolvidas no norte do Espírito Santo. A tradição é mantida, principalmente, em São Mateus e Conceição da Barra. A comunidade quilombola São Domingos, embora faça parte de um processo de autoafirmação mais recente, mantém como tradição a “farinhada” – festa da produção da farinha.

Entre o final do século XIX e o início do XX, no período republicano velho, a região entre Linhares e Serra ficou marcada pela imigração italiana e, conseqüentemente, pela economia cafeeira. Em Pendanga (Ibiraçu) ainda estão preservados bens desse período: cemitério, comércio e pila de café que pertenceram à família Menegaz, casarão-sede da antiga fazenda de café da família Gorza e Capela de Santo Antônio, da família Curto. Nos arredores de Fundão e Timbuí também estão preservados trechos com trilhos da antiga ferrovia e os edifícios de estações Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM).

Ao longo do século XX, entre as décadas de 1940 e 1950, após a desativação da ferrovia, uma nova dinâmica de ocupação do espaço se estabelece. A implantação da BR-101 entre as décadas de 1950-1960 possibilitou o acesso e circulação de pessoas, bem como deu impulso à economia.

Desde Mucurí (BA) até Serra (ES), a arquitetura das habitações e dos comércios apresenta influências do Art Déco, em moda no Brasil na época de implantação da BR-101. Nesse momento ocorreu uma dinamização na quantidade de comércios e habitações ao longo do traçado da BR-101. Além dos comércios, os bens edificados ainda revelam serrarias e farinhas. A influência italiana permanece forte ao longo do século, como demonstrado por diversas habitações.

Em suma, considera-se que este Diagnóstico Arqueológico Interventivo, elaborado para o licenciamento ambiental das obras de duplicação da BR-101, alcançou os objetivos propostos, permitindo a anuência do CNA/IPHAN às Licenças Prévia e de Instalação (LP/ LI) do empreendimento.

Por outro lado, para a Licença de Operação (LO), é sugerida a implantação do Programa de Gestão Arqueológica preconizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A LASCA ARQUEOLOGIA. **Programa de Arqueologia Preventiva da Rodovia ES-315 (Estrada do Nativo), Município de São Mateus/ES.** Coordenação de Ms. Lúcia de J. C. Oliveira Juliani, 72 págs., Fevereiro de 2012.
- A LASCA ARQUEOLOGIA. **Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA, do Km 939,4 ao Km 956,9, no Estado da Bahia, e do Km 0,0 ao Km 244,9, no Estado do Espírito Santo.** Projeto de Pesquisa. São Paulo: A Lasca Consultoria e Assessoria em Arqueologia S. S. Ltda. Agosto de 2014.
- ANJOS, Ana C. C. dos. A caminho de uma cultura de sustentabilidade com a Arte-Educação. In: ROSENTHAL, D; RIZZI, M. C. S. L. (org.) **Artes.** São Paulo: Blucher, 2013.
- _____. **Arte-Educação e Educação Ambiental.** Uma reflexão sobre a colaboração teórica e metodológica da Arte Educação para a Educação Ambiental. 2010. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BAHIENSE, Norbertino. **O Caboclo Bernardo:** O naufrágio do Imperial Marinheiro. Rio de Janeiro: s/editor, 1971.
- BASTOS, R. L. & TEIXEIRA, A. **Normas e gerenciamento do Patrimônio Arqueológico.** São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2005.
- BRANDÃO, Carlos R. A Comunidade Tradicional. In: COSTA, J.B. & OLIVEIRA, C. **Cerrado, Gerais, Sertão.** Ed. Cidade, 2010.
- BICHO, Nuno F. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica.** Porto, Edições 70, 2006.
- BRASIL. Governo Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Artigos 205 e 206, 1988.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Educação Patrimonial.** Histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: IPHAN/DARF/COGEDIP/CEDUC, 2014.
- BROCHIER, L. L. **Diagnóstico e Manejo de Recursos Arqueológicos em Unidades de Conservação:** uma proposta para o litoral paranaense. São Paulo: FFLCH/MAE/USP, 2004.
- CASTILLO RUIZ, J. **Hacia una nueva definición de patrimonio histórico?** PH Boletim del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n. XVI, Sevilla, IAPH, Setiembre 1996.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- COUTINHO, José M. **Uma história do povo de Aracruz:** Das origens pré-históricas à conquista do poder político pelos Ítalos-brasileiros. Volume I. Aracruz: Reitem, 2006.

- CUNHA, Danilo F. S. **Patrimônio cultural: proteção legal e constitucional**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.
- CURY, Isabelle. (org.). **Cartas Patrimoniais**. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- DIAS JR, ONDEMAR. A evolução da Cultura em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. **Anuário de Divulgação Científica**, Instituto Goiano de Pré-História, Universidade Católica de Goiás, III(3):110-130, 1976/1977.
- _____ A tradição Itaipu, costa central do Brasil. *In*: Meggers, B.(ed.) **Prehistoria Sudamericana**. Nuevas Perspectivas. Santiago de Chile: Taraxacum Washington. 1992. pp.161-176.
- DIAS Jr., O. & Carvalho, E. A pré-história da Serra Fluminense e a utilização das grutas do Estado do Rio de Janeiro. **Pesquisas**, Antropologia, São Leopoldo, 31:43-86, 1980.
- FAGUNDES, M. Uma análise da paisagem em arqueologia - os lugares persistentes. **Canindé (MAX/UFS)**, v. 01, p. 01-11, 2008.
- FERDIÈRE, A. **Les prospections au sol**. *In*: DABAS; ET AL *La prospection*. Paris: Errance, 1998. p. 9-77.
- FISH, S. K. & KOWALEWSKI, S. A. (eds.). **The Archaeology of Regions**. A Case for Full-Coverage Survey. Washington: Smithsonian Institution Press. 1990.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966.
- FUNARI P. P. & PELEGRINI, S. **A Arqueologia**. São Paulo: Ática, 2006 (Coleção Série Princípios).
- GASPAR, Maria D. **Aspectos da organização social de um grupo de pescadores, coletores e caçadores**: Região compreendida entre a Ilha Grande e o delta do Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro. São Paulo. 374p. Tese (Doutorado em Arqueologia), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1991.
- GONZÁLEZ-VARAS. I. **Conservación de bienes culturales**. Madrid: Cátedra, 2003.
- GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília – DF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2007.
- HORTA, Maria L. P. **Educação Patrimonial I**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Cultura, Fundação Nacional Pró Memória, 1984 (Encarte em Boletim do Programa Nacional de Museus, 2005).

_____ **Educação Patrimonial II**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Cultura, Fundação Nacional Pró Memória, 1984 (Encarte em Boletim do Programa Nacional de Museus, 2005).

_____ *et al.* **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

KINTIGH, K. W. **The effectiveness of subsurface testing**: a simulation approach. *American Antiquity*, v. 4, n. 53, p. 686-707, 1988.

KIPNIS, Renato. O uso de modelos preditivos para diagnosticar recursos arqueológicos em áreas a serem afetadas por empreendimentos de impacto ambiental. **Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural** (1996). *Atas ...* p. 34-40. Goiânia, 1997.

KRAKKER, J. J.; SHOTT, M. J. & WELCH, P. D. Design and evaluation of shovel-test sampling in regional archaeological survey. **Journal of Field Archaeology**, n. 10, p. 469-480, 1993.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I. Lisboa, 1938.

MACHADO, Maria C. L. **Prospecção de sítios arqueológicos na Reserva Florestal de Linhares, ES**. Relatório apresentado à Gerência Geral de Programas Ambiental e Silvicultura Tropical – Floresta Rio Doce. Linhares. 1994.

MARQUES, César A. **Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878.

MARTIN, L. *et al.* **Geologia do quaternário Costeiro do Litoral Norte do Rio de Janeiro e do Estado do Espírito Santo**. CPRM, Belo Horizonte. 1997.

NIMUENDAJU, C. **Mapa etnohistórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

NOVAES, Maria S. **Escravidão e Abolição no Espírito Santo**. História e folclore. Prêmio Literário e Científico da Assembléia Legislativa do Espírito Santo. Vitória, 1963.

_____ **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do ES, 1969.

OLIVEIRA, José T. de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

ORSSICH, A. Relatório arqueológico do Espírito Santo. **Revista de Cultura**, 19. 1964.

PEROTA, Celso. **Considerações sobre a Tradição Aratu nos estados da Bahia e Espírito Santo**. Bol. Museu de Arte e História, Vitória. 1971a.

-
- _____ **Dados parciais sobre a arqueologia norte espírito-santense.** PRONAPA, Resultados Preliminares do 4º Ano, 1968-1969. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas, nº 15: 149-162, 1971b.
- _____ **Resultados da Região Central do Estado do Espírito Santo.** PRONAPA, 5. Resultados Preliminares do 5º Ano, 1969-1970. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p.127-40, 1974.
- _____ **As datações de C14 dos sítios do Espírito Santo.** Revista de Cultura da UFES. Vitória, 4(6):15-16, 1975.
- _____ **O sítio Monsarás:** evidências arqueológicas. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo. 1979.
- _____ **Levantamento Arqueológico Visando o Licenciamento Ambiental, Referente ao Trecho Previsto para Obra de Asfaltamento da Rodovia ES-315 (Estrada do Nativo)- Relatório Técnico -CCTTAA --** Centro de Tecnologia em Aquicultura e Meio Ambiente. DT-MA-059/2008, Junho / 2008.
- PEROTA, C. & ASSIS, V. S. **O sítio Areal:** estudo da influência da pressão ambiental sobre a população pré-histórica no litoral do Estado do Espírito Santo. Não Publicado. 1987.
- PEROTA, C. *et al.* **O sítio “Dunas de Itaúnas”.** Considerações sobre a evolução holocênica no litoral do estado do Espírito Santo. Anais do Congresso da ABEQUA. Belo Horizonte, 1992.
- PIAGET, J. **Aprendizagem e conhecimento.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1975.
- RABELO, Regina. **O Caboclo Bernardo:** História e Cultura na Barra do Rio Doce. Linhares: UniLinhares, 2003.
- REDMAN, C. L. Surface collection, sampling, and research design: a retrospective. **American Antiquity**, Washington, v. 52, n. 2, p. 249-265, Apr. 1987.
- RENFREW, C. & BAHN, P. 2004. **Archaeology:** Theories, Methods, and Practice, 4th ed. London: Thames and Hudson, 2004.
- RHEA. **Sítio Arqueológico “Vila do Mutirão” –** Aracruz, ES. Relatório Técnico 1. Vitória, Rhea Estudos e Projetos, dez. 2006.
- ROCHA, Levy. **Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo.** Brasília: Brasília S/A, 1971.
- SCHIFFER, M. & GUMERMAN, G. **Conservation Archaeology.** New York: Academic Press, 1997.
- SCIENTIA. **Relatório Final: Salvamento Arqueológico do Sítio Arqueológico RPO-1,** São Mateus, ES. Scientia Consultoria Científica, São Paulo, dezembro de 2005, 187 págs.

- SUGUIO, K.; MARTIN, L. & DOMINGUEZ, J. M. L. **Evolução da planície costeira do rio Doce (ES) durante o quaternário**: influências das flutuações do nível do mar. ATAS do IV Simpósio do Quaternário no Brasil. Rio de Janeiro, 1982. pp.93-116.
- TEIXEIRA, João L. C. **A malha paralela no levantamento arqueológico regional**: um estudo de caso na planície litorânea do norte capixaba. São Paulo, USP, 2003. *Dissertação de Mestrado*.
- VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- WATERS, M. R. **Principles of geoarchaeology**: a North American perspective. Tucson: University of Arizona Press, 1992.
- WATERS, M. R. & KUEHN, D. D. The Geoarchaeology of place: The Effect of Geological Processes on the Preservation and Interpretation of the Archaeological Record. **American Antiquity**, v.61, n. 3. 1996. p. 483-497.
- ZUNTI, M. C. G. **Panorama histórico de Linhares**. Linhares, PM Linhares, 1982.

E-REFERÊNCIAS

- Cadastro Nacional de Cavernas do Brasil - CNC. Sociedade Brasileira de Espeleologia. Disponível em: <<http://www.sbe.com.br/cnc>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.
- Cadastro Nacional de Museus. 2ª Edição. Portal do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Ministério da Cultura. Governo Federal. Disponível em: <<http://sistemas.museus.gov.br/cnm/pesquisa/filtrarUf>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.
- Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico – CNSA / SGPA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>>. Acesso em 15 de agosto de 2015.
- Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC. Áreas Protegidas. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>> Acesso em 15 de janeiro de 2015.
- Comunidades Quilombolas. Fundação Cultural Palmares. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/lista-das-crqs-certificadas-ate-27-11-2014.pdf>>
- Espírito Santo. Terras indígenas. Índios no Brasil. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. 5 ed., Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. Câmara dos Deputados. 2010, Biblioteca Digital da Câmara. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2014.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2014.

[Lista de Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo \(1938 - 2012\)](#) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Departamento de Articulação e Fomento – DAF. Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação – Copedoc. Coordenação de Documentação e Informação – Codin. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Parâmetros Curriculares Nacionais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2014.

Patrimônio Cultural. Bens Imateriais. Secretaria de Estado da Cultura – SECULT. Portal do Governo do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.secult.es.gov.br/patrimonios/imateriais/page:2>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Patrimônio Cultural. Bens Imóveis. Secretaria de Estado da Cultura – SECULT. Portal do Governo do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.secult.es.gov.br/patrimonios/imoveis>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Patrimônio Cultural. Bens Naturais. Secretaria de Estado da Cultura – SECULT. Portal do Governo do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.secult.es.gov.br/patrimonios/naturais>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Perfil dos Municípios Brasileiros. Gestão Pública 2012. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <<http://munic.ibge.gov.br/index.php?uf=&nome=aracruz&x=0&y=0&ano=2012>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

Plano Decenal de Educação. BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2014.

Portaria nº 230, 2002. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em 18 de agosto de 2014.

Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia – SIPAC. Patrimônio Cultural na Bahia. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC. Secretaria de Cultura. Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

UNESCO – União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em:
<www.unesco.org.br>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

Nome do sítio: Bom Jesus

Outras designações e siglas: Não há.

Município: Jaguaré

Localidade: Aricana, km 88 da BR-101.

Outras designações da localidade: Fazenda Bom Jesus.

Descrição sumária do sítio: Sítio histórico associado à ocupação da Faz. Bom Jesus, com presença de fragmentos de louça e vidro, e estruturas construtivas de concreto.

Sítios relacionados: Mattiuzzi

CNSA:

UF: ES

Nome do proprietário do terreno: Jésus Bem Vindo Ribeiro de Castro

Endereço:

CEP: Cidade: Jaguaré

UF: ES

E-mail:

Fone/Fax:

Ocupante atual: Jésus Bem Vindo Ribeiro de Castro (à 15 anos)

Acesso ao sítio: Acesso efetuado pela BR 101 - KM 89

Comprimento: 400 m Largura: 10 m Altura máxima: 47 m (a partir do nível do solo)

Área: 4000 m² Medição: Estimada Passo Mapa Instrumento

Nome e sigla do documento cartográfico: Programa Google Earth

Ano de edição: 2015 Órgão: IBGE DSG Outro Escala: variável

Delimitação da área / Coordenadas UTM

Ponto central: Zona: 24 E: 399687 N: 7911075

Perímetro: Zona: 24 E: 399700 N: 7911120

Zona: 24 E: 399646 N: 7910983

Zona: 24 E: 399672 N: 7911042

Zona: 24 E: 399664 N: 7911042

GPS DATUM: WGS84

Em mapa Margem de erro: 10 m

Unidade geomorfológica: Planalto

Compartimento topográfico: Meia encosta

Altitude: 47 m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima: Córrego Macaco

Distância: 1000 m

Rio: São Mateus

Bacia: Rio São Mateus

Outras referências de localização: Não há.

Vegetação atual:

Floresta ombrófil

Floresta estaciona

Campinarana

Capoeira

Outra:

Savana (cerrado)

Savana-estépica
(caatinga)

Estepe

Uso atual do terreno:

Atividade urbana

Via pública

Estrutura de fazenda

Outro:

Pasto

Plantio

Área não utilizada

Propriedade da terra: Área pública Área privada Área militar Área indígena

Outra:

Proteção legal: Unid. de conservação ambiental

Em área tombada: Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria:

Unicomponencial

Multicomponencial

Pré-colonial

De contato

Histórico

Tipo de sítio: Habitação (duração indeterminada)

Forma: Elipsoidal

Tipo de solo: Latossolo amarelo areno-argilo

Estratigrafia: 0-30 cm: sedimento cinza, areno-argiloso, compactidade média, umidade baixa, com inclusões de radíol

Contexto de deposição: Em superfície Em profundidade

Exposição: Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta

Submerso

Outra:

Estruturas

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Áreas de refugio | <input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas |
| <input type="checkbox"/> De Lascamento | <input type="checkbox"/> Círculos de pedra |
| <input type="checkbox"/> De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de |
| <input type="checkbox"/> Funerárias | <input type="checkbox"/> Fossas |
| <input checked="" type="checkbox"/> Vestígios de edificação | <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração | <input type="checkbox"/> Palafitas |
| <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras | <input type="checkbox"/> Paliçadas |
| <input type="checkbox"/> Manchas pretas | |
| <input type="checkbox"/> Concentrações cerâmicas | Quantidade: |

Outras:

Artefatos:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Lítico lascado | <input checked="" type="checkbox"/> Cerâmico |
| <input type="checkbox"/> Lítico polido | <input type="checkbox"/> Sobre concha |
| <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico | |

Outros vestígios líticos:

Porcelanas e vidros.

Material histórico: Porcelanas, vidros e metais.

Outros vestígios orgânicos: Não observado.

Outros vestígios inorgânicos: Não observado.

Acervo / Instituições: Museu Histórico de Serra

Números de catálogo:

Arte rupestre: Pintura Gravura Ausente

FILIAÇÃO CULTURAL:

Artefatos líticos: Tradições: -
Fases: -
Complementos: -
Outras atribuições: -

Artefatos cerâmicos: Tradições: -
Fases: -
Complementos: -
Outras atribuições: -

Arte rupestre: Tradições: -
Estilos: -
Complementos: -
Outras atribuições: -

Datações absolutas: Não há.

Datações relativas: Transição dos séculos 19-20.

Grau de integridade: mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%

Fatores de destruição: Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo
 Erosão pluvial Atividades agrícolas
 Construção de estradas Construção de moradias

Outros fatores naturais: erosão, solifluxão.

Outros fatores antrópicos: Duplicação da BR-101.

Possibilidades de destruição: Duplicação da BR-101.

Medidas para preservação: Resgate do sítio antes da duplicação da BR-101

Relevância do sítio: Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local: Registro Sondagem ou Corte estratigráfico
 Coleta de superfície Escavação de grande superfície
 Levantamento de grafismos rupestres

Nome do responsável pelo registro: Juliana Betarello Ramalho

Endereço: Rua Vento Sul, 227, Campeche

CEP: 88063-070 **Cidade:** Florianópolis

UF: SC

E-mail: juliana.betarello@gmail.com

Fone/Fax: (62) 3273-0111

Data do registro: 20/03/2015 **Ano do registro:** 2015 (para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto: Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA, do KM 939,4 ao KM 956,9, no Estado da Bahia, e do Km 0,0 ao KM 244,9, no Estado do Espírito Santo.

Nome da instituição: A Lasca Consultoria e Assessoria em Arqueologia

Endereço: Rua Alvarenga 396 contato@alascaconsultoria.com.br

CEP: 05509-000 **Cidade:** São Paulo

UF: SP

E-mail: **Fone/Fax:** (11) 3205-0864 / 3722-0864

Documentação produzida (quantidade)	Mapa com sítio plotado:	Foto preto e branco:
	Croqui: 1	Reprografia de imagem:
	Planta baixa do sítio:	Imagem de satélite: 2
	Planta baixa dos locais afetados:	Cópia total de arte rupestre:
	Planta baixa de estruturas:	Cópia parcial de arte rupestre:
	Perfil estratigráfico:	Ilustração do material:
	Perfil topográfico:	Caderneta de campo: 1
	Foto aérea:	Vídeo / filme:
	Foto colorida: 50	Outra: 1

Bibliografia:

A LASCA ARQUEOLOGIA. Programa de Arqueologia Preventiva da Rodovia ES-315 (Estrada do Nativo), Município de São Mateus/ES. Coordenação de Ms. Lúcia de J. C. Oliveira Juliani, 72 págs., Fevereiro de 2012.

SCIENTIA. Relatório Final: Salvamento Arqueológico do Sítio Arqueológico RPO-1, São Mateus, ES. Scientia Consultoria Científica, São Paulo, dezembro de 2005, 187 págs.

TEIXEIRA, J. L. C. A malha paralela no levantamento arqueológico regional: um estudo de caso na planície litorânea do norte capixaba. (Dissertação de Mestrado) São Paulo, USP, 2003.

A LASCA ARQUEOLOGIA. Projeto de Pesquisa. Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Projeto de Ampliação da Capacidade da rodovia BR-101/ES/BA, Agosto de 2014.

Observações O acesso para o sítio Bom Jesus é feito através da rodovia BR-101 no km 88, próximo a porteira de acesso a Fazenda Bom Jesus em uma estrada vicinal entre a BR-101 e a Fazenda, encostado em uma cerca viva, UTM 24K 399687/7911075, a fonte de água mais próxima é o córrego Macaco. No sítio foram identificados materiais históricos, porcelanas e vidros, durante o caminhamento no km 88, dispersos na superfície da estrada vicinal. Uma estrutura de concreto foi identificada dentro da propriedade encostada na cerca viva. Outros elementos relacionadas a estruturas de edificações antigas relacionadas não foram percebidas. Encontra-se implantado no compartimento topográfico relacionado ao Grupo Barreiras, unidade geomorfológica de tabuleiros costeiros. A feição do relevo é plano. A textura do solo é argilo-arenosa, de coloração amarelada, tipo latosso amarelo, com intrusões minerais tipo areão de quartzo. A vegetação original era composta por Mata Atlântica, o uso atual do solo está ligada a atividades de agropecuárias, combinado por plantações e pastos. As atividades realizadas no sítio envolveram vistorias na área, coletas de superfície (CS88-1 a 4) e coletas nos PT's 88-3 e 88-5. Afim de constatar e delimitar o sítio, procedeu-se na abertura de 6 intervenções, a malha utilizada foi de 30 X 30 m, dos quais dois foram positivos. Além de registros fotográficos e registros com auxílio de GPS. O Sr. Jésus Bem Vindo Ribeiro de Castro, nasceu em 1935 e é proprietário há 15 anos da Fazenda Bom Jesus, o mesmo informou que havia uma antiga serraria. Os primeiros proprietários foram Ismael e Ademir, que ainda vivem na região, mas não foram encontrados. Conforme Jésus a estrutura de concreto fazia parte de uma antiga serraria que havia na propriedade antes de sua chegada. A impressão que a estrutura de concreto dá é que a mesma pode ser mais recente do que os vestígios históricos na estrada vicinal, pode ser que façam parte de momentos de ocupação diferentes. A delimitação do sítio possui pelo menos 400 m de comprimento, para delimitação da largura são necessárias intervenções dentro da propriedade particular, o que não foi possível nesta fase da pesquisa em função de não haver autorização para acesso. Os vestígios coletados estão dispersos ao longo da estrada vicinal, que passou por alguma modificação recente, já que haviam amontoados de sedimento com vestígios expostos, contudo outros vestígios foram encontrados em subsuperfície, demonstrando algum grau de preservação. O grau de conservação do sítio é médio, somados a alguns fatores de degradação tais como processos erosivos e impactos humanos diretos atuais. De todo modo seu principal risco de destruição é a implantação da duplicação da BR-101, que provavelmente ampliará a faixa de servidão até a estrada vicinal onde está implantado o sítio. Necessita de uma ação de resgate arqueológico, com intervenções sistemáticas para observações estratigráficas, averiguação em outros acessos vicinais adjacentes.

Responsável pelo preenchimento da ficha: Luiz Fernando Erig Lima

Data: 29/05/2015 Localização dos dados: A Lasca Consultoria.

Atualizações Atualizações efetuadas em 02-06-2015

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

Nome do sítio: Braço do Rio
Outras designações e siglas: Não há. CNSA:
Município: Conceição da Barra UF: ES
Localidade: Distrito de Braço do Rio.
Outras designações da localidade: Não há.
Descrição sumária do sítio: Sítio lítico caracterizado por uma concentração de lascas em uma área elíptica de
Sítios relacionados: 10 x 15 m.
Não há.

Nome do proprietário do terreno: Não localizado
Endereço:
CEP: Cidade: UF:
E-mail: Fone/Fax:
Ocupante atual:

Acesso ao sítio: O acesso para o sítio arqueológico Braço do Rio é feito através da rodovia BR-101, no km 33, onde existe uma plantação de mandioca no topo de um talude recortado da rodovia, nas coordenadas UTM 24K 401547/7960422.

Comprimento: 15 m Largura: 10 m Altura máxima: 0 m (a partir do nível do solo)
Área: 150 m² Medição: Estimada Passo Mapa Instrumento
Nome e sigla do documento cartográfico: Programa Google Earth
Ano de edição: 2015 Órgão: IBGE DSG Outro Escala: Variável.

Delimitação da área / Coordenadas UTM

Ponto central: Zona: 24 E: 401535 N: 7960420
Perímetro: Zona: 24 E: 401531 N: 7960423
Zona: 24 E: 401533 N: 7960425
Zona: 24 E: 401540 N: 7960423
Zona: 24 E: 401539 N: 7960418

GPS DATUM: WGS 84
 Em mapa Margem de erro: 10 m

Unidade geomorfológica: Colina
Compartimento topográfico: Topo
Altitude: 63 m (com relação ao nível do mar)
Água mais próxima: Rio Itauninhas
Distância: 500 m
Rio: Doce
Bacia: Doce

Outras referências de localização: Não há.

Vegetação atual:

Floresta ombrófil Savana (cerrado)
 Floresta estaciona Savana-estépica (caatinga)
 Campinarana Estepe
 Capoeira
Outra:

Uso atual do terreno:

Atividade urbana Pasto
 Via pública Plantio
 Estrutura de fazenda Área não utilizada
Outro:

Propriedade da terra: Área pública Área privada Área militar Área indígena
Outra:

Proteção legal: Unid. de conservação ambiental
Em área tombada: Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria:

Unicomponential Pré-colonial
 Multicomponential De contato
 Histórico
Tipo de sítio: Acampamento
Forma: Elipsoidal
Tipo de solo: areno-argiloso

Estratigrafia: 0-40 cm: arenoso, cinza, compacto; 40-100 cm: argilo-arenoso, amarelado, compacto medianamente:
Contexto de deposição: Em superfície Em profundidade
Exposição: Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta Submerso
 Outra:

Estruturas

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Áreas de refugio | <input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas |
| <input checked="" type="checkbox"/> De Lascamento | <input type="checkbox"/> Círculos de pedra |
| <input type="checkbox"/> De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de |
| <input type="checkbox"/> Funerárias | <input type="checkbox"/> Fossas |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de edificação | <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração | <input type="checkbox"/> Palafitas |
| <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras | <input type="checkbox"/> Paliçadas |
| <input type="checkbox"/> Manchas pretas | |
| <input type="checkbox"/> Concentrações cerâmicas | Quantidade: |

Outras:

Artefatos:

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Lítico lascado | <input type="checkbox"/> Cerâmico |
| <input type="checkbox"/> Lítico polido | <input type="checkbox"/> Sobre concha |
| <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico | |

Outros vestígios líticos:

Não observado.

Material histórico: Não observado.

Outros vestígios orgânicos: Não observado.

Outros vestígios inorgânicos: Não observado.

Acervo / Instituições: Museu Histórico de Serra

Números de catálogo:

Arte rupestre: Pintura Gravura Ausente

FILIAÇÃO CULTURAL:

Artefatos líticos: Tradições: Não identificada

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Arte rupestre: Tradições:

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições:

Datações absolutas: Não há.

Datações relativas: Não há.

Grau de integridade: mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%

Fatores de destruição: Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo

- Erosão pluvial Atividades agrícolas
- Construção de estradas Construção de moradias

Outros fatores naturais: solifluxão e bioturbação.

Outros fatores antrópicos: Duplicação da rodovia BR-101 e implantação de assentamentos.

Possibilidades de destruição: Duplicação da rodovia BR-101.

Medidas para preservação: Resgate.

Relevância do sítio: Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local: Registro Sondagem ou Corte estratigráfico

Coleta de superfície Escavação de grande superfície

Levantamento de grafismos rupestres

Nome do responsável pelo registro: Juliana Betarello Ramalho

Endereço: Rua Vento Sul, 227, Campeche

CEP: 88063-070 Cidade: Florianópolis

UF: SC

E-mail: juliana.betarello@gmail.com

Fone/Fax: (62) 3273-0111

Data do registro: 20/03/2015 Ano do registro: 2015 (para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto: Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA, do KM 939,4 ao KM 956,9, no

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

00009

Estado da Bahia, e do Km 0,0 ao KM 244,9, no Estado do Espírito Santo.

Nome da instituição: A Lasca Consultoria e Assessoria em Arqueologia

Endereço: Rua Alvarenga 396 contato@alascaconsultoria.com.br

CEP: 05509-000 **Cidade:** São Paulo

UF: SP

E-mail: **Fone/Fax:** (11) 3205-0864 / 3722-0864

Documentação produzida (quantidade)	Mapa com sítio plotado: 1	Foto preto e branco:
	Croqui:	Reprografia de imagem:
	Planta baixa do sítio:	Imagem de satélite: 1
	Planta baixa dos locais afetados:	Cópia total de arte rupestre:
	Planta baixa de estruturas:	Cópia parcial de arte rupestre:
	Perfil estratigráfico:	Ilustração do material:
	Perfil topográfico:	Caderneta de campo: 1
	Foto aérea:	Vídeo / filme:
	Foto colorida: 20	Outra:

Bibliografia:

A LASCA ARQUEOLOGIA. Programa de Arqueologia Preventiva da Rodovia ES-315 (Estrada do Nativo), Município de São Mateus/ES. Coordenação de Ms. Lúcia de J. C. Oliveira Juliani, 72 págs., Fevereiro de 2012.

SCIENTIA. Relatório Final: Salvamento Arqueológico do Sítio Arqueológico RPO-1, São Mateus, ES. Scientia Consultoria Científica, São Paulo, dezembro de 2005, 187 págs.

TEIXEIRA, J. L. C. A malha paralela no levantamento arqueológico regional: um estudo de caso na planície litorânea do norte capixaba. (Dissertação de Mestrado) São Paulo, USP, 2003.

A LASCA ARQUEOLOGIA. Projeto de Pesquisa. Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Projeto de Ampliação da Capacidade da rodovia BR-101/ES/BA, Agosto de 2014.

Observações Foram identificadas lascas de quartzo leitoso e hialino na superfície em uma concentração elíptica de 10 x 15 m, cujos eixos orientam-se respectivamente N-S e E-W, aparentemente a matéria-prima não parece ser local. Os líticos foram identificados durante o caminhamento nesse km, posteriormente outra etapa ocorreu com o intuito de delimitar a ocorrência. Está implantada no compartimento topográfico relacionado ao Grupo Barreiras, unidade geomorfológica de tabuleiros costeiros. A feição do relevo é ondulada. A textura do solo é arenosa, de coloração cinza claro à escuro, de formação aluvial, com intrusões minerais tipo areão de quartzo. A vegetação original era composta por Mata Atlântica que para leste preserva uma pequena reserva, o uso atual do solo está ligada a atividades de agricultura, combinado por plantações de mandioca e canaviais à oeste. A despeito do sítio ter sido submetido a fatores de degradação, tais como, processos erosivos e impactos humanos diretos atuais, há possibilidade de ainda preservar em estratos mais profundos, porcentuais ainda preservados, ou mesmo, apresentar outras áreas de concentração de material arqueológico ainda não detectadas, quiçá na porções de mata primária a leste do sítio, bem como, nas estradas vicinais do canaviais ao flanco oeste. Não obtivemos maiores informações com moradores locais. De todo modo seu principal risco de destruição é a implantação da duplicação da BR-101, que provavelmente ampliará mais o talude que apresenta material arqueológico exposto no cume, sugerindo-se então uma ação de resgate arqueológico

Responsável pelo preenchimento da ficha: Luiz Fernando Erig Lima

Data: 29/05/2015 **Localização dos dados:** A Lasca Consultoria

Atualizações Atualizações efetuadas em 02-06-2015

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

Nome do sítio: Graciosa.
Outras designações e siglas: Não há. CNSA:
Município: Linhares. UF: ES
Localidade: Fazenda Graciosa.
Outras designações da localidade: Lagoa Juparanã.
Descrição sumária do sítio: Sítio pré-histórico cerâmico à céu aberto afiliado à Tradição Tupiguarani.
Sítios relacionados: Monitora.

Nome do proprietário do terreno: Luiz Durão
Endereço:
CEP: Cidade: Linhares UF:
E-mail: Fone/Fax:
Ocupante atual: Caseiro: Viraldo Batista

Acesso ao sítio: Acesso efetuado pela BR 101 km 135.
Comprimento: 150 m Largura: 150 m Altura máxima: 0 m (a partir do nível do solo)
Área: 17662 m² Medição: Estimada Passo Mapa Instrumento
Nome e sigla do documento cartográfico: Programa Google Earth
Ano de edição: 2015 Órgão: IBGE DSG Outro Escala: Variável
Delimitação da área / Coordenadas UTM
Ponto central: Zona: 24 E: 385816 N: 7866932
Perímetro: Zona: 24 E: 385793 N: 7866996
Zona: 24 E: 385835 N: 7866830
Zona: 24 E: 385888 N: 7866870
Zona: 24 E: 385693 N: 7866930
 GPS DATUM: WGS-84
 Em mapa Margem de erro: 10 m
Unidade geomorfológica: Tabuleiros costeiros
Compartimento topográfico: Topo
Altitude: 49 m (com relação ao nível do mar)
Água mais próxima: córrego sem denominação
Distância: 350 m
Rio: cabeceiras da Lagoa do Durão
Bacia: Lagoa do Durão

Outras referências de localização: Não há.

Vegetação atual:
 Floresta ombrófil Savana (cerrado)
 Floresta estaciona Savana-estépica (caatinga)
 Campinarana Estepe
 Capoeira
Outra: pastagens
Uso atual do terreno:
 Atividade urbana Pasto
 Via pública Plantio
 Estrutura de fazenda Área não utilizada
Outro: Faixa de servidão BR 101 - KM 37

Propriedade da terra: Área pública Área privada Área militar Área indígena
Outra:

Proteção legal: Unid. de conservação ambiental
Em área tombada: Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria:
 Unicomponencial Pré-colonial
 Multicomponencial De contato
 Histórico
Tipo de sítio: Cerâmico
Forma: Circular
Tipo de solo: Areno-argiloso.

Estratigrafia: 0-20 cm: sedimento areno-argiloso, granulometria fina, compactidade média, umidade baixa, homogêneo
Contexto de deposição: Em superfície Em profundidade
Exposição: Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta Submerso
 Outra:

Estruturas

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Áreas de refugio | <input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas |
| <input checked="" type="checkbox"/> De Lascamento | <input type="checkbox"/> Círculos de pedra |
| <input type="checkbox"/> De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de |
| <input type="checkbox"/> Funerárias | <input type="checkbox"/> Fossas |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de edificação | <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração | <input type="checkbox"/> Palafitas |
| <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras | <input type="checkbox"/> Paliçadas |
| <input type="checkbox"/> Manchas pretas | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Concentrações cerâmicas | Quantidade: |

Outras:

Artefatos:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Lítico lascado | <input checked="" type="checkbox"/> Cerâmico |
| <input type="checkbox"/> Lítico polido | <input type="checkbox"/> Sobre concha |
| <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico | |

Outros vestígios líticos:

Não observado

Material histórico: Não observado.

Outros vestígios orgânicos: Não observado.

Outros vestígios inorgânicos: Não observado.

Acervo / Instituições: Museu Histórico de Serra

Números de catálogo:

Arte rupestre: Pintura Gravura Ausente

FILIAÇÃO CULTURAL:

Artefatos líticos: Tradições: Tupiguarani
Fases: -
Complementos: -
Outras atribuições: -
Artefatos cerâmicos Tradições: Tupiguarani
Fases: -
Complementos: -
Outras atribuições: -
Arte rupestre: Tradições: -
Estilos: -
Complementos: -
Outras atribuições: -

Datações absolutas: Não há.

Datações relativas: 2500-500 AP.

Grau de integridade: mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%

Fatores de destruição: Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo
 Erosão pluvial Atividades agrícolas
 Construção de estradas Construção de moradias

Outros fatores naturais: Erosão, solifluxão, bioturbação.

Outros fatores antrópicos: Atividades do DNIT

Possibilidades de destruição: Alta. Duplicação da BR 101 e atividades do DNIT.

Medidas para preservação: Resgate imediato.

Relevância do sítio: Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local: Registro Sondagem ou Corte estratigráfico
 Coleta de superfície Escavação de grande superfície
 Levantamento de grafismos rupestres

Nome do responsável pelo registro: Juliana Betarello Ramalho

Endereço: Rua Vento Sul, 227, Campeche

CEP: 88063-070 Cidade: Florianópolis

UF: SC

E-mail: juliana.betarello@gmail.com

Fone/Fax: (62) 3273-0111

Data do registro: 20/03/2015 Ano do registro: 2015 (para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto: Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA, do KM 939,4 ao KM 956,9, no Estado da Bahia, e do Km 0,0 ao KM 244,9, no Estado do Espírito Santo.

Nome da instituição: A Lasca Consultoria e Assessoria em Arqueologia

Endereço: Rua Alvarenga 396 contato@alascaconsultoria.com.br

CEP: 05509-000 **Cidade:** São Paulo

UF: SP

E-mail: **Fone/Fax:** (11) 3205-0864 / 3722-0864

Documentação produzida (quantidade)	Mapa com sítio plotado:	Foto preto e branco:
	Croqui: 1	Reprografia de imagem:
	Planta baixa do sítio:	Imagem de satélite: 1
	Planta baixa dos locais afetados:	Cópia total de arte rupestre:
	Planta baixa de estruturas:	Cópia parcial de arte rupestre:
	Perfil estratigráfico:	Ilustração do material:
	Perfil topográfico:	Caderneta de campo: 1
	Foto aérea:	Vídeo / filme:
	Foto colorida: 50	Outra: 1

Bibliografia:

A LASCA ARQUEOLOGIA. Programa de Arqueologia Preventiva da Rodovia ES-315 (Estrada do Nativo), Município de São Mateus/ES. Coordenação de Ms. Lúcia de J. C. Oliveira Juliani, 72 págs., Fevereiro de 2012.

SCIENTIA. Relatório Final: Salvamento Arqueológico do Sítio Arqueológico RPO-1, São Mateus, ES. Scientia Consultoria Científica, São Paulo, dezembro de 2005, 187 págs.

TEIXEIRA, J. L. C. A malha paralela no levantamento arqueológico regional: um estudo de caso na planície litorânea do norte capixaba. (Dissertação de Mestrado) São Paulo, USP, 2003.

A LASCA ARQUEOLOGIA. Projeto de Pesquisa. Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Projeto de Ampliação da Capacidade da rodovia BR-101/ES/BA, Agosto de 2014.

Observações No sítio foram identificadas concentrações cerâmicas e materiais líticos, pré-históricos, provavelmente afiliado à Tradição Tupiguarani ou Sistema Regional Tupinambá. Os vestígios estão dispersos na superfície e foram expostos por causa das remoções de sedimento do local.

Está implantado no compartimento topográfico relacionado ao Grupo Barreiras, unidades geomorfológicas tabuleiros costeiros e planícies costeiras, estuários e praias. A feição do relevo é plano. A textura do solo é argilo-arenosa, de coloração amarelada, tipo latosso amarelo, com intrusões minerais tipo areão de quartzo. A vegetação original era composta por Mata Atlântica, o uso atual do solo está ligada a atividades pecuárias, com grandes áreas de pastos. As atividades realizadas no sítio envolveram vistorias na área, coletas de superfície (CS135-1 a 5) e coletas nos PT's 135-5 e 135-16. Afim de constatar e delimitar parcialmente o sítio, procedeu-se na abertura de 15 intervenções, a malha utilizada foi de 10 X 10 m, dos quais dois foram positivos. Além de registros fotográficos e registros com auxílio de GPS.

Responsável pelo preenchimento da ficha: Luiz Fernando Erig Lima

Data: 02/06/2015 **Localização dos dados:** A Lasca Arqueologia.

Atualizações Atualizações efetuadas em 02-06-2015

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

Nome do sítio: Mattiuzzi
Outras designações e siglas: Não há. CNSA:
Município: Ibiraju UF: ES
Localidade: Próximo a Pendanga
Outras designações da localidade: Km 217 da BR-101
Descrição sumária do sítio: Edificação histórica com vestígio de muro de alvenaria de pedra e argamassa
Sítios relacionados: rústica.
Pendanga - Complexo arquitetônico.

Nome do proprietário do terreno: Não localizado.
Endereço:
CEP: Cidade: UF:
E-mail: Fone/Fax:
Ocupante atual:

Acesso ao sítio: Acesso efetuado pela BR 101 no KM 217.
Comprimento: 60 m Largura: 30 m Altura máxima: 0 m (a partir do nível do solo)
Área: 1800 m² Medição: Estimada Passo Mapa Instrumento
Nome e sigla do documento cartográfico: Pragamama Google Earth
Ano de edição: 2015 Órgão: IBGE DSG Outro Escala: variável

Delimitação da área / Coordenadas UTM

Ponto central: Zona: 24 E: 355235 N: 7803678
Perímetro: Zona: 24 E: 355284 N: 7803814
Zona: 24 E: 355290 N: 7803744
Zona: 24 E: 355216 N: 7803778
Zona: 24 E: 355331 N: 7803772

GPS DATUM: WGS 84
 Em mapa Margem de erro: 10 m

Unidade geomorfológica: morraria de granito
Compartimento topográfico: baixa encosta.
Altitude: 73 m (com relação ao nível do mar)
Água mais próxima: Represa templo Budista Ibiraju
Distância: 450 m
Rio: Piraque-açu
Bacia: Piraque-açu

Outras referências de localização: Não há.

Vegetação atual:

Floresta ombrófil Savana (cerrado)
 Floresta estaciona Savana-estépica (caatinga)
 Campinarana Estepe
 Capoeira

Outra:

Uso atual do terreno:

Atividade urbana Pasto
 Via pública Plantio
 Estrutura de fazenda Área não utilizada

Outro:

Propriedade da terra: Área pública Área privada Área militar Área indígena

Outra:

Proteção legal: Unid. de conservação ambiental

Em área tombada: Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria:

Unicomponencial Pré-colonial
 Multicomponencial De contato
 Histórico

Tipo de sítio: Histórico

Forma: Elipsoidal

Tipo de solo: Areno-argiloso

Estratigrafia: 0-20 cm: sedimento marrom claro, areno argiloso, granulometria média, compactidade média, umidade

Contexto de deposição: Em superfície Em profundidade

Exposição: Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta Submerso
 Outra:

Estruturas

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Áreas de refugio | <input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas |
| <input type="checkbox"/> De Lascamento | <input type="checkbox"/> Círculos de pedra |
| <input type="checkbox"/> De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de |
| <input type="checkbox"/> Funerárias | <input type="checkbox"/> Fossas |
| <input checked="" type="checkbox"/> Vestígios de edificação | <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração | <input type="checkbox"/> Palafitas |
| <input checked="" type="checkbox"/> Alinhamento de pedras | <input type="checkbox"/> Paliçadas |
| <input type="checkbox"/> Manchas pretas | |
| <input type="checkbox"/> Concentrações cerâmicas | Quantidade: |

Outras: Materiais construtivos - estrutura

Artefatos:

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Lítico lascado | <input type="checkbox"/> Cerâmico |
| <input type="checkbox"/> Lítico polido | <input type="checkbox"/> Sobre concha |
| <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico | |

Outros vestígios líticos:

Não observado.

Material histórico: Tijolos de tabatinga

Outros vestígios orgânicos: Não observado.

Outros vestígios inorgânicos: Não observado.

Acervo / Instituições: Museu Histórico de Serra

Números de catálogo:

Arte rupestre: Pintura Gravura Ausente

FILIAÇÃO CULTURAL:

Artefatos líticos:	Tradições: -
	Fases: -
	Complementos: -
	Outras atribuições: -
Artefatos cerâmicos	Tradições: -
	Fases: -
	Complementos: -
	Outras atribuições: -
Arte rupestre:	Tradições: -
	Estilos: -
	Complementos: -
	Outras atribuições: -

Datações absolutas: Não há.

Datações relativas: Transição Sécs.19-20.

Grau de integridade: mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%

Fatores de destruição: Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo
 Erosão pluvial Atividades agrícolas
 Construção de estradas Construção de moradias

Outros fatores naturais: Solifluxão, erosão.

Outros fatores antrópicos: Duplicação da BR-101

Possibilidades de destruição: Duplicação da BR-101

Medidas para preservação: Documentação e resgate.

Relevância do sítio: Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local: Registro Sondagem ou Corte estratigráfico
 Coleta de superfície Escavação de grande superfície
 Levantamento de grafismos rupestres

Nome do responsável pelo registro: Juliana Betarello Ramalho

Endereço: Rua Vento Sul, 227, Campeche

CEP: 88063-070 **Cidade:** Florianópolis

UF: SC

E-mail: juliana.betarello@gmail.com

Fone/Fax: (62) 3273-0111

Data do registro: 20/03/2015 **Ano do registro:** 2015 (para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto: Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA, do KM 939,4 ao KM 956,9, no Estado da Bahia, e do Km 0,0 ao KM 244,9, no Estado do Espírito Santo.

Nome da instituição: A Lasca Consultoria e Assessoria em Arqueologia

Endereço: Rua Alvarenga 396 contato@alascaconsultoria.com.br

CEP: 05509-000 **Cidade:** São Paulo

UF: SP

E-mail: **Fone/Fax:** (11) 3205-0864 / 3722-0864

Documentação produzida (quantidade)	Mapa com sítio plotado:	Foto preto e branco:
	Croqui: 1	Reprografia de imagem:
	Planta baixa do sítio:	Imagem de satélite: 1
	Planta baixa dos locais afetados:	Cópia total de arte rupestre:
	Planta baixa de estruturas: 1	Cópia parcial de arte rupestre:
	Perfil estratigráfico:	Ilustração do material:
	Perfil topográfico:	Caderneta de campo: 1
	Foto aérea:	Vídeo / filme:
	Foto colorida: 50	Outra: 1

Bibliografia:

A LASCA ARQUEOLOGIA. Programa de Arqueologia Preventiva da Rodovia ES-315 (Estrada do Nativo), Município de São Mateus/ES. Coordenação de Ms. Lúcia de J. C. Oliveira Juliani, 72 págs., Fevereiro de 2012.

SCIENTIA. Relatório Final: Salvamento Arqueológico do Sítio Arqueológico RPO-1, São Mateus, ES. Scientia Consultoria Científica, São Paulo, dezembro de 2005, 187 págs.

TEIXEIRA, J. L. C. A malha paralela no levantamento arqueológico regional: um estudo de caso na planície litorânea do norte capixaba. (Dissertação de Mestrado) São Paulo, USP, 2003.

A LASCA ARQUEOLOGIA. Projeto de Pesquisa. Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Projeto de Ampliação da Capacidade da rodovia BR-101/ES/BA, Agosto de 2014.

Observações O acesso para o sítio Mattiuzzi é feito através da rodovia BR-101 no km 217, acima de um maciço em uma curva muito acentuada da BR-101, encostado em uma cerca, UTM 24K 355234/7803677. No sítio foram identificadas duas estruturas de pedras com argamassa rústica, as quais podem ser englobadas dentro de uma área elíptica de 60 x 30 m, com eixos respectivamente orientados E-W e N-S. A Estrutura 1 corresponde a um muro, a Estrutura 2 é arranjo de pedras mais a leste da Estrutura 1. Remontam a períodos históricos entre o fim do século XIX e início do século XX, com a chegada dos imigrantes italianos na região. Encontra-se implantado no compartimento topográfico relacionado ao Complexo Nova Venécia, unidades geomorfológicas tabuleiros costeiros, patamares escalonados do Sul capixaba e colinas e maciços costeiros. A feição do relevo é ondulada. A textura do solo é areno-argilosa, de coloração marrom, tipo argissolo. As estruturas estão sob maciços de rochas basálticas. A vegetação original era composta por Mata Atlântica, o uso atual do solo está ligado a atividades de agropecuárias, com plantações e pastos. As atividades realizadas no sítio envolveram vistorias na área, e uma coleta de superfície (CS217-1) . Afim de constatar e delimitar parcialmente o sítio, procedeu-se na limpeza da vegetação no entorno do muro e apenas um PT foi aberto na área. Além de registros fotográficos e registros com auxílio de GPS. A Estrutura 1 apresenta 30 m de comprimento por 60 cm de largura e 40 cm de espessura. A Estrutura 2 possui 2 m X 50 cm. Ambas as estruturas foram construídas com a mesma argamassa aparentando compor uma única estrutura, provavelmente um muro de contenção. Próxima a Estrutura 2 foi realizada a coleta de superfície (CS 217-1), onde haviam tijolos e elementos construtivos de tabatinga. O grau de conservação do sítio é médio, somados a alguns fatores de degradação tais como processos erosivos e impactos humanos diretos atuais. Seu principal risco de destruição é a implantação da duplicação da BR-101, que provavelmente ampliará mais o talude e o maciço onde as estruturas estão implantadas, sendo então necessário um trabalho de salvamento arqueológico.

Responsável pelo preenchimento da ficha: Luiz Fernando Erig Lima

Data: 02/06/2015 **Localização dos dados:** A Lasca Arqueologia.

Atualizações Atualizações efetuadas em 02-06-2015

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

Nome do sítio: **Monitura**
Outras designações e siglas: **Não há** **CNSA:**
Município: **Conceição da Barra** **UF: ES**
Localidade: **Km 236**
Outras designações da localidade: **Monitura**
Descrição sumária do sítio: **Sítio multicomponencial, com cerâmica de Tradição Tupiguarani e material histórico**
Sítios relacionados: **Graciosa**

Nome do proprietário do terreno: **Eduardo Duarte**
Endereço: **-**
CEP: **-** Cidade: **-** UF: **-**
E-mail: **-** Fone/Fax: **-**
Ocupante atual: **-**

Acesso ao sítio: **BR 101, km 236**
Comprimento: **70 m** Largura: **40 m** Altura máxima: **0 m** (a partir do nível do solo)
Área: **2800 m²** Medição: Estimada Passo Mapa Instrumento
Nome e sigla do documento cartográfico: **Programa Google Earth**
Ano de edição: **2015** Órgão: IBGE DSG Outro Escala: **variável**

Delimitação da área / Coordenadas UTM
Ponto central: Zona: 24 E: 352164 N: 7789015
Perímetro: Zona: 24 E: 352145 N: 7789104
Zona: 24 E: 352200 N: 7788983
Zona: 24 E: 352218 N: 7789038
Zona: 24 E: 352138 N: 7789040
 GPS DATUM: **WGS84**
 Em mapa Margem de erro: **10 m**
Unidade geomorfológica: **colina**
Compartimento topográfico: **Topo**
Altitude: **69 m** (com relação ao nível do mar)
Água mais próxima: **Rio Fundão (afluente)**
Distância: **800 m**
Rio: **Fundão**
Bacia: **Piraquê-açu**

Outras referências de localização: **Não há.**

Vegetação atual:

- Floresta ombrófil Savana (cerrado)
 Floresta estaciona Savana-estépica (caatinga)
 Campinarana Estepe
 Capoeira
Outra:

Uso atual do terreno:

- Atividade urbana Pasto
 Via pública Plantio
 Estrutura de fazenda Área não utilizada
Outro:

Propriedade da terra: Área pública Área privada Área militar Área indígena
Outra:

Proteção legal: Unid. de conservação ambiental
Em área tombada: Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria:

- Unicomponencial Pré-colonial
 Multicomponencial De contato
 Histórico

Tipo de sítio: **Habitação (duração indeterminada)**

Forma **Elipsoidal**

Tipo de solo: **argilo-arenoso**

Estratigrafia: **0-40 cm: sedimento marrom claro argiloso, granulometria média, compacidade alta, umidade baixa, ho**

Contexto de deposição: Em superfície Em profundidade

Exposição: Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta Submerso
 Outra:

Estruturas

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Áreas de refugio | <input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas |
| <input type="checkbox"/> De Lascamento | <input type="checkbox"/> Círculos de pedra |
| <input type="checkbox"/> De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de |
| <input type="checkbox"/> Funerárias | <input type="checkbox"/> Fossas |
| <input checked="" type="checkbox"/> Vestígios de edificação | <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração | <input type="checkbox"/> Palafitas |
| <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras | <input type="checkbox"/> Paliçadas |
| <input type="checkbox"/> Manchas pretas | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Concentrações cerâmicas | Quantidade: |

Outras:

Artefatos:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Lítico lascado | <input checked="" type="checkbox"/> Cerâmico |
| <input type="checkbox"/> Lítico polido | <input type="checkbox"/> Sobre concha |
| <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico | |

Outros vestígios líticos:

Não observado.

Material histórico: Louça, vidro.

Outros vestígios orgânicos: Não observado

Outros vestígios inorgânicos: Não observado.

Acervo / Instituições: Museu Histórico de Serra

Números de catálogo:

Arte rupestre: Pintura Gravura Ausente

FILIAÇÃO CULTURAL:

Artefatos líticos: Tradições: ,

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos Tradições: Tupiguarani.

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Arte rupestre: Tradições:

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições:

Datações absolutas: Não há.

Datações relativas:

Grau de integridade: mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%

Fatores de destruição: Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo

- Erosão pluvial Atividades agrícolas
 Construção de estradas Construção de moradias

Outros fatores naturais: Erosão pluvial, solifluxão.

Outros fatores antrópicos: Plantação

Possibilidades de destruição: Duplicação da BR-101

Medidas para preservação: Resgate antes da duplicação da BR-101

Relevância do sítio: Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local: Registro Sondagem ou Corte estratigráfico
 Escavação de grande superfície
 Coleta de superfície Levantamento de grafismos rupestres

Nome do responsável pelo registro: Juliana Betarello Ramalho

Endereço: Rua Vento Sul, 227, Campeche

CEP: 88063-070 Cidade: Florianópolis

UF: SC

E-mail: juliana.betarello@gmail.com

Fone/Fax: (62) 3273-0111

Data do registro: 20/03/2015 Ano do registro: 2015 (para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto: Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA, do KM 939,4 ao KM 956,9, no

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Estado da Bahia, e do Km 0,0 ao KM 244,9, no Estado do Espírito Santo.

Nome da instituição: A Lasca Consultoria e Assessoria em Arqueologia

Endereço: Rua Alvarenga 396 contato@alascaconsultoria.com.br

CEP: 05509-000 **Cidade:** São Paulo

UF: SP

E-mail: **Fone/Fax:** (11) 3205-0864 / 3722-0864

Documentação produzida (quantidade)	Mapa com sítio plotado:	Foto preto e branco:
	Croqui: 1	Reprografia de imagem:
	Planta baixa do sítio:	Imagem de satélite: 1
	Planta baixa dos locais afetados:	Cópia total de arte rupestre:
	Planta baixa de estruturas:	Cópia parcial de arte rupestre:
	Perfil estratigráfico:	Ilustração do material:
	Perfil topográfico:	Caderneta de campo: 1
	Foto aérea:	Vídeo / filme:
	Foto colorida: 50	Outra: 1

Bibliografia:

A LASCA ARQUEOLOGIA. Programa de Arqueologia Preventiva da Rodovia ES-315 (Estrada do Nativo), Município de São Mateus/ES. Coordenação de Ms. Lúcia de J. C. Oliveira Juliani, 72 págs., Fevereiro de 2012.

SCIENTIA. Relatório Final: Salvamento Arqueológico do Sítio Arqueológico RPO-1, São Mateus, ES. Scientia Consultoria Científica, São Paulo, dezembro de 2005, 187 págs.

TEIXEIRA, J. L. C. A malha paralela no levantamento arqueológico regional: um estudo de caso na planície litorânea do norte capixaba. (Dissertação de Mestrado) São Paulo, USP, 2003.

A LASCA ARQUEOLOGIA. Projeto de Pesquisa. Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Projeto de Ampliação da Capacidade da rodovia BR-101/ES/BA, Agosto de 2014.

Observações O acesso para o sítio Monitora é efetuado através da rodovia BR-101 no km 236, na meia encosta com cafezal, próximos às coordenadas UTM 24K 399687/7911075, a fonte de água mais próxima é o rio Fundão.

O sítio é multicomponencial, composto por vestígios históricos (porcelana e vidros) com cerâmica provavelmente pré-histórica e/ou de contato e uma estrutura com arranjo de pedras de formato retangular. Estão dispersos na superfície em uma estrada vicinal, na vala aberta por empresas de telecomunicação (fibra ótica) e na meia encosta em um pasto, dentro de uma elipse de 70 x 40 m, com eixos respectivamente orientados NE-SW e NW-SE.

Está implantado no compartimento topográfico relacionado ao Complexo Nova Venécia, unidades geomorfológicas tabuleiros costeiros e colinas e maciços costeiros. A feição do relevo é ondulada. A textura do solo é argilo-arenosa, de coloração marrom, tipo argissolo. A vegetação original era composta por Mata Atlântica, o uso atual do solo está ligada a atividades de agropecuárias, combinado por plantações de café e grama.

As atividades realizadas no sítio envolveram vistorias na área, coletas de superfície (CS236-1 a 4). Além de registros fotográficos e registros com auxílio de GPS. Apenas um PT está relacionado ao contexto desse sítio. Os vestígios coletados estão dispersos ao longo da vala aberta há um ano pela empresa de telecomunicação e podem ser vistas nos perfis da estrada vicinal. No pasto mais ao sul na meia encosta foi identificada a estrutura com arranjo de pedras em formato circular, a qual pode ter correlação com edificações antigas. É recomendado uma ação de salvamento arqueológico.

Responsável pelo preenchimento da ficha: Luiz Fernando Erig Lima

Data: 02/06/2015 **Localização dos dados:** A Lasca Arqueologia.

Atualizações Atualizações efetuadas em 02-06-2015

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

Nome do sítio: Rio Preto
Outras designações e siglas: Não há. CNSA:
Município: Conceição da Barra UF: ES
Localidade: Braço do Rio.
Outras designações da localidade: Não há.
Descrição sumária do sítio: Sítio histórico caracterizado por estruturas construtivas (piso, forno, edificação)
Sítios relacionados: quiçá associado ao período de transição dos Sécs. XIX e XX.
Matiuzzi, Monitura.

Nome do proprietário do terreno: Sr. Marizon
Endereço:
CEP: Cidade: UF:
E-mail: Fone/Fax:
Ocupante atual:

Acesso ao sítio: Para acessar ao sítio, deve-se seguir a BR-101, sentido São Mateus e entrar à direita, 200 m após a ponte sobre o Rio Preto, acessando a sede de fazenda da madeireira COBRAS.

Comprimento: 350 m Largura: 70 m Altura máxima: 0 m (a partir do nível do solo)

Área: 24500 m² Medição: Estimada Passo Mapa Instrumento

Nome e sigla do documento cartográfico: Programa Google Earth

Ano de edição: 2015 Órgão: IBGE DSG Outro Escala: Variável

Delimitação da área / Coordenadas UTM

Ponto central: Zona: 24 E: 400897 N: 7963856

Perímetro: Zona: 24 E: 400911 N: 7963997

Zona: 24 E: 400709 N: 7963699

Zona: 24 E: 400709 N: 7963699

Zona: 24 E: 400990 N: 7963930

GPS DATUM: WGS 84

Em mapa Margem de erro: 10 m

Unidade geomorfológica: colina

Compartimento topográfico: baixa encosta

Altitude: 7 m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima: Rio Preto

Distância: 6 m

Rio: Rio Preto

Bacia: Rio Preto

Outras referências de localização: Fazenda e madeireira COBRAS

Vegetação atual:

- Floresta ombrófila Savana (cerrado)
 Floresta estacional Savana-estépica (caatinga)
 Campinarana Estepe
 Capoeira

Outra:

Uso atual do terreno:

- Atividade urbana Pasto
 Via pública Plantio
 Estrutura de fazenda Área não utilizada

Outro:

Propriedade da terra: Área pública Área privada Área militar Área indígena

Outra:

Proteção legal: Unid. de conservação ambiental

Em área tombada: Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria:

- Unicomponental Pré-colonial
 Multicomponental De contato
 Histórico

Tipo de sítio: Habitação (duração indeterminada)

Forma: Elipsoidal

Tipo de solo: Areno argiloso.

Estratigrafia: 0-20cm, sedimento areno argiloso marrom escuro e quantidade aumentada de fragmentos de tijolo. Ent

Contexto de deposição: Em superfície Em profundidade

Exposição: Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta Submerso

Outra:

Estruturas

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Áreas de refugio | <input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas |
| <input type="checkbox"/> De Lascamento | <input type="checkbox"/> Círculos de pedra |
| <input type="checkbox"/> De Combustão
(fogueira, forno, fogão) | <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de |
| <input type="checkbox"/> Funerárias | <input type="checkbox"/> Fossas |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de edificação | <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila |
| <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração | <input type="checkbox"/> Palafitas |
| <input checked="" type="checkbox"/> Alinhamento de pedras | <input type="checkbox"/> Paliçadas |
| <input type="checkbox"/> Manchas pretas | |
| <input type="checkbox"/> Concentrações cerâmicas | |

Outras: Arranjo de tijolos.

Artefatos:

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Lítico lascado | <input type="checkbox"/> Cerâmico |
| <input type="checkbox"/> Lítico polido | <input type="checkbox"/> Sobre concha |
| <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico | |

Outros vestígios líticos:

Não observado.

Material histórico: Fragmentos de tijolos.

Outros vestígios orgânicos: Não observado.

Outros vestígios inorgânicos: Não observado.

Acervo / Instituições: Museu Histórico de Serra

Números de catálogo:

Arte rupestre: Pintura Gravura Ausente

FILIAÇÃO CULTURAL:

Artefatos líticos: Tradições: -
Fases: -
Complementos: -
Outras atribuições: -

Artefatos cerâmicos: Tradições: -
Fases: -
Complementos: -
Outras atribuições: -

Arte rupestre: Tradições: -
Estilos: -
Complementos: -
Outras atribuições: -

Datações absolutas: Não há.

Datações relativas: Transição dos Sécs. 19-20.

Grau de integridade: mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%

Fatores de destruição: Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo
 Erosão pluvial Atividades agrícolas
 Construção de estradas Construção de moradias

Outros fatores naturais: Solifluxão, erosão, bioturbação.

Outros fatores antrópicos: Intensificação de atividades agrícolas, ou novos usos da área na dinâmica da madeirreira: depósito de materiais, estacionamento de veículos.

Possibilidades de destruição: Intensificação de atividades agrícolas, ou novos usos da área na dinâmica da madeirreira: depósito de materiais, estacionamento de veículos.

Medidas para preservação: Documentação.

Relevância do sítio: Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local: Registro Sondagem ou Corte estratigráfico
 Coleta de superfície Escavação de grande superfície
 Levantamento de grafismos rupestres

Nome do responsável pelo registro: Juliana Betarello Ramalho

Endereço: Rua Vento Sul, 227, Campeche

CEP: 88063-070 **Cidade:** Florianópolis

UF: SC

E-mail: juliana.betarello@gmail.com

Fone/Fax: (62) 3273-0111

Data do registro: 20/03/2015 Ano do registro: 2015 (para quando a data completa não puder ser informada)

Nome do projeto: Projeto de Ampliação da Capacidade da Rodovia BR-101/ES/BA, do KM 939,4 ao KM 956,9, no Estado da Bahia, e do Km 0,0 ao KM 244,9, no Estado do Espírito Santo.

Nome da instituição: A Lasca Consultoria e Assessoria em Arqueologia

Endereço: Rua Alvarenga 396 contato@alascaconsultoria.com.br

CEP: 05509-000 Cidade: São Paulo

UF: SP

E-mail:

Fone/Fax: (11) 3205-0864 / 3722-0864

Documentação produzida (quantidade)	Mapa com sítio plotado:	Foto preto e branco:
	Croqui: 1	Reprografia de imagem:
	Planta baixa do sítio:	Imagem de satélite: 1
	Planta baixa dos locais afetados:	Cópia total de arte rupestre:
	Planta baixa de estruturas:	Cópia parcial de arte rupestre:
	Perfil estratigráfico:	Ilustração do material:
	Perfil topográfico:	Caderneta de campo:
	Foto aérea:	Vídeo / filme:
	Foto colorida: 50	Outra: 1

Bibliografia:

A LASCA ARQUEOLOGIA. Programa de Arqueologia Preventiva da Rodovia ES-315 (Estrada do Nativo), Município de São Mateus/ES. Coordenação de Ms. Lúcia de J. C. Oliveira Juliani, 72 págs., Fevereiro de 2012.

SCIENTIA. Relatório Final: Salvamento Arqueológico do Sítio Arqueológico RPO-1, São Mateus, ES. Scientia Consultoria Científica, São Paulo, dezembro de 2005, 187 págs.

TEIXEIRA, J. L. C. A malha paralela no levantamento arqueológico regional: um estudo de caso na planície litorânea do norte capixaba. (Dissertação de Mestrado) São Paulo, USP, 2003.

A LASCA ARQUEOLOGIA. Projeto de Pesquisa. Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Projeto de Ampliação da Capacidade da rodovia BR-101/ES/BA, Agosto de 2014.

Observações O sítio encontra-se implantado na margem direita (sentido montante) do Rio Preto e possui duas estruturas implantadas nesta margem e uma edificação, localizada mais a oeste, na margem oposta do rio. A Estrutura 1 está implantada nas coordenadas UTM 24K 400897/7963856, a aproximadamente 200 m da BR-101, em trilha existente entre as margens do taboal (charco) que se forma no terraço do Rio Preto. A Estrutura 2 encontra-se implantada nas coordenadas UTM 24K 400718/ 7963720, a cerca de 230 m da Estrutura 1, subindo o rio pela margem direita. A edificação não pôde ser acessada devido a falta de autorização para entrada na área.

Estrutura 1- PISO

A Estrutura 1 aparentemente é um piso, e para acessá-la, deve-se seguir a trilha que acompanha a margem direita do Rio, sentido oeste, para montante, por cerca de 200 m. Está implantada na base de vertente abrupta para norte com cobertura vegetal de mata de porte aumentado. A Estrutura 1 é construída e/ou composta de arranjo sistemático e aleatório de tijolos de forma retangular, inteiros e em pedaços no chão da trilha que segue para montante do rio. Para o seu estudo foi definida a limpeza superficial com o objetivo de evidenciar o arranjo e detalhes dos tijolos para realizar a medição. Foi realizada limpeza do entorno, com retirada da vegetação e do sedimento que a cobria parcialmente. Os Tijolos são de tabatinga com coloração branca. Os arranjo de tijolos apresenta 6,30 m de comprimento (E-W) e 0,8 m de largura (N-S), com pequenas variações, sendo retangular. A estrutura encontra-se a céu aberto e na borda de vertente apresentando processo de erosão pluvial e circulação de gado.

Estrutura 2- FORNO

A Estrutura 2 está implantada em vertente suave para sul às margens do terraço fluvial. Nesta área, com aproximadamente 400 m², com declividade suave abre-se uma clareira com cobertura de braquiárias baixas, arbustos e palmeiras esparsas. Na vertente mais abrupta a norte, pode-se observar afloramentos de blocos de arenito. Há processos severos de erosão fluvial. Nas coordenadas UTM 24K 400731/7963712, pode-se observar um montículo em destaque na paisagem com fragmentos de tijolos aflorantes. Para o estudo desta estrutura e sua área de implantação, foi definida malha de poços teste. Foram realizadas 9 intervenções no seu entorno, sendo que a intervenção SRP9, coincide com o forno. Neste conjunto de poços teste, os PTs SR2 e SR4, obtiveram resultado positivo, com presença de fragmentos de tijolo, com menor concentração desse material no SR4. Em vista deste resultado procedeu-se à perfuração. Ao lado dos tijolos aflorados, na intervenção SR9, pode-se perceber, no nível 0-20 cm, sedimento areno argiloso marrom escuro e quantidade aumentada de fragmentos de tijolo. Entre os níveis 20-70 cm, pode-se perceber horizonte homogêneo de tijolos misturados a sedimento

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

marrom claro. Em 80 cm alcança-se o latossolo marrom amarelado. O pacote de tijolos sugere que ali, outrora, houvera uma estrutura tipo forno para queima de tijolos. No entorno da estrutura, identificou-se um cocho escavado manualmente, um artefato de uso em bois (armação ou "quaiêra"), ambos associados a atividade de criação de gado desde tempos pretéritos, além de uma garrafa. Em uma oportuna etapa de pesquisas, pode-se realizar trabalho sistemático para evidenciar o montículo e o arranjo que se observa na coluna estratigráfica da perfuração. Cabe destacar, no entanto que a progressão e dispersão do material arqueológicos encontra limites naturais. Para sul, cerca de 3 m a vertente suave encontra o terraço alagadiço do Rio Preto. Para Norte, cerca de 12 m, vertente abrupta.

Estrutura 3 - EDIFICAÇÃO

Para acessar a Estrutura 3, deve-se seguir (a partir da entrada das demais estruturas) a BR-101, sentido São Mateus e entrar à direita, 200 m após a ponte sobre o Rio Preto, para acessar a sede de Fazenda da COBRAS, cujas terras compreendem a margem esquerda (sentido montante) do rio. O local onde esta implantada a edificação, é propriedade particular da madeireira COBRAS, mas atualmente encontra-se ocupada por um sítante de nome Sr. Marizon. Não foi permitido o acesso à estrutura e /ou retirada de fotos da entrevista ou da roça e características ademais. Em conversa com Genebral, diarista que trabalha para Sr. Marizon e que na ocasião roçava o terraço do rio, afirma que, apesar de conhecer, nunca viu ali, vestígios arqueológicos e também desconhece as demais estruturas do sítio em questão. Foi realizado caminhamento na roça e pôde-se perceber quantidade aumentada e variada de restos construtivos, lixo doméstico, louças, pedaços de ferro, tipo entulho. Segundo Genebral, a área em momento anterior foi utilizada para descarte de lixo.

Responsável pelo preenchimento da ficha: Luiz Fernando Erig Lima

Data: 02/06/2015 **Localização dos dados:** A Lasca Arqueologia.

Atualizações Atualizações efetuadas em 02-06-2015

Data: ____/____/____

Assinatura: _____